

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

(1997-2019)

CURITIBA

2019

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

(1997 – 2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Taísa da Motta

Conselhos de políticas públicas : um balanço da produção bibliográfica na área da ciência política brasileira. / Taísa da Motta Oliveira. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

1. Ciência política - Periódicos. 2. Políticas públicas – Brasil.  
3. Bibliometria. 4. Publicações científicas - Avaliação. I. Horochovski, Rodrigo Rossi, 1970 -. II. Título.

CDD – 320.981



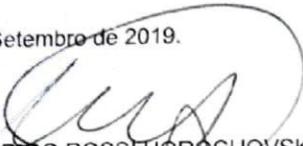
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

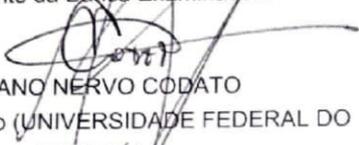
## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA**, intitulada: **CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA (1996-2019)**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

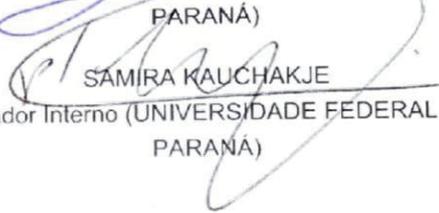
Curitiba, 05 de Setembro de 2019.

  
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI  
Presidente da Banca Examinadora

  
ADRIANO NERVO CODATO  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA)

  
IVAN JAIRO JUNCKES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
SAMIRA KAUCHAKJE  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta Tese ao meu primeiro orientando da graduação, o amigo Edison Zuza (em memória), por me lembrar de que a paixão pelo conhecimento nasce nas pequenas coisas do cotidiano. Um abraço de luz onde você estiver.

Dedico também a Giulia Costadela Lima de Oliveira minha amada afilhada. Que esse trabalho possa te incentivar a sempre gostar dos estudos, assim como a dindinha. Te amo!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família e amigos: minha avó Anair Azevedo da Motta, minha mãe Vilma da Motta Oliveira, meu pai Carlos Alberto de Oliveira, minha irmã Carlla da Motta Oliveira e a todos e todas que me apoiam e amam. Sem a base sólida de vocês eu não teria chegado até aqui. Agradeço ao meu namorado Rodrigo Leite Souza Enoque pelas trocas diárias e cotidianas e pelo carinho, respeito e afeto.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná - UFPR, ao Departamento de Ciência Política e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelos anos em que fui aluna e pesquisadora. Terminar o doutorado nessa área é um sonho pessoal, muito almejado por essa orgulhosa assistente social. Agradeço imensamente ao professor e amigo Rodrigo Rossi Horochovski que teve confiança no meu trabalho, desde quando nos conhecemos no Setor Litoral da UFPR, em meados de 2006. Pode-se notar que sim, é uma longa caminhada de aprendizado constante com esse profissional, cientista político, educador e pessoa fantástica! Obrigada, querido Rodrigo, por me auxiliar a chegar até aqui!

Agradeço a todas e todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, foi um lindo processo de aprendizado com todas e todos. Gostaria de agradecer imensamente ao Professor Adriano Nervo Codato e ao Laboratório de Análise do Campo Científico – LACC, como sempre digo, sem o apoio e a criatividade de todas e todos vocês essa tese não teria saído! Agradeço a querida Professora Luciana Fernandes Veiga, inspiração de pesquisadora na área da Ciência Política para mim. Lembro com carinho até hoje suas palavras relativas à minha dissertação de Mestrado, quando afirmou no meio de uma aula de Métodos em Ciência Política, em uma sala cheia de colegas do Programa, que a minha dissertação era uma das melhores que ela já tinha lido em sua carreira de docente. Meu coração disparou! Obrigada por esse incentivo maravilhoso! Agradeço também ao professor Paulo Roberto Neves Costa, grande incentivador da minha pesquisa de Mestrado, quem chegou a me dizer que tinha avaliado meu Projeto de Pesquisa na época e que via muito potencial na cientista política que eu poderia me tornar, o que também me incentivou nessa caminhada, muito obrigada!

Não posso deixar de agradecer aos colegas de Mestrado e Doutorado. Foi muito bom trocar experiências acadêmicas com todas e todos vocês. Deixo registrado aqui um

agradecimento especial ao pesquisador Victor Hausen, que me auxiliou quando eu mais precisei, na montagem da minha base de dados. Sem você esse trabalho também não sairia! Um agradecimento especial também à colega de doutorado Evelise Zampier pela troca sempre afetiva de experiências durante esse processo, sempre aprendo muito com você! Evelise você e o lindo do Miguel são muito especiais!

Um agradecimento que não poderia faltar: a todas e todos que fazem o Curso de Graduação em Serviço Social da UFPR-litoral acontecer! Para mim é uma honra ser a primeira doutora graduada nesse curso, curso fruto do REUNI e das Políticas de Educação do governo do Partido dos Trabalhadores da minha amada UFPR-litoral! Falando em UFPR-litoral, agradeço às Interações Culturais e Humanísticas – ICH, que me aproximaram da Ciência Política na época em que estava engatinhando na vida acadêmica. Agradeço à Câmara do Curso de Serviço Social por ter me permitido ser professora substituta no curso, vivenciado assim minhas primeiras experiências como docente nesse curso tão representativo para mim e para a minha trajetória! Um agradecimento à querida Giselle Ávila Leal de Meirelles e ao Antônio Sandro Schuartz, por serem apaixonados pelo Serviço Social e por seus eternos alunos.

Agradeço à Defensoria Pública do Estado do Paraná, a todas as servidoras e servidores, defensoras e defensores, estagiárias e estagiários que fazem um trabalho de excelência em prol da população hipossuficiente do estado do Paraná, minha gratidão pelo apoio que sempre tive para chegar até aqui e defender essa Tese. Um agradecimento aos meus coordenadores no Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAM, Defensor Público Érick Lé Palazzi Ferreira e ao Defensor Público Nicolas Moura e Silva. Um agradecimento especial ao Defensor Público Marcelo Lucena Diniz, por desde o começo, quando cheguei à Sede Central da DPPR em Curitiba, ter apoiado essa servidora no seu sonho de ser doutora e por ter participado da minha banca final do doutorado, sem palavras pelo apoio nesse momento tão importante. Agradeço as minhas colegas de equipe no CAM assistentes sociais, psicólogas e estagiárias e estagiários, entre outras profissões, que todos os dias dedicam seus esforços para fazerem um ótimo trabalho, não menciono o nome de todas e todos nesse espaço, mas essa tese também é para vocês. Agradeço à Escola da Defensoria Pública – EDEPAR e à equipe do Grupo de Pesquisa para Capacitação de Servidores e Servidoras das Equipes Técnicas – GPET, que esse

trabalho seja um incentivo para a capacitação de tantas e tantos outros servidoras e servidores da instituição.

Agradeço a grande amiga e inspiração para todos os momentos da vida, Lais Luciene da Silva Carvalho, primeiramente pela amizade e fraternidade de sempre e em especial por ter aceitado fazer a revisão gramatical desse texto. Amiga, muito obrigada! Por fim agradeço aos membros da Banca Final da Tese, professora Samira Kauchaje e professores Adriano Nervo Codato, Augusto Clemente Junior e Ivan Jairo Junckes, por aceitarem essa importante missão para minha formação acadêmica e pelas contribuições da banca final que foram essenciais para a melhoria do trabalho. Minha banca não podia ter sido melhor!

*"I have a Dream"*  
Martin Luther King

Razão de ser

Escrevo. E pronto.  
Escrevo porque preciso,  
preciso porque estou tonto.  
Ninguém tem nada com isso.  
Escrevo porque amanhece,  
E as estrelas lá no céu  
Lembram letras no papel,  
Quando o poema me anoitece.  
A aranha tece teias.  
O peixe beija e morde o que vê.  
Eu escrevo apenas.  
Tem que ter por quê?

Paulo Leminski

## RESUMO

**Introdução:** A tese tem por finalidade traçar o perfil da produção sobre Conselhos de Políticas Públicas em revistas científicas nacionais qualificadas pela CAPES-Periódicos nos extratos A1, A2, B1, na área de Ciência Política e Relações Internacionais. **Materiais e Métodos:** O tema do trabalho é a bibliometria de artigos científicos sobre Conselhos de Políticas Públicas. O objeto da tese diz respeito à produção em revistas científicas nacionais qualificadas pela CAPES sobre os Conselhos de Políticas Públicas. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a cientometria e a análise de escopo da literatura, por meio da análise de conteúdo para a construção de um modelo teórico-metodológico da produção qualificada em Conselhos de Políticas Públicas. O modelo foi proposto a partir de mapeamento, sistematização e sintetização das variáveis intituladas de Atributos Autorais e Atributos de Produção. A partir do Desenho da Pesquisa, investigou-se a Plataforma SciELO-Brasil, através de um Protocolo de Pesquisa, com o intuito de gerar um Portfólio Bibliográfico. Compõem o corpus da análise 99 artigos que auxiliaram na elaboração do perfil do objeto. **Resultados:** Compreendeu-se que essa temática na discussão da área de Ciência Política é majoritariamente disciplinar porque a maioria dos Conselhos de Políticas Públicas analisados desde 1997 nas revistas científicas da área específica são estudados por pesquisadoras (es) da área da Saúde. Uma das hipóteses para esse achado construiu-se através da natureza da participação social no Sistema Único de Saúde – SUS. Através dos Atributos Autorais e Atributos de Produção descobriu-se um padrão, um tipo ideal de pesquisadoras (es) e de perfil de produção dos estudos sobre Conselhos de Políticas Públicas na área da Ciência Política. Desse padrão sabe-se que a grande maioria de autoras que se dedicam à temática são mulheres vinculadas a instituições de pesquisa do sudeste brasileiro. Há também estudos realizados em parcerias com homens. A produção dos artigos é, em sua maioria, empírica, com abordagem qualitativa. São publicados principalmente em revistas da área de Saúde, vinculadas ao Qualis da Ciência Política e também pertencem à região Sudeste do país, havendo assim uma concentração dos artigos sobre o objeto. **Discussão:** A partir de Decretos Presidenciais, como o Decreto nº 9.759/2019 que extingue uma quantidade significativa de colegiados da administração pública federal, inclusive Conselhos de Políticas Públicas e do Decreto nº 10.003/2019 que altera a composição, a estrutura e a forma de funcionamento do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA, esse trabalho é fundamental para explicar como os Conselhos de Políticas Públicas são estudados, ou não, pelos cientistas políticos brasileiros. A necessidade de aprofundamento teórico-metodológico foi descrita ao longo deste trabalho, que também proporciona subsídios a uma Ciência Política da própria Ciência Política em relação à temática trabalhada, uma vez que se verificou baixo interesse dos pesquisadores da área em estudar tal fenômeno. Almeja-se que as análises realizadas nesta Tese possam auxiliar pesquisadores da área em suas pesquisas sobre os Conselhos de Políticas Públicas e que as considerações feitas sirvam de guia teórico-metodológico para esse aprofundamento.

Palavras-Chave: Conselhos de Políticas Públicas. Bibliometria/Cientometria. Análise de Escopo. Produção Científica. Qualis-CAPES

## ABSTRACT

**Introduction:** The objective of this thesis is to outline the profile of the production of Public Policy Councils in national scientific journals qualified by CAPES journals in extracts A1, A2, B1, in the area of Political Science and International Relations. **Materials and Methods:** The theme of this study is the bibliometrics of scientific articles on Public Policy Councils. The object of the thesis concerns the production in national scientific journals qualified by CAPES about the Public Policy Councils. The research methodology used was the scientometry and the scope analysis of the literature, by means of content analysis for the construction of a theoretical-methodological model of qualified production in Public Policy Councils. The model was proposed by mapping, systematizing and synthesizing of the variables entitled Copyright Attributes and Production Attributes. From the Research Outline, was investigated the SciELO-Brazil Platform, through a Research Protocol, in order to generate a Bibliographic Portfolio. It composes or corpus of the analysis 99 articles that assisted in the creation of the object profile. **Results:** It was understood that this theme in the discussion of Political Science is mostly disciplinary because most of the Public Policy Councils analyzed, since 1997, in scientific journals in the specific area are studied by a researchers, majority women, in the Health area. One of the hypotheses for this finding was built through the nature of social participation in the National Unified Health System - SUS. Through the Copyright Attributes and Production Attributes, it was discovered a pattern, an ideal type of researchers, and the production profile of studies on Public Policy Councils in the field of Political Science. From this standard, it is known that the vast majority of authors dedicated to the theme are women linked to research institutions in the southeastern region in Brazil. There are also studies conducted in partnerships with male researchers. The production of articles is mostly empirical, with a qualitative approach. They are mainly published in Health Science journals, linked to the Qualis in the Political Science area and belonging to the Southeast region of the country, thus having a concentration of articles on the subject. **Discussion:** From Presidential Decretes, such as the Decree No. 9,759 / 2019, which extinguishes a significant amount of collegiates in the federal public administration, including Public Policy Councils, and the Decree No. 10,003 / 2019, which changes the composition, structure and operation of the National Council for the Children and Adolescents - CONANDA. This work is fundamental to explain how the Public Policy Councils are studied, or not, by Brazilian political scientists. The need for theoretical and methodological deepening was described throughout this work, which also provides subsidies to a Political Science of Political Science itself in relation to the worked theme, since there was low interest of researchers in the field to study such phenomenon. It is hoped that the analyzes realized in this Thesis can help researchers in this area in their research on the Public Policy Councils, and that the considerations made serve as a theoretical and methodological guide for this study deepening.

Key Words: Public Policy Councils; Bibliometrics / Scientometrics; Scope Analysis; Scientific Production; Qualis-CAPES.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PORQUE A ANÁLISE SOBRE A LITERATURA DESSA TEMÁTICA IMPORTA?.....	14
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO:</b> DE QUE PRESSUPOSTOS OS PESQUISADORES PARTEM QUANDO ANALISAM A TEMÁTICA DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?.....	23
<b>2.1</b> OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS.....	46
<b>2.2</b> REVISÃO NARRATIVA SOBRE BIBLIOMETRIA/CIENTOMETRIA/INFOMETRIA.....	64
<b>2.3</b> REVISÃO NARRATIVA SOBRE AS “REVISÕES DE LITERATURA” ENQUANTO UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....	72
<b>3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA:</b> O PROCESSO DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E SEU PASSO A PASSO.....	85
<b>3.1</b> PROTOCOLO SISTEMÁTICO PARA A CRIAÇÃO DO PORTFÓLIO DE ARTIGOS SOBRE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	96
<b>3.2</b> ATRIBUTOS PARA A ANÁLISE CIENTOMÉTRICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO EM ESTUDOS SOBRE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	103
<b>4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS:</b> DECIFRANDO AS VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	111
<b>4.1</b> PESQUISA BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ATRIBUTOS DOS AUTORES.....	112

<b>4.2</b>	<b>ESTUDO QUANTI-QUALITATIVO DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ATRIBUTOS DA PRODUÇÃO.....</b>	<b>132</b>
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO: O QUE SE APRENDE COM OS ACHADOS DA PESQUISA? .....</b>	<b>155</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>160</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>218</b>

## 1. INTRODUÇÃO CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POR QUE A ANÁLISE DA LITERATURA IMPORTA?

Os Conselhos de Políticas Públicas são arenas decisórias do desenho institucional brasileiro. São espaços que, ao longo do tempo, vêm sendo analisados como tendo características participativas e deliberativas no âmbito do fortalecimento da democracia no país. Essas instituições políticas auxiliam no cotidiano do “fazer político” nacional, no processo de funcionamento democrático da União, Estados e Municípios. Os Conselhos de Políticas Públicas foram viabilizados no arranjo do ordenamento político através de legislação competente, porém, muitos Conselhos dessa natureza foram criados anteriormente à Constituição Federal de 1988. Diversos autores (TATAGIBA, 2002; FUKS, PERISSINOTTO&SOUZA, 2004; AVRITZER, 2004; CUNHA, 2007; MILANI, 2008) consideram essas arenas um canal discursivo e participativo da sociedade civil de melhoramento contínuo das questões referentes a formulação e gestão de Políticas Públicas. São também um arranjo institucional peculiar de atuação direta da sociedade junto ao Estado. Peculiar pois seus diferentes desenhos são fruto da realidade histórica da política brasileira.

Pensando justamente nos autores que analisam os Conselhos de Políticas Públicas e os tratam como objetos frutíferos para a análise da política nacional, em seus caminhos e descaminhos teóricos, metodológicos e resultados, desenvolveu-se este trabalho. Também com o intuito de mapear a produção acadêmica dessas pesquisas se projetou e elaborou a presente tese. O principal motivador da pesquisa foi o desejo de acompanhar os frutos dessa produção, que já se desenvolve desde meados da década de 1990. Outro motivador da pesquisa que deve ser descrito neste ponto inicial da análise que diz respeito ao teste empírico de metodologias científicas que estão em fase de adaptação na Ciência Política e que serão descritas e aprofundadas durante a análise. Este trabalho, realizado junto ao Laboratório de Análise do Campo Científico – LACC do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, é um dos pioneiros nesse sentido.

Esta tese tem como **tema** os Conselhos de Políticas Públicas e traça um recorte da produção publicada em revistas científicas brasileiras qualificadas nos estratos mais

altos do Qualis-Periódicos<sup>1</sup> (A1, A2 e B1, quadriênio 2013-2016) na área da Ciência Política e Relações Internacionais. O **objeto** do trabalho são publicações cuja temática aborda explicitamente os Conselhos de Políticas Públicas nos extratos mencionados anteriormente.

Deseja-se responder à seguinte **pergunta de pesquisa**: sendo os Conselhos de Políticas Públicas uma das principais instituições participativas brasileiras, qual é o padrão da produção acadêmica de revistas nacionais da área de Ciência Política sobre essa temática? Decorrem dessa pergunta as seguintes indagações, que auxiliam e complementam essa construção:

- Como avaliar o escopo da produção acadêmica sobre Conselhos de Políticas Públicas na literatura brasileira especializada?

Ao levantar questões descritivas de análise que apoiassem a construção de respostas para as duas primeiras perguntas, chegou-se às seguintes questões:

- Quais são os principais centros de produção e divulgação de pesquisas científicas na área da Ciência Política e outras áreas analisadas que tratam esse tema específico?

- Quais são as principais temáticas relacionadas ao objeto?

- A partir do escopo analisado, quem são os principais autores que se dedicam à compreensão dos Conselhos de Políticas Públicas?

- Há algum tipo de troca interdisciplinar entre cientistas políticos que discutem a temática e os sujeitos que eles descrevem ao estudar Conselhos de Políticas Públicas?

- Que pesquisadores estudam os Conselhos de Políticas Públicas e publicam artigos em periódicos da área da Ciência Política?

Nosso **objetivo geral** é apresentar o perfil da produção qualificada sobre os Conselhos de Políticas Públicas no Brasil através do *Quadro de Atributos/Códigos para*

---

<sup>1</sup> Índice elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para classificar periódicos brasileiros e estrangeiros.

*Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo sobre Produção Qualificada na área/campo da Ciência Política* e outras variáveis de pesquisa. Quadro produzido para o presente trabalho e que será apresentado ao longo desta tese.

Os **objetivos específicos** da pesquisa são:

- I – Mapear, de forma a evitar vieses de análise, a produção científica nacional sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas na área de Ciência Política e Relações Internacionais em revistas científicas nacionais qualificadas pela CAPES como A1, A2 e B1, no quadriênio 2013-2016;
- II – Sistematizar através da análise de escopo (incluindo-a como uma das fases da análise sistemática de literatura) as principais características teórico-metodológicas dos artigos selecionados nesta tese, com o intuito de produzir conhecimentos sistemáticos sobre os Conselhos de Políticas Públicas;
- III – Contribuir para o aperfeiçoamento da produção acadêmica na área específica dos Conselhos de Políticas Públicas através da sintetização do conhecimento adquirido sobre a temática, gerando um guia básico de variáveis cientométricas sobre o assunto.

Para que fosse possível qualificar a produção sobre os Conselhos de Políticas Públicas esta análise partiu de três pontos. O primeiro destaca que a maioria das pesquisas sobre essa temática se filia a vertentes teóricas da democracia participativa ou deliberativa (COELHO, NOBRE, et.al., 2004; BISPO JR., GERSCHMAN, 2013; AVRITZER, et. al. 2011). Pensando nessa relação, traçam-se considerações de análise em relação à temática partindo do exame da literatura do objeto com o intuito de compreender principalmente o caráter teórico e, se possível, metodológico das pesquisas científicas sobre os Conselhos de Políticas Públicas. Foram os textos analisados, porém, que apontaram se tal relação é de fato aparente, pois, ao realizar uma análise sistemática da literatura, os textos utilizados passaram a ser a principal base de dados desta construção teórica. Por isso, para além da pesquisa sobre a produção e suas variáveis (apresentadas no capítulo metodológico), abordam-se questões de cunho teórico e metodológico relativas às aproximações conceituais da temática.

O segundo pressuposto que baseia este trabalho foi caracterizado em artigo por Almeida, Cayres e Tatagiba (2015). Nesse trabalho, apresentado em detalhe ao longo da

pesquisa, as autoras discutem a produção brasileira sobre a temática, sublinhando o fato de ela ser trabalhada de maneira interdisciplinar, levando em conta o campo da Ciência Política e outras áreas. Para as autoras, não se tem gerado um percentual expressivo de artigos de nível científico, isto é, que poderão ser publicáveis em revistas de Qualis A1, A2, B1, por exemplo. Para exemplificar essa interpretação, das 537 obras acadêmicas selecionadas através de pesquisa de campo, número composto por teses, artigos, e livros, apenas 14% se tornou artigo científico publicado em revistas especializadas nas mais variadas áreas do campo científico (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p. 258). Por que um número tão grande de pesquisas, 537 é uma cifra alta e deve ser considerada, é subaproveitado e não gera publicações em revistas acadêmicas de ponta?

É importante lembrar que, nesta tese, tal discussão peculiarmente se destaca, uma vez que a análise é feita justamente através de artigos publicados em revistas especializadas, tendo como parâmetro a área da ciência política e relações internacionais. Não se abordará aqui, como as autoras propõem, textos autorais como livros, teses de doutoramento ou artigos científicos classificados em outras áreas do conhecimento científico, sendo esse um objeto para pesquisas futuras. O que interessa a esta pesquisa são os artigos científicos da área de ciência política e relações internacionais mais bem qualificados em determinada base de dados. Com a investigação pretende-se elaborar variáveis capazes de auxiliar justamente pesquisadores que desejem publicar trabalhos sobre o assunto nas revistas científicas mais bem classificadas no ranqueamento da Qualis-Capes da área aqui analisada.

O terceiro pressuposto está assim descrito: as autoras deixam claro no artigo que o principal problema para a cientificidade das pesquisas está no uso teórico e metodológico em que essas se baseiam (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, p. 272). Por que as pesquisas sobre os Conselhos de Políticas Públicas param nas dissertações, que representam, segundo as autoras, 70% do material produzido? Essa é uma das perguntas secundárias da tese, pois nosso objetivo é entender porque a grande produção sobre a temática, teses e dissertações, por exemplo, não se converte em produção de artigos qualificados em ciência política. Ao analisar os artigos das revistas qualificadas nos extratos mais altos do Qualis-Periódicos pretendeu-se revelar como a produção na área funciona e condiciona a pesquisa sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas.

A **justificativa** desta pesquisa surge a partir da pergunta de por que o estudo sistemático da literatura sobre os Conselhos de Políticas Públicas é apresentado como uma temática de pesquisa relevante. A temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas ganhou espaço na academia desde sua institucionalização, a partir da Constituição Federal de 1988, como citado, em diversas áreas de análise, incluindo aí a Ciência Política. Por ser um objeto amplo, multifacetado, existente em todas as esferas de governo e em todos os estados brasileiros, tem gerado muitos questionamentos e formas de análise distintas a partir, principalmente, de duas teorias democráticas: a teoria participativa e a teoria deliberativa da democracia.

O Decreto 9.759/2019 (BRASIL, 2019) assinado pelo presidente da República Jair Messias Bolsonaro extinguiu e colegiado instituídos por decreto (atos normativos inferiores aos decretos e atos de outros colegiados), como os Conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas, entre outras denominações (Art. 1º ao 11). Também estabeleceu diretrizes, regras e limitações aos colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as normas dispostas no documento, entre os Colegiados extintos estão: o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, entre outros segmentos, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Comitê Internacional de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre outras instituições participativas. O impacto de tal iniciativa se dará na ausência de discussão com a sociedade, uma vez que o desenho institucional dessas instituições foi afetado. Entre seus membros podem estar representantes do governo, trabalhadores do setor e a sociedade civil, usuária dos serviços.

Assim, refletir como a própria ciência política estudou ao longo dos anos as instituições participativas é necessário, uma vez que esse arranjo institucional da democracia nacional está ameaçado de extinção frente ao modelo de gestão do governo brasileiro. As conferências nas quais a sociedade pode participar do debate sobre políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal também podem ser afetadas, caso tenham sido convocadas pelos respectivos conselhos ameaçados de extinção. Dessa forma,

a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, por exemplo, prevista para ocorrer entre 27 e 31 de maio de 2019, foi cancelada, conforme Reportagem da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, de 15 de abril de 2019.

Outro documento oficial que auxilia nessa justificativa é o Decreto Presidencial 10.003/2019 (BRASIL, 2019). Esse documento altera a composição, a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – o CONANDA, criado pela Lei Federal 8.242/1991. Na Nota Pública Conjunta (2019) da presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), por meio de seu Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e em conjunto com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, tais órgãos emitiram seu posicionamento desfavorável a tais medidas. Na Nota se desenvolve um argumento defendendo a manutenção do processo democrático quanto à composição e funcionamento do Conanda, destacando-se a prioridade absoluta de crianças e adolescentes e para salvaguardar a participação social na gestão da política pública voltadas a esse segmento social. De acordo com esses órgãos, o Decreto 10.003/2019 não teve por finalidade fortalecer e aprimorar o Conselho: "Muito pelo contrário. O que esse ato impõe é a desconstrução do próprio Conanda – vale dizer: contra a sociedade e contra a prioritária obrigação de todos de proteger a infância e a juventude do Brasil" (NOTA CONJUNTA, 2019).

Como o Conanda é um Conselho instituído por Lei Federal, há preocupação da sociedade – incluindo a sociedade civil, as universidades, a academia, os partidos de oposição ao governo e as instituições do campo sociojurídico – de que outras instituições participativas, como o Conselho Nacional de Saúde – CNS, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, entre outros, sejam afetadas por tais medidas, desconstruindo, como assevera a Nota, o próprio Estado Democrático de Direito, por meio da desarticulação dessas e de outras instituições participativas brasileiras. Nesse cenário, compreender como esse objeto é estudado pela área da ciência política contribui para a própria busca do sentido teórico-prático das análises sobre essas instituições participativas, pois a análise de artigos, como faz esta tese, gera um perfil da produção sobre Conselhos de Políticas Públicas na área de Ciência Política no Brasil.

Outro aspecto relativo à justificativa dessa pesquisa diz respeito a sua função social por meio de mapeamento, sistematização e sintetização da produção científica

através da Bibliometria e da Cientometria. Essa função social está baseada no papel da popularização do acesso ao conhecimento e da pesquisa científica à sociedade como um todo, tanto para a popularização desse conhecimento, como para a própria comunidade científica. As pesquisas cientométricas auxiliam tanto políticas da área de ciência e tecnologia, quanto a trilhar trajetórias e carreiras de futuros pesquisadores.

A investigação sobre os Conselhos de Políticas Públicas considera eixos temáticos diversos, como as formas de institucionalização, isto é, seus desenhos institucionais; a participação dos atores sociais em suas diferentes arenas; a questão da representação, tanto de atores públicos como da sociedade civil; as dinâmicas internas de geração de agenda e pauta; os resultados das deliberações dos Conselhos e a criação, gestão ou alteração de Políticas Públicas; processos histórico-institucionais mais amplos; todas as discussões que se generalizaram em vários campos de análise durante as últimas décadas.

Esses assuntos e outros apresentados nesta tese servem de pano de fundo e material teórico e empírico para que pesquisadores da área da Ciência Política e de outras disciplinas, como as apontadas no desenvolver do trabalho, principalmente da Área da Saúde, desenvolvam estudos sobre os Conselhos de Políticas Públicas. Esses estudos partem de um arcabouço teórico-metodológico amplo e influenciado principalmente pelos paradigmas das teorias já mencionadas. Pretende-se com esse trabalho compreender os enfoques analíticos e científicos sobre os Conselhos de Políticas Públicas, ou melhor: as variáveis analíticas conceituais e de cunho metodológico na literatura especializada sobre a temática em questão, com enfoque na grande área da Ciência Política, pautando a discussão eminentemente interdisciplinar que tal assunto abrange.

**Problematizando** a questão levantada por Almeida, Cayres e Tatagiba (2015, p. 272), que apontam a não identificação nos trabalhos analisados de muitas discussões teóricas relacionadas à temática nos textos acadêmicos apresentados. Integram seu corpus 537 títulos entre dissertações e teses coletadas através dos bancos de dados da CAPES e do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia e artigos coletados através da página da SCIELO Brasil. Com essa pesquisa serão analisadas as principais informações bibliométricas da produção sobre os Conselhos de Políticas Públicas através dos principais artigos da área, que serviram de pressuposto para a pesquisa. Também será

contemplada, a partir do escopo bibliográfico, a questão de como essa literatura está distribuída nesse cenário acadêmico brasileiro.

Vale mencionar que isso se fez por meio de viés específico: o dos artigos publicados em revistas, pois se compreende que esse tipo de trabalhos é mais robusto e passa por equipes de revisores especializados. Um dos critérios centrais da SciELO-Brasil, afirma que “a avaliação dos manuscritos submetidos a um periódico indexado pelo SciELO ou dos manuscritos encomendados por seus editores deve ser realizada por meio de um ou mais editores e pareceristas, cujas recomendações apoiam os editores nas decisões de aprovação ou rejeição de manuscritos” (2017, p. 12), os editores e pareceristas devem ser pesquisadores nacionais ou estrangeiros reconhecidos na área do periódico. Como já enunciado, se identificarão possíveis enquadramentos analíticos, repertórios conceituais, autores e suas influências, desenvolvendo conhecimento científico aprofundado sobre a temática. Então, esta pesquisa poderá guiar futuras análises, tanto de Conselhos de Políticas, quanto de Instituições Participativas como um todo.

A tese está organizada em capítulos. O segundo é um debate teórico sobre os Conselhos de Políticas Públicas. Nele se organizou o conhecimento sobre a temática apresentando autores, vertentes da literatura e uma explicação sobre Instituições Participativas e Políticas Públicas, essenciais para o debate que proposto neste trabalho. Nesse capítulo se analisaram os Conselhos de Políticas Públicas para que os leitores conheçam e se familiarizem com a temática de pesquisa. Essa etapa da análise é importante para delimitar a discussão, uma vez que a presente tese não examina os Conselhos propriamente ditos, mas sim artigos, tratando-se de uma análise cientométrica específica do corpus. Há também, no primeiro capítulo, uma revisão narrativa da Bibliometria/Cientometria/Infometria e de Revisões de Literatura enquanto Modelo de Investigação Científica.

A bibliométrica/cientometria auxiliou na construção do modelo teórico-metodológico da produção científica através das revistas na área da Ciência Política em Conselhos de Políticas Públicas. No capítulo três são expostos o desenho da pesquisa, seus principais procedimentos analíticos, o Protocolo da Pesquisa e um Modelo de Análise de Cientométrica e Análise de Conteúdo sobre Conselhos de Políticas Públicas que se compreendeu viável para a apresentação de variáveis autorais – Atributos Autorais – e variáveis de Produção – Atributos de Produção. O Modelo foi elaborado a partir da

descrição, classificação e análise de variáveis, descritas no capítulo sobre os métodos de pesquisa empregados na tese. Entende-se que o modelo apresentado é útil aos pesquisadores interessados na produção especializada e qualificada Conselhos de Políticas Públicas de forma interdisciplinar. Este modelo também pode ser adaptado para analisar outras temáticas de pesquisa na área da ciência política.

A revisão da literatura foi utilizada na elaboração dos critérios de inclusão dos estudos primários (artigos científicos) analisados no desenvolver da tese. Compreende-se que neste trabalho desenvolve-se uma análise de escopo dos artigos científicos, pois, para a realização de análises sistemáticas, é necessário seguir padrões e critérios exaustivos, descritos pela Colaboração Campebell, por exemplo. A análise sistemática de literatura, na área/campo da ciência política está em desenvolvimento, conforme ficará explícito na revisão narrativa que a autora propõe no terceiro capítulo.

No quarto capítulo foram feitas análises das variáveis por meio da metodologia proposta. Para isso, artigos da área de Ciência Política foram pesquisados na Plataforma SciELO com o verbete “Conselho e Conselhos”. Na primeira pesquisa na plataforma foram encontrados 275 artigos que tratavam da temática, a partir do Protocolo de Pesquisa, eliminaram-se 60% das produções, chegando-se ao total de 99 artigos que foram incluídos no Portfólio Bibliográfico. A partir disso, o tratamento de dados usou gráficos, tabelas e grafos de redes para analisar os Atributos Autorais e Atributos de Produção, propostos para esse fim.

## **2. DEBATE TEÓRICO: DE QUE PRESSUPOSTOS OS PESQUISADORES PARTEM QUANDO ANALISAM A TEMÁTICA DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?**

Respondeu-se a essa pergunta demonstrando-se as bases teóricas relativas aos Conselhos de Políticas Públicas. Ainda que se seja importante, essa discussão não é o objeto desta tese. A revisão narrativa sobre os Conselhos de Políticas Públicas detalhou o que eles são e seus principais conceitos, para que o leitor não os confunda com outras modalidades de instituições participativas, pois aqui não são relevantes as análises sobre Conselho de Segurança, Conselho Tutelar, Conselhos de Classe Profissional, entre outras temáticas. Traçar uma análise sobre os Conselhos de Políticas Públicas a partir da análise bibliométrica ou da análise sistemática, de modo mais abrangente, é necessário para que o autor esclareça a seus leitores qual objeto as pesquisas analisadas discutem.

O fenômeno das Políticas Públicas deve ser contextualizado, já que relacionado à discussão desta tese. Elas

são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A coletânea de textos da literatura especializada referente a Conselhos de Políticas Públicas foi organizada a partir da revisão de escopo dos materiais apresentados ao longo do estudo. Evidencia-se assim que os Conselhos de Políticas Públicas e Sociais são o objeto prioritário deste trabalho, mas não exclusivo. Para Abranches, a “política social reflete a direção política das relações econômicas. A combinação específica, imposta pela correlação efetiva de forças, de incentivos à acumulação e ao crescimento, recursos para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas visando a alcançar um certo patamar de equidade” (1987, p. 59). Seguindo seu pensamento, a política social “intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na

distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade” (ABRANCHES, 1987, p. 63). A política social é necessária nessa discussão pois conduzirá os esforços da análise na compreensão de fatores que garantam a manutenção do Estado e o direito à cidadania.

Os Conselhos de Políticas Públicas são órgãos colegiados criados pelo Estado brasileiro. Seus desenhos institucionais e competências são determinados por legislações específicas e normatizados pela Constituição Federal brasileira de 1988. Eles podem ser consultivos ou deliberativos. Segundo Raichelis,

os conselhos nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de seguimentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diversos formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto como campos de políticas públicas, de conceitos, e processos, de significados e resultantes políticos (sem data, p. 1).

Lavalle, Houtzager e Acharya (2004, p. 10) afirmam que os Conselhos de Políticas Públicas são abordados como “espaços deliberativos de participação” e como “arranjos institucionais participativos”; são instituições obrigatórias no arranjo federativo brasileiro, semelhante às do governo: há Conselhos de Políticas Públicas Municipais, Estaduais e Federais. Eles são organizados em áreas cujas políticas são definidas como de alta prioridade estatal, como “educação, saúde, direitos da criança e do adolescente [e assistência social]”. São instituições que obedecem a mandatos de categorias eleitas e cuja criação e formas de participação são determinadas por esse fator. Nelas estão representados, em proporcionalidade igual, atores da sociedade civil, autoridades estatais do governo e associações de trabalhadores envolvidos com políticas públicas – formulação, fiscalização, promoção e defesa de tais políticas.

Esta pesquisa, como já mencionado, surgiu a partir da leitura do artigo “Balanço dos Estudos sobre os Conselhos de Políticas Públicas na última década”, de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015). Nesse artigo as autoras descrevem a produção acadêmica nacional sobre os Conselhos de Políticas Públicas entre os anos de 2000 e 2011, analisam

o conjunto dessa produção e identificam especificidades em quatro campos do conhecimento. Esses campos do conhecimento são responsáveis pelo maior número de produções sobre o tema e se distribuem nas seguintes áreas: ciências sociais, saúde, serviço social e educação.

O interesse das pesquisadoras era indagar sobre a relação entre “participação” e “políticas públicas” a partir das produções científicas que têm com objeto os Conselhos de Políticas Públicas. Do universo de pesquisa das autoras (537 títulos científicos), 70% são dissertações, 16% teses e 14% artigos. Ainda sobre esse trabalho, as pesquisadoras demonstraram a existência de maior interesse na área de ciências humanas sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas: sua produção corresponde a 38,5% do total. Entre as áreas de políticas públicas, a saúde contou com maior número de produções – Conselho Nacional de Saúde, Conselhos Estaduais de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde. Por que a saúde é o campo das políticas públicas mais analisado quando o assunto é a institucionalização dos Conselhos? Não se pretende responder a essa pergunta aqui, porém é um dado interessante e outras pesquisas podem vir a respondê-la.

Os termos encontrados pelas autoras que mais se relacionam aos Conselhos de Políticas Públicas e, portanto, estabelecem fortes relações com nosso objeto são: “políticas públicas”, “participação” e “democracia” (2015, p. 266). Segundo elas, por mais que exista tal associação, não há teorização sobre esses vínculos, hipótese que apoiou a construção de nosso objeto de pesquisa. Então, a partir da análise dos artigos selecionados nesse trabalho sobre os Conselhos de Políticas Públicas, quais teorias, de forma geral e específica, abordam esses assuntos? A partir desse viés específico, a pesquisa é capaz de responder a pergunta, já que essa agenda de pesquisa perpassa esse e outros questionamentos.

A principal hipótese das autoras decorre da ideia de que a literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas, no campo da ciência política e na área interdisciplinar, tem problemas teórico-metodológicos. Isso porque a maioria dos trabalhos produzidos se importa mais com a questão dos resultados dos modelos dessas instituições participativas que com assuntos relacionados à construção do conhecimento científico. Elas apontam assim a ausência de rigor acadêmico nos trabalhos da área.

Observou-se pouca preocupação com a elaboração de instrumentos teóricos e metodológicos capazes de produzir avaliações precisas e refinadas para o tratamento das relações entre conselhos e políticas públicas. Ante a ausência ou escassa presença desse suporte, os estudos costumam produzir avaliações muito gerais e pendulares (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p. 273).

Com essa constatação, este trabalho revela a relação dessa natureza nos artigos científicos analisados e constata se as proposições encontradas durante a pesquisa são parecidas com a discussão proposta por Almeida, Cayres e Tatagiba em seu artigo. Enfatiza-se a opção metodológica que organiza esta tese: trabalhar com textos publicados em revistas científicas recomendadas pelo Comitê de Área da Ciência Política e Relações Internacionais e melhores ranqueadas na área, como já explicado. Conforme a literatura especializada (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p. 268-278), esses problemas teórico-metodológicos são inerentes à bibliografia sobre os Conselhos de Políticas Públicas não só na Ciência Política. Essas falhas são observadas em outros campos do saber científico analisados pelas autoras, como o Serviço Social e as Ciências Humanas, englobando a Sociologia e a Antropologia. Para um texto ser científico, porém, ele precisa relacionar conceitos e variáveis analíticas.

A partir dessa regra geral, constatou-se na leitura do artigo das autoras, pelo menos na análise sobre as Ciências Humanas e, mais especificamente, na área da Ciência Política, uma relação dos textos que discutem a temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas com duas vertentes da teoria democrática contemporânea. Conforme a classificação de Luis Felipe Miguel (2005), seriam: a) teoria participativa e b) teoria deliberativa.

Para Coelho e Nobre (2004, p. 11), a participação e a deliberação enquanto vertentes teóricas são fortes aliadas na renovação da democracia. Experiências como os Conselhos de Políticas Públicas brasileiras são destaques nessa discussão, inclusive internacionalmente. A variedade de instituições participativo-deliberativas criada no Brasil entre os anos 1990 e [ foi objeto de pesquisadores nacionais e internacionais, contribuindo para a divulgação científica do “potencial democrático dessas experiências”, como indicam esses autores.

De acordo com os mesmos autores (COELHO e NOBRE, 2004, p.18), o estudo das instituições participativas brasileiras gerou certa “vitalidade” nas discussões de ambas as vertentes democráticas. Essa vitalidade estaria ligada à capacidade dos pesquisadores, a partir de seus objetos de análise, de dialogar com prerrogativas teóricas do debate internacional sobre participação e deliberação, a partir de condições exigentes, isso é, de leitura crítica e condizente aos preceitos de ambas as teorias. Para eles, “um sinal igualmente importante dessa vitalidade parece estar no pluralismo de posições e perspectivas analíticas”.

Nobre (2004, p. 21), ao expor suas considerações sobre a participação e a deliberação na teoria democrática, indica que há uma “disputa em torno do sentido” do conceito de democracia. Segundo ele, há uma disputa acerca das macroestruturas institucionais (como as eleições periódicas, os partidos políticos, a separação entre os poderes, os direitos políticos, entre outros) do regime democrático e da “criação de novos espaços de participação e deliberação que desafiam as macroestruturas”. Para o autor, é imprescindível a reflexão sobre a posição desses “novos espaços” na macroestrutura democrática e também sobre sua influência nos governos, nas tomadas de posição acerca das políticas e no *modus operandi* do fazer político. Para Nobre, essa reflexão deve ser feita a partir da separação artificial das duas arenas de disputa, artificial porque

estão imbricadas de maneira dificilmente separável [...]. Dito de outra maneira, parece-me que hoje a questão central na disputa em torno do sentido da democracia encontra-se justamente na definição da natureza e da posição que podem e/ou devem ocupar a participação e deliberação de cidadãos e cidadãs no Estado Democrático de Direito (NOBRE, 2004, p.21).

O autor separa as vertentes democráticas de acordo com o modelo elaborado por Held (1987) e deixa explícita a importância da participação e da deliberação como “arenas de disputas em torno do sentido mesmo de democracia”. Essas vertentes são explicativas de uma “nova configuração de cidadania democrática” e contribuem para a análise de desenhos institucionais inovadores e típicos de países com uma cultura democrática em desenvolvimento, como o caso do Brasil no limiar do século XXI.

Para Bispo Junior e Gerschman (2013, p.10), também há uma relação entre as vertentes democráticas da participação e da deliberação em estudos sobre os Conselhos de Políticas Públicas, com foco aqui nos Conselhos de Saúde. Para eles, essas duas “categorias” têm “forte influência sobre a dinâmica de democratização” dessas instituições democráticas.

Pogrebinschi e Santos (2011, p. 260) corroboram a ideia de que a participação e a deliberação são fundamentais para a compreensão das “novas práticas democráticas”, entendidas aqui as instituições participativas. Porém, eles se distanciam da visão de Nobre, pois compreendem que as instituições políticas tradicionais de representação (para as quais Nobre utilizou o termo “macroestruturais”) não estão enfraquecidas ou menos aptas a representar os cidadãos no modelo democrático brasileiro. Segundo eles, “o surgimento de novos espaços democráticos, assim como de novos atores envolvidos na gestão da coisa pública, pode, por outro lado, ser encarado como forma de fortalecimento da representação política, e não como um sinal de enfraquecimento das suas instituições” (POGREBINSCHI e SANTOS, 2011, p. 260).

A partir dessas considerações, que de certa forma são antagônicas em sua interpretação das vertentes democráticas da participação e da deliberação, no estudo das instituições participativas, incluindo os Conselhos de Políticas Públicas depreende-se que, ao analisar esse objeto, os autores acabam sinalizando predisposições por ambas as teorias, ou então por uma das vertentes democráticas. Os Conselhos de Políticas Públicas são prioritariamente analisados por ambas as vertentes da democracia – alguns autores exploram categorias das duas vertentes e outros as vinculam ou à democracia participativa ou à democracia deliberativa.

Continuando o debate teórico, vale apresentar algumas considerações sobre as vertentes democráticas, que são prioritariamente articuladas pelos pesquisadores nas análises sobre Conselhos de Políticas Públicas. Essa explicação é básica nesse trabalho, pois fornece bases epistemológicas sobre as interpretações, ou modelos de teoria sobre a democracia, que de fato constroem a base teórica na qual os autores dialogam na construção sobre esse objeto de pesquisa.

Sobre a democracia participativa sublinha-se que Santos (2002) separa essa vertente em duas: “democracia participativa do Norte” e “democracia participativa do

Sul”. O critério usado para estabelecer a diferença entre elas é, para além da geografia, epistemológico (epistemologia do Norte x epistemologia do Sul) no domínio das teorias e das práticas democráticas. Sobre esse aspecto Mendes e Santos (2018, p. 17) explicam que no cotidiano dos países subdesenvolvidos está ocorrendo um processo de “democracia pós-abissal”.

O contexto em que foi desenvolvido esse conceito está diretamente ligado ao pensamento moderno, enquanto preceito filosófico, que segundo Santos (2007, p. 71 e 72) é abissal, pois diz respeito a uma forma hegemônica do pensamento ocidental. Essa forma hegemônica divide a realidade social em dois universos ontologicamente distintos. No primeiro, da epistemologia do Norte, a realidade social é imperial, colonial e neocolonial (sociedades metropolitanas); já no universo da epistemologia do Sul (territórios colonizados) a realidade é colonizada, oprimida e silenciada em função de interesses do Norte, que atua através da apropriação e da violência.

Para o autor, essa diferença é tão relevante que tornou “invisíveis” as distinções entre “este e o outro lado da linha”, “por mais radicais que sejam essas distinções e por mais dramáticas que possam ser as consequências de estar em um ou outro de seus lados, elas pertencem a este lado da linha e se combinam para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas” (SANTOS, 2007, p. 72). De acordo com essas premissas, para superar o pensamento abissal é necessário reconhecer sua persistência durante o tempo histórico para então pensar e agir além dessa lógica, em direção a uma epistemologia pós-abissal que construa conhecimento também acerca da política e suas formas de regulação do poder a partir do “outro lado da linha”, de uma epistemologia do Sul, que se confronta ao monoculturalismo do Norte através de uma “ecologia de saberes”.

A partir dessa ideia, é preciso compreender os fenômenos sociais, como a democracia, especialmente a democracia participativa, a partir da realidade sociocultural contra-hegemônica dos territórios colonizados ou das sociedades periféricas. É justamente nessa discussão que se apresenta o conceito de “democracia pós-abissal”. Nesse fenômeno

o campo alargado e muito diversificado de tais experiências é designado por nós como o Sul-Anti-imperial. É um sul epistemológico, não-geográfico (...) A possibilidade e a necessidade de ultrapassar os limites da teoria democrática

eurocêntrica decorrem da identificação da linha abissal e da denúncia que ela faz da suposta universalidade de tal teoria. Tal como o pensamento abissal que a funda, a teoria democrática eurocêntrica inscreve uma linha abissal nas formas de governação vigentes nas sociedades. Apesar de reclamar uma aplicação universal, de fato, seus princípios e práticas só vigoram no lado de cá da linha abissal, nas formas de governação metropolitanas reguladas segundo a lógica da regulação/emancipação. Do lado de lá da linha, no campo da governação da sociabilidade colonial, vigoram outros princípios e práticas próprios da lógica da apropriação/violência. O conceito de linha abissal é o nosso ponto de entrada para questionar o universalismo da teoria democrática ocidental [incluindo nesse rol a democracia participativa do norte epistemológico], para provincializar e para veicular as aprendizagens democráticas, através da tradução intercultural, que permitem a renovação e o aprofundamento da democracia – uma democracia sem fim (MENDES e SANTOS, 2018, p. 18- 19).

É por conta dessas características que se priorizou aqui a separação das interpretações referentes à democracia participativa, uma vez que os Conselhos de Políticas Públicas fazem parte de um rol de instituições desenvolvidas em um país de “democracia pós-abissal”, o Brasil. Por outro lado, a retomada de autores clássicos da democracia participativa do Norte é necessária porque suas obras influenciaram a construção da leitura que se apresenta, relativa à questão epistemológica dessa diferenciação. Construções históricas demonstraram que a constituição da teoria democrática contemporânea vai além da democracia liberal-pluralista. Essa última vertente democrática caracteriza a democracia como um método, um arranjo institucional, para chegar a decisões políticas, de caráter descritivo e empírico, no qual as eleições têm um caráter fundamental do exercício do controle político (MIGUEL, 2005, p. 9 e 10).

A luz dessa explicação dimensiona-se neste capítulo teórico as bases epistemológicas da vertente da democracia participativa. Dois autores se destacam nessa construção teórica: Marcpherson e Pateman. Eles questionam o modelo de democracia liberal-pluralista, propondo a seguinte pergunta: a democracia, enquanto poder político e meio de construção da gestão governamental, está fadada apenas à competição entre as elites políticas pelo voto das massas de eleitores? Os autores concluem em suas pesquisas que não.

A democracia participativa discute, através de categorias teóricas, a presença da massa popular nas questões políticas com o intuito de aumentar a participação popular nas questões relativas à tomada de decisão pelos governos que adotam o sistema democrático. É a vertente participativa que apresenta um modelo institucional possível

de ser implantado, avançando assim em seu caráter efetivo de ação e participação popular nas questões que são comuns aos cidadãos e a sociedade civil. Os autores vão indicar o que se pode chamar de ordenamento político para o alcance de uma democracia de ação política.

O diferencial dessa corrente, desde seus clássicos, é que se encontra imbuído no modelo a prática, porque não dizer, a garantia de um refinamento, de um interesse dos cidadãos acerca da representação política. Esses autores veem e valorizam a democracia como um “*processo educativo*” (MIGUEL, 2005, p. 25), isto é, como um aprendizado prático através das vivências dos atores envolvidos na dialética democrática em seu fator determinante, a participação política. Assim, ascenderão indivíduos mais habilitados e regulares para a vivência democrática em sociedade.

Para alcançar esse patamar, os participacionistas compreendem que não pode haver separação entre Estado e sociedade civil e ambicionam a criação de espaços democráticos no cotidiano dos cidadãos, como no âmbito do trabalho, etc. Nessa lógica, o Estado é, por natureza, a instituição mediadora entre a população e as demandas sociais, políticas e ambientais contidas na realidade social. Para que isso aconteça exige-se uma liderança que represente essa população dentro do governo estatal.

Esses novos espaços políticos não estão fadados a existir somente nas eleições dos governantes. Podem constituir-se como ambientes onde seria possível a ocorrência de situações em que o processo democrático resolveria questões que envolvem a decisão, como é o caso dos Conselhos de Políticas Públicas, Referendos e Plebiscitos. Poderiam estar presentes também em espaços não necessariamente políticos como as instituições de ensino, o âmbito privado da vida familiar, as reuniões de bairro, o local de trabalho, enfim, os espaços sociais diversos, sejam públicos ou privados. Uma importante questão apontada por Bobbio “onde votar?”, a limitação do espaço onde o cidadão deve decidir, é resolvida a partir dessa vertente, já que todos os espaços são passíveis de votação (MIGUEL, 2005, p. 25). Outro diferencial proposto pelos autores é que a partir do “processo educativo” de participação popular se terá maior controle dos representantes governamentais eleitos diretamente pelo povo.

Resume-se essa argumentação nas seguintes palavras de Gugliano sobre esse avanço que os teóricos participacionistas trazem à teoria democrática:

a junção do adjetivo “participativo” ao substantivo “democracia” representa a tentativa de descrever uma experiência política que se diferencia pela articulação entre mecanismos eleitorais de representação política, mecanismos associativos de inclusão dos eleitores na tomada de decisão do Estado e mecanismos de controle social das ações da máquina pública. Nesse sentido a utilização desse conceito faz referência à maior articulação entre cidadãos e governo, não se restringindo apenas à descrição de formas de eleição de governantes (GUGLIANO, 2005, p. 45).

Algo fundamental pensado pelos teóricos participacionistas é a questão da relação entre as desigualdades sociais típicas do modelo econômico e social capitalista e o reconhecimento de que é impossível manter a igualdade política em um quadro estrutural com desigualdades tão alarmantes. Nas palavras de Miguel,

os dois pontos – a necessidade da prática cotidiana da democracia e a busca da igualdade material – convergem na discussão sobre a propriedade privada. (...) Se as decisões cruciais sobre investimento, lucro e salário permanecem nas mãos dos capitalistas, qualquer introdução de mecanismos democráticos na empresa será limitada (...). Assim os teóricos participacionistas são levados a afirmar, ainda que de forma implícita, a incompatibilidade do aprofundamento da democracia com a manutenção do capitalismo (MIGUEL, 2005, p. 26).

Seus principais autores não veem o socialismo como saída para essa prática, pois, em sua concretude, o socialismo real, vivido por países no século XX, como a antiga União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) não se constituiu através de métodos educativos da democracia. Esse também é o caso da China dos tempos atuais.

Sobre o desenvolvimento da democracia participativa, Machperson afirma que “parece que a esperança de uma sociedade e um sistema de governo mais participativos veio para ficar” (1978, p. 97). Nessa linha de raciocínio, ele esclarece haver dois pré-requisitos para o desenvolvimento da participação, o primeiro é a “substituição da imagem do homem como consumidor”,

pode-se adquirir e consumir por si mesmo, para a própria satisfação ou para mostrar a própria superioridade em relação a outros: isto não exige nem alimenta um senso de comunidade; ao passo que o desfrute e desenvolvimento da própria capacidade deve ser feito na maior parte em conjunto com outros, em certa relação de comunidade. E não será de duvidar que a atuação de uma

democracia de participação exija um sentido mais forte de comunidade do que agora existe (MACHPERSON, 1978, p. 103).

Fica latente a importância do senso comunitário para a discussão da busca pelos ideais da democracia participacionista. O segundo pré-requisito diz respeito à necessária redução das desigualdades sociais para que se tenha uma real democracia. É imprescindível a mudança nas bases do problema, o sistema econômico e social como um todo, “visto que a desigualdade, como argumentei, exige um sistema partidário não-participativo para manter coesa a sociedade. E na medida que a desigualdade é aceita, o sistema político de não-participação provavelmente será também admitido” (MACHPERSON, 1978, p. 103).

Para o autor, as sociedades contemporâneas caíram em um “círculo vicioso”, uma vez que é improvável que esses pré-requisitos de fato se desenvolvam sem que, primeiro, haja uma mudança profunda no status quo, em que a participação democrática prevaleça como regra.

Daí o círculo vicioso: não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um aumento antes da participação democrática (MACHPERSON, 1978, p. 103).

Como proposta de saída desse círculo vicioso, Machperson descreve um sistema piramidal formado por um grande número de espaços de deliberação que seriam experimentadas, em cada uma dessas bases, formas distintas de participação direta e de delegação. Em suas palavras,

assim, começaríamos com a democracia direta ao nível de fábrica ou vizinhança - discussão concreta face a face e decisão por consenso majoritário, e eleição de delegados que formariam uma comissão no nível mais próximo seguinte, digamos, um bairro urbano ou subúrbio ou redondezas (MACHPERSON, 1978, p.110).

Em cada uma das bases se selecionariam representantes, até chegar-se ao topo da pirâmide – “que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais”. Esse modelo idealizado pelo autor, paradoxalmente, não consegue transpor a ideia de uma democracia dominante de caráter representativo. O autor afirma em seu texto que “parece claro que a nível nacional, deve haver certo tipo de sistema representativo, e não democracia diretamente direta” (1978, p. 99). Assim,

a participação na base não é um substituto à representação política. Ao contrário, entre suas funções está o aprimoramento das instituições representativas. O modelo sugerido por Macpherson (1978 [1977]) também julga que a ampliação das oportunidades de participação geraria um salto na qualidade da representação. Ele dá ênfase menos à democracia industrial e mais a instituições de tipo soviético, isto é, comitês simultaneamente deliberativos e executivos, com a participação de todos, para gerir a vida cotidiana, nas fábricas, mas também em escolas e vizinhanças. Ao lado deles, administrando as estruturas maiores da sociedade, permaneceriam os mecanismos da democracia liberal, só que providos de mais conteúdo, graças à qualificação da cidadania (MIGUEL, 2017, p. 89).

São promissoras as lições trazidas por essa concepção de democracia participativa para o estudo e aprofundamento da discussão sobre os Conselhos de Políticas Públicas, uma vez que o modelo sugerido pelo autor, de certa forma, se encaixa em sua construção teórica e mesmo em seu funcionamento no mundo real.

Pateman trabalha a questão da participação como “processo educativo” no ambiente das indústrias e assinala que esses são lugares onde a democracia participativa acontece de fato. A

participação em estruturas de autoridades não-governamentais é necessária para alimentar e desenvolver as qualidades psicológicas [...] requeridas para a participação a nível nacional [...] e a indústria é a esfera mais importante para que ocorra essa participação (PATEMAN, 1994, p.72).

Para a autora, já que esses são os espaços onde os indivíduos passam a maior parte do seu dia, é nas indústrias necessariamente que ocorre esse tipo de participação, onde os trabalhadores podem se munir do controle de suas ações participando mais

ativamente dos processos de tomadas de decisão sobre temas que dizem respeito a sua atividade laboral. A partir dessa vivência em seu local de trabalho, os trabalhadores poderiam desenvolver de maneira parecida essa participação nas tomadas de decisão sobre a elaboração das políticas públicas, por exemplo. Fazendo com que esse ganho seja não só no plano das relações de trabalho, mas também na participação pública junto ao Estado e aos governos, “a participação no local de trabalho atua como um ‘campo de provas’ para a participação na esfera pública mais abrangente” (PATEMAN, 1992, p. 143).

Para Miguel (2017, p. 86), Pateman é a autora mais influente e radical no estudo da participação e da igualdade no âmbito da teoria política contemporânea. Suas contribuições teóricas sobre a “democracia industrial” de autogestão desses espaços de trabalho, assim como a aplicação da democracia participativa em locais não formais pelo âmbito político, da “democratização do cotidiano” formam um arsenal frutífero na discussão sobre democracia.

Em sua obra “Participação e Teoria Democrática”, Pateman descreve três níveis de participação que formam uma escala normativa para esse conceito. O primeiro nível é descrito como “pseudoparticipação”. Em situações desse tipo ocorre o fenômeno da participação meramente burocrática dos atores a quem se destina o pleito da discussão:

um exemplo típico seria a situação na qual o supervisor [pois a autora analisa espaços de democracia industrial], em vez de meramente informar os empregados sobre uma decisão, permite que eles a discutam e questionem o próprio supervisor [...]. Com frequência o objetivo não era o de estabelecer uma situação onde a participação [...] ocorresse, mas o de criar um sentimento de participação por meio da adoção por parte do líder (supervisor) de uma certa abordagem, ou de um certo estilo [como um meio de introduzir a aceitação desse objetivo entre os atores] (PATEMAN, 1992, p.95).

A partir dessa consideração, um desenho de pesquisa desenvolvido nos trabalhos acadêmicos sobre a temática das instituições participativas pode explicar, através de variáveis exploratórias, se nas instâncias participativas, como os Conselhos de Políticas Públicas, está presente esse fenômeno descrito pela autora. Isso porque o desenho institucional dos Conselhos é formado por diferentes atores que desempenham papéis plurais e diferenciados, os gestores de uma determinada política, por exemplo, querem

aprovar projetos que dizem respeito à agenda do governo. Já os representantes da sociedade civil geralmente fazem o controle social das propostas que são apresentadas pelos representantes governamentais. É necessário compreender até que ponto não existe de fato uma hierarquia, ou como a autora aponta um “sentimento de participação” embutido pelos gestores nesse espaço de discussão política. Essa ideia poderá ser testada em outros níveis de participação de acordo com as variáveis empíricas das pesquisas acadêmicas, como é o caso do artigo de Fuks, Perissinotto e Ribeiro (2003), analisado nesta tese.

O segundo nível é conhecido como “participação parcial” e ocorre quando o ator exerce influência no pleito por meio de sua participação, mas não detem o poder de decisão final:

estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição de (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão [...] podemos dizer que a “influência” se aplica a uma situação na qual o indivíduo A afete o indivíduo B, sem que B subordine a sua vontade a A. Em outras palavras, A tem influência sobre B, mas B é quem tem o poder final de decidir (PATEMAN, 1992, p.96).

O terceiro nível é caracterizado como “participação plena” e só existe em modelos democráticos quando a igualdade de influência nas decisões entre os atores é computada. Esta seria a participação ideal, mas, devido ao pressuposto caráter igualitário de todos os participantes (explícito em sua definição), não acontece com frequência nos modelos democráticos: “nesse tipo de situação [...] não existem dois ‘lados’ com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos iguais que tem de tomar suas próprias decisões [...]” (PATEMAN, 1992, p.98). Esse fenômeno caracteriza a autogestão, variável empírica primordial nos trabalhos da Pateman, “aquele que participa da autogestão precisa estar mais bem informado e compreender mais do mundo para contribuir de forma efetiva no processo de tomada coletiva de decisões” (MIGUEL, 2017, p. 88). A “participação plena”, segundo essa definição, traria “uma capacidade maior de interlocução com seus representantes políticos e de fiscalização de seus atos. Isto é, a accountability”, continua a apontar Miguel.

A partir disso, salienta-se a importância desse modelo de democracia para as organizações políticas, principalmente dos países capitalistas desenvolvidos. Esse é um modelo de “democracia participativa dos países do norte epistemológico”, pois essa concepção de democracia foi feita por pensadores de países europeus ocidentais e da América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá), portanto desenvolvido e ponderado para a realidade dessas nações. Por conseguinte, não adentra enfaticamente em questões importantes, como as diferenças culturais, políticas e econômicas, colocadas aos países em desenvolvimento, tendo esses um processo diferenciado de democracia participativa, com outras formas de abranger o “processo educativo”. Por esses motivos, escolhe-se perpassar por essa distinção entre as abordagens dadas ao marco teórico em questão, neste ponto do trabalho será exposto o tema dos novos parâmetros e proposições democráticas desenvolvidas para a realidade desses outros países.

Na vertente da democracia participativa do Sul epistemológico destaca-se a obra “Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa”, de Santos e Avritzer. Esse livro tem o objetivo de discutir novas formas de participação social, tendo enfocando países considerados como em desenvolvimento ou do terceiro mundo. Já em suas primeiras páginas há uma pequena explicação sobre o sentido de globalização esmiuçado pelos autores que sintetizam as experiências de democracia participativa na obra. Salienta-se que, para os autores, existem não apenas um modo de entender o termo globalização, mas tipos diferentes de globalização espalhados pelos mais diversos países do mundo. As experiências de democracia participativa são conhecidas como experiências de “globalização alternativa” (SANTOS, 2003, p.13).

Para Santos essas diferenças podem ser descritas da seguinte forma:

[a] globalização hegemônica [é] dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial, e a globalização contra-hegemônica, as iniciativas locais-globais dos grupos sociais subalternos e dominados no sentido de resistir à opressão, à descaracterização, à marginalização produzidas pela globalização hegemônica (SANTOS, 2003, p.16).

O autor discute então a “globalização alternativa” no sentido de ser contra-hegemônica na lógica da acumulação de capital. Para ele são consideradas contra-

hegemônicas as instituições participativas que garantam em seu desenho de funcionamento novas práticas e principalmente novos atores na cena da decisão política.

Destacam-se no livro as contribuições de Avritzer e o relato de experiências democráticas junto às comunidades de seis países: Brasil, Colômbia, África do Sul, Moçambique, Portugal e Índia, escritos por pesquisadores desses países. Santos e Avritzer apresenta sistematizações acerca da diferenciação entre a teoria hegemônica da democracia e a teoria não hegemônica. Parte-se então para explicações referentes à concepção de “democracia participativa no sul epistemológico”, salientadas por esses autores (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 55).

O projeto partiu da premissa dos estudos de vivências democráticas que aconteceram nesses seis países, sendo importante explicar que para essa análise, foram escolhidas essas nações por apresentarem processos de democratização ou redemocratização recentes, das últimas décadas do século XX. São países que necessariamente passaram por algum tipo de regime político, nesse período, que não fosse o democrático, como é o caso do Brasil e de Portugal, que viveram ditaduras militares, e Moçambique que passou por um regime socialista (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 55).

Sobre a escolha dos países e dos processos analisados, os autores afirmam que,

em todos os casos, junto com a ampliação da democracia ou sua restauração, houve também um processo de redefinição do seu significado cultural. Assim todos os casos de democracia participativa estudados iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas à política” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 56).

Mostra-se, a partir dessas considerações, a discussão de uma nova concepção de democracia em que se valorizam técnicas inovadoras e conceitos voltados ao espectro da esquerda política, passando esses a existir e coexistir no cenário político e social dessas nações. É possível ver o desenvolvimento de novos modelos societários pautados na redefinição da noção de identidade social e de processos que garantem a construção de um ideal participativo e de inclusão que servem para diferenciar essas ações. Os autores apontam também que é imprescindível a criação de arranjos de Estado diferentes daqueles

vividos por esses países ao longo das suas histórias nacionais, pois tais modelos eram pautados pelo autoritarismo, pelo colonialismo e pela discriminação da classe trabalhadora.

Referem-se, enfim, a modelos em que a novidade está na participação popular em decisões e embates societários na construção das políticas públicas, em todos os âmbitos e áreas, sejam eles sociais, ambientais e/ou econômicos. Resumindo, “a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p.59). Com o intuito de revelar a lógica do capital, conservadora e liberal, na qual a participação das massas em assuntos políticos deve ser quase nula ou resguardada apenas a momentos de votação ou eleição das elites políticas. A globalização hegemônica na política, para os autores, viabilizou o fortalecimento do capitalismo como sistema político fundamental para o avanço da concentração de riquezas e do lucro.

Como elementos que propiciam o processo deliberativo, os autores apontam três características, teses, marcantes para que haja o fortalecimento desse tipo de processo em que a participação popular é de fato necessária para os procedimentos decisórios. A primeira delas prima “pelo fortalecimento da demodiversidade”, isto é, que possam existir vários tipos de democracias diferentes que se relacionem com a realidade cultural de cada país, de cada povo, que o sistema político priorize as instâncias participativas ao invés de única e exclusivamente das instâncias de decisão, como as votações. A segunda tese é sobre o “fortalecimento da articulação entre o local e o global” e afirma-se que para as novas experiências democráticas acontecerem é preciso haver apoio de atores sociais transnacionais para repartir as experiências bem-sucedidas de democracia participativa, como é o caso do orçamento participativo brasileiro, para as outras nações em desenvolvimento e em subdesenvolvimento do mundo, angariando novas forças das chamadas “hegemonias alternativas”. A terceira tese diz que é preciso haver a “ampliação de experimentalismo democrático” para outros países, para novos atores sociais, culturais, enfim, para que o aumento de novos rumos e ganhos da democracia participativa nos países do sul cultural (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 77-78).

É importante destacar que dentre essas, que para os autores foram ações bem-sucedidas de democracia participativa, estão os orçamentos participativos ocorridos no Brasil, com destaque para os das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte. Essas ações

foram estudadas e sistematizadas no livro em destaque, assim como outras formas de orçamento participativo. É preciso elucidar de uma forma mais geral o que são essas ações.

O orçamento participativo compreende-se como uma política participativa em nível local que responde a demandas dos fatores desfavorecidos por uma distribuição mais justa dos bens públicos nas cidades brasileiras. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairros e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação dividido em duas etapas (AVRITZER, 2003, p. 576).

Essas etapas se dividem da seguinte maneira: na primeira a participação de todos é direta e na segunda são eleitos vários delegados que formam um conselho, o que de fato se parece com as propostas desenvolvidas por Machperson. Esse tipo de ação, para Avritzer, amplia os critérios de justiça, aumentando o valor da participação popular nos processos decisórios de assuntos necessários a manutenção do Estado de direito, ainda mais quando o assunto é a quantidade de dinheiro público que será investido em políticas, programas e projetos socioambientais, de renda, etc. Além disso, segundo o autor, “o OP [orçamento participativo] inova no próprio conceito de accountability administrativa ao transformar o monitoramento em uma característica permanente do processo administrativo” (AVRITZER, 2003, p. 590).

A partir dessa construção teórica e da necessidade de utilização de seus preceitos nos trabalhos sobre os Conselhos de Políticas Públicas, é que se desenvolveram explicações acerca da democracia participativa inerentes ao desenvolvimento desta tese. Como já explicitado, a vertente deliberacionista também é utilizada pelos pesquisadores nas análises sobre Conselhos de Políticas Públicas, pretende-se então fazer sucintamente um apanhado conceitual relativo ao tema para subsidiar o aprofundamento teórico da temática dessa pesquisa.

A teoria deliberativa foi desenvolvida na segunda metade do século XX como contraponto à teoria liberal-pluralista, tendo como seu principal autor o alemão Habermas. O autor defende o conceito argumentativo de deliberação política dando destaque aos aspectos discursivos desse processo. Ele rompe com a premissa de que a democracia é apenas um método para a agregação de preferências, sendo que a principal

premissa de seu modelo é a interlocução. Nessa interlocução o indivíduo deve possuir meios adequados para uma deliberação autêntica e não apenas meios para expressar suas preferências, como nas eleições.

Com o intuito de construir seu modelo de teoria democrática o autor tece críticas à racionalidade instrumental. Esse conceito foi discutido através das contribuições do pensamento weberiano:

para Weber a racionalidade é cognitivo instrumental, isto é, ela é fruto de um modelo de sociedade centrado no mercado. A premissa da racionalidade instrumental contribui para a compreensão de como foi possível a criação e o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Com o desenvolvimento do Estado burocrático e das novas formas jurídicas do direito racional é que se tem a gênese da racionalidade - formas, meios e fins - desse sistema socioeconômico e cultural (OLIVEIRA, 2013, p. 5).

Habermas então discute e propõe um novo tipo de racionalidade, que o auxiliará a compor os paradigmas da democracia deliberativa, pautada, sobretudo na razão comunicativa. Para o autor, a racionalidade comunicativa possibilitaria a superação da racionalidade instrumental – pautada no sujeito e na ideia de burocracia:

um paradigma perde sua força somente quando é negado por um outro de modo determinado, isto é, quando é invalidado de modo judicioso; ele sempre resistirá à mera evocação da extinção do sujeito. O trabalho de desconstrução, por mais furioso que seja, possui consequências identificáveis somente quando o paradigma da consciência de si, da autorrelação de um sujeito que conhece e age solitário é substituído por um outro – pelo do entendimento recíproco, isto é, da relação intersubjetiva entre indivíduos que, socializados por meio da comunicação, se reconhecem reciprocamente. Só então a crítica ao pensamento controlador da razão centrada no sujeito apresenta-se sob uma forma determinada – a saber, como crítica ao “logocentrismo” ocidental, que não diagnostica uma demasia, mas uma insuficiência da razão (HABERMAS, 2002, p.431-432).

A razão é comunicativa quando advém do diálogo e também dos questionamentos dos atores envolvidos em uma dada situação, que pode ser, por exemplo, a discussão e a aprovação de pautas que envolvem políticas públicas na arena dos Conselhos, nas instâncias de poder. No agir comunicativo,

por “racionalidade” entendemos, antes de tudo, a disposição dos sujeitos capazes de falar e agir para adquirir e aplicar um saber falível [...] Em contrapartida, assim que concebemos o saber como algo mediado pela comunicação, a racionalidade encontra sua medida na capacidade de os participantes responsáveis da interação orientarem-se pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo [...] A razão comunicativa encontra seus critérios nos procedimentos argumentativos de desempenho direto ou indireto das pretensões de validade proposicional, justiça normativa, veracidade subjetiva e adequação estética (HABERMAS, 2002, p.437).

Assim, a formação da vontade política e da opinião, no governo e seu parlamento ou na própria opinião pública, não deve obedecer à lógica de mercado, mas sim ao entendimento mútuo e a suas estruturas de comunicação política. Para Habermas,

a deliberação refere-se a certa atitude voltada para a cooperação social, ou seja, a essa abertura a persuasão mediante razões relativas às pretensões dos outros como às nossas próprias. O meio deliberativo é uma troca bem-intencionada de visões – incluindo os relatos dos participantes sobre sua própria compreensão de seus respectivos interesses vitais [...] em que o voto, se for efetuado represente um conjunto de juízos (HABERMAS, 1995, p. 283).

Esses pressupostos contemplam a igualdade da participação política, voltando suas pesquisas para a construção de um sistema normativo, tendo como pressuposto histórico os primórdios da democracia grega. O autor dá importância também à questão da autonomia, “isto é, a produção das normas sociais pelos próprios integrantes da sociedade, é resgatada como valor fundamental que guia o projeto democrático” (MIGUEL, 2005, p. 11). Sobre esse assunto Habermas afirma que:

a autonomia privada e a pública pressupõem-se mutuamente. O nexó interno entre democracia e Estado de direito consiste em que se, por um lado os cidadãos, só podem fazer uso adequado da sua autonomia pública se forem suficientemente independentes em virtude de uma autonomia privada assegurada; por outro, só podem usufruir uniformemente a autonomia privada se, como cidadãos, fizerem o emprego adequado dessa autonomia política. Por isso, direitos fundamentais liberais e políticos são inseparáveis (HABERMAS, 2003a, p. 71-72).

Assim, indo ao encontro dessa ideia:

os cidadãos só podem fazer um uso adequado de sua autonomia pública quando são independentes o bastante, em razão de uma autonomia privada que esteja equanimente assegurada; mas também no fato de que só poderão chegar a uma regulamentação capaz de gerar consenso, se fizerem uso adequado de sua autonomia política como cidadãos do Estado (HABERMAS, 2003b, 301-302).

Como objetivo fundamental dessa vertente se encontra a imagem da soberania democrática com a defesa das instituições liberais. A democracia deliberativa é normativa e tem no ideal da “boa política”, ou seja, na discussão livre das questões que interessam a um coletivo entre os análogos, uma de suas mais importantes características. A teoria prioriza o diálogo com a intenção de produzir entendimento mútuo entre os participantes e a “situação da fala ou discurso ideal”, que se traduz por um tipo de debate público, está diretamente ligada ao seu ideal normativo, fazendo com que essa teoria tenha uma natureza empírica.

Pode-se pensar que é improvável o abandono de interesses particulares para se admitir um único interesse racional universal. Sendo esse o principal motivo pelo qual a “situação da fala ou discurso ideal” é apresentada como ideal regulativo de toda a teoria deliberativa, muito mais do que normativo (MIGUEL, 2005, p.13-14). Considera também a comunicação “face a face”, sendo “uma comunicação gerada pelos indivíduos como tais, isto é, que não se apresentam como representantes ou porta-vozes de grupos específicos” (MIGUEL, 2005, p.15).

Fala-se então de um ideal que só seria alcançado na micropolítica (assuntos pertinentes a um único sindicato, uma única associação de bairro, um único gabinete de prefeitura), sem abranger a macropolítica (assuntos são pertinentes a todos os indivíduos de bairros, cidades, estados, países e até do mundo inteiro como, por exemplo, as políticas sobre o meio ambiente ou sobre a fome). Isso gera muita polêmica e críticas, uma vez que em sociedades extensas e populosas como os Estados-Nação contemporâneos é quase impossível a participação “face a face” entre todos os indivíduos nos assuntos discutidos.

Os principais teóricos – Gutmann, Sustain, Habermas, Young, Bohman, Rawls, Cohen – dessa escola incorporam a evidência nos mecanismos discursivos como algo fundamental para a democracia. Sobre a legitimidade democrática Cohen assinala que

de acordo com uma concepção deliberativa, uma decisão é coletiva apenas no caso em que emerge das disposições de escolhas coletivas exigíveis que estabelecem as condições para o raciocínio público livre entre iguais que são governados pelas decisões (COHEN, 1998, p. 186 apud MOUFFE, 2006, p. 168).

Sendo esse o atributo mais marcante de toda a teoria deliberativa.

Os valores democráticos do procedimento deliberativo ou do ideal normativo para essa vertente podem ser assim elencados: a) a participação de todos os envolvidos no debate em que qualquer indivíduo pode participar. Desde que seja pertinente ao debate público, qualquer contribuição (fala, ideia, etc) pode ser apresentada, isso leva então a falta de representação política e a certa forma da exclusão dos envolvidos. O ponto negativo que se opõe a essa característica é que se dificulta a racionalização do que é ou não pertinente ao debate. b) apenas a alegação, argumentação, fala, contribuição, ideia, etc. racional é levada em conta pelos participantes, o que gera igualdade entre eles. A maior crítica a esse ponto é que isso nunca acontece de fato; c) os participantes do debate público ideal buscam atingir o consenso, gerando a condição de apropriação de ideias alheias. d) a publicidade dessas questões deve acontecer durante todo o processo de discussão e depois dele. e) a ausência de qualquer tipo de coerção quanto à fala dos envolvidos e f) igualdade de oportunidade para adentrar ao debate público (MOUFFE, 2008, p. 167).

A falta de qualquer um desses valores compromete a legalidade dos resultados, que serão apresentados durante e após a “situação de fala ideal”. Benhabib, justamente sobre os procedimentos deliberativos, escreve o seguinte:

não há regras que em princípio limitem a agenda da conversação ou a identidade dos participantes, desde que qualquer pessoa ou grupo excluído possa demonstrar justificadamente que são afetados de modo relevante pela norma proposta em questão (BENHABIB, 1996, p.70 apud MOUFFE, 2006, p. 168).

Com essa justificativa aparente quer-se dar a todos os participantes o poder de fala e de racionalidade. Cohen destaca, porém, que além de seguirem o procedimento deliberativo, os partícipes do “debate público livre entre iguais” devem ser “razoáveis”, ou nas palavras de Habermas ter uma “racionalidade comunicativa”. Isto é, “eles [os

participantes], procuram defender e criticar instituições e programas nos termos de considerações que outros, como livres e iguais, tem razão para aceitar, dado o fato do pluralismo razoável” (COHEN, 1998, p. 194 apud MOUFFE, 2006, p. 170).

Muitas são as críticas a esse modelo de deliberação. Miguel diz que a democracia deliberativa é um “modelo impróprio” por rejeitar a representação nas decisões políticas, pois essa corrente teórica não valida nenhuma forma de mediação ou de representação. É quase impossível em cidades populosas como as capitais brasileiras ou as megalópoles universais envolver em um “debate público entre iguais” todos os interessados nas assembleias deliberativas; então esse modelo só teria validade no microcosmo, onde a comunicação “face a face” é possível. Miguel aponta também o alto teor abstrato da construção teórica dos autores de democracia deliberativa e também a exigência do consenso como um meio de amortizar a ação política, resguardando o estado atual das coisas (status quo). “Em vez de promotor da emancipação, o ideal deliberativo pode se revestir de um caráter profundamente conservador” (MIGUEL, 2005, p.17).

Fazendo a sua crítica ao ideal deliberativo, Mouffe aponta que substituir uma visão pautada na racionalidade da concorrência política da vertente anterior pela racionalidade da razão comunicativa não diminui ou resolve o problema real. Para essa autora, a democracia deliberativa “deixa de lado um elemento central, que é o papel crucial desempenhando por paixões e afetos na garantia da fidelidade aos valores democráticos” (MOUFFE, 2006 p. 195). Isso significa que na criação e apresentação desse modelo foram esquecidas as principais características e ideais da democracia clássica, que tinha o objetivo de garantir uma visão de “cidadania democrática” na qual se pautam todos os estudos nos “tipos de práticas democráticas” e não nas formas de argumentação ou da garantia das elites políticas nos governos.

Um trabalho interessante nessa vertente e que aborda os Conselhos de Políticas Públicas é o artigo de Faria e Ribeiro (2010) “Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos de Políticas Públicas”. Trabalho em que as autoras discutem a relação entre conceitos e variáveis na literatura deliberacionista sobre Conselhos de Políticas Públicas.

A partir dessa breve introdução à temática sobre as vertentes democráticas, é necessário apontar que a discussão conceitual baseada nesses estudos teóricos dá sentido

a esta tese. A partir dessa construção teórica outras foram desenvolvidas como a que será apresentada no próximo subcapítulo, construções geradoras de conceitos primordiais para a análise dos Conselhos de Políticas Públicas.

## 2.1 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Neste subitem se definem os termos a partir dos quais foi possível a seleção dos artigos que compõem o corpus da análise. A escolha de discutir essas questões objetiva discorrer acerca dos pressupostos dos quais os autores podem partir teoricamente quando discutem os Conselhos de Políticas Públicas (tema fundamental neste trabalho). A autora compreende que ao discutir minimamente esse arsenal teórico, resgatam-se alguns fatores que influenciaram as discussões desse objeto de análise. Ela também vem salientando nesse item que o objeto da tese em si não é necessariamente essa discussão, porém considera esse resgate contribui para a pesquisa.

Explicar o que são instituições participativas, incluindo nesse rol os Conselhos de Políticas Públicas, é condizente com o debate teórico dessa tese por dois motivos principais. O primeiro deles aponta que, ao contextualizar a discussão das instituições participativas de uma maneira mais globalizante, isto é, de uma maneira que explique tratar-se de um fenômeno existente em outros países democráticos, retira dessa análise qualquer percepção dos Conselhos de Políticas Públicas como fruto exclusivo do modelo democrático brasileiro. Revela-se assim um fenômeno institucional que aparece na construção de espaços políticos de outros países. E também se compreende as bases epistemológicas desse conceito, fornecendo subsídios teóricos de contextualização das principais características que auxiliam na interpretação do significado das instituições participativas. Contexto esse fundamental para entender o que são os Conselhos de Políticas Públicas dentro do ordenamento jurídico e político brasileiro, o que se considerou ao longo desse processo uma informação peculiar ao objeto de pesquisa apresentado ao longo deste trabalho. Este subitem foi organizado através da revisão narrativa de textos selecionados pela autora que discutem a temática.

Os Conselhos de políticas públicas são instituições participativas e começar a discussão por esse viés é uma escolha da pesquisa<sup>2</sup>. O debate sobre as Instituições Participativas - IP vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, na literatura da Ciência Política contemporânea. Experiências democráticas recentes, a inclusão de novos atores no cenário político e o desenho institucional verticalizado são alguns dos aspectos que dimensionam e caracterizam essas instâncias de participação e deliberação. A vertente democrática participativa auxilia nessa discussão e explica esses fatores. Sublinha-se que são modelos de formação de políticas, principalmente públicas, desenvolvidos a partir de experiências em gestão e traçados em países cujos processos de democratização ou redemocratização são relativamente recentes, como é o caso do Brasil – cuja Constituição completou 30 anos em 2018.

Os conceitos que ajudam a reforçar a ideia das Instituições Participativas estão intrinsecamente ligados às duas correntes da teoria democrática contemporânea: a) a democracia participativa, ligada principalmente às ideias de Macpherson (1978) e Pateman (1992) e que Santos e Avritzer (2003) apontam como ideais pertencentes a uma “democracia participativa do Norte epistemológico” e de teóricos como o próprio Santos, que apontam haver uma literatura especializada e especificada “democracia participativa do Sul”, “pós-abissal”; b) a democracia deliberativa que na ciência política foi concebida a partir das ideias de Habermas, de seus críticos e defensores (AVRITZER e COSTA, 1994; AVRITZER, 1996; HABERMAS, 1995, 1997, 2003, 2010; MOUFFE, 2006).

Ao sinalizar essa questão de natureza conceitual é importante dizer que a diferença de enfoque entre as duas teorias importa para esse trabalho, assim como para o entendimento da separação de ambas em vertentes democráticas distintas. A democracia participativa solicita em suas bases epistemológicas mais espaços de participação direta dos indivíduos, reconhecendo a importância do confronto e do ativismo para a diminuição das desigualdades que são atinentes ao jogo político por si e à sociedade de uma maneira

---

<sup>2</sup>A discussão apresentada nesta tese sobre instituições participativas é fruto do artigo “Instituições Participativas: balanço conceitual mínimo através da produção no campo da Ciência Política”, apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), no ano de 2017. Escolheram-se as partes mais significativas e relacionadas à temática da Tese para compor esse subitem.

mais geral. Já a democracia deliberativa dá mais atenção aos pressupostos do debate público, que deve ser livre e sem coerção, respeitada a justificação pública<sup>3</sup>. Porém, de acordo com os textos analisados, as instituições participativas, em seu caráter amplo, desenvolvem-se a partir de características de ambas as vertentes e muitas vezes é difícil separá-las no arranjo ou no processo que está sendo desenvolvido e por isso mesmo objeto da ciência política contemporânea.

O livro “Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação” traz uma coletânea de artigos que explicam aos leitores o que são instituições participativas e como elas podem ser pensadas dentro do panorama brasileiro. Este subitem indicará algumas características expostas no livro para discutir a questão das vertentes democráticas.

As instituições participativas foram apontadas no livro como “experiências de participação” (CAMPOS, 2011, p. 55), porém deve-se lembrar da

ressalva de que o nível institucional de um processo participativo é a representação temporária de uma parte dos sistemas relacionais existentes sobre o território. Isso implica dizer que as IP possuem características de processos não institucionais (CAMPOS, 2011, p. 55).

Porém, o que dará a tônica dessas instituições são os processos não institucionais, aquilo que não contempla necessariamente o desenho institucional do modelo de instituição participativa adotada. Por exemplo, os pactos realizados entre os representantes, os atores que exercem uma representação temporária, sobre a instituição participativa e como esses acabam se organizando para votar uma mudança em uma

---

<sup>3</sup> Nesse trabalho está se tratando do *mainstream* das análises sobre democracia deliberativa, existem vozes críticas dentro da própria teoria, como é o caso de Fraser (1992), Yung (2001), Benhabib (1992; 2009), que fazem uma discussão na perspectiva feminina na questão do encapsulamento de assimetrias em relação à neutralidade proposta por seus antecessores. Diz-se isso para deixar claro que existem complementações das formulações teóricas propostas por Habermas, que de certa forma, criticam seu modelo de neutralidade, consensos e esfera pública unitária, utilizam-se de pressupostos da teoria deliberativa, porém modificam-na através dos percursos empíricos da utilização de tal teoria. Para compreender melhor esse processo veja-se o artigo de Clemente e Horochovski (2012, p. 129-132).

determinada política pública ou como esses mesmos atores lidam com os usuários dessa política, com o seu público alvo.

O mesmo autor esclarece que as instituições participativas são “espaços de copresença e a coexistência de distintas temporalidades” (CAMPOS 2011, p.55), temporalidades essas ligadas à “temporalidade subjetiva das assembleias”. As distintas temporalidades de conhecimento dos atores sobre a temática que está sendo deliberada não é algo difícil de acontecer em uma arena discursiva, que um ator com maior capital social consiga reproduzir sua fala e os outros atores acabem por acatar sua opinião sobre aquilo que está sendo deliberado.

Em outro cenário em que os atores discutem acaba-se não criando alianças e simetrias em seus discursos, o que inviabiliza uma decisão por maioria em alguma discussão específica. As instituições participativas são arenas de debate, assim como são arenas de pactuação de discursos e políticas, sendo assim formadas e reformuladas através de “distintas temporalidades”. Compreender minimamente essas arenas exige esse tipo de conhecimento pelos pesquisadores.

As características mais latentes dessa ideia, tanto a questão da “experiência da participação” quanto a da “coexistência de distintas temporalidades”, rebatem a hipótese sustentada por esta pesquisadora. Hipótese que aponta a ideia criadora do conceito de instituições participativas como diretamente ligada à vertente democrática da “democracia participativa”. Não é difícil identificar nessa conceituação, quando o autor explica a questão da “experiência da participação”, que as instituições participativas – que tem participativas em sua definição – estão diretamente ligadas à construção da democracia participativa (SANTOS, 2007).

Já para explicar a questão da “coexistência de distintas temporalidades” com a questão da democracia deliberativa, será necessário retomar duas características dessa vertente democrática. A primeira delas é a questão da racionalidade deliberativa, isto é, “a razão é comunicativa quando se pratica o diálogo nas relações sociais dos indivíduos com o mundo, ou seja, quando ela se abre aos questionamentos e aos debates entre os vários atores multiculturais em instâncias de poder também multiculturais” (OLIVEIRA, 2013, p. 8). E a segunda delas diz respeito à:

constatação do mecanismo de diferenciação das esferas de racionalidade [assim] é que pode emergir e se estabelecer ao longo e separadamente das estruturas sistêmicas (subsistemas econômico e administrativo), uma relação distinta da sociedade civil, dos movimentos sociais e populares, dos cidadãos como um todo, com cada um desses subsistemas, o que para a teoria deliberativa ficou conhecido como “campo da interação social” – ou “mundo da vida” (OLIVEIRA, 2013, p. 9).

Quando se traz essa discussão para elucidar uma possível aproximação entre a discussão dos “espaços de copresença e a coexistência de distintas temporalidades” (uma das características que ajudam a definir instituições participativas) com a questão da democracia deliberativa e seus princípios, apreende-se que a definição de “racionalidade deliberativa” e “mundo da vida”, podem ajudar na compreensão da criação e permanência desses espaços. A construção dessas duas ideias se comunica e é relevante, pois “distintas temporalidades”, para além do tempo, tem a ver com discursos e vivências coletivas de atores que podem divergir em arenas políticas que constroem políticas públicas, ou que estão em contato direto com o público, ou melhor: com a população de um país em específico.

Pires esclarece que as instituições participativas são “instâncias de participação como os conselhos, conferências, orçamentos participativos ou mecanismos de consulta individuais, ou audiências públicas” (2011, p. 29). Assim o autor dá materialidade ao objeto dessa pesquisa, dando nome às instituições participativas brasileiras.

Podemos situá-las em quatro tipos básicos de instituições participativas (PIRES, 2011, p.29): a) canais de expressão individual de preferências, como pesquisas de satisfação, serviços que recebem demandas, sugestões ou reclamações por via internet e ouvidorias – como a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e de diversos outros órgãos da administração pública brasileira, seja de âmbito nacional, estadual ou municipal; b) processos conferencistas – como as Conferências da Assistência Social, que acontecem nas três instâncias político-administrativas e de outras políticas públicas; c) orçamentos participativos (OP) como o Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (nesse quesito só há esse tipo de instituição participativa no âmbito municipal) e d) conselhos de políticas públicas, como os Conselhos de Assistência Social, instâncias que norteiam as políticas públicas brasileiras tendo em seu desenho

participativo a obrigatoriedade de acontecer nas três instâncias político-administrativas, assim como as Conferências.

Uma característica importante apontada por Cortes diz que:

**por meio das instituições participativas criam[-se] espaços de participação para representantes da sociedade civil** (grifo nosso), cria[-se] lideranças sociais que são focos de informação sobre bens e serviços públicos e de confiança nas instituições, o que, por sua vez, amplia o acesso a esses bens e serviços. Esse efeito de feedback – isto é, sistema político, que no caso do sistema brasileira, incorporou as instituições participativas, conferindo recursos a indivíduos e criando processos políticos (...) produziu [também] atores políticos que são simultaneamente mediadores sociais e pontos convergentes de redes de sociabilidade (CORTES, 2011, p.78).

A participação da sociedade civil na efetivação da criação e manutenção dessas arenas políticas fica evidente nessa passagem do texto. Sem essa particularidade nos desenhos institucionais apresentados, a definição de instituição participativa não se exporia como tal. Para a criação do tema e do termo “instituições participativas”, foi necessário analisar a questão da participação da sociedade civil nos desenhos institucionais, assunto que importa e caracteriza essa temática, esse termo. Sem a participação da sociedade civil, de acordo com essa vertente teórica, não há instituição participativa. Aponta-se assim que esse é um critério relevante nessa análise.

Outro critério registrado nessa passagem é a questão da criação de processos políticos, aqui entendidos como processos políticos diferenciados dos processos hegemônicos – como a votação para escolha de candidatos entre políticos profissionais, ou o acompanhamento de seus mandatos. Ao estabelecer novos fluxos de participação da sociedade civil em canais discursivos, que gerenciam e estabelecem modelos de políticas públicas, as instituições participativas ganham status de instâncias políticas, com poder de construção de políticas, através de um arranjo diferenciado, como os Conselhos.

Essa característica é relevante nesta pesquisa, pois o objeto aqui contemplado é um modelo diferenciado de gestão da política pública – considerando todos os tipos de instituições participativas considerados na análise – um modelo com a incorporação de novos desenhos institucionais e principalmente de atores sociais. Como descrito, trata-se de um modelo não-hegemônico de política e de democracia participativa (SANTOS;

AVRITZER, 2002), afetando decisivamente a ciência política brasileira, que passou a analisar e estudar essa forma diferenciada de tratar as questões políticas.

As instituições participativas são modelos, ou melhor, desenhos que necessitam de maior proximidade com a sociedade civil para desempenhar o seu papel dentro do sistema democrático. Dialoga-se com a ideia de que as instituições participativas foram desenvolvidas para fazer um contraponto ao modelo hegemônico de gestão da política. Modelo esse que, como afirmou Schumpeter (1984), se importa com a concorrência entre candidatos, com as eleições e com as formas tradicionais de se fazer política.

Os partidos e suas plataformas de governo são, sem dúvidas, espaços de poder que importam para essa discussão, para o funcionamento adequado desse modelo, a coerência interna desses mecanismos é importante para o bom funcionamento de um governo. Essas e tantas outras características imprimem no modelo hegemônico do fazer político a forma com que ele se apresenta.

Ao tratar do tema desta pesquisa, ao estudá-lo, os pesquisadores acabam por “entrar em um terreno” cheio de controvérsias dentro do próprio campo da ciência política. Ao estudar modelos contra-hegemônicos de democracia, acaba-se por dizer e mostrar que novos formatos de desenhos institucionais que estão sendo elaborados, discutidos e que fazem parte da vida política de uma série de atores (individuais e coletivos), principalmente de países ditos subdesenvolvidos, valem para a pesquisa qualificada da ciência política.

Em tempos de retrocessos políticos como o que vem enfrentando o Brasil nos últimos anos, compreender e valorizar esse arsenal de novos modelos de gestão do “fazer político” pode ser um avanço na manutenção e qualidade da democracia. Ao valorizar as instituições participativas nas pesquisas de ponta da ciência política, se aprecia, de certa maneira, para além da instituição de formatos hegemônicos da gestão da política, novas formas de gerenciamento das políticas públicas. Modelos dessas novas formas podem ser encontrados em países onde a democracia é recente, países influenciados pela “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1994<sup>4</sup>). Valorizam-se novas formas e

---

<sup>4</sup>Ao sinalizar a questão da terceira onda de democratização nesse ponto da análise menciona-se que o Brasil vivenciou esse processo a partir da retomada do processo democrático em seu território. Compreende-se da análise feita por Huntington que países como o Brasil, no final do século XX, vivenciaram processos

formatos (ou desenhos) que muitas vezes só existem naquele dado país, naquele dado esquema, típico de países que recentemente tornaram-se democráticos ou que escolheram através de legislação específica essa forma de governo para executar a gerência do Estado.

Explicitando esse processo, apresenta-se neste trabalho aproximações de diálogo com pesquisas de outros países da América Latina, que trabalham com a temática das instituições participativas. A pesquisa indica esses modelos, sem, contudo, fazer uma análise mais profunda e elaborada dos mesmos, uma vez que a base de dados para a elaboração desse conteúdo foi o material produzido pelos próprios pesquisadores, não havendo trabalho de campo. Utilizam-se artigos de autores que trataram de instituições participativas no Brasil e em outros países, como Argentina, Chile, Colômbia e México. Tendo por objetivo concluir afirmando que tanto a literatura especializada, como as vivências democráticas nesses países foram possíveis de construir aquilo que ficou conhecido ao longo da democratização (ou redemocratização) desses países como instituições participativas.

Essa análise começa com as ponderações de Milani (2008, p.554), quem estuda experiências participativas não necessariamente de instituições participativas, mas que trazem as características desse tipo de organização política. Milani contempla quatro países da América Latina (Argentina, Brasil, Costa Rica e República Dominicana), a fim de descobrir em que medida essas experiências representam inovações de implementação e gestão de políticas, pensando aqui no ciclo das políticas públicas.

Milani aponta que essas novas formas de organização política nascem nos anos 1980 por uma necessidade de respostas ao dilema “necessidades de políticas públicas *versus* garantia de controles democráticos” (MILANI, 2008, p. 553). As respostas têm sido múltiplas, dependendo do contexto histórico dos países, sua cultura política e a evolução de seu sistema burocrático. Ele alega que esse dilema começa com a crise de Estado e a necessidade de reforma por que passaram esses países, afirmando que essa crise foi tanto de governança quanto de governabilidade.

---

políticos de exportação democrática, a partir de um modelo de transição baseado em fatores externos, muito influenciado pelo modelo democrático norte-americano.

Para contornar essa crise, que segundo o autor começou no início dos anos 1990, os governos acabaram por adotar – muito influenciados por organismos internacionais como o Banco Mundial, a União Europeia, as Nações Unidas – a participação social como um dos princípios fundamentais dos processos de deliberação democrática de âmbito local (MILANI, 2008, p. 553 e 554). Segundo ele,

fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas (2008, p. 554).

Milani deixa clara a sua intenção de fazer críticas aos modelos de instituições participativas adotadas pelos países estudados, apontando que a influência dos organismos citados na discussão da participação social deve ser considerada na análise dessas instituições participativas. Ele se preocupa com a seguinte pergunta: até que ponto esses novos arranjos de gestão das políticas públicas são de fato inovadores, progressistas e democráticos?

O pesquisador também identifica a importância da participação da sociedade civil nesse contexto. Entretanto, “a participação dos atores diversificados é estimulada, mas nem sempre é vivida de forma equitativa (...) ela não garante, de modo necessário e automático, legitimidade do processo institucional participativo na construção do interesse coletivo” (2008, p. 555). É necessário analisar e questionar esses modelos, uma vez que é importante compreender quem de fato participa dessas arenas de poder local e como se constrói o interesse coletivo no âmbito desses dispositivos, de acordo com seus desenhos institucionais.

Esse estudo perpassa a hipótese de que o país que estudou, nos dois continentes, encontra-se em uma “crise da democracia representativa” e que essa crise incentivou, além da criação das instituições participativas, a pesquisa desses novos mecanismos de participação inclusive por pesquisadores de países onde o sistema democrático é considerado mais avançado. O autor utiliza princípios da democracia deliberativa para explicar os fenômenos analisados afirmando que “se trata, em última análise de um

padrão de reforma da gestão pública que se inspira nos pressupostos da democracia deliberativa” (MILANI, 2008, p.558). Isso implica dizer que a partir dessa análise:

o Estado perde o monopólio de produção e proteção do bem público, porquanto surge com força a ideia do público não-estatal deslocando interesses e papéis para a sociedade civil. Existe uma maior complexidade do sistema de decisão sobre o fazer política: a decisão não é mais exclusivamente governamental; o governo é central, mas é menor que os chamados sistemas de governança. Existe distribuição de poder no processo de decisão entre diversos atores; há um intenso processo de negociação e definição das regras para a tomada de decisões; cria-se a necessidade de descentralizar as decisões e os recursos; a participação social é central, mas a capacidade de participação dos atores é diferenciada (2008, p. 558).

Essas são as principais características trazidas e estimuladas pelo reordenamento da gestão das políticas públicas influenciadas pelas instituições participativas. É necessário ter o cuidado de compreender a influência da sociedade civil e da participação individual do cidadão nesse contexto, assim como as razões que influenciaram a descentralização de meios e recursos para a deliberação de aspectos que impactaram a gestão e a implementação de políticas públicas.

Entende-se dessa análise que a tarefa de compreender a influência desses atores políticos na arena de decisão é uma variável explicativa, uma vez que para o bom funcionamento das instituições participativas, esses atores devem ter um capital social e político de influência nas instituições participativas semelhantes aos atores estatais. Ao nos dizer isso o autor em sua pesquisa quer responder duas ordens de questionamentos: a) quem participa dessas instâncias de participação, qual o perfil da participação? e b) “Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito das políticas públicas locais analisadas?” (MILANI, 2008, p. 560) – essa pergunta diz respeito a formação de capital social dessas instituições e da construção da agenda das instituições participativas. Além do mais para o autor a participação social perpassa a concepção de cidadania ativa dos indivíduos sociais.

Ao adentrar no quesito da análise das experiências o autor afirma:

são inúmeras as experiências de participação social na América Latina (...) orçamentos participativos, conselhos de políticas públicas, fóruns e redes de desenvolvimento local, círculos de estudos, conferências de construção de consenso, pesquisas deliberativas, júris de cidadãos, entre outras” (MILANI, 2008, p. 561).

As Instituições Participativas ainda estão em fase de amadurecimento e construção, porém é interessante notar que podem integrar esse conceito uma série de instituições com modelos e desenhos institucionais dos mais diversos. As experiências precisam ser estudadas de forma a clarear sua função para o processo democrático, porém essa tarefa é difícil justamente por conta da diversidade em que são encontradas nos sistemas políticos dos países, o amadurecimento e a presença constante de novas formas de construção da política com certeza ainda têm muito a contribuir para a ciência política latino-americana.

Milani (2008, p. 663) estuda cinco experiências latino-americanas de participação (ou como o autor coloca, de gestão participativa), que de acordo com o estudo aqui elaborado compreendem as chamadas instituições participativas. Seriam elas: a) O Planejamento Estratégico do município de Córdoba, na Argentina (iniciado pelo poder público em meados dos anos 1990); b) O Planejamento Urbano do município de Belo Horizonte, no Brasil (iniciado pelo poder público em 1993); c) O Orçamento Participativo de Porto Alegre, no Brasil (iniciado pelo poder público em 1989); d) O Planejamento Local do município de Asserí, na Costa Rica (iniciado pelo poder público e cooperação internacional em 2002) e f) O Comitê de Defesa dos direitos de moradores de bairros – o COPADEBA -, na República Dominicana (iniciado pela sociedade civil em 1978).

Lembrando as duas perguntas que influenciam o autor nessa pesquisa, primeiro ele tenta descrever o perfil de quem participa, chegando à seguinte conclusão: “a totalidade das experiências enseja a participação de cidadãos a título individual (...) sem que estejam, necessariamente, organizados em grupos ou representando associações” (2008, p 566). A participação nesses espaços se faz pelo interesse de certos cidadãos que participam e interagem nas arenas, o interesse dos atores nas instituições participativas e podem ser meramente individuais. O número de mulheres que participam desses espaços é bem menor que o número de homens, compreendendo que há uma questão de gênero a

ser apontada na construção das instituições participativas. Por último, lembra que “os números de participação são bastante modestos se pensados em relação a população local (...) a assimetria de conhecimentos e informações (...) faz com que poucos cidadãos se mobilizem e participem efetivamente da gestão pública participativa” (2008, p. 566).

Essas características trazem em seu bojo a necessidade de rever processos, porém sendo essencial compreender que a cultura política dos países e seu amadurecimento democrático (ou não) é um fator que influencia o poder político desses espaços. As instituições participativas apresentam em sua maioria arranjos institucionais inovadores, principalmente a questão dos desenhos de funcionamento. Não convém, porém, fugir das características muitas vezes reacionárias e conservadoras constantemente presentes nessas arenas por conta da cultura política em que estão inseridas, perpassando muitas das vezes o clientelismo.

A resposta que Milani traz em sua pesquisa é a de que certos elementos presentes nas experiências de instituições participativas podem contribuir para a renovação das políticas públicas, principalmente no aspecto que dizem respeito à participação da sociedade civil na cogestão dessas políticas. Um problema apontado é a questão do bem estar social, que está longe de ser efetivado nos países da América Latina, assim como o papel histórico que o populismo e o conservadorismo tiveram e ainda mantêm na gestão das políticas sociais, principalmente na assistência social.

Outro aspecto discutido é a questão de que as regras do fazer político podem dispersar-se nesses espaços, uma vez que há ausência de mecanismos institucionais que as garantam. E, por último, de como a formulação das políticas públicas locais pode ser afetada pelo limite de como a institucionalidade participativa é vivenciada, por exemplo, por não apresentar em certos casos instâncias formais de organização política dos atores e também pela falta de sustentabilidades das instituições participativas.

Delamaza em seus estudos afirma que a participação cidadã faz parte do campo discursivo das políticas públicas chilenas desde meados dos anos 1990, porém o autor afirma que o processo de institucionalização da participação através de canais discursivos ainda é débil e que há uma desvinculação desses com o espaço público. Essa desvinculação gerou a reprodução das desigualdades de acesso a decisões públicas e

também “certa irrelevância dos mecanismos implementados na trajetória das políticas”<sup>5</sup> (DELAMAZA, 2011, P. 45).

Assim como Milani, Delamaza considera as instituições participativas – que o autor chama de “campo discursivo das políticas públicas chilenas”<sup>6</sup> (2011, p. 46) – um importante canal próprio da construção democrática desse país. O autor estuda nesse artigo os impactos das mudanças geradas pelos “governos Do Acordo (1990-2010)”<sup>7</sup> na sociedade civil e na gestão pública desse país. Ele aponta que

o trabalho postula que a débil institucionalização alcançada e sua desvinculação com o espaço público de deliberação têm como efeito a reprodução das desigualdades de acesso às decisões públicas e certa irrelevância dos mecanismos implementados na trajetória das políticas<sup>8</sup> (DELAMAZA, 2011, p.46).

Isso porque, como acontece no Brasil, a história política chilena é marcada por uma cultura política autoritária, paternalista e

nem sua tradução histórica, nem sua cultura política e suas práticas estatais, oferecem modelos úteis para a incorporação da participação cidadã (...). Durante o século XX a mediação política marcou a configuração da sociedade civil e estruturou sua relação com o Estado. Essa pauta se interrompeu violentamente com o golpe militar de 1973 e a recuperação democrática em 1990 não levou a uma reconstrução da participação política<sup>9</sup> (DELAMAZA, 2011, p. 48).

Há casos, porem, de tentativa de mudanças desse *status quo*, “essa situação recém começa a mudar, e a participação a ter espaço ainda que de forma

---

<sup>5</sup> Tradução da autora.

<sup>6</sup> Tradução da autora.

<sup>7</sup> Tradução da autora.

<sup>8</sup> Tradução da autora.

<sup>9</sup> Tradução da autora.

gradativa e ainda incipiente, a partir do ano 2002<sup>10</sup> (DELAMAZA, 2011, p. 55). Tentativas essas que geraram, como em outras experiências de implementação de instituições participativas na América Latina, avanços e retrocessos na forma de gerir o Estado. Como no Brasil a municipalização das instituições participativas tem relevância nessa discussão

em 1999 estabeleceu-se a obrigatoriedade de contar com Ordenanças Municipais de Participação Cidadã e se definiram normas para plebiscitos comuns de origem cidadã [na cidadania]. No primeiro caso, as ordenanças se estabeleceram de maneira uniforme, adotando-se uma “ordenança modelo” proposta pela Associação Chilena de Municípios<sup>11</sup> (DELAMAZA, 2011, p.57)

O autor aponta que a descentralização no caso chileno acabou gerando mudanças no caráter administrativo sem, contudo, gerar mudanças significadas no caráter político. O principal projeto de lei sobre a temática da “Associação e Participação Cidadã na Gestão Pública [de junho de 2004]<sup>12</sup>” (2011, p. 58) estabelecia o direito à participação na gestão pública e a obrigatoriedade de formar

Conselhos de Organizações da Sociedade Civil, de caráter consultivo em matérias predeterminadas em distintas repartições públicas, entre outras características que modificariam o desenho institucional chileno, conflito político e todas as propostas relativas a mecanismos de democracia direta incluídos nas primeiras versões do projeto, foram excluídas e enviadas ao parlamento, aparentemente por acordos tomados entre os responsáveis políticos Do Acordo<sup>13</sup> (DELAMAZA, 2011, p. 59).

Depois dessa iniciativa o governo de Bachelet (2006-2010) buscou apoio do parlamento para aprovar os conteúdos de “sua Agenda Pró Participação”, estratégia política parecida à Política Nacional de Participação Social, implementada no Brasil pelo governo Dilma Houssef no ano de 2014. Porém, essa iniciativa de reforma política era genérica e houve tensões entre os parlamentares. Para Delamaza, “pode-se concluir que

---

<sup>10</sup>Tradução da autora.

<sup>11</sup> Tradução da autora.

<sup>12</sup>Tradução da autora.

<sup>13</sup>Tradução da autora.

o processo de participação ocupa um espaço institucional reduzido e com baixa articulação com o ciclo das políticas pública que intervém. Isso debilita seu potencial, limitando suas possibilidades de incremento da escala<sup>14</sup>” (2011, p. 68).

Assim, compreende-se desse texto que Delamaza afirma que as instituições participativas são importantes para o processo democrático chileno, porém muito ainda deve ser feito para que elas sejam de fato componentes de transformação cidadã no país. Como no Brasil, o desenho dessas instituições participativas tem caráter inovador, porém a cultura política e o *status quo* da classe política, que insiste em não querer reformar os espaços da arena política, geram instâncias que não potencializam a participação e a deliberação das políticas públicas pela sociedade civil e pela população em caráter mais amplo.

Um aspecto novo trazido por Delamaza é a questão da transformação desses espaços em espaços administrativos, sem o reordenamento político de transformação pelo processo democrático pelo qual essas arenas participativas poderiam em tese gerar. Essa característica das instituições participativas deve ser levada em consideração nesta análise, uma vez que se propõe a apresentar aspectos conceituais abrangentes da análise desse fenômeno político.

Para finalizar a primeira etapa desse balanço, através da história dos conceitos da produção no campo da ciência política sobre as instituições participativas, vale mencionar o texto de autoria de Hevia, Vergara-Lope e Landa. Esse texto analisa instituições participativas de âmbito Federal, trazendo novamente o caráter multifacetado dessas experiências, que perpassam instancias municipais, estaduais e também federais de participação e deliberação.

Os autores têm o intuito de discorrer sobre o aspecto legal de construção de conselhos consultivos e instâncias públicas e para isso eles analisaram 256 leis federais vigentes no ano de 2008 no México que tratavam e identificaram 409 órgãos colegiados de deliberação. Desses 163 casos foram considerados “instâncias públicas de deliberação onde atores governamentais e não governamentais deliberam em espaços públicos sobre

---

<sup>14</sup> Tradução da autora.

diversos campos de políticas públicas<sup>15</sup>” (HEVIA; VERGARA- LOPE; LANDA, 2011, p.65). Os autores chamaram as instituições participativas de “instâncias públicas de deliberação<sup>16</sup> (IPD)” (2011, p.67), salientando a importância dos aportes teóricos da democracia deliberativa para a análise em questão e da vinculação dessa análise com as variáveis analíticas da democracia participativa.

Essa vinculação é constada na seguinte frase: “as instâncias públicas de deliberação se definem como instituições colegiadas onde autores governamentais e não governamentais deliberam em espaço público sobre diversos campos de políticas setoriais<sup>17</sup>” (HEVIA,VERGARA- LOPE E LANDA, 2011, p. 67), não havendo diferenças significativas para a definição de Almeida. A autora brasileira aponta que:

essas são instituições que operam simultaneamente por meios de princípios da participação e representação; transformam características voluntárias da sociedade civil em formas permanentes de organização política; interagem com partidos políticos e atores estatais e para as quais o desenho institucional tem grande relevância em sua efetivação (2014, p. 100).

As definições trazidas por ambas as vertentes democráticas integram o rol de explicações sobre o fenômeno social e político das instituições participativas, sendo necessário perceber as nuances explicitadas por cada uma delas. Não cabe aqui discorrer sobre essas nuances, mas apontar esse fato é válido e faz parte da definição do conceito de instituições participativas.

Voltando ao texto, os autores concluem que:

as IPD identificadas no âmbito federal no México são relativamente abundantes, mas, são opacas (...). O presente estudo disse pouco sobre a eficácia e legitimidade que esses espaços tem em seus campos específicos, sobre a incidência que organizações da sociedade civil podem ou não fazer nesses espaços e sobre a percepção dos próprios participantes. O respeito, um

---

<sup>15</sup>Tradução da autora.

<sup>16</sup>Tradução da autora.

<sup>17</sup>Tradução da autora.

caminho possível é a criação de variáveis que meçam os níveis de institucionalização e representatividade desses organismos (HEVIA, VERGARA- LOPE E LANDA, 2011, p.65).

Essa pesquisa mostra mais uma vez os impactos das variáveis analíticas sobre as instituições participativas. Como nas outras pesquisas analisadas neste capítulo, compreende-se que esses mecanismos democráticos, típicos de processos políticos de países latino-americanos de democracias recentes, precisam de ajustes para intensificar seu papel de ampliação da participação, principalmente da sociedade civil, na gestão das políticas públicas.

Democratizar as relações de poder em países onde a cultura política é autoritária, onde é comum o paternalismo e o clientelismo na maneira de gerir os bens públicos, principalmente aqueles relacionados às políticas sociais, torna-se uma tarefa árdua e instigante. O modelo societário pautado na exclusão, na subordinação da população às vontades e interesses de atores políticos e sociais específicos, na participação política reservada a quem governa, com absoluta clareza auxilia nas características apontadas pelos estudos trazidos nessa pesquisa. Por mais que seja um princípio a participação da sociedade civil nessas instâncias, os pesquisadores fornecem subsídios para questionar a qualidade intrínseca dessa participação, justamente pelo caráter do capital social e do poder de agenda daqueles grupos sociais e indivíduos que gerem a máquina ou o aparato público.

Apontar, por exemplo, que o modelo gerou mudanças apenas no caráter administrativo, sem, contudo, transformar a agenda de deliberação das políticas públicas ou das instituições participativas, sem dúvida é fator primordial a ser considerado nessa análise do conceito. Os pesquisadores afirmam que os modelos de instituições participativas precisam desenvolver-se e qualificar-se e que sua construção deve ser permanente na garantia de espaços de decisão democráticos e participativos. Como se aponta nesse texto, essa tarefa não é fácil e perpassa a mudança de *status quo* de toda a sociedade, incluindo aí a parcela da sociedade que detém o poder político.

Por outro lado, fica clara nessa análise a importância das vertentes analisadas sobre instituições participativas, aspecto relevante para o aprofundamento democrático que aqui se apoia em canais não hegemônicos do fazer político. Porém, é necessário

aprofundar as pesquisas de maneira a compreender longitudinalmente quais são as contribuições dessas instituições para uma nova racionalidade política nos moldes habermasianos e também dos preceitos da democracia participativa. Novas pesquisas nesse âmbito podem articular e comparar esses processos ao longo do tempo, deixa-se aqui uma ideia para pesquisas futuras com a finalidade de compreender as nuances dessas instituições e suas arenas de fomento à discussão.

As instituições participativas são relativamente novas na construção democrática mundial e compreender seus *modus operandi* é necessário para o aprofundamento de democracias recentes. Essa síntese é inicial no sentido de apontar algumas variáveis e alguns fatores teóricos que se apresentam para a construção histórica desse conceito. Porém, perceber-se que esses modelos são essenciais para a construção democrática dos países latino-americanos e que a pesquisa e o fomento desses espaços são necessários. Lembre-se que essa discussão teve por objetivo dimensionar o objeto no qual os autores dos artigos desta tese, esse sim o objeto dessa análise, compreendem alguns aspectos teóricos que estão por trás de suas análises.

A partir dessas considerações, as próximas seções teóricas objetivam fundamentar as metodologias utilizadas neste trabalho. Escolheu-se por fazer essa discussão exatamente nessa parte do trabalho pois essas metodologias estão começando a ser apropriadas pela área da Ciência Política, tanto no Brasil quanto em outros países. O Laboratório de Análise do Campo Científico – LACC do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, como grupo de pesquisa, é uma ferramenta fundamental na difusão do arcabouço teórico apresentado e vem desenvolvendo uma série de estudos e pesquisas nessa área do conhecimento científico. Vale a mencionar que esta tese é uma das pioneiras na utilização desse arsenal metodológico, tanto neste laboratório específico quanto na ciência política brasileira. Essa foi a motivação principal da pesquisadora para aprofundar essa discussão enquanto referencial teórico-metodológico e a partir dessa construção outras podem ser realizadas no sentido de aprimorar a utilização do arsenal metodológico em pesquisas futuras.

## 2.2 REVISÃO NARRATIVA SOBRE BIBLIOMETRIA/CIENTOMETRIA E SUAS VARIANTES

Autores como Lamounier (1982), Reis (1991), Soares (2005), Lessa (2011) apontam a necessidade de sistematização do conhecimento adquirido pela Ciência Política brasileira. Este trabalho assinala um caminho metodológico, entre vários possíveis, para o desenvolvimento de ferramentas que auxiliem nesse hiato do balanço sistêmico da literatura. Inicia-se o estudo de sistematização teórica desse arsenal metodológico.

O elemento central da análise é a indicação da literatura especializada em sociologia do conhecimento, assim como aquela que usa a bibliometria/cientometria e suas variantes, dá para a descrição e classificação de textos científicos. Assim, pretende-se elaborar uma pequena contribuição às análises sobre a construção do conhecimento científico, levando em conta as especificidades da ciência do livro (bibliometria/cientometria) nesta discussão e já se observa a multiplicidade de informações sobre qualquer objeto de análise. As contribuições dos campos da epistemologia e bibliometria/cientometria podem auxiliar na elaboração de ferramentas de análise dos conhecimentos científicos sobre a ciência política.

A epistemologia ou a gnosiologia (teoria do conhecimento) é um ramo da filosofia aplicado à compreensão do conhecimento humano, gerado através dos vários paradigmas de análise da ciência e suas implicações lógicas, isto é, a esfera lógica das teorias<sup>18</sup>. No caso específico, ela serve como base teórica para explicar principalmente a necessidade de sistematização da produção da ciência política brasileira. Essa é uma necessidade latente, como escreve Lessa:

Não há, ainda, uma história sistemática da ciência política brasileira, enquanto domínio reconhecido e institucionalizado. A disciplina é empreendimento de

---

<sup>18</sup> Há algumas diferenças de termo que foram surgindo ao longo da história: teoria do conhecimento é utilizada pela escola alemã e italiana, gnosiologia, escola francesa e a filosofia da ciência é um termo mais recente que vem sendo utilizado nas últimas décadas (SANTOS, 2015, p.3).

extração recente e, a depender do marco escolhido, não ultrapassa datação de quatro décadas de idade. Com efeito, os praticantes do campo, em ação no país e como corpo profissional cujos padrões disciplinares foram fixados e consolidados nos anos 1970-80, distribuem-se em não mais do que três ou quatro gerações (2011, p.19).

Por tratar-se de um campo recente, mas com discussões teóricas, metodológicas, conceituais, interdisciplinares muito ativas, a construção de ferramentas teórico-metodológicas úteis para sistematizar seus achados tornou-se latente, no contexto atual da disciplina. Muitos pesquisadores que se dedicam ao campo da ciência política na pós-graduação têm formações diversas, como economia, direito, comunicação, serviço social, entre outras. Estudos interdisciplinares advindos do próprio campo da Ciência Política brasileira formariam uma agenda de pesquisa interessante para decifrar como essas áreas afins dialogam com a disciplina.

A epistemologia nesse trabalho será compreendida como “a Teoria da Ciência, ou seja, é a busca de um conhecimento sobre o conhecimento científico, como ele acontece, qual o seu valor e quais seus fundamentos lógicos” (RAMOS, 2000, p. 16). Vale salientar que “os termos gnosiologia e epistemologia são frequentemente considerados sinônimos, trata-se em ambos os casos, de ‘teoria do conhecimento’ expressão que também se usa no lugar de qualquer das duas anteriores” (MOURA, apud RAMOS, 2000, p.17).

A partir dessas considerações sobre epistemologia e os cuidados que os pesquisadores devem ter em pesquisas dessa natureza, propõe-se a seguinte pergunta: como a ciência política pode utilizar a cientometria, metodologia própria do campo da ciência da informação, em seus trabalhos empíricos? A resposta a essa pergunta foi pensada objetivamente sobre os caminhos da construção acadêmica e científica da temática dos Conselhos de Políticas Públicas, objeto dessa análise, porém entende-se que pode ser utilizada em outros assuntos. Esse campo tem muito a oferecer à ciência política nessa lógica da compreensão epistemológica do conhecimento científico.

Para responder a essa pergunta também foi feita uma revisão narrativa da literatura sobre o tema, com o intuito de descobrir as principais categorias e variáveis que são levadas em consideração quando se da utilização metodológica dessa ferramenta. Foi necessário primeiramente conhecer o campo da ciência da informação, seus principais

autores e as ideias que fazem desse campo um excelente arsenal teórico para articular a necessidade de sistematização de dados ligados à epistemologia com as pesquisas que debatem essa questão na área da ciência política.

Aqui já começam a aparecer indícios de aproximações entre a ciência política e a biblioteconomia/documentação/ciência da informação, campo multi e interdisciplinar que, entre outras características, discute modelos de medição da informação e de difusão do conhecimento, na medida em que ambas as disciplinas são influenciadas pela estatística nos processos de construção das pesquisas. Há outras características que reforçam essa aproximação, pois já existe uma gama de trabalhos em ciência política em que o balanço da produção qualificada de uma temática específica conta na análise tanto em Teses e Dissertações como também Artigos Científicos em revistas renomadas. Assim, compreende-se a necessidade de elaborar, de forma sistemática e colaborativa entre as duas áreas do conhecimento, explicações sobre o uso das ferramentas que a cientometria utiliza em seus trabalhos.

A biblioteconomia/documentação/ciência da informação é um campo da ciência que tem por objetivo desenvolver as “atividades de identificação, análise e mapeamento dos termos representativos da prática de mensuração” (BUFREM; PRATES, 2005 p.10) da informação de uma maneira geral e também específica da Ciência e Tecnologia (C&T). Nesse documento informação compreende

uma produção fenomenalmente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão (SILVA; GOMES, 2015, p. 150).

Discussão interessante sobre documentação/biblioteconomia/ciência da informação foi apresentada pelos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no trabalho intitulado “Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia a ciência da informação” (BARBOSA; et. al., 2000), no qual os autores apresentam as bases

empíricas para a mudança do nome da Escola de Biblioteconomia da instituição, para Escola de Ciência da Informação. Os especialistas na temática alegam que

historicamente, a biblioteconomia antecede a ciência da informação e sua predecessora, a documentação. Enquanto a biblioteconomia tradicional teve como objetivo assegurar o acesso aos registros da instituição biblioteca, a documentação tinha um âmbito mais amplo e visava à organização e acesso a registros do conhecimento em quaisquer formas e locais (RAYWARD, 1983). A ciência da informação, como o resultado da evolução da documentação, tem por objetivo central o estudo da comunicação efetiva do conhecimento e de seus registros em contextos de uso da informação por sociedades, instituições e indivíduos (SARACEVIC, 1992) ” (BARBOSA; et al, 2000, p. 84).

Por conta dessa explicação se adota nesta tese o termo ciência da informação para contextualizar essa área do conhecimento. Vale explicar que “o termo ciência da informação constitui subárea das ciências sociais aplicadas, na classificação das áreas do conhecimento do CNPq” (BARBOSA; et. al., 2000, p.85). Uma série de modalidades está diretamente ligada a esse termo, como:

biblioteconomia, teoria da informação, teoria geral da informação, processos da comunicação, representação da informação, teoria da classificação, métodos quantitativos, bibliometria, técnicas de recuperação de informação, processos de disseminação de informação, arquivologia e organização de arquivos (BARBOSA; et. al., 2000, p. 85).

Discorrendo sobre o assunto, Rosa aponta que para a cientometria, “a própria noção de ‘conhecimento científico’ é inapropriada, devendo antes falar-se de informação e da sua difusão, uma vez que a «investigação científica é uma atividade de produção-de-informação cuja essência é comunicação»” (2014, p. 116). Por comunicação científica vale a percepção de Targino e Torres (2016, p.30) sobre a natureza da mesma: ao

pesquisador não compete apenas executar planos de investigação científica, mas sim combater o analfabetismo científico (impossibilidade de acesso ou dificuldade de assimilar as informações e os conhecimentos disponíveis), que alcança povos desenvolvidos, em desenvolvimento e terceiro-mundistas.

É através da comunicação científica que se pretende compreender as “normas que aumentam a qualidade da produção [acadêmica] e oferecem legitimação [apresentando formas de] recuperar a informação” (TARGINO e TORRES, 2016, p.21). As produções intelectuais devem ser preservadas e um dos objetivos dessa pesquisa científica é construir conhecimento de como produzir e conduzir pesquisas científicas acerca dos Conselhos de Políticas Públicas (2016, p.22) ou outros assuntos de relevância para o público de cientistas políticos. Para embasar esse caráter Targino e Torres ainda escrevem que:

A comunicação científica se fundamenta na *informação científica* responsável pelo conhecimento científico (...) [representado] acréscimo ao status quo de objetos particulares de estudo ou de especialidades ou de grandes áreas, é evidente que a pesquisa científica está no alicerce de toda comunicação científica (2016, p.29).

Assim, autores que queiram especializar-se em cientometria devem considerar a comunicação científica, porque ela está diretamente ligada ao conhecimento científico, o que se deseja observar nas análises que utilizam as ferramentas dessa ciência.

Os autores no artigo propõem um conjunto de requisitos, do que eles chamam de “competências informacionais” necessárias a esse tipo de análise e apontam as etapas da análise bibliométrica, conforme o Quadro 1:

#### QUADRO 1 - ETAPAS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

---

Etapas da Análise Bibliométrica / Cientométrica
1 - Definição do objetivo da análise bibliométrica
2 - Identificação, localização e acesso às fontes de informação
3 - Estabelecer estratégias de busca de informação para coleta de dados
4 - Recorrer ao referencial teórico para elaborar categorias de análise e construir indicadores
5 - Elaborar trabalhos científicos para divulgação e submissão dos resultados obtidos com análise bibliométrica à crítica externa

---

FONTE: SILVA; Et. Al., 2011, p. 125-126

Os atributos que auxiliam na construção das etapas da Análise foram divididos em três grupos diferentes:

as competências – a) Conhecer as bases teóricas da bibliometria e a aplicação das leis bibliométricas; b) Conhecer os principais indicadores bibliométricos; c) Identificar áreas de excelência, associações temáticas, disciplinas emergentes, interdisciplinaridade, redes de colaboração temática e prioridades; d) Conhecer a literatura de referência da área em que a bibliometria será aplicada; e) Contextualizar os indicadores bibliométricos produzidos na literatura de referência da área pesquisada; f) Estabelecer categoriais de Análise para interpretação dos indicadores bibliométricos produzidos; As Habilidades – a) Conhecer e selecionar fontes de informação; b) Conhecer as categoriais das diversas tipologias documentais; c) *Expertise* para a elaboração de estratégias de pesquisa para a recuperação de dados; d) Elaborar instrumentos para a coleta de dados adequados; e) Utilizar preferencialmente descritores baseados em vocabulários estruturados para buscas e recuperação de informações em bases de dados; f) Dominar os principais recursos estatísticos para a produção de indicadores; g) Produzir recursos visuais como tabelas e gráficos para apresentação dos indicadores produzidos; h) dominar outras línguas, principalmente o inglês; As Atitudes – a) Interagir com profissionais e pesquisadores de outras áreas do conhecimento; b) Agir com ética na manipulação dos dados e interpretação dos resultados; c) Desenvolver postura positiva frente as dificuldades surgidas nas etapas de coletas de dados; d) Dialogar com pesquisadores da área de conhecimento em que a bibliometria será aplicada; e) Reconhecer os alcances e limites das abordagens bibliométricas” (SILVA; Et. Al., 2011, p. 125).

A análise bibliométrica, nos estudos sobre a literatura especializada na área da ciência política, serve para descrever fatores que determinam o campo científico, indicadores que nos mostram um “mapa de construção do conhecimento” sobre um determinado assunto. Neste caso, trata-se de uma análise Cientométrica. Aqui, esses fatores são as variáveis independentes e as que compõem o campo científico, as dependentes, uma vez que aquelas auxiliam na explicação dessas, isto, é de como o campo científico da ciência política trabalha com o objeto dos Conselhos de Políticas Públicas. A análise cientométrica aponta questões empíricas que giram em torno da seguinte ideia: “o campo científico compreende esse determinado assunto dessa forma...”, fazendo-se assim a descrição das variáveis, dos indicadores, auxiliando na apresentação e narrativa do conhecimento científico adquirido sobre uma temática, no caso os Conselhos de Políticas Públicas.

Em estudos sobre a literatura dos Conselhos de Políticas Públicas a cientometria irá apontar quantas vezes o termo “democracia deliberativa” apareceu em um

determinado período histórico, ou então qual é o autor que mais escreveu sobre o assunto, ou a revista que mais publicou sobre a temática. A cientometria é uma ferramenta quantitativa, já a interpretação dos fenômenos deve ser aprofundada, por exemplo, na análise de conteúdo sobre o assunto estudado. Dessa forma, as variáveis explicativas do fenômeno podem ser decodificadas para traçar um panorama explicativo de como o campo científico trabalha e organiza o conhecimento sobre um determinado assunto.

Neste ponto, explica-se a necessidade da utilização de ferramentas metodológicas para complementar o estudo cientométrico em análises da literatura especializada em ciência política e outros campos do conhecimento científico. Por que a complementação metodológica nesses estudos é importante? Compreende-se a bibliometria e a cientometria como uma ciência e não apenas como mera metodologia científica. Como aponta Estivals no clássico “Bibliometria: Teoria e Prática”:

a história, a sociologia, a previsão quantitativa do livro constituem um setor novo da pesquisa em Ciências Humanas [a ciência do livro] (...) A estatística bibliográfica, pelo fato mesmo de concernir ao livro, depende de disciplinas formais e fundamentais (...) A estatística bibliográfica não constitui mais do que uma parte da Bibliometria, a Bibliometria bibliográfica, e depende, assim, sob um segundo ponto de vista, da bibliografia (...) A bibliografia, até então técnica de informação, vai-se tornar a ciência do saber humano escrito e impresso (1986, p. 45 e 47).

Assim a bibliometria/cientometria como ciência precisará também de técnicas para descrever e analisar o material escrito/produzido pelos pesquisadores em ciência política. Ferramentas auxiliares que já são utilizadas nas pesquisas desse campo podem complementar as noções apresentadas. O restante da discussão trará justamente metodologias que auxiliam o pesquisador a explorar de forma prática toda a série de informações trazidas durante essa explanação. Essa é a contribuição teórico-metodológica que esse trabalho quer construir para as análises bibliométricas/cientométricas sobre a literatura de Conselhos de Políticas Públicas, entre outras temáticas relevantes ao campo da ciência política.

A comunicação científica faz parte das análises bibliométricas/cientométricas uma vez que se pretende compreender as “normas que aumentam a qualidade da produção [acadêmica] e oferece legitimação [oferecendo formas de] recuperar a informação”

(BARDIN, 1977, p.21). Para essa compreensão os autores estudados e suas produções intelectuais devem ser preservados (1977, p.22). Para embasar esse caráter Targino e Torres escrevem:

A comunicação científica se fundamenta na *informação científica*, responsável pelo conhecimento científico (...) [representado] acréscimo ao status quo de objetos particulares de estudo ou de especialidades ou de grandes áreas, é evidente que a pesquisa científica está no alicerce de toda comunicação científica (2016, p.29).

Pretende-se com essa discussão salientar que a informação científica, fruto do objeto dessa tese, através dos mecanismos de comunicação científica desenvolvidos historicamente é um material importante para trabalhos de sínteses do conhecimento, no intuito de gerar sistematizações úteis à construção da pesquisa científica de uma determinada área. Ela ajudará no processo de construção de explicações inerentes à pesquisa em Conselhos de Políticas Públicas, de acordo com a construção do desenho de pesquisa apresentado na sessão quatro do presente trabalho.

Até aqui a autora tem discutido a questão da bibliometria/cientometria e suas variantes de uma maneira conjunta, sem explicitar as principais diferenças porque avalia necessário apresentar as considerações desenvolvidas até o presente momento. Daqui em diante pretende-se esclarecer algumas diferenças empregadas na utilização desses termos.

A bibliometria é empregada na análise de “comportamento da literatura” ou da sua forma de comunicação aos leitores sobre determinado tema, utilizando-se de modelos e técnicas estatísticas (PRITCHARD, 1969; apud, 1981, P. 4). A cientometria trata de estudos de cunho bibliométrico no campo da atividade científica, perfazendo as análises através da comunicação científica, organizando-se também através de técnicas estatísticas. Aqui cabe a leitura e interpretação de dados dos indivíduos ligados às pesquisas, isto é, às pesquisadoras e aos pesquisadores, às instituições ligadas a essa temática e também a pesquisa científica e seus resultados para fornecer dados à tomada de decisão em políticas que dizem respeito ao campo científico (SILUO e QINGLI, 2017, s/p.).

Já a infometria (*infometrie*), como conceito, foi desenvolvida nos anos 1980 com o intuito de alargar e ampliar o escopo em relação ao comportamento da informação, não

se restringindo à literatura de forma extensa como a bibliométrica, ou científica, como a cientometria, mas a qualquer tipo de informação, como publicações de jornais, revistas, rádio, televisão, entre outras (SILUO e QINGLI, 2017, s/p.).

### 2.3 REVISÃO NARRATIVA SOBRE AS “REVISÕES DE LITERATURA” ENQUANTO UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Neste trabalho as revisões de literatura podem ser compreendidas como um modelo de investigação científica. De acordo com o Manual da Biblioteca Paulo de Carvalho Mattos da UNESP de Botucatu, elas representam

um processo de busca análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. ‘Literatura’ cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (UNESP, 2015, p.02).

Compreende-se assim que as revisões de literatura estão relacionadas ao processo de síntese de um conhecimento previamente elaborado por outras e outros pesquisadores, e participam da formação da acurácia sobre um determinado assunto.

A discussão desse modelo de investigação científica é primordial neste trabalho, pois a construção que a análise requer da pesquisadora perpassa fundamentalmente essas questões que, para além do cunho metodológico, traz considerações teóricas sobre a abordagem que se pretende estabelecer com o objeto da pesquisa, como já mencionado. Desse modo, de acordo com o Manual citado:

ao fazer um levantamento na base de periódicos nacionais e internacionais da Capes, encontramos diferentes tipos de estudos que realizam revisões de literatura e de produções científicas com as mais variadas denominações: levantamento bibliográfico (MORAIS; ASSUMPCÃO, 2012; SANTOS, 2013), revisão de literatura (MIRANDA; FERREIRA, 2009), revisão bibliográfica (FRANÇA; MATTA; ALVES, 2012), estado da arte (ISOTANI et al., 2009), revisão narrativa (ELIAS et al., 2012), estudo bibliométrico

(SILVA; HAYASHI, 2013), revisão sistemática (DEPAEPE; VERSCHAFFEL; KELCHTERMANS, 2013), revisão integrativa (SOBRAL; CAMPOS, 2012), meta-análise (KYRIAKIDES; CHRISTOFOROU; CHARALAMBOUS, 2013), metassumarização (SANDELOWSKI; BARROSO; VOILS, 2007) e síntese de evidências qualitativas (TONDEUR et al., 2011) (UNESP, 2015, p.03).

Para Littell em um artigo de “Guia Metodológico” da Colaboração Campbell (2018, p.4) os produtos da revisão e síntese da literatura podem ser agrupados em sete tipos: a) as revisões sistemáticas; b) as metas-análise; c) as metas-análise de redes; d) as revisões rápidas; e) as revisões realistas; f) as sínteses de evidências qualitativas; g) as revisões de escopo; h) as evidências e mapas de lacuna<sup>19</sup><sup>20</sup>. Para a autora, há uma “confusão terminológica” dos termos, analisando assim o fato da existência de uma ampla gama de abordagens para a identificação, avaliação e análise de pesquisa empírica nos estudos de revisão da literatura. De acordo com sua leitura, na literatura de pesquisa, essa confusão é conhecida como a “falácia jingle / jangle” em referência aos estudos de Pedhazur e Schmelkin (2018, p.5).

Essa falácia, como explica Littell, está relacionada ao significado errôneo de duas coisas diferentes, ou no caso analisado os sete tipos de revisão de literatura. Como exemplo dessa falácia a autora considera que o termo “revisão rápida” tem sido usado para descrever uma revisão de literatura em que são mencionadas diversas abordagens distintas, de um mesmo objeto de estudo. Já as “revisões de escopo” podem ser utilizadas na descrição de uma ampla gama de métodos no mesmo sentido apresentado pelo tipo citado na frase anterior. Para ela “quando o mesmo termo é utilizado na definição de abordagens díspares, os leitores podem não estar cientes de distinções importantes entre eles<sup>21</sup>” (2018, p.5). A fim de evitar esse tipo de confusão terminológica realiza-se neste trabalho uma revisão narrativa sobre a questão teórico-metodológica que está por trás das revisões de literatura, uma vez que tal discussão é necessária para o desenvolvimento da tese.

---

<sup>19</sup>Tradução da autora.

<sup>20</sup> Nesse trabalho não serão discutidos todos os tipos de revisão apresentados pela autora em seu artigo. Porém, o aprofundamento de alguns modelos, a partir da teoria específica sobre o assunto, será desenvolvido ao longo da análise.

<sup>21</sup>Tradução da autora.

Para Gough e Elborn (2002, p.226), utilizam-se abordagens sistemáticas como recurso metodológico de análises sistemáticas para sintetizar evidências de pesquisa. Essa síntese é importante para a comunicação científica, pois oferece respostas à sociedade sobre “os achados científicos”. Os autores afirmam que

somos através da mídia, como cidadãos comuns, confrontados diariamente com controvérsias e debates em torno de um espectro de questões referentes às políticas públicas, mas normalmente não temos acesso a nenhuma base sistemática de evidências, e portanto, nenhum meio de participar do debate de maneira madura e informada (GOUGH e ELBORN 2002, p.226).

Para eles, há uma questão filosófica, ética, de construir sínteses do conhecimento científico elaborado pelos cientistas, através da revisão de literatura e também da cientometria. Ao elaborar tais revisões a pesquisa científica torna-se uma questão de responsabilidade pública dos pesquisadores, que podem apresentar evidências científicas através de sínteses de conhecimento. É uma ferramenta útil de comunicação científica que contribui para que as pesquisas fiquem mais acessíveis tanto aos pares e à comunidade científica, quanto à sociedade como um todo.

Discute-se como, através da conceituação da revisão narrativa ou tradicional, ela pode ser compreendida como o “estado da arte” (ROTHER, 2007, p.1) das pesquisas sobre uma determinada temática e as qualidades teóricas ou conceituais dos trabalhos desenvolvidos. Nesse tipo de revisão de literatura não são indicados os tipos das fontes de informações, as metodologias para a busca de referências significativas para a análise, tampouco os critérios de inclusão. Por esses motivos não há aplicação de estratégias de busca de matérias que sejam sofisticadas e exaustivas.

A revisão narrativa está sujeita à subjetividade da autoria e é adequada para fundamentar teoricamente um trabalho científico – monografias, dissertações, teses, artigos, entre outros. Nesse tipo de revisão a pesquisadora ou pesquisador pode selecionar, a partir de sua visão teórica, autores que serão analisados e vertentes teóricas que por ventura expliquem seu objeto de pesquisa. É a maneira mais comum de fazer uma revisão da literatura por conta dessas características.

O segundo tópico da classificação elaborada nesse trabalho é a revisão sistemática ou metodológica (CORDEIRO; et. al., 2007, p. 429), que será chamada de revisão sistemática. Esse tipo de revisão pode ser compreendido como um dos modelos de investigação científica e objetiva agrupar, analisar criteriosamente para sintetizar resultados de um apanhado de estudos primários (unidades de análise), no caso apresentado neste trabalho é formado pelos artigos analisados no escopo da análise, sobre Conselhos de Políticas Públicas. A predefinição dos estudos primários deve ser feita a partir de um método sistemático preestabelecido e a escolha do tipo de estudo, artigos, livros, resenhas, teses e dissertações, deve estar diretamente ligada ao enunciado (pergunta) que o pesquisador pretende responder.

Essa metodologia ainda é pouco difundida na ciência política e nas ciências sociais como um todo. Um dos autores influentes dessa área, que discute a aplicabilidade do modelo, é Dacombe. No artigo “Análise Sistemática em Ciência Política: como a abordagem pode contribuir para a pesquisa política?”<sup>22</sup>, o autor discorre sobre a metodologia, como ela se desenvolve, seus critérios de uso prático e também sobre a problemática de sua utilização pelos cientistas políticos. Ele alega que há objeções à utilização da revisão sistemática pelos pares e sinaliza que essas objeções são certas, a priori, e que a utilização da análise sistemática, se bem conduzida, deve ser utilizada pelos pesquisadores da área da ciência política em seus estudos.

Para Dacombe (2017, p. 148 e 149) as revisões sistemáticas podem ser esquematizadas através de sete objetivos básicos: a) identificar tendências emergentes nas pesquisas e intervenções, isto é, questões básicas que foram discutidas pelos pesquisadores em seus estudos; b) reforçar os aspectos da prática na pesquisa, através da literatura que está sendo pesquisada; c) informar a área/campo de pesquisa sobre aspectos teóricos e práticos que podem ser utilizados e/ou discutidos em trabalhos futuros; d) Sintetizar uma grande quantidade de dados sobre uma temática específica, minimizando o viés das pesquisas em certa área/campo; e) explicar a qualidade da pesquisa existente; f) permitir que sejam feitas alegações sobre a eficácia das inovações políticas e g)

---

<sup>22</sup>Tradução da autora, de “Systematic Reviews in Political Science: What can the approach contribute to Political Research?”.

identificar áreas (teoria, metodologia, entre outras questões) em que a pesquisa existente carece de profundidade e rigor.

Para o autor, as revisões sistemáticas devem ser claras em relação aos enunciados abordados na pesquisa e aos limites da revisão, assim as pesquisas devem enfatizar os critérios de inclusão de materiais integrantes da análise. É fundamental que o/a pesquisador/a fundamente explicitamente esses critérios, uma vez que as revisões sistemáticas são definidas por essa etapa do processo metodológico.

Dacombe (2017, p. 150) em seu artigo identifica três tipos de revisão sistemática que podem ser assim sistematizados: a) as *revisões rápidas* que são limitadas ao escopo<sup>23</sup> e à questão temporal da análise, nesse primeiro tipo o pesquisador considera estar diretamente ligado à questão da investigação de problemas permanentes da pesquisa; b) as *revisões de escopo* têm o objetivo de avaliar a extensão e a qualidade da pesquisa, destacando áreas potenciais para estudos futuros; o autor considerou que esse tipo de investigação é um tipo de revisão, preliminar à revisão sistemática completa; e por último, c) as *revisões realistas* que têm o intuito de produzir teorias generalizáveis como as propostas por Hansen e Ripper em seus estudos. De acordo com o autor (2017, p.150) esses tipos de revisão sistemática têm em comum a estrutura do processo de revisão, que deve ser obrigatoriamente crítica, existindo também a necessidade de enquadrar a pergunta de pesquisa, no intuito de utilizar cada uma das abordagens definidas no estudo.

O que Dacombe pretende nesse escrito é discutir questões relacionadas a fatores impeditivos que levam pesquisadores da Ciência Política a não utilizarem as revisões sistemáticas em seus estudos e por que esta metodologia não deve ser refutada por esses pesquisadores (2017, p. 151). Ele aponta e discute em seu artigo três fatores que dizem respeito a essas implicações. A primeira relaciona-se justamente à questão metodológica, pois para os pesquisadores essa abordagem é estreita e limitada. Já a segunda concepção para a não utilização das revisões sistemáticas pelos cientistas políticos afirma que nessa

---

<sup>23</sup> Escopo é entendido como “aquilo que se pretende atingir”, “meta final”, “propósito”, “limite” ou “tarefas que devem ser cumpridas”, “alcance”, “até onde vai alguma coisa” segundo o dicionário Aurélio (ESCOPO). In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/escopo/>). Ao definir o escopo da pesquisa, através de uma metodologia clara e objetiva, o pesquisador conseguirá explicar seu objeto, assim essa definição é imprescindível à análise e ao bom andamento da análise de literatura que está sendo conduzida.

abordagem há várias limitações para analisar trabalhos qualitativos. Como último ponto, Dacombe aponta a questão do “preconceito positivista” que a abordagem imprime. Para o autor esses pontos não trazem prejuízos para a utilização da abordagem por pesquisadores, apontando uma série de argumentos em seu estudo para contrapor essa imagem atribuída às revisões sistemáticas.

Ele considera um equívoco comum afirmar que as revisões sistemáticas adotam rigidamente uma visão positivista. A “hierarquia das evidências”, a conceituação que auxilia a deixar essa versão mais positivista auxiliaria pesquisadores a identificar os estudos mais confiáveis em uma análise (2017, p. 151) e a elaborar seu escopo de pesquisa. Ao utilizar uma metodologia clara na escolha do material que será analisado os pesquisadores não recorreriam aos vieses na pesquisa, como pode acontecer caso o pesquisador não atente a esse fato. Para Gough e Elborne consideram-se “evidências” como

a maior parte das atividades [de uma pesquisa científica] (...) relacionada à agregação de evidências relativas a diferentes conhecimentos e teorias preditivas [tem por objetivo assim] revisar a pesquisa para resumir o que é conhecido (...) e fornecer a base para decidir o que mais necessita discutido por outras pesquisas” (2002, p.226).

De acordo com esse pensamento, a “hierarquia de evidências” tem por objetivo revisar a pesquisa acumulada sobre uma temática, a partir de três aspectos: a) resumir o conhecimento adquirido sobre o objeto da pesquisa; b) fornecer bases para discutir o conhecimento adquirido sobre uma temática específica; c) decidir o que é importante para discussão de pesquisas futuras.

A criação de “hierarquia de evidências”, termo criado pela ciência médica, especificamente por Cochrane, diz respeito ao estabelecimento de revisões sistemáticas de literatura da área específica que sejam confiáveis, pois seu objetivo é elaborar “ensaios randomizados controlados” sobre os efeitos das intervenções em saúde. O critério para a elaboração desses ensaios é utilizar experimentos em saúde controlados e escolhidos de forma aleatória, através de determinadas variáveis controladas e identificando as relações entre essas.

A criação de “hierarquias de evidências” no estabelecimento de revisões sistemáticas de literatura, a partir da elaboração de “ensaios randomizados controlados” - isso é, que dizem respeito a aplicação prática da teoria e grupos de pacientes - serviu de inspiração para que Dacombe e outros cientistas políticos afirmassem que é possível utilizar a análise sistemática (com ou sem metanálise) nos estudos que são próprios do campo da Ciência Política. O autor busca em seu artigo discutir essas questões e desfazer as indagações que de certa forma desqualificam o uso dessa metodologia, nos estudos da política.

Dacombe observa que o objetivo da utilização da “hierarquia de evidências” em revisões sistemáticas, principalmente na ciência política, “não diz respeito à produção de uma hierarquia definitiva de pureza metodológica [entende-se que isso diz respeito a questão positivista da abordagem] para todos os fins, mas sim para que os pesquisadores possam priorizar os tipos de estudos reunidos identificando pesquisas relevantes<sup>24</sup>” (2017, p. 152). Desse modo, esse raciocínio diz respeito à questão de deixar a metodologia da análise clara e objetiva e não simplesmente utilizar as ferramentas de uma forma simplista. Para o autor

é difícil realizar uma metanálise [por exemplo] convincente sem primeiro estabelecer os termos nos quais a pesquisa existente será incluída e o padrão de rigor que será imposto. Através do processo de revisão sistemática são permitidas sínteses de estudos anteriores sendo apresentadas com um maior grau de confiança (DACOMBE, 2017, p.152)

sendo este seu principal argumento para a utilização desse pressuposto metodológico nas pesquisas.

Dessa maneira os pesquisadores podem definir sua base de dados de acordo com critérios de relevância desenvolvidos pela área de sua pesquisa. No caso brasileiro as pesquisas de ponta muitas vezes viram artigos científicos indexados em revistas científicas relevantes, ou seja, bem posicionadas no ranking da CAPES, por isso a

---

<sup>24</sup> Tradução da autora.

utilização desse critério nessa pesquisa. O autor deixa claro que qualquer hierarquia adotada irá depender da questão abordada na revisão, isto é do problema de pesquisa e de sua pergunta principal.

Outro argumento utilizado pelos pesquisadores aponta Dacombe, para impedir a utilização da análise sistemática nos trabalhos da Ciência Política, diz respeito ao fato de que ela subvalorizaria os trabalhos qualitativos, o que para o autor é uma falácia. Ele afirma que

algumas abordagens que têm por objetivo avaliar evidências [a partir de hierarquias de evidências, como são os casos das macroteorias sobre um determinado assunto, no caso dos Conselhos de Políticas Públicas a teoria democrática participativa e também deliberativa, por exemplo, ‘lutam’ com pequenos estudos e posicionam os estudos de caso na parte inferior das hierarquias de evidências<sup>25</sup>] (DACOMBE, 2017, p. 152).

Para o autor o trabalho qualitativo deve ser conciliado com os objetivos da revisão.

Muitos dos estudos sobre Conselhos de Políticas Públicas investigam uma dada instituição participativa, em um dado momento histórico, são estudos de caso, sendo assim, podem ser qualitativos pelo próprio fenômeno que buscam compreender. Trabalhos qualitativos, no caso artigos qualitativos, podem ilustrar muito de uma teoria, se a pesquisa demandar a sua utilização. No caso das ciências médicas, vasta literatura é produzida através desse tipo de pesquisa e como a análise sistemática foi desenvolvida primeiramente nesse campo, essa argumentação de que ela é subvalorizada nas pesquisas pode ser facilmente questionada.

Como último argumento para a desqualificação da utilização de análises sistemáticas, traz-se a questão de que elas seriam teoricamente vagas, o que mais uma vez foi refutado por Dacombe. Para o autor esse tipo de análise tem que ser realista, livre de valores por parte da/do analista. Os textos que compõem a análise precisam “falar por si

---

<sup>25</sup>Traduzido pela autora.

mesmos”, sem a necessidade da escolha de vertentes conceituais, métodos e metodologias de análise pela e pelo analista. Qualquer tipo de preferência traduz-se em uma leitura enviesada do objeto de pesquisa, assim “as questões sobre a relação entre o método e a teoria precisam de cuidado e consideração” (2017, p.153).

Para o autor a construção de uma revisão realista de um determinado assunto, de uma determinada temática, de um objeto da pesquisa, auxilia na resposta de algumas das complexidades teóricas que são atinentes ao assunto que está sendo abordado pela e pelo pesquisador. O foco deve ser cuidadoso na integridade teórica da síntese. Dacombe explica que

a teoria tem um papel essencial a desempenhar em todas as técnicas de revisão sistemática, informando tanto a seleção quanto a avaliação dos estudos incluídos nela (...) Na ciência política questões teóricas raramente são resolvidas e insights importantes sobre a validade das reivindicações podem ser alcançados através da síntese empírica[uma vez que a e o pesquisador irá se utilizar em sua pesquisa de textos que os próprios pares consideram como importantes na área sobre um determinado assunto, no caso específico dessa Tese, os artigos científicos qualificados nos maiores estratos da CAPES] (2017, p. 153).

Para o autor analisado, as revisões sistemáticas devem ser utilizadas pelas e pelos pesquisadores área/campo da ciência política, pois é difícil conciliar a questão da atenção ao processo que é exigido nesse tipo de metodologia e assim, poucos estudos acabam publicando protocolos de revisão. Relatos claros das estratégias de busca e “hierarquias de evidências” são escassos nas pesquisas. Nessa área/campo específica, “existem duas áreas principais onde as revisões sistemáticas podem ser utilizadas pelos cientistas políticos no **escopo e formulação do problema de pesquisa** e/ou na **meta-análise**” (2017, p. 154).

Dacombe dá especial atenção e importância à revisão sistemática no estágio inicial da pesquisa, pois é nesse estágio que o pesquisador fará uma cuidadosa reflexão sobre o problema específico da pesquisa. Para o autor “a capacidade de falar com certeza sobre a qualidade e alcance das evidências da pesquisa podem ajudar a aguçar tanto o foco, quanto a posição metodológica ocupada [dos estudos que estão sendo desenvolvidos]” (2017, p. 154). Há poucos relatos sistematizados sobre o

desenvolvimento da pesquisa nas áreas/campos específicos, incluindo nessa discussão a ciência política, antes de se realizar qualquer revisão sistemática ou meta-análise, é necessário avaliar as pesquisas existentes e para isso a sistematização de protocolos de pesquisa adequados deve ser desenvolvida.

Nessa lógica, há benefícios em perguntar “o que conhecemos” de um determinado campo/área sobre uma determinada temática e “como o conhecemos”, como essa temática está disposta ou é explicada e apresentada pelos pares no escopo da ciência política brasileira. O autor explica então que

revisão sistemática é avaliar pesquisas existentes através daquilo que sabemos sobre uma determinada temática de pesquisa e de como essa temática é conhecida no meio acadêmico, em uma determinada área do conhecimento científico(...) uma importante função das revisões sistemáticas é evitar a replicação desnecessária do esforço de pesquisa” (2017, p. 155).

Através de análise cuidadosa da pesquisa existente e revisões tidas como avançadas, novos insights sobre áreas de pesquisa podem ser fornecidos utilizando-se da comparação ou da combinação de evidências científicas apresentadas ao longo dos artigos ou de outros materiais relevantes. Por isso considera-se tão importante desenvolver um estudo dessa magnitude sobre a temática dessa pesquisa, a literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas, a partir dos artigos científicos classificados nos altos estratos da Qualis-Periódicos.

Além do texto de Dacombe, direcionado ao público de cientistas políticos, para a construção teórica sobre a revisão bibliográfica sistemática - RBS, compreendida como uma revisão sistemática de literatura, destacam-se outros dois artigos brasileiros, de autores de outros campos científicos e que a utilizaram em suas pesquisas. O primeiro deles foi escrito por Conforto, Amaral e Silva, três engenheiros que afirmam que a revisão bibliográfica sistemática auxilia as pesquisadoras e os pesquisadores na análise de artigos de uma determinada área da ciência (2011, p. 1). O seguinte fragmento de seu texto é interessante:

no caso específico de pesquisas avançadas, onde exige-se certo ineditismo e originalidade na contribuição, a revisão bibliográfica desempenha um papel preponderante. Por isso, conduzi-la de forma sistemática e rigorosa, contribui para o desenvolvimento de uma base sólida de conhecimento, facilitando o desenvolvimento da teoria em áreas onde já existem pesquisas, e também, identificando áreas onde há oportunidades para novas pesquisas (CONFORTO, AMARAL E SILVA, 2011, p.1).

Compreendendo com cuidado os objetivos dessa pesquisa, pode-se dizer que a revisão bibliográfica sistemática é necessária quando se quer trazer certa e se aplicada de forma correta contribui para a segurança no trato científico exaustivo da temática analisada. Ao introduzir essa ferramenta à pesquisa no campo da Ciência Política, vislumbra-se esse ganho metodológico para o trabalho. A revisão bibliográfica sistemática tem caráter exploratório-descritivo e os “resultados de uma revisão sistemática permitem identificar lacunas na teoria que podem ser exploradas por outros pesquisadores, mas que não foram identificadas em estudos semelhantes devido à superficialidade e falta de rigor na revisão bibliográfica” (2011, p. 3). Sintetizando o pensamento dos autores,

uma revisão sistemática permite ao pesquisador uma avaliação rigorosa e confiável das pesquisas realizadas dentro de um tema específico. A Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) é um instrumento para mapear trabalhos publicados no tema de pesquisa específico para que o pesquisador seja capaz de elaborar uma síntese do conhecimento existente sobre o assunto ( CONFORTO, AMARAL e SILVA, 2011, p. 3).

Como apontam Ensslin, Ensslin, Yamakawa e et. al., todos engenheiros, o primeiro e principal passo na construção da revisão bibliográfica sistemática é identificar

um portfólio bibliográfico (PB) das publicações científicas relevantes e [realizar] um mapeamento das características desse PB em termos de: (i) quem é/são o(s) pesquisado(res) com trajetória nessa área de conhecimento; (ii) quais são os periódicos que têm devotado espaço para publicação desse assunto; e (iii) qual/quais é/são o(s) artigo(s) de destaque (2014, p. 25).

Já a metanálise nesse contexto tem a ver com a utilização de estatística aplicada à análise sistemática. Como explica Dacombe, esse tipo de investigação científica “envolve a síntese quantitativa dos resultados de diferentes estudos” (2017, p. 155). Através de um artigo brasileiro sobre a temática pode-se compreender que ela auxilia a “sintetizar uma determinada quantidade de conclusões num campo de pesquisa específico. Uma de suas vantagens é elevar a objetividade das revisões de literatura, minimizando possíveis vieses e aumentando a quantidade de estudos analisados” (FIGUEIREDO FILHO; PARANHOS; SILVA JR; et. al., 2014, p. 209), da mesma forma que a análise sistemática. Ela também ajuda na comparação “[d]os resultados das pesquisas não só no que diz respeito ao aspecto substantivo, mas principalmente em relação aos procedimentos metodológicos” (2014, p.209).

De acordo com os autores (2014, p. 210-214), é necessário seguir alguns passos definidos por eles em um planejamento de metanálise, em ciência política: a) *Identificação/formulação do problema de pesquisa*: identificação de variáveis e do padrão entre elas; b) *Coleta da literatura*: na metanálise cada estudo é um caso e a totalidade dos trabalhos sobre determinado problema de pesquisa é considerado a população de interesse. É preciso explicar os critérios para a seleção, assim como sua fonte de coleta; c) *Coleta de informações de cada estudo ou caso*: coleta de informações de cada estudo, com o fim de alimentar a base de dados; d) *Avaliação da qualidade dos estudos*: examina-se o grau de correspondência entre os métodos e técnicas utilizados e as conclusões observadas. Como os autores apontam, é inadequado incluir um estudo com pretensões generalizantes que tenha utilizado uma amostra reduzida; e) *Análise e síntese dos resultados dos estudos*: utilização de testes estatísticos (**técnicas quantitativas**) apropriados para garantir padrões significativos de frequência dos achados, como a agregação de coeficientes de regressão ou o uso de outra técnica. f) *Interpretação dos dados (evidência)*: interpretação substantiva dos resultados de pesquisa, discutindo como os resultados se relacionam com a teoria.

Voltando ao texto de Dacombe esse tipo de análise da literatura teve sua origem a partir dos estudos do pesquisador Gene Glass em 1976, sendo relevante aos estudos nas ciências sociais, com muitas de suas características aplicáveis aos estudos políticos e, pode-se dizer, à política. O autor explica que “seu valor primário está em permitir que inferências sejam feitas a partir de achados agrupados de diferentes estudos (...) através

dos resultados de uma ampla gama de pesquisas e identificar os resultados mais significativos e convincentes” (2017, p.155).

Em seu artigo o autor não explora esse aspecto relativo à inferência da teoria sobre análise sistemática e aponta que houve tentativas de pesquisadores da ciência política de desenvolver metanálises (Doucouliagos e Ulubasoglu, 2008; Strndberg, 2008; Smets e Van Ham, 2013), porém que nenhum desses estudos satisfaz critérios necessários para serem considerados revisão sistemática. Para Dacombe, é necessária a apresentação pelos pesquisadores de três critérios para a realização da metanálise: a) a formulação de uma questão de pesquisa adequada; b) uma pesquisa bibliográfica abrangente e c) que a bibliografia utilizada seja confiável, isto é, que haja certa qualidade dos estudos incluídos no processo (2017, p. 155).

A discussão realizada nessa subseção é considerada necessária para a análise realizada até presente momento, espera-se que as leitoras e os leitores encarem a discussão elaborada como uma introdução da revisão de literatura, salientando seu crescente uso em estudos na área da ciência política. As discussões realizadas nessa seção de pesquisa contribuem para a apresentação de um debate teórico mínimo sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas, assim como sobre a revisão de literatura. No capítulo seguinte apresenta-se o desenho metodológico da pesquisa relacionando as questões teóricas desenvolvidas nesta seção com a parte mais empírica e de análise de dados desenvolvida na seção 4.

### **3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: O PROCESSO DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E SEU PASSO A PASSO**

A finalidade desta seção é explicar como foram desenvolvidos os parâmetros da análise presentes na tese. Esse desenho servirá para responder à pergunta de pesquisa elaborada na introdução do trabalho e se exporão os procedimentos necessários para que chegar as respostas e conclusões do estudo. É necessário apontar, primeiramente, que o estudo bibliográfico, apresentado no referencial teórico-metodológico do trabalho, através da revisão narrativa de ambas as abordagens metodológicas apresentadas, fez parte da sessão anterior pelo caráter introdutório das abordagens na ciência política brasileira.

Ambas as abordagens ganharam destaque na discussão teórica, pois se entendeu a necessidade de que aspectos compreendidos como metodológicos da pesquisa, deveriam ser discutidos teoricamente no texto graças ao teor relativamente novo da discussão na área da ciência política. Assim, elas foram discutidas, a fim de debater o papel da cientometria e da análise de literatura em estudos cujo objeto é a comunicação científica ou o campo científico em suas mais variadas expressões e objetivos. Faz-se esse adendo para mostrar às leitoras e aos leitores a necessidade de apresentar essa discussão aos pares e também para que se compreenda porque ambas as temáticas foram discutidas com destaque em subseções teóricas. Ao apontar essa necessidade no desenho da pesquisa faz com que fique mais clara a opção pela discussão até aqui elaborada. Com isso evidencia-se também que essa discussão teórica de aspectos metodológicos foi uma parte significativa do processo necessário a sistematização dos dados.

Na elaboração deste trabalho utilizaram-se ferramentas metodológicas mistas, isto é, um mix de técnicas quanti-qualitativas e sua triangulação (PARANHOS, et. al., 2016, p. 391-398). Através da amostra, do portfólio bibliográfico, desenvolve-se a análise da literatura referente ao objeto da pesquisa e, a partir disso, uma análise quantitativa e uma análise qualitativa da amostra de estudos previamente selecionados a partir dos princípios mais gerais da análise sistemática de literatura. Na primeira parte deste estudo, intitulada “Pesquisa bibliométrica da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas”, desenvolveu-se uma análise bibliométrica, pois o interesse é fazer uma

discussão da estrutura da área científica, a partir da amostra, de modo quantitativo, analisando variáveis como autoria, vinculação acadêmica, principais periódicos, temáticas de análise dos estudos, entre outros. Na segunda parte, denominada “Estudo Quanti-Qualitativo da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas” desenvolve-se a revisão da literatura da área científica, utilizando evidências e informações extraídas da própria análise bibliométrica para apontar as principais contribuições referentes aos Conselhos de Políticas Públicas na área da ciência política, entre outras, como a área da Saúde, com o intuito de mostrar como essa temática se distribui nos artigos analisados e discutir oportunidades de pesquisa sobre a temática.

As metodologias de pesquisa empregadas foram as seguintes: a) a **revisão de escopo da literatura** como técnica de sistematização dos artigos através de um Protocolo Sistemático de Pesquisa que auxiliou a escolha dos artigos. Também criação de um Portfólio de Pesquisa composto por 99 artigos que formam a base de dados da análise; b) **técnicas de cientometria**; e c) **análise de redes sociais e semânticas** do Portfólio de Pesquisa.; o último ponto foi incluído através do item a, essa ferramenta é auxiliar à técnica de análise de escopo da literatura, nesse estudo.

É necessário explicar que a pesquisadora considera seu trabalho uma análise sistemática de escopo da literatura, utilizando as premissas de análise elaboradas pela Colaboração Campbell, Colaboração Cochrane e sistematizadas por Dacombe (2017), através de seus Protocolos de Análise da Literatura. Vale essa observação, deixando claro que a análise de escopo da literatura segue as premissas da análise sistemática de literatura, quanto à importância ao rigor metodológico na escolha do Portfólio da Pesquisa, principalmente para a diminuição do viés, característica necessária para os tipos de análise discutidos até aqui.

Outra metodologia utilizada nessa pesquisa é a análise de redes sociais e semânticas e a pesquisadora apresentará sucintamente as principais informações sobre seu uso nas pesquisas da ciência política brasileira<sup>26</sup>. Quer-se com isso aprofundar o

---

<sup>26</sup>Nessa construção teórica a autora trará as informações contidas no artigo de sua autoria: “Análise de Redes Sociais nos Artigos Científicos Brasileiros (2005-2015): O que a Plataforma SCIELO-Brasil pode mostrar a Ciência Política?” apresentado no 7º Seminário Nacional Sociologia e Política. No referido artigo a autora fez a análise dos resultados de pesquisas que se utilizam da Análise de Redes Sociais (ARS) nas revistas brasileiras encontradas na SciELO-Brasil. Esse trabalho foi uma tentativa inicial de organizar e

debate teórico da utilização dessa metodologia como ferramenta de análise na Ciência Política, pois se compreende, a partir da pesquisa realizada pela autora dessa tese, que utilização dessa ferramenta nas pesquisas da área é recente e ainda pouco frequente.

Degenne define a Análise de Redes Sociais como um “recente conjunto de métodos para estudos sistemáticos de estruturas sociais” e junto a Forsé, no clássico “Introducing Social Networks”, esclarece uma série de características próprias a esse tipo de abordagem, servindo para que várias dúvidas sobre o assunto fossem esclarecidas ao longo da leitura da obra e de outros materiais – livros e artigos científicos. O trabalho não se restringe ao ato de fazer um resumo de toda obra, mas sim trata de questões que se compreenderam mais importantes para a explicação da Análise de Redes Sociais como uma ferramenta metodológica ímpar nas análises empíricas da Ciência Política contemporânea.

De acordo com Wasserman (1998) a Análise de Redes Sociais é encarada como uma metodologia social voltada para a compreensão de relações e padrões de relações que se utilizam de um conjunto de métodos e conceitos de análise diferente dos métodos estatísticos, isto é, um contraponto bastante importante do arsenal metodológico. Outra de suas características é que a Análise de Redes Sociais está fundamentada na importância do relacionamento entre as unidades de interação. Essas unidades podem ser vinculadas a redes completas – em que se analisam todos os laços de certo grupo tendo por objetivo

---

compreender a partir da literatura especializada encontrada na SCIELO-Brasil o uso da ARS nos estudos científicos no país, constituindo assim um arsenal bibliométrico inicial sobre o assunto, seus usos e principais autores. De acordo com a pesquisa, até o mês de março de 2016 identificou-se nesse Portal específico 38 artigos científicos contendo em suas palavras-chave o termo ARS. A maioria dos trabalhos publicados que utilizam essa metodologia no âmbito da cientificidade brasileira era, na época, da grande área de Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com esse dado inicial de pesquisa, a tendência é de que os trabalhos que envolvem a ARS como metodologia não cresçam em número, proporção e importância ao longo dos anos na Ciência Política, a partir da análise dessa Plataforma específica. Porém, isso pode mudar ao longo do tempo, uma vez que a área de Ciências Sociais Aplicadas, principalmente Administração e Ciência da Informação, já utilizam a ARS e publicam suas descobertas há um tempo considerável, podendo servir como exemplos práticos de utilização da ferramenta para o campo da Ciência Política. Concluiu-se com a pesquisa que há um potencial de uso da ARS nas explicações sobre Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Instituições Participativas, assim como em estudos de outros objetos e naturezas na grande área do conhecimento da Ciência Política. Para comprovar essa tese o artigo trouxe exemplos de trabalhos em que pesquisadores da Ciência Política utilizam a ARS. Outra descoberta é que as Ciências Sociais Aplicadas podem apontar alguns caminhos de utilização metodológica do objeto exposto.

descrever padrões estruturais de funcionamento da população, ou de vínculos com grandes corporações – ou de redes pessoais – em sua análise há o interesse de analisar os indivíduos para entender padrões em seus laços de socialização que afetam os fluxos de recursos dessas pessoas (Wellman, 1983).

A Análise de Redes Sociais também está baseada na relevância do relacionamento entre as unidades de interação, redes completas ou pessoais, sendo que suas relações em qualquer um dos casos estarão definidas ou baseadas em vínculos entre as unidades que são componentes fundamentais da teoria de redes. Lembra-se também que as relações definidas por vínculos sociais são componentes essenciais à teoria e à metodologia aqui exposta. Como última característica da Análise de Redes Sociais os autores imputam uma regra básica, que deve ser seguida por todos os interessados em utilizá-la em suas pesquisas: a unidade da análise de redes não é apenas o indivíduo isolado, mas pode ser também uma entidade consistida de uma coleção de indivíduos ou atores (nós) e os vínculos entre eles (arestas – conexões ou laços) (Wasserman, 1998) – compreendendo os atores como “indivíduos, organizações, páginas web, computadores, palavras, neurônios, etc.” (FADIGAS, et. al., 2009, p. 168).

Diante do exposto, é fundamental a Análise de Redes Sociais trabalhar e compreender os dados relacionais, isso é, aqueles que expressam relações (conexões ou laços) entre indivíduos/objetos (nós – indivíduos, grupos, instituições) distintos, diversos, e que esses dados possam ser utilizados para explicar algum fator estruturante da pesquisa científica, no caso aquela relacionada a Ciência Política em sua excelência. Fica clara nessa abordagem que o foco da compreensão analítica é deslocado dos atributos individuais dos indivíduos (sexo, idade, formação, situação socioeconômica, por exemplo), que ainda é a abordagem tradicional nas ciências sociais, e passam para as relações que os indivíduos ou instituições estabelecem em um determinado contexto social. A análise de Redes Sociais permite que se passe das “categorias” às “relações”. Na abordagem metodológica e científica hegemônica da ciência política – a estatística e sua razão quantitativista da análise do saber – a realidade social não é compreendida através de relações, conexões ou laços entre indivíduos ou instituições, os dados empíricos nessa abordagem metodológica na maioria das vezes aparecem nas pesquisas como categorias de análise. Nessa esfera de análise o que realmente importa é transformar as categorias descritivas de explicação de um dado fenômeno político em variáveis

explicativas. Ao utilizar essas ferramentas o pesquisador agrega os indivíduos da pesquisa com atributos semelhantes, mas acaba por não compreender as relações sociais, econômicas ou políticas entre os indivíduos e está aí o grande diferencial da Análise de Redes Semânticas, na análise de questões políticas.

É justamente essa relação que Degenne e Forsé desejam elucidar em seu modelo de Análise de Redes Semânticas (1999, p. 6). Os autores auxiliam a questionar que além de indivíduos ou instituições ajudarem na construção de categorias de análise do social, eles também constroem redes relacionais que podem e devem ser utilizadas nas análises científicas. As categorias, segundo Degenne e Forsé (1999, p. 7), não são mais que reflexo das relações que as ligam entre si ao explicar um dado fenômeno, seja social, político ou econômico. Para os autores, além dos indivíduos e das instituições importarem, as relações entre eles também importam, relações que perpassam interesses dos mais variados, mostrando também a influência que certos atores e/ou instituições têm na Rede da qual fazem parte.

Nessa lógica, as categorias não são construídas e definidas sem que se faça conhecer as análises de relações entre os elementos que compõem a estrutura, por isso entende-se que essa metodologia de análise é frutífera para a área da ciência política. Os conjuntos de relações que interligam as unidades independentes (indivíduos, ou grupos) devem ser o ponto de partida da investigação em ARS. Nessa metodologia não se podem ignorar as relações estabelecidas entre os elementos para tentar compreender as estruturas adjacentes às categorias, como por exemplo as instituições (como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Organizações da Sociedade Civil, Secretarias de Políticas Públicas, Câmaras de Vereadores dos Municípios, Prefeituras, entre outras instituições relevantes para a análise de fatores e variáveis políticas). É justamente essa armadilha que a ARS evita, enxergando nos processos políticos suas regularidades e categorizações de modo intuitivo, através do exame atento do conjunto das relações preestabelecidas.

Os modelos de interação, como já salientado, entre atores sociais importam à Análise de Redes Sociais e fornecem ao pesquisador explicações do comportamento social daqueles que estão sendo analisados cientificamente. Por conta desse aspecto, essa metodologia é eficaz nos estudos de explicações de fenômenos políticos, pois não se baseia no estudo dos efeitos independentes dos atributos individuais ou das relações duais, é preciso conhecer profundamente o contexto por detrás das relações. A Análise de

Redes Sociais está intrinsecamente ligada à premissa de que estas redes funcionam através de uma realidade própria, a sua influência não se reduz a atributos pessoais, constrangimentos normativos ou efeitos cumulativos de várias interações, e é isso que deve ficar bem claro ao utilizar essa metodologia no estudo dos fenômenos políticos (Portugal, 2007, p. 8).

Degenne e Forsé argumentam que a ARS está em vias de construir-se como um novo paradigma nas ciências sociais. De acordo com Fialho (2015, p. 75), considerar a Análise de Redes Sociais como um novo paradigma é algo excessivo, porém se a víssemos somente como uma metodologia teríamos uma análise limitada do assunto. Para o autor, corroborando com as indicações de Degenne e Forsé, o tema Redes Sociais está ganhando status de novo paradigma enquanto corrente do pensamento social, mas ainda não está consolidado. Pensar a análise de redes como simples metodologia reduz seu significado. Na concepção estrutural, a qual Degenne e Forsé se filiam para explicar a Análise de Redes Sociais, já é possível encontrar aportes metodológicos fortes e eficientes que tem gerado bons frutos para a ciência social desde 1970.

Outro resultado da utilização da Análise de Redes Sociais, também discutido por Fialho (2015, p. 76), diz respeito à centralidade que essa ferramenta teórico-metodológica adquiriu ao ter colocado no centro da análise as relações sociais entre os atores, que passaram a se constituir como unidades de análise. É interessante, continua a argumentação do autor, como já é possível distinguir o termo “redes” de outros termos como “interação”, “diálogo”, etc. Essa característica contribui para que a Análise de Redes Sociais a ganhe um status de modelo explicativo das diversas formas de interação social dos atores nos mais diversos tipos de Redes Sociais. Como se percebe através dessa análise, há um longo caminho para a Ciência Política percorrer no uso da Análise de Redes Sociais como ferramenta, tanto de seu funcionamento como de sua utilização em trabalhos científicos. O modo como as Ciências Sociais Aplicadas utilizam a ARS pode ajudar na explicação de vários fatores teórico-metodológicos sobre a instrumentalização desse compêndio metodológico pela Ciência Política.

De acordo com o artigo “Análise de Redes Sociais nos Artigos Científicos Brasileiros (2005-2015): O que a Plataforma SCIELO-Brasil pode mostrar a Ciência Política?”, a utilização da Análise de Redes Sociais está diretamente relacionada aos termos: a) Administração Pública e Gestão Social; b) Análise de Discurso; c) Avaliação

de Programas; d) Banqueiros na América Latina; d) Classes Sociais; e) Conselho de Administração; f) Enfoque Processual e Relacional; g) Estudos Organizacionais; h) Governança Local; i) Instituições; j) Marxismo; k) Mecanismos Sociais; l) Papéis Sociais; m) Participação, n) Pontos de Cultura; o) Redes de Políticas Públicas; p) Sociedade Civil e por último q) Teoria Institucional. Os termos de busca que mais aparecem na respectiva análise são: a) Redes Sociais; b) Redes Intraorganizacionais – ambos os termos foram utilizados em artigos que tinham por objetivo traçar Redes de grupos institucionais ou de atores diretamente ligados ao seu objeto de análise; c) Redes de Pesquisa; d) Produção Científica; e) Coautoria e f) Bibliometria.

É interessante destacar também que a maioria dos artigos traça alguma Rede para a compreensão de aspectos da própria ciência, querendo descobrir quem são os autores que abordam determinado assunto e as instituições de pesquisas parceiras para a compreensão de uma dada realidade. O principal objetivo dessas pesquisas nas publicações dessa Revista específica, quando falamos em ARS, é justamente esse. Assim cinco dos sete artigos fazem esse tipo de análise e são assim tematizados: a) Análise de Redes de atores e instituições responsáveis pelo campo de administração pública e gestão social (ROSSONI; HOCAYEN-DA-SILVA, 2008); b) Análise do campo científico da gestão de operações brasileiras de acordo com a Rede de pesquisadores (MARTINS; ROSSONI; et. AL., 2010); c) Rede de relacionamentos entre instituições no campo da ciência e tecnologia (ROSSONI; HOCAYEN-DA-SILVA, FERREIRA, 2008); d) Rede de cooperação institucional no campo da pesquisa em estratégia (ROSSONI; GARRIDO, 2007).

De acordo com o mesmo artigo, a Análise de Rede Semântica é compreendida como uma metodologia utilizada para gerar relações entre conceitos, variáveis explicativas debatidas em entrevistas, análise documental e de conteúdo. Na linguística, análise semântica é o processo de relacionar estruturas sintáticas, a partir dos níveis de frases, orações, frases e parágrafos, ao nível da escrita como um todo. Em seu artigo, a autora desta tese apreendeu como hipótese que o uso dessa abordagem metodológica, é ainda menos conhecida e utilizada pelos pares em suas pesquisas do que a Análise de Redes Sociais, deixou porém claro que isso precisava ser comprovado. De acordo com Fadigas, et. al., “esse tipo de rede representa um dos fundamentos teóricos do estudo de

processos cognitivos, uma vez que pode ser usado para representar ou inferir sobre conhecimento” (2009, p. 169).

A partir dessas informações organizou-se o conteúdo relativo às metodologias utilizadas na tese para demonstrar sua relevância no estudo. No próximo subitem organizaram-se as informações, assim como os caminhos metodológicos, referentes à criação do Protocolo Sistemático e do Portfólio Bibliográfico (de Artigos) que compuseram a presente pesquisa.

Dispensou-se especial atenção também à elucidação de explicações teóricas sobre o Qualis-Periódicos. Com tal objetivo, a pesquisadora Barata (2016, p. 16) explica que o Qualis-Periódicos é “uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Sua função é auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica”. Adotou-se como critério nessa pesquisa a base de dados do Qualis-Periódicos do citado quadriênio, pois se trata de um indicador que contribui para mapear em quais revistas científicas, os pesquisadores de certa área do conhecimento, no caso a ciência política e relações internacionais, publicaram em determinado período de tempo. Nessa pesquisa, não se considerou a classificação das revistas selecionadas em quadriênios anteriores, pois se presumiu que a qualidade das revistas é um dado histórico, isto é, que a revista hoje classificada nos extratos mais altos do Qualis-Periódicos se desenvolveu historicamente a tal ponto que na atualidade ela é relevante e publica artigos importantes para a pesquisa em nossa área de conhecimento.

A autora afirma que “o Qualis não é uma base de indexação de periódicos. Não deve ser considerado como uma fonte adequada de classificação da qualidade dos periódicos científicos para outro fim que não a avaliação do Programas de Pós-Graduação” (2016, p. 17). O índice do Qualis-Periódicos, assim como outros índices da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG, surgiu da necessidade de certificar a qualidade da pós-graduação brasileira, principalmente dos cursos de Mestrado e Doutorado. Um dos objetivos da SNPG é o de fortalecer as bases científicas da pós-graduação no país. O processamento dos dados é “realizado em 49 áreas de avaliação, número vigente em 2017, e segue uma mesma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES)” (BARATA, 2016, p. 20). Para essa pesquisa o quesito considerado para a construção da

base de dados é o Qualis-Periódicos, de forma que este indique a autoria e também as revistas de circulação no campo acadêmico em que se encontram as publicações relacionadas à temática da pesquisa.

O trabalho não se restringiu aos autores da área da Ciência Política e a questão da interdisciplinaridade atribuída à produção sobre os Conselhos de Políticas Públicas foi contemplada. O Documento de Área da Ciência Política, elaborado a pedido da CAPES no ano de 2016, evidencia que a área tem um viés de construção do conhecimento interdisciplinar. A questão da interdisciplinaridade na área da Ciência Política está assim referenciada no documento:

Ao longo de seu processo de constituição como disciplina, a Ciência Política estabeleceu forte diálogo acadêmico com outras disciplinas vizinhas, especialmente a Sociologia, a Economia, a História, o Direito e a Filosofia. Sua vocação interdisciplinar fica evidenciada ao observar-se o tratamento conferido aos principais temas de investigação científica da área. Assim, por exemplo, pesquisas dentro do campo de estudos de políticas públicas, que envolvem investigações sobre processos de decisão e o impacto de políticas governamentais, padrões de gasto público, eficácia e qualidade dos serviços públicos, variações na expansão de políticas sociais e no escopo dos welfare states, é comum vermos cooperação entre a Ciência Política e outras disciplinas (...) sua vocação interdisciplinar fica evidenciada ao observar-se o tratamento conferido aos principais temas de investigação científica da área (...). A Ciência Política constitui-se como área do conhecimento atravessando fronteiras disciplinares e incentivando o diálogo e a cooperação com outras áreas em torno das agendas de investigação convergentes (BRASIL, DOCUMENTO DE ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA, 2016, p. 7).

Então, o principal objetivo da abertura a outras áreas do conhecimento, a partir das variáveis da pesquisa e tendo como recorte específico as revistas da área da ciência política brasileira, é compreender como os Conselhos de Políticas Públicas são trabalhados academicamente ao longo do tempo nas pesquisas brasileiras. Ao abrir a pesquisa a áreas interdisciplinares, como a Sociologia, Antropologia, Campo de Públicas, Serviço Social, Área da Saúde, Educação, cuja produção é qualificada na CAPES a partir da área de Ciência Política, não se restringindo aos cientistas políticos de maneira exclusiva, vislumbra-se o conhecimento sobre a temática de maneira mais global e eficiente. Isso porque a problemática da pesquisa perpassa o conhecimento interdisciplinar em relação a ela. A abertura a outras áreas do conhecimento, a partir da interdisciplinaridade presente na discussão dos Conselhos, será restringida aos periódicos

de Qualis-Periódicos A1, A2, B1 da Ciência Política, pois o interesse nosso é compreender o objeto a partir dessa construção científica.

Para explicar esse recorte destaca-se a discussão elaborada no documento “Considerações sobre Qualis-Periódicos”, organizado pela Diretoria de Avaliação da Área de Ciência Política na CAPE em que está expresso o seguinte:

os parâmetros de classificação adotados no Qualis da Área de Ciência Política e Relações Internacionais para o Quadriênio 2013-2016 consolidaram os critérios empregados desde 2011: um periódico para integrar os estratos A1 e A2 deve estar na base SCImago/Scopus e possuir SJR; para ser B1 deve estar na SCImago/Scopus ou Scielo. A Área de Ciência Política e Relações Internacionais considera para efeitos de pontuação no **Índice de Produção Qualificada-revistas (IPQ-r)** somente publicações em periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1. Considerando proporção dos periódicos que estão classificados nestes estratos, pode-se constatar o alto rigor e exigência empregados pela Área na pontuação da produção científica dos docentes (grifo nosso) (BRASIL, 2016, p. 1 e 4).

No documento aparecem todos os critérios de qualificação dos periódicos, além de uma definição do termo “periódico científico”, necessária a essa introdução, uma vez que é utilizada para subsidiar a discussão. Por periódico científico entende-se:

um dos tipos de publicações seriadas, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN) (BRASIL, 2016, p. 1).

Nesta tese trabalhou-se com a Base de Dados da SciELO Brasil, sem que se ativesse a pesquisa a outras bases de dados como a Web of Science ou a Scopus. A escolha dessa base de dados está diretamente relacionada ao fato de que as revistas que figuram nos rankings mais altos, A1, A2, B1, da qualificação do Qualis-Periódicos de qualquer área de conhecimento no Brasil, encontram-se nessa base de dados. É o Qualis-Periódicos que auxilia os pesquisadores na classificação da produção científica no país. Tal classificação é feita por comitês de consultores de cada uma das áreas de conhecimento

seguindo critérios previamente definidos cujo objetivo é garantir que a qualidade dos periódicos não seja definida através de fatores subjetivos, por exemplo, se materializando através de periódicos que de fato foram utilizados pelos pesquisadores dos programas de pós-graduação, para divulgação científica, em certo período de tempo (nesse caso o quadriênio 2013-2016), pela área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Assim, utilizaram-se critérios relacionados ao ranqueamento da Qualis-Periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais e não necessariamente qual seria a melhor base de dados para a concretização da pesquisa, entendendo-se que de fato pela Scielo Brasil é possível realizar os objetivos da análise. Então, não é um objetivo da pesquisa organizar uma discussão sobre a qualidade das revistas no intuito de selecionar os artigos que seriam analisados. O fator que realmente importa para o trabalho é determinado pela questão da qualificação do Qualis-Periódicos e de alguns critérios que auxiliaram a Coordenação da Área e Comissão de Avaliação Quadrienal, na escolha das revistas que fazem parte do ranqueamento dos extratos mais altos desse índice, esse último fator retroalimentando o primeiro deles.

Os parâmetros de avaliação foram considerados pelo comitê da área de Ciência Política, através de seu Coordenador da Área e Comissão de Avaliação Quadrienal no “Relatório de Avaliação 2013-2016: Quadrienal 2017”, como rigorosos, sendo evidenciados através dos seguintes elementos:

(1) uma classificação conservadora do Qualis: proporção de periódicos classificados como A1+A2 e A1+A2+B1 cerca de 50% inferior aos limites fixados pelo CTC-ES [Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)]; (2) predomínio de periódicos internacionais nos estratos superiores; (3) Pontuação para efeitos de avaliação da produção científica restrita a trabalhos em revistas A1, A2 e B1 e livros ou capítulos classificados como L4 e L3 (2017, p. 09).

Sobre os parâmetros de classificação adotados no Qualis-Periódicos de Ciência Política e Relações Internacionais, o documento aponta que para um periódico integrar “os estratos A1 e A2 [da classificação do Qualis-periódicos, ele] deve estar na base SCImago/Scopus e possuir SJR [“SCImago Journal Rank”]; para ser B1 deve estar na SCImago/Scopus ou Scielo” (2017, p. 11). Dessa forma a Comissão de Avaliação

Quadrienal informou como foi conduzida a análise dos parâmetros de construção da avaliação das revistas, através do ranqueamento dos extratos dessa área específica. Esse é o principal fator de escolha dos artigos que compõe o trabalho, uma vez que se contemplou a questão do impedimento do viés na análise, pois esse parâmetro é necessário para a construção metodológica nesse tipo de pesquisa aplicada a base de dados de revistas científicas, como um padrão de qualidade de mensuração da análise.

### 3.1 PROTOCOLO SISTEMÁTICO PARA A CRIAÇÃO DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO (DE ARTIGOS) SOBRE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É notória a necessidade de parâmetros para a inclusão/exclusão dos artigos na análise desenvolvida, então é obrigatório esclarecer às leitoras e aos leitores como se construiu a base de dados. Para a definição do portfólio bibliográfico (de Artigos) foram elencados os seguintes passos de organização, a partir da home page do site SciELO Brasil, com os seus respectivos critérios, para a criação do recorte de artigos:

- Passo 1 - Pesquisar na página SciELO-Brasil pelo “Índice de Assunto” em sua Base de Dados intitulada “Artigos” (ANEXO A);
- Passo 2 - Procurar a palavra “Conselho” no “Índice Assunto” (ANEXO B);
- Passo 3 - No índice “Assunto” da Base de Dados da SciELO Brasil, selecionar o termo “Conselho” e pesquisar esse termo de busca (ANEXO C);
- Passo 4 - Além de pesquisar “Conselho” no campo Assunto, pesquisar “ou Conselhos” também no campo “Assunto” (ANEXO D);
- Passo 5 - Checar o resultado preliminar, que no caso dessa pesquisa foi de 275 artigos no dia 7 de junho de 2019, através das fases de busca descritas nos passos metodológicos anteriores (ANEXO E).

Com a ferramenta “Print screen” coletaram-se imagens, anexadas ao trabalho, da tela do computador. Dessa forma, possibilita-se que as leitoras e os leitores executem

o processo da pesquisa na base de dados utilizada, na tentativa de eliminar os vieses na escolha dos artigos, e acompanhem a metodologia usada na seleção do corpus textual.

De acordo com essa seleção foram definidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão de artigos:

- Primeiro Critério: os artigos entre os 275 encontrados pela busca devem ser adequados à temática;
- Segundo Critério: foram incluídos artigos escritos em revistas A1, A2, B1, conforme a classificação da Capes-Periódicos em Ciência Política e Relações Internacionais do último quadriênio (2013-2016), não importando a classificação das revistas em Quadriênios anteriores. Vale mencionar que a pesquisa teve um caráter longitudinal e histórico sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas na literatura da área pesquisada, por isso a utilização de grande corpus textual. Como um processo metodológico de inclusão dos artigos conferiu-se a Planilha em formato Excel das revistas científicas da área de busca na “Plataforma Sucupira”. Realizou-se o download manual da Planilha anteriormente na home page da Plataforma, e procuraram-se as Revistas através da listagem do Número Internacional Normalizado das Publicações em Série - ISSN para que não houvesse erros de busca;
- Terceiro Critério: pesquisou-se o ISSN das revistas gerando códigos para a inclusão/exclusão dos 275 Artigos, códigos esses que foram sistematizados através de cores (ANEXO F).

Os Códigos selecionados através do Terceiro Critério de Inclusão/Exclusão desta pesquisa, de acordo com a necessidade de se excluir artigos que não condiziam com a temática estudada na tese, são seguintes:

- **Código Rosa:** artigos excluídos, pois estavam qualificados na lista da Capes-Periódicos em Ciência Política e Relações Internacionais do último quadriênio (2013-2016), porém em extratos inferiores aos pesquisados no presente trabalho;
- **Código Vermelho:** artigos excluídos por não apresentarem relação com a temática da pesquisa, isso é estarem relacionados a Conselhos Tutelares, Conselhos de Segurança, Conselhos de Classe, Conselhos de Segurança Alimentar, Conselhos Escolares, entre outras temáticas;
- **Código Azul:** artigos excluídos por apresentarem relação com a temática da pesquisa, porém não estarem ranqueados na Qualis-CAPES necessário; e

- **Código Amarelo:** artigos incluídos na análise, pois estão de acordo com os critérios de inclusão da pesquisa (artigos A1, A2, B1 da área de Ciência Política e Relações Internacionais).

O ANEXO F foi construído através do “print screen” da listagem dos 275 artigos previamente selecionados pela página da SciELO Brasil, de acordo com os comandos de busca acionados através dos processos apresentados nos Anexos anteriores. Esse Anexo foi feito dessa forma para que não haja dúvidas em relação à listagem dos artigos selecionados da base de dados, de acordo com esses comandos, sendo uma escolha metodológica listá-los dessa maneira e não de outras. Com a listagem de 275 artigos, gerados através dos processos de busca selecionados, passou-se então a procurar manualmente os textos que seriam incluídos na análise. Para isso foram lidos os títulos dos artigos (variável título), em casos de dúvidas também as palavras-chave (variável palavras-chave), e também os resumos (variável resumo). Utilizou-se a ferramenta do Word “Realce de Texto” para transformar os artigos em segmentos, conforme os devidos Códigos, como pode ser visto no ANEXO F, de acordo com as cores dos códigos já mencionados.

Através desse processo metodológico separaram-se os 275 artigos da lista, gerados através da pesquisa na base de dados. Dessa maneira observa-se a seguinte ordenação lógica, de acordo com os critérios pré-definidos, das obras pesquisadas: seis artigos classificados no código rosa, 113 classificados no código de cor vermelha, 47 classificados na cor azul, chegando a um total de 166 artigos excluídos nessa primeira análise, que totaliza cerca de 60% dos 275 artigos que apresentaram a temática Conselho/Conselhos. A partir dessa primeira análise foram lidos novamente os resumos e palavras-chaves dos 109 artigos e foram eliminados 10 textos que não condiziam com a temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas, de forma que o banco de dados final da tese conta com 99 artigos previamente selecionados a partir dos critérios apresentados<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup>Os textos foram eliminados, pois o objeto de pesquisa da maioria desses artigos foram os Conselhos de Saúde Local de Unidades Básicas de Saúde e um deles trazia como objeto os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep). Dessa forma os 10 textos excluídos da análise se intitulam por ordem de exclusão: a) “Participação social na Estratégia de Saúde da Família: análise da percepção de conselheiros de saúde” de José Patrício Bispo Júnior e Poliana Cardoso Martins; b) “Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário” de Marco Antonio de Azevedo e Regina Maria Marteleto; c) “Percepção de conselheiros de saúde acerca do tema agrotóxicos: o papel da participação social em uma sociedade que adoece” de Soares, Marcia Maria

Para organizar as informações referentes ao desenho da pesquisa foi elaborado o seguinte quadro, no qual constam informações referentes ao problema, pergunta e objetivos do trabalho, entre outras informações. Vale mencionar que a partir da leitura e das informações extraídas dos títulos, palavras-chave, classificação dos periódicos e resumos a autora pode confirmar esse desenho. Os Conselhos de Políticas Públicas que são objeto dos artigos devem adequar-se a definição elaborada no subcapítulo 2.1 da tese.

QUADRO 2 – DESENHO DA PESQUISA

ITEM	DESCRIÇÃO
TEMA DA PESQUISA	Produção Acadêmica em Revistas Científicas Nacionais.
RECORTE DA TEMÁTICA	Produção acadêmica em revistas científicas nacionais qualificadas nos estratos mais altos do Qualis-Periódicos, índice elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sobre os Conselhos de Políticas Públicas na área da ciência política e relações internacionais.
JUSTIFICATIVA	Os Conselhos de Políticas Públicas como temática de pesquisa ampla e multifacetada, o que tem gerado muitos questionamentos e formas de análise distintas a partir de sua institucionalização. Na ciência política ela pode ser estudada principalmente através de duas teorias democráticas: a teoria participativa e a teoria deliberativa. Trata-se de instituições que estão sendo fragmentadas no atual governo, por isso, o estudo relativo a comunicação científica do tema é relevante.
PROBLEMA	De acordo com Almeida, Cayres e Tatagiba (2015, p. 272) há problemas de ordem teórico-metodológica nos trabalhos sobre os Conselhos de Políticas Públicas nas diferentes áreas do conhecimento científico. O estudo pretende descrever e analisar uma parte bem específica da literatura.

---

Arenhart et. al.; d) “A presença invisível dos conselhos locais de saúde” de Marcela Jussara Miwa et. al. e) “As representações sociais do controle social em saúde: os avanços e entraves da participação social institucionalizada” de Helena Eri et. al.; f) “Desafios para a Participação Popular em Saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa” de Pedro José Santos Carneiro Cruz; g) “‘O caminho se faz ao caminhar’: processo de reativação de conselhos locais de saúde em Sobral, a partir do protagonismo cidadão de Hermínia Maria Sousa Ponte da e et al.; h) “Controle social e gestão participativa em saúde pública em unidades de saúde do município de Campo Grande, MS, 1994-2002” de Milca Lopes de Oliveira e Eurivaldo Sampaio de Almeida; i) “Instâncias de participação na gestão do sistema municipal de ensino: possibilidades e perplexidades no processo de democratização” de Edson Francisco Andrade e por último o texto j) “Governança participativa no âmbito dos conselhos de saúde locais: entrevistas com seis presidentes de conselhos de saúde locais no nordeste do Brasil” de Jessica Scott Jerome.

PERGUNTA	Sendo os Conselhos de Políticas Públicas uma das principais instituições participativas brasileiras, qual é o padrão da produção acadêmica em revistas nacionais da área de Ciência Política sobre essa temática específica?
OBJETIVO GERAL	Apresentar o perfil da produção qualificada sobre Conselhos de Políticas Públicas no Brasil através do Quadro de Atributos/Códigos para Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo sobre Produção Qualificada na área/campo da Ciência Política e outras variáveis de pesquisa.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Objetivo Quantitativo: Analisar a produção qualificada sobre Conselhos de Políticas Públicas no Brasil através do <i>Quadro de Atributos/Códigos para Análise Bibliométrica sobre Produção Qualificada na área/campo da Ciência Política</i> e outras variáveis de pesquisa. Objetivo Qualitativo: Compreender através da análise de escopo as principais características da produção analisada, para traçar um conhecimento sistemático relativo ao objeto da pesquisa.

FONTE: Elaboração Própria partir da leitura do texto de Zampier, 2019, p. 32-34.

A partir do desenho de pesquisa, a autora elaborou o protocolo sistemático que auxilia na fase de compilação de dados, o Quadro 3 traz de maneira sintética e didática os principais resultados do portfólio bibliográfico, apresentado neste item. O Quadro a seguir demonstra as principais informações referentes a essa construção:

QUADRO 3 – PROTOCOLO DE PESQUISA COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

<b>ETAPA 1 - DESENHO DA PESQUISA</b>	
<b>Desenho de Pesquisa Instrumental Metodológico</b>	Ver Quadro 2. Pesquisa bibliométrica da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas (parâmetros bibliométricos) e Estudo Qualitativo da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas (análise de redes sociais e semânticas dos artigos que entregam o portfólio de pesquisa).
<b>ETAPA 2 – ENTRADA</b>	
<b>Parâmetros</b> Unidades de Análise	Artigos Científicos publicados em periódicos A1, A2 e B1 da área de Ciência Política e Relações Internacionais
Base de dados utilizada	Home page do site SciELO Brasil.
Strings de Busca	“Conselho”, “Conselhos”.
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Campo: Assunto na base de dados Artigos. Período: Todos os anos de publicação até jun/2019. Tipo de documento: artigo, artigo de revisão ou ensaio. Tipo de publicação: periódicos. Área de Conhecimento: todos. Idioma: todos.
<b>Resultado</b>	<b>Identificação da 1ª Amostra = 275 Artigos</b>

ETAPA 3 - PROCESSAMENTO	
<b>Procedimento</b>	Excluir documentos que não apresentam relação com o desenho de pesquisa.
<b>Parâmetros</b>	Leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos 275 artigos para identificar os artigos que discutem necessariamente Conselhos de Políticas Públicas. Pesquisa do ISSN das publicações no banco de dados da Plataforma Sucupira com o objetivo de incluir Artigos Científicos publicados em periódicos A1, A2 e B1 da área de Ciência Política e Relações Internacionais.
<b>Resultados</b>	Documentos rastreados = 275 Artigos. Documentos excluídos = 166 Artigos (60% dos Artigos). Documentos incluídos = 109 Artigos (40% dos Artigos). <b>Identificação da 2ª Amostra = 109 Artigos</b>
<b>Procedimento Auxiliar</b>	Excluir documentos da 2ª Amostra que não apresentam relação com o desenho de pesquisa.
<b>Parâmetros</b>	Leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos 109 artigos para identificar os artigos que de fato discutem os Conselhos de Políticas Públicas.
<b>Resultados</b>	Documentos rastreados = 109 Artigos. Documentos excluídos = 10 Artigos. Documentos incluídos = 99 Artigos. <b>Identificação da 2ª Amostra = 99 Artigos.</b>
ETAPA 4 – ANÁLISE E SÍNTESE	
<b>Unidade de Análise</b>	Portfólio Bibliográfico
<b>Procedimento</b>	Confirmar o desenho de pesquisa. Fazer uma análise prévia, através da releitura dos resumos do artigo do portfólio bibliográfico obtido, para, com base nas informações coletadas (categorização), elaborar o desenho definitivo de pesquisa da tese. Construir a base de dados definitiva da tese através da extração de informações dos artigos (variáveis de pesquisa) de acordo com seus códigos XML e de pesquisa no banco de dados do Currículo Lattes.
<b>Resultado</b>	Desenho de Pesquisa Definitivo.
ETAPA 5 - FINALIZAÇÃO	
Pesquisa bibliométrica da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas	Procedimento: realizar a análise bibliométrica do portfólio bibliométrico por intermédio do software <i>Gephi</i> , identificando as variáveis apontadas no <i>Quadro de Atributos/Códigos para Análise Bibliométrica sobre Produção Qualificada na área da Ciência Política</i> .
Estudo Qualitativo da literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas	Procedimento: analisar os resultados após a leitura integral dos textos e da análise dos resultados da bibliometria.
<b>Resultado</b>	Capítulo 4 da Tese e Conclusão

FONTE: elaboração própria a partir da leitura do texto de Zampier, 2019, p. 34-36.

Como já mencionado, a elaboração desse Protocolo Sistemático, como um caminho metodológico para a inclusão/exclusão dos artigos que compõe o Portfólio, auxiliou a pesquisadora na construção do arsenal bibliográfico analisado na seção 4 deste trabalho. A organização desse Quadro demonstra às leitoras e aos leitores que essa organização não foi construída aleatoriamente: houve critérios para a escolha dos textos

desta análise. No próximo subitem serão explicadas as variáveis relacionadas à cientometria enquanto uma ferramenta útil ao desenho de pesquisa.

Para gerar a Planilha de Excel com as informações referentes aos artigos, extraiu-se um identificador da página de resultados de busca. Esse identificador foi utilizado para requisitar os arquivos no modelo “XML”. Posteriormente, uma parte “XML” (que é um arquivo estruturado) foi transformada em um arquivo semi-estruturado, “.xlsx”. Para essa etapa de extração das informações e criação da tabela de variáveis no Excel, utilizou-se o software “Python”.

Para a geração das redes a partir das informações e variáveis dos 99 artigos analisados, foram executados os seguintes passos metodológicos:

- I. Organização de uma planilha, conectando os artigos às suas respectivas palavras-chave, para essa variável;
- II. Desambiguação, para uniformização dos termos, usando o software “Google Refine” e seus algoritmos de aproximação linguística, que identificam e permitem ao usuário escolher termos para clusterização e fusão, como “conselho” e “conselhos” (optou-se por “conselho(s)”), “município” e “municípios”, entre outros;
- III. Preparação de uma planilha para processamento da rede semântica relativa às palavras-chave em que os artigos e seus números de identificação são os nós de origem, enquanto as palavras são os nós de destino;
- IV. Importação da planilha e execução das redes semânticas usando o software “Gephi”.

Essas são as principais informações relativas ao Protocolo Sistemático gerado através da pesquisa científica elaborada nessa Tese. Sua função é auxiliar a/o leitora, leitor na identificação do caminho metodológico construído nessa análise. Dessa forma a pesquisa pode ser refeita, assim como auxiliar outras pessoas a utilizá-la em outras pesquisas científicas.

### 3.2 ATRIBUTOS PARA A ANÁLISE CIENTOMÉTRICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO EM ESTUDOS SOBRE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste subitem são descritos os atributos presentes na discussão cientométrica dos artigos analisados no trabalho. Com o intuito de sistematizar as categorias de análise optou-se por apresentar um quadro com as principais variáveis de forma explicativa. O quadro desenvolvido serve para análises cientométricas, isto é, quantitativas e para posterior análise de conteúdo, sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas. Considera-se, porém, que sua utilização pode dar-se em outras temáticas no âmbito da área Ciência Política, assim como outros estudos de mesma natureza.

De acordo com as concepções previamente definidas ao longo desse trabalho propõe-se o seguinte Quadro de Atributos/Códigos para a Análise:

QUADRO 4 - ATRIBUTOS/CÓDIGOS PARA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA SOBRE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA

Atributos das(os) Autoras(es)	Definições	Variáveis
1. Informações Autorais	Indica o nome das(os) autoras(es) mostrando quem é essa pessoa, esse indivíduo, que escreve o Artigo.	Cada autor é uma pessoa, um indivíduo diferente, porém essa variável pode ser quantificável uma vez que uma pessoa pode ter escrito mais de um artigo. E um artigo pode ser escrito por mais de um autor.
2. Gênero das Autoras e dos Autores	É a divisão dos nomes baseada em critérios como sexo e associações psicológicas. Usaremos o primeiro critério.	1 – Feminino 2 – Masculino 3 – Neutro
3. Formação Acadêmica	Indica a formação acadêmica ou profissional que objetivam a inserção laboral.	1 – Ciência Política 2 - Ciências Sociais 3 – Outros
4. Hierarquia Institucional	Diz respeito à posição do autor na hierarquia institucional propriamente dita a partir de cargos, matrículas e informações do Currículo Lattes.	1 – Graduando 2 – Graduado 3 – Mestrando 4 – Mestre 5 – Doutorando 6 – Doutor 7 – Pós-doutorado
5. Filiação Institucional	Compreende-se como a inserção acadêmica ou profissional a partir das matrículas em cursos regulares da instituição e/ou contratos de	1 – Universidades 2 – Centros de Pesquisa 4 – Outros

---

	trabalho. Estas informações foram coletadas na plataforma de Currículos Lattes.	
6. Coautoria	Apresenta todos os dados anteriores, quando há dois ou mais autores de um mesmo artigo, com o objetivo de administrar uma rede de coautorias.	1 – Coautor 1 2 – Coautor 2 Etc.
7. Número de Autores	Indica a quantidade de Autores que escreveram o artigo.	1 – Um autor 2 – Dois autores 3 – Três autores Etc.
<b>Atributos da Produção</b>	<b>Definições</b>	<b>Variáveis</b>
1. DOI	É um número “Identificador de Objeto Digital” dos artigos científicos. Esse número permite os artigos sejam identificados na Internet como autênticos e únicos.	Cada Artigo apresenta um DOI diferente. Essa variável será apresentada para distinguir o n por artigo, um a um, apresentando-se como uma variável de controle.
2. Título do Artigo	Indica através de um anúncio do texto que será desenvolvido, exprimindo, direta ou indiretamente, a temática desenvolvida no trabalho.	Cada Artigo apresenta um Título diferenciado, essa variável será apresentada para se distinguir o n por artigo, um a um.
3. Periódico da Publicação	Traz a posição objetiva do artigo nos meios de difusão da comunidade científica, indicando qualidade objetiva dos artigos analisados.	1 – Revista Um 2 – Revista Dois Etc.
4. Instituição do Periódico	Mostra se o objeto temático dessa pesquisa importa para as instituições que editam o conteúdo das revistas científicas.	1 – Instituição Um 2 – Instituição Dois Etc.
5. Artigo Empírico	Responde se o autor se preocupa em fazer alguma análise de cunho empírico sobre o objeto temático da pesquisa.	1 – Empíricos 2 – Não-Empíricos
6. Ano de Publicação	Exibe os artigos em um tempo histórico, de acordo com os critérios pré-estabelecidos.	1 – Ano Um 2 – Ano Dois etc. Pode ser utilizada alguma forma de agrupamento

---

7. Palavras-chave	Dimensionam a utilização de um termo, conceito, ideia, metodologia, assunto, que podem ser úteis para a categorização, mecanismos de indexação do texto e para a compreensão das abordagens teóricas, metodológicas, referentes aos assuntos.	1 – Palavra-chave Um 2 – Palavra-chave Dois Etc. Máximo de 5 palavras-chave por artigo.
8. Resumos	Sintetiza o conteúdo do Artigo, abordando as principais ideias do texto para determinar se o assunto é ou não relevante à Análise.	Cada artigo apresenta um resumo diferente, que serão completamente transferido para a planilha de Análise das Variáveis.
9. Classificação Qualis-Periódicos das Revistas	É um sistema de avaliação dos Periódicos dos Programas de Pós-Graduação.	1 – Revista A1 2 – Revista A2 3 – Revista B1
10. Referências	Diz respeito às obras e aos autores utilizados para a escrita dos artigos.	1- Obra/Autor(es) 1 2 – Obra/Autor(es) 2 3 – Obra/Autor(es) 3

FONTE: Elaboração própria.

Dividiu-se o capítulo que trata da Análise especializada em Produção Científica em dois atributos básicos, com suas definições e variáveis, a partir de uma divisão elaborada pela própria autora: a) Atributos dos autores e b) Atributos da produção. Essa divisão é fundamenta para a análise, pois ela gera um panorama que identifica questões relevantes para compreender como a produção qualificada, entende-se a publicada em revistas científicas, a partir do objeto da pesquisa tem abordado a temática dos Conselhos de Políticas Públicas. Demonstra-se assim quem são os autores que se dedicam a pesquisar a temática proposta para a análise.

Ao identificar o que se costumou chamar Atributos dos Autores é possível contemplar algumas questões relevantes para a pesquisa, a exemplo das demandas relacionadas ao gênero na pesquisa científica:

- Os autores que estudam um determinado assunto são do sexo feminino ou masculino. Então, qual dos gêneros pesquisa mais determinado assunto?

- Qual é a formação acadêmica desses sujeitos?
- Essa formação é interdisciplinar em relação à área da ciência política?
- Qual é a filiação institucional das e dos pesquisadores?
- A produção em coautoria é intra ou interinstitucional?

E aqui há perguntas para todas as variáveis do Modelo proposto de referência aos Atributos dos Autores, podendo surgir outros questionamentos a partir da Tabela. A partir do banco de dados se pensou nessas variáveis para compreender esse panorama e proporcionar assim uma visão mais completa de como a temática dos Conselhos de Políticas Públicas está esquematizada.

Já as variáveis dos Atributos da Produção trazerem à tona assuntos relacionados à importância do assunto analisando para os periódicos de fomento científico da área. Inclui-se nesse quesito informações que podem ser avaliadas pelas seguintes perguntas:

- Quais periódicos, dentro da classificação da pesquisa, publicam o assunto estudado?
- A abordagem desse tema na literatura é mais empírica ou os artigos são exclusivamente teóricos? Qual é essa proporção?
- Qual é o tempo cronológico em que houve picos de produção de artigos sobre o assunto pesquisado?

Ao esmiuçar as palavras-chave e os resumos dos artigos pretende-se, ao longo da pesquisa, propor questões teóricas e metodológicas para discussão, mesmo que objetivo desta tese não seja aprofundar-se nessa temática. Os questionamentos levantados são os seguintes:

- A partir das palavras-chave e dos resumos dos artigos científicos, quais são os temas mais abordados pelos pesquisadores?
- Eles coincidem com as filiações teóricas que mais abordam essa temática nas pesquisas, de acordo com a discussão esquematizada neste trabalho?
- Quais conceitos e metodologias aparecem nesses tópicos do Artigo Científico e no grupo de Artigos estudados?

Essas perguntas auxiliaram a responder uma última pergunta: quais os principais atributos empregados para publicar um artigo científico sobre a temática específica dessa

tese? Compreende-se dessa forma que a utilização do Quadro de Atributos para Análise Cientométrica e Análise de Conteúdo proposta nessa subseção traz respostas sintetizadas para posterior análise, de forma que responde essas e outras perguntas, auxiliando na sistematização das informações sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas. Ao tabular essas informações e utilizar ferramentas analíticas, foi gerado conhecimento cientométrico adequado ao objetivo proposto. Como foi criada esta Tabela de Atributos/Códigos? Cada um dos atributos foi analisado e incorporado para dar coesão e coerência ao Modelo proposto, de forma a arquitetar uma ferramenta minuciosa, bem elaborada e condizente com a proposta.

Como já mencionado, trata-se de uma pesquisa mista, quanti-qualitativa, porém para além da descrição e classificação (que ajudam o pesquisador a indicar que a área/campo trás o assunto de uma maneira tal, isso é mostrando que a “área/campo é assim” ao se referenciar ao assunto) pode-se analisar (isso é, descobrir “porque a área/campo é assim” ao tratar do assunto) as respostas indicadas pelo uso dessas variáveis. A divisão proposta é importante para a análise, pois gera um panorama que identifica uma série de questões relevantes para compreender como a área tem tratado o assunto/temática que a e o pesquisador está analisando.

Outras **categorias analíticas** que contribuíram para a criação das **variáveis** de pesquisa são as que seguem. É preciso deixar clara que essa construção se fez durante a leitura dos textos que serviram de base para a Tese, dado que poucas pesquisas trazem o objeto específico desse trabalho e a construção das categorias se torna um desafio.

Como forma de dar subsídio à criação das **categorias analíticas** desta tese voltar-se-á ao artigo de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), uma vez que nele há uma preocupação tácita com a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico do tema desta pesquisa. Também nesse artigo, as autoras elencam uma série de variáveis para o mapeamento e a descrição do balanço da literatura por elas analisado.

A primeira variável<sup>28</sup> é **evolução temporal**. Afirmam as autoras que “apesar de uma variação com tendência de queda a partir de 2010, há concentração da produção nesse último período (...). Notamos que com exceção do serviço social, todos os demais campos concentram sua produção entre 2006 e 2011” (idem, p. 259-260). Questiona-se, a partir desse dado de pesquisa, se essa hipótese das autoras condiz com o portfólio bibliográfico apresentado nesse trabalho.

Segunda e terceira variáveis: **grandes campos de conhecimento aplicado à temática e áreas de políticas públicas**. Segundo o artigo, houve maior concentração das pesquisas na área das ciências humanas (38% do total de trabalhos analisados) seguido pelas ciências sociais aplicadas (36%), da saúde (7%), etc. Dentre as áreas de políticas públicas mais pesquisadas a Saúde foi campeã, representando um total de 186 trabalhos (ou 34,6%) dos trabalhos (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p. 261-263). Por que a saúde é o campo das políticas públicas mais analisado, segundo esse trabalho? Será, por exemplo, que os autores dos artigos não são da área de saúde, nesse caso específico? Não bastará revelar a universidade, mas também qual é o departamento ou estrutura equivalente de filiação institucional das autorias. Por que é tão exponencial a análise dessa área específica, destaca-se que as autoras analisaram 537 trabalhos? Outro ponto levantado (2015, p.263) foi a constatação de maior diversificação das áreas de políticas públicas analisadas após o ano de 2006; porque isso acontece? Elas respondem que isso ocorreu graças à “expansão qualitativa dos Conselhos no sistema institucional brasileiro”, porém ainda fica a dúvida acerca da relação da conjuntura histórica com esse processo.

Quarta variável: **esferas de governo**. Há uma ênfase maior, a partir do trabalho conjunto das estudiosas, nas pesquisas sobre Conselhos de Políticas Públicas na esfera municipal, representando 53% do total dos trabalhos (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p. 264). Já os estudos que comparam os diferentes níveis de governo representaram 20% da amostra do artigo e elas afirmam que esse tipo de pesquisa cresceu a partir de 2006. Por que se estuda com mais ênfase a esfera municipal? Trazer os apontamentos teóricos referentes aos determinantes da efetividade democrática e sua

---

<sup>28</sup> Originalmente, no artigo de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), as autoras não incorporaram o prefixo “variável” a nenhuma dessas características que foram analisadas. Porém, subentende-se que as se tratam de “variáveis” que juntas formam especificidades próprias para o estudo abordado nesta tese.

relação com o âmbito municipal (ALMEIDA; AVRITZER, 2009; CUNHA, 2007) pode ser uma saída segura para a mediação com categorias de análise que expliquem a problemática dessa pesquisa.

Quinta variável: **palavra-chave** (já está no Quadro 2). Na pesquisa de Almeida, Cayres e Tatagiba (2015, p. 264-267) há diversidade nas abordagens temáticas dos Conselhos de Políticas Públicas, porém os termos que mais se aproximam da temática são: a) “políticas públicas”; b) “participação”; c) “políticas públicas”, perfazendo 75% do total. É interessante quando as autoras escrevem que “encontrar essa associação entre participação e políticas públicas não significa que haja uma teorização sobre esses vínculos” (2015, p. 266), vale a tentativa de encontrar um caminho para essa vinculação. Destaca-se nesse texto a pouca referência sobre “sociedade civil” e “movimentos sociais” (2015, p. 266) enquanto “representação” desponta como um importante marco analítico do tema.

Esse balanço preliminar feito pelas autoras é bastante esclarecedor e merece destaque, pois ajuda na compreensão dos elementos a seguir: a) sofisticação dos métodos de análise; b) esforço comparativo das pesquisas; c) olhar para além das instâncias; d) busca de generalizações junto ao maior investimento teórico e enfoque mais “realista” da pesquisa e menos “normativo” (ALMEIDA; CAYRES; TATAGIBA, 2015, p.269). E também negativos: a) falta de maior rigor entre a relação entre participação e políticas públicas e b) pouco impacto do mecanismo democrático na participação sobre o estado.

Além da leitura desse artigo, destacam-se as colocações de Souza em seu artigo “‘Estado do Campo’ da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil” datado de 2006. Ela argumenta que há uma “escassa acumulação do conhecimento na área” (2006, p.16), e que o conhecimento e o debate sobre o que os pesquisadores estão produzindo ainda são baixos. O que leva a essa constatação, segundo a autora, está muito ligada a tradição que o próprio tema “políticas públicas” carrega, pois é encarado de maneiras diferentes e com de metodologias também diferenciadas.

Outro problema que a pesquisadora contempla, baseada em trabalhos de Marcus André Melo, é a abundância de estudos setoriais, principalmente estudos de caso, dotando as produções sobre políticas públicas de uma diversificação de objetos empíricos sem

preocupação analítica desse assunto específico (2006, p. 16). A leitura atenta desse trabalho também ajudou na construção das categoriais.

Assim as variáveis deste trabalho, exceto as apresentadas até aqui, são:

- Variável assunto – quais assuntos são debatidos nos artigos? Como classificá-los?
- Variável evolução temporal na literatura – quantos trabalhos foram escritos por ano? Quais os principais assuntos?
- Variável esfera de governo na literatura – quantos artigos foram escritos relativos às esferas municipal, estadual e federal?
- Variável palavras-chave na literatura –quais palavras-chaves têm forte relação com o objeto?
- Variável autores;
- Variável instituições e Programas de Pesquisa.

Outros modelos de análise e variáveis podem ser desenvolvidos, o que é uma observação relevante quando se trata da criação de ferramentas metodológicas, uma vez que um mesmo objeto pode ser compreendido de maneiras diferentes utilizando-se variáveis explicativas do fenômeno político das mais variadas matrizes teóricas. Aqui, vale ressaltar que o modelo proposto pode ser utilizado por campos científicos variados, uma vez que a discussão é interdisciplinar, porém a relação teórica entre os conceitos apresentados no Quadro 4 deve fazer parte da agenda de pesquisa de quem almeja estudar o assunto.

As perguntas e as sínteses propostas nessa subseção passaram a exigir da autora a análise de conteúdo dos títulos (variável título), palavras-chave (variável palavra-chave), resumos (variável resumo) e do conteúdo do texto (variáveis referentes ao conteúdo, assunto, metodologia, esfera de governo, entre outras) propriamente dito, o que levou a utilização dessa metodologia como uma ferramenta adicional a pesquisa.

#### **4. APLICAÇÃO PRÁTICA DO MODELO DE ANÁLISE SOBRE PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA**

Antes de apresentar a sistematização dos dados desta tese apontam-se alguns resultados obtidos na formulação do Modelo de Análise proposto no estudo. Aqui se destaca a quantidade de informação obtida a partir das variáveis distribuídas entre os dois Atributos (Autorais e de Produção) e sistematizada através do portfólio bibliográfico ao longo da pesquisa teórico-metodológica apresentada no capítulo anterior.

Esse Modelo de Análise tem por objetivo auxiliar os pesquisadores interessados em compreender questões relacionadas à própria produção da literatura especializada em ciência política e de outras áreas do conhecimento. A pesquisadora e o pesquisador que se interessar pela temática de compilação de análises teórico-metodológicas, especificamente sobre a produção acadêmica em revistas nacionais na área da ciência política, pode adaptar o modelo de análise deste trabalho a suas pesquisas, bem como compilar e analisar as variáveis de uma série de informações relevantes ao campo científico e sua comunicação. Compreende-se, a partir desse processo, que há um ganho metodológico na utilização da combinação de ambas as abordagens utilizadas na tese, que por esse fato pode ser considerada pioneira na área da ciência política brasileira por utilizar essas ferramentas. Por esse motivo o processo de toda essa construção deve ser aperfeiçoado constantemente em outros estudos. Um dos interesses da pesquisa era de constatar através das análises sobre os Conselhos de Políticas Públicas se essa construção metodológica serviria para estudos de uma quantidade maior, tanto de artigos quanto de temáticas de pesquisa, e a partir desse estudo, avalia-se que essa construção condiz com esse propósito.

#### 4.1 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ATRIBUTO DOS AUTORES

O estudo bibliométrico dessa tese começa com as informações autorais das e dos indivíduos responsáveis pela produção científica sobre Conselhos de Políticas Públicas analisada no trabalho. Optou-se por começar esse item dessa forma com o intuito de dar a devida importância a essas e esses pesquisadores, aos sujeitos que constroem esse conhecimento, para então fazer a sua devida relação com a escrita sobre a temática específica dos Conselhos de Políticas, que fazem parte da obra científica dessas e desses pesquisadores, em um dado momento histórico de sua trajetória acadêmica e profissional.

Apresentam-se metodologicamente os dados relativos à produção acadêmica de cada uma e cada um deles. Há, porém, um aspecto a se considerar na Política da Ciência (aqui, da Ciência Política) enquanto explicação científica de algum aspecto político (organizacional, material e de recursos humanos e financeiros, entre outros) de uma área científica. Nesta tese, foi fundamental a análise ser feita dessa forma, que diz respeito a primazia do sujeito pesquisado em relação a sua obra e seus estudos propriamente ditos. Compreendeu-se que, uma vez que os aspectos autorais são debatidos, a análise deveria começar dessa maneira respeitando-se assim uma relação ética com os sujeitos estudados<sup>29</sup>.

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa através das variáveis analisadas, de modo que se discutem, primeiramente, as informações relacionadas aos Atributos

---

<sup>29</sup> A questão relativa à Política da Ciência enquanto uma área a ser explorada em pesquisas que consideram o campo científico está sendo debatida no Laboratório de Análise do Campo Científico – LACC e o seu diálogo com as pesquisas elaboradas no grupo de pesquisa são iniciais. Faz-se essa devida menção no estudo, pois se considera a relevância dessa discussão nas tentativas de compreender o porquê utilizar a análise bibliométrica e da própria análise sistemática propriamente dita em estudos da área da Ciência Política e da difusão, que se espera crescente, dessas metodologias nessa área específica. Ambas as abordagens metodológicas podem ter como objetivo sistematizar não apenas as evidências científicas do estudo do poder e da questão normativa, através do conhecimento próprio do campo da Ciência Política ou da Ciência (da) Ciência Política, através de seus produtos, isto é, da bibliografia, cientistas e leitores que constroem e pulverizam o conhecimento nessa área. A Política da Ciência Política, enquanto a Sociologia do Campo Científico e “geopolítica”, também faz parte do rol de objetos em que essa discussão se apoia. Como já explicitado, essa discussão está em fase inicial no LACC e por isso precisa ser explorada pelos pesquisadores da área. Compreendeu-se, porém, que é necessário fazer essa discussão nesse ponto da análise para discutir o porquê da preferência da discussão do Atributo dos Autores no começo da análise, em relação ao Atributo da Produção na construção desse item.

Autorais, para então fazer as análises relativas aos Atributos da Produção através de sua Análise de Conteúdo. O corpus da análise sobre a Temática dos Conselhos de Políticas Públicas nessa Tese conta com 99 Artigos e a listagem completa da amostra figura no Apêndice A. Sobre a quantidade de pesquisadores responsáveis pela elaboração desses Artigos constatou-se que 204 pesquisadoras e pesquisadores de vários campos do conhecimento foram as autoras e os autores das obras que compõe a amostra. O Quadro 5 apresenta a distribuição autoral por sigla de sobrenomes e em relação às áreas de conhecimento de sua formação acadêmica. Para compilar as informações referentes a essa análise confirmou-se a formação de cada um dos autores por busca do Currículo Lattes das e dos 204 pesquisadoras e pesquisadores<sup>30</sup>.

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO AUTURAL DE ACORDO COM A ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

1 ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA:	6 ÁREA DA SAÚDE:
GURZA LAVALLE, A; GUGLIANO, AA; NICOLETTI, AS.; RIBEIRO, A.C.; MATHIS, A; ALMEIDA, CC; VAN STRALEN, CJ; CAYRES, DC; RIBEIRO E; MOREIRA, EM; SILVA, ED; NASCIMENTO, EC; CASTELO, G; FONSECA, IF; CRUXÊN, IA; PEREIRA, JVQ; ALENCAR, JLO; BLIKSTAD, K; LÜCHMANN LHH; SERAFIM, L; TATAGIBA, L; KECK M; GOHN, MG; LABRA, ME; VIANNA, MLTW; FUKS, M.; SILVA, MZ; DOMBROWSKI, O; DURÁN, PRF; HOUTZAGER, PP; ABERS, R; PERISSINOTTO, RM; GERSCHMANN, S; SILVA, SH; RIBEIRO, UC	NERY; AA; BEZERRA, AAFB; WENDHAUSEN,ÁLP; VILELA, ABA; OLIVEIRA, AMC; SILVA, APLL; VARGAS; AMD; SILVA, A; CARDOSO; AJC; FERREIRA JR, AR; PHILIPPI JR, A; UNFER, B; MARANHÃO, BDRM; MARTINS, CS; DALLAGNOL, C; TEIXEIRA, CF; BÓGUS, CM; MARTINS; CL; LIMA, DF; ROCHA, EM; KLEN, FB; PRADO, FO; PAIVA, FS; SANTOS, FAS; ANDRADE, GRB; SHIMIZU, HE; DIETRICH, HLD; GURGEL, IGD; SOUSA, IMC; PORTILLO, JAC; PEDROSA, JISP; RIBEIRO, JM; BISPO JR, JP; PINTO, JR; SKUPIEN, JA; CEZARE, JP; CUNHA, JXP; PEDROSA, KA; BRAUN, KO; ZAMPIRÔM; K; FROZZA, KM; LIRA, LSSP; LIMA, LL; SARAIVA, LES; CUSTÓDIO, LBM;LIMA, LA; OLIVEIRA, LC; PRESOTO, LH; BENEVIDES, L; SILVA, LMS; OLIVEIRA, LBO; NUNES, MR; FERNANDES, MC; MOREIRA, MR; WESTPHAL, MF; PEREIRA, MF; LANDERDHAL, MC; BORBA, MC; CALVO, MCM; CAVALCANTI, NLT; KLEBA, ME; SILVA, MRF; CAZAL, MM; VIEIRA, ML; SARTORI, MT; OLIVEIRA, NRN; FERREIRA, NF; BARROS, NF; SALIBA, NA; KEZH, NHP; SALIBA, O; NÓBREGA, OT; VENDRAMINI,
<b>TOTAL DE AUTORES ÁREA 1: 35 (17%)</b>	

<sup>30</sup> Foi uma escolha metodológica da autora fazer a distribuirão autoral da forma apresentada no Quadro 5 para evidenciar a concentração do objeto em estudos da Área da Saúde, mesmo tratando-se de revistas da área da ciência política.

**2 ÁREA DA SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:**

MATOS, AR; NEVES, AV; CARVALHO, A; COSTA, DN; GIMENES, ER; VAITSMAN, J; FERREIRA NETO, J; MUNIZ, J N; GRISOTTI, M; SCHAEFER, MI; SILVA, R; MORAES, SME; PATERNIANI, SZ; TRINDADE, TA; NOVICKI, VA; BERMUDEZ; XPCD

**TOTAL DE AUTORES ÁREA 2: 16 (8%)**

**3 ÁREA DA EDUCAÇÃO E FILOSOFIA DA CIÊNCIA:**

SAVIANI, D; SOUZA, DB; NASCIMENTO, EN ALBUQUERQUE; GSC; PEIXOTO, LF; FARIA, LCM; TEIXEIRA, LHG; VASCONCELOS, MCC; OLIVEIRA, OS; TORRES, RAM; FLACH, SF; PEREIRA, SM; GURGEL, CRM; CAPONI, SNC

**TOTAL DE AUTORES ÁREA 3: 14 (7%)**

**4 ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**

TAVARES, AL; LIMA, ANV; SERRANO, ALM; PEREIRA, BPC; SANTOS, COV; COMERLATTO, D; ANTUNES, LR; MAFRA, RLMM, GONÇALVES, RS; HAYAKAWA, RI; SILVA, AN; GONCALVES, AO; REIS, TS; OLIVEIRA, VC

**TOTAL DE AUTORES ÁREA 4: 15 (7%)**

**5 ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PÚBLICAS:**

DE LIMA, AMD; OUVENEY, AM; BUVINICH, DPR; MACHADO, JZ; FROZZA, KN; PIRES, RRC; CÔRTEZ, SMV; JUSTEN, Á

**TOTAL DE AUTORES ÁREA 5: 08 (4%)**

PRJ; PERNA, PO; COSTA, PHA; MARTINS, PC; MARTINS, P; REZENDE RB; BATAGELLO; R; COTTA, RMM; ALVES-SOUZA, RA; PINHEIRO, R; MEHANNA, S; SANTOS, SF; LUCAS, SD; DALLARI, SG; MOIMAZ, SAS; OLIVEIRA, TA; BARBOSA, TM; FERNANDES; VC  
PATRÍCIO; ZM

**TOTAL DE AUTORES ÁREA 6: 94 (46%)**

**7 ÁREA DE CIÊNCIAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E GEOGRAFIA:**

BATISTA, AA; COSTA, AL; MOURA, AMM, FONSECA, A; OLIVAL, AZ; PITERMAN, A; SPEXOTO, AA; IANNI, AMZ; MUCCI, CBMR; FERREIRA, CMS; MERTENS, FAG; RODRIGUES, JÁ; HELLER, L; BURSZTYN, M; RAMOS, MF; FARIAS FILHO, MC; ALMEIDA, NN; REZENDE, SC; COUTINHO, SMV; FERNANDES, V; SOBRINHO FONSECA, D

**TOTA DE AUTORES ÁREA 7: 20 (10%)**

**TOTAL DE AUTORES NÃO IDENTIFICADOS: 02 (1%)**

**TOTAL DE AUTORES: 204 (100%)**

De acordo com a sistematização dos dados e para agrupar os sujeitos, as informações referentes à distribuição autoral e à variável “informações autorais” (Quadro 4) foram divididas em sete áreas. Dessas informações já é possível depreender a partir dos dados da amostra que várias das autoras e dos autores têm interesses em áreas específicas das políticas públicas, conforme sua área de formação. Os autores que escrevem sobre os Conselhos de Meio Ambiente, por exemplo, estariam na Área 7, os que trabalham com Conselhos de Saúde na Área 6, etc. Ao analisar dessa primeira variável de pesquisa já se percebe a ênfase dos pesquisadores da área da saúde. Esse dado revela o quanto as pesquisas sobre Conselhos de Saúde, uma das instituições participativas, se destacam das demais áreas das políticas públicas, conforme os estudos de Almeida; Cayres e Tatagiba (2015).

Uma hipótese para esse achado de pesquisa diz respeito à representação que os Conselhos da Saúde exercem para o modelo de instituição participativa no Brasil, uma vez que se trata de uma arena política ímpar para o processo de análise científica desse tipo de instituição democrática. O indicativo de sua relevância para o sistema político nacional está materializado na simbologia que o Sistema Único de Saúde - SUS exerce para a manutenção da Saúde Pública e de seus pilares de sustentação e organização.

Os Conselhos de Saúde são as primeiras instituições participativas organizadas para a gestão das Políticas Sociais a partir do processo de redemocratização nacional. Estão previstos em legislação específica, Lei Federal 8080/1990 através de seu Art. 12: “serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil”. O espaço que tal política exerce no ordenamento jurídico da Seguridade Social brasileira é fundamental para pensar uma política de saúde pública que preze pela participação popular em suas instâncias de gestão, de forma colegiada.

O desenho institucional dos Conselhos de Saúde elaborado pelo Sistema Único de Saúde - SUS, serviu de modelo para a criação de outros Conselhos de Políticas Públicas, como é o caso dos Conselhos de Assistência Social previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (em seu Art.16). Dessa forma infere-se que a forte presença de autores da saúde nos artigos analisados pode estar diretamente ligada a esse fator.

As áreas e a quantidade de autoras e autores estão assim divididos: a) Área 1 – Área de Ciência Política e Relações Internacionais com 35 autoras e autores (aproximadamente 17% do total de autoras e autores da amostra); b) Área 2 – Área de Sociologia e Antropologia com 16 autoras e autores (8%); c) Área 3 – Área da Educação e Filosofia da Ciência com 14 autoras e autores (7%); d) Área 4 – Área de Ciências Sociais Aplicadas, entrando nesse cluster cursos como Economia, Serviço Social, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo com 15 autoras e autores (7%); e) Área 5 – Área de Administração e de Públicas, considerando as várias nomenclaturas dessa última área como Políticas Públicas, Administração Pública, Gestão Pública, entre outras com 8 autoras e autores (4%); f) Área 6 - Área da Saúde, em que a grande maioria dos pesquisadores se dedicam às áreas específicas da Saúde Pública e Saúde Coletiva, porém contendo uma gama de trabalhadores dessa área, de médicas e médicos, enfermeiras e enfermeiros, a cientistas sociais com formação *stricto sensu* nas áreas mencionadas, com 94 autoras e autores (47%); g) Área 7 – Área de Ciências, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Geografia, nesse caso se agruparam autoras e autores cuja formação estivesse envolvida com a preservação do ecossistema, da natureza incluída a fauna, impactos ambientais, recursos hídricos e estudos em demografia chegando-se ao total de 20 autoras e autores (10%). Para completar o número de 204 autores deve-se considerar de 02 (1%) dos autores não informaram sua formação no Currículo Lattes ou não o possuem.

De acordo com os dados amostrais, as pesquisadoras e os pesquisadores da área da saúde e suas subáreas são as e os principais interessadas e interessados em pesquisar Conselhos de Políticas Públicas, seguidos das e dos pesquisadores da área de Ciência Política. Na discussão sobre os Atributos da Produção algumas dessas áreas são agrupadas intuito de definir se existe uma proporcionalidade nos estudos de um determinado Conselho de Política Pública a partir da formação autoral. Com esse dado específico apresentado aos leitores no Quadro 5, já se observa a força da discussão disciplinar, voltada para a área de saúde, mesmo nas revistas da área da ciência política. Compreende-se que essa característica é uma constante nesse tipo de produção nas revistas apresentadas e também na discussão temática desse objeto específico como um todo. A segunda discussão, porém, é feita a partir da montagem de uma nova base de dados seguindo critérios previamente estabelecidos.

É necessário para a pesquisa e para a discussão sobre a cientificidade relativa ao objeto temático aqui analisado discutir como uma variável dos Atributos Autorais, a questão do gênero das autoras e dos autores, está distribuída em relação à pesquisa sobre os Conselhos de Políticas Públicas<sup>31</sup>. Considera-se essa discussão como um achado fundamental da análise e a discussão sobre a equidade de gênero no sistema científico é um assunto que começou a ser pesquisado na área da ciência política há pouquíssimo tempo. Nesse contexto vale observar a discussão realizada por Lima e Costa (2016) sobre o Programa Mulher e Ciência, uma Parceria entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e ONU-Mulheres.

O objetivo do artigo de Lima e Costa (2016) foi discutir como os estudos de gênero, ciências e tecnologias vinham se configurando no Brasil a partir de chamadas públicas de apoio à pesquisa na área de mulheres, relações de gênero e feminismos. De acordo com a pesquisa, 74 propostas (de um total de 1371) se enquadravam nessas áreas e foram contempladas pelo Programa Mulher e Ciência em quatro chamadas públicas. De acordo com o trabalho das autoras, as áreas que mais se dedicam a esse objeto são a Sociologia, Educação e História, conforme a Tabela 7 – “Número de Propostas por áreas de conhecimento listadas por proponentes” do artigo de Lima e Costa (2016). Nenhuma das propostas contemplou especificamente a área da Ciência Políticas. A partir dos dados empíricos da pesquisa, as autoras classificaram o conteúdo desses Projetos, afirmando que eles estão diretamente ligados às seguintes categorias: a) “Trajetórias/História de mulheres em Ciência e Tecnologia”; b) “Carreiras de mulheres em C&T e Política Científica e Tecnológica”; c) “Epistemologia/Teorias de Gênero”; d) “Divulgação científica e mídia: imagens de gênero e C&T”, entre outras<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Pesquisou-se junto a uma especialista na área se a utilização do termo “gênero” estaria correta para a construção dessa variável, uma vez que junto a esse assunto está imbricada a questão simbólica da representação de pertencimento dos sujeitos a questões individuais e sociais relativas à sexualidade. A pesquisa obviamente não tem o objetivo de discutir essa questão em, porém houve a sensibilidade de discutir qual seria o melhor termo para simbolizar a variável no estudo.

<sup>32</sup> As autoras listaram outras categorias que podem ser conferidas no artigo científico elaborado por elas.

Apresentando sucintamente essa discussão, um dos estudos clássicos sobre o feminismo, ciência e tecnologia no Brasil foi realizado por Costa e Sardenberg em livro de mesmo nome, organizado pela Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o segundo núcleo com essa proposta organizado no Brasil, surgido em 1983 (2002, p. 13). Nesse estudo há uma coletânea de artigos que refletem acerca da condição das mulheres nas ciências, passando pela perspectiva de gênero.

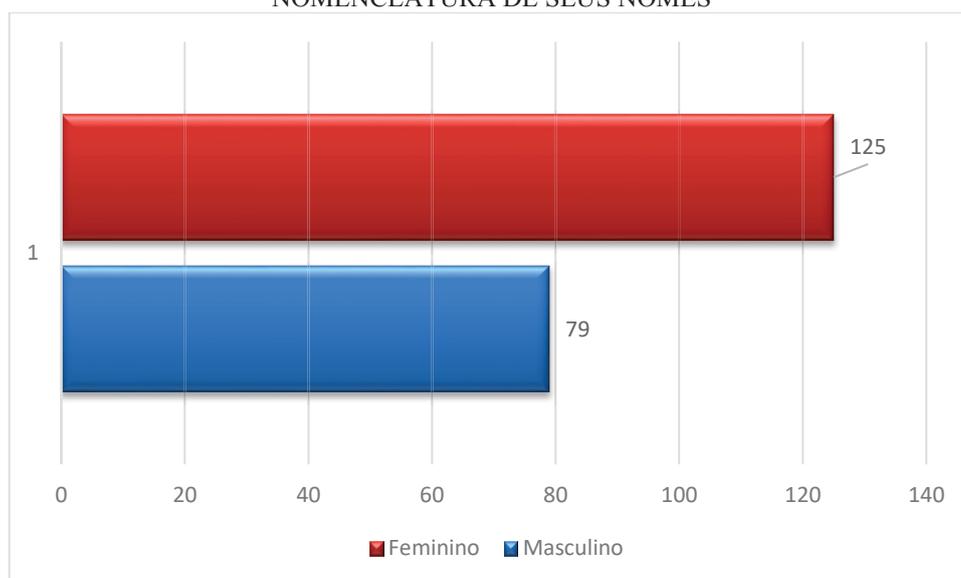
Lima, no livro em questão (2002, p. 51-66), estuda a presença feminina no campo científico, abordando a complexa relação entre gênero incorporação da mulher ao mercado de trabalho. Ela aponta as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres na condição de cientistas e afirma a existência de chamadas “profissões femininas” na relação das mulheres com a ciência e as ditas profissões “androcêntricas” (2002, 52-54). Esse estudo é interessante, pois a autora apresenta a hipótese psicológica do “teto de cristal” que pode ser traduzida “pelas pesquisas [no âmbito da cientificidade feminina] que buscam esclarecer porque profissionais, altamente qualificadas, num ritmo de ascensão progressivo em determinado momento de suas carreiras, estancam” (2002, p. 61). A autora afirma que essa característica está diretamente ligada às questões de gênero na ciência e da passagem entre o mundo privado e público, historicamente construído na vida das cientistas.

Já Arrazolla (2002, p.67-72) explora aspectos teórico-metodológicos que formaram a base para a realização de pesquisa do CNPq sobre as mulheres na ciência e especificamente sobre a ciência feminista, a partir de três características: a política, a social e a epistemológica. Para a autora existe uma série de estudos que dialogam na tentativa de questionar “as ciências pelo seu caráter androcêntrico, desvelando que elas não são neutras do ponto de vista do gênero, da classe e da raça” (2002, p. 68). Ela explica que “a crítica do empirismo feminista às ciências sugere que os conceitos fundamentais do pensamento científico ‘sofrem de um desvio machista’, são androcêntricos, brancos, burgueses e ocidentais, questionando assim a objetividade e neutralidade dos conhecimentos produzidos por essas ciências” (2002, p. 69).

Diante dessas constatações referentes às pesquisas que trazem questões gênero na Ciência & Tecnologia como objeto e de uma organização bastante inicial sobre a temática, que serve para elucidar a discussão, compreende-se a importância que ela pode

representar nas discussões sobre aspectos cientométricos na temática dos Conselhos de Políticas Públicas e da sua relação com estudos referentes à comunicação científica. O Gráfico 1 apresenta os dados relativos à questão de gênero, de acordo com a amostra dessa pesquisa, uma vez que essa variável foi elencada no presente trabalho.

GRÁFICO 1 - GÊNERO DAS AUTORAS E DOS AUTORES DA AMOSTRA DE ACORDO COM A NOMENCLATURA DE SEUS NOMES

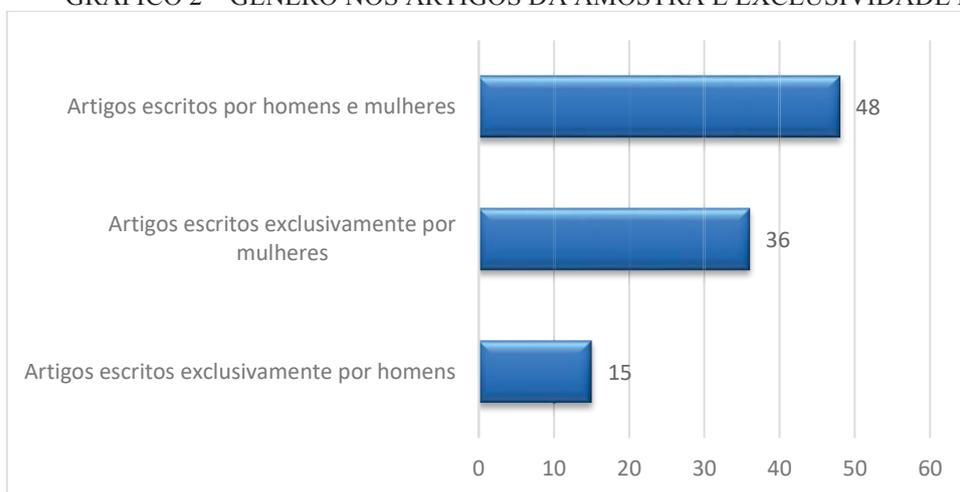


FONTE: Autoria própria

O corpus de artigos analisados foi escrito em sua maioria por pesquisadoras mulheres, das 204 pesquisadoras e pesquisadores envolvidos na análise 125 (61%) são pesquisadoras mulheres e 83 (39%) pesquisadores homens, de acordo com o sexo biológico e nomenclatura de seus respectivos nomes. Vale lembrar que a análise foi feita a partir dos artigos mais bem avaliados pela área da ciência política e relações internacionais no âmbito da CAPES, esse dado mostra em princípio, que em relação à temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas, há uma concentração de estudos realizados por mulheres. No intuito de trazer mais dados em relação a esse dado em específico, o Gráfico 2 apresenta a informação de quantos Artigos do corpus de análise foram escritos somente por mulheres, somente por homens e também por ambos os gêneros. O interesse nesse dado, em relação ao corpus da análise, é mostrar a quantidade

de textos escritos somente por mulheres em relação aos artigos escritos exclusivamente por homens.

GRÁFICO 2 – GÊNERO NOS ARTIGOS DA AMOSTRA E EXCLUSIVIDADE FEMININA



FONTE: Autoria própria

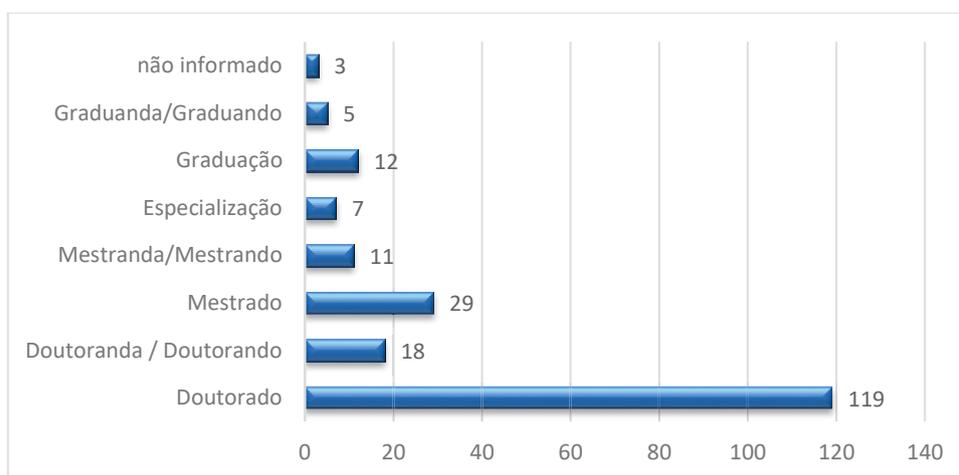
A coautoria em relação a gênero, lembrando que esse assunto será analisado a seguir, é relativamente maior nos artigos do que a exclusividade de trabalhos por pesquisadoras mulheres ou pesquisadores homens, em 49% dos 99 Artigos que compõe o corpus da literatura analisada e a amostra dos artigos sobre Conselhos de Políticas Públicas. Logo em seguida aparecem os artigos escritos com exclusividade por pesquisadoras mulheres, representando 36% da amostra, sendo que os artigos escritos exclusivamente por homens representam 15% do corpus.

Esses números são interessantes quando se discute tanto a questão da androcentria na área da Ciência & Tecnologia como na comunicação científica, quanto a uma possível relação da ciência feminina e também do campo das “profissões femininas”, que pode estar imbricada a temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas. A hipótese de que as mulheres acabam preenchendo seus currículos com pesquisas sobre os Conselhos de Saúde, sustenta-se pelo argumento elaborado pelas pesquisadoras que foram referenciadas a cima, principalmente aquelas que discutem essa relação na área da Ciência e Tecnologia do país. A forte ligação da temática de pesquisa se relaciona à questão do cuidado e da ajuda – típicos do imaginário social ao coletivo feminino, na

sociedade contemporânea – é de fato uma variável explicativa, que delinea o objeto desse estudo a área de saúde.

A próxima variável diz respeito à formação acadêmica das e dos autores do banco de dados. Como a pesquisa é longitudinal apresenta-se essa variável de acordo com sua formação na época em que os artigos foram escritos. Nesse sentido pesquisou-se no Currículo Lattes dos indivíduos se o pesquisador à época era doutorando, informação considerada na análise. A intenção é constatar em qual nível de formação os indivíduos da amostra conseguiram ter o seu artigo aprovado nas revistas. É interessante para a pesquisa e mais exclusivamente para essa variável apontar que há autores que tiveram artigos nas revistas analisadas, que em uma época eram mestres e que em outra época ou artigo eram doutores e essas informações foram contempladas para a construção do Gráfico 3. Essa variável é fundamental para mostrar como se difunde a questão da comunicação científica através dessa amostra específica, porém pode ser utilizada em trabalhos futuros da área auxiliando estudos longitudinais que tenham como objeto a comunidade científica e sua relação com a produção acadêmica.

GRÁFICO 3 – FORMAÇÃO ACADÊMICA DAS/DOS AUTORES NA ÉPOCA EM QUE ESCREVERAM OS ARTIGOS



FONTE: Autoria própria

Por se tratar de revistas qualificadas no índice da Qualis-CAPES como A1, A2, B1 e B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais já se esperava que grande

porcentagem dos artigos fosse escrita por doutores. Ao realizar a análise, constatou-se que aproximadamente 58% das e dos autores da amostra concentravam-se na época em que os artigos foram escritos, no grau acadêmico de doutores, apontando-se que o pós-doutorado não é considerado um grau acadêmico<sup>33</sup>. A partir dessa informação, checou-se que aproximadamente 59% das e dos pesquisadores da amostra eram doutoras(es), seguido de mestras(es) com 14%, doutorandas(os) com 8%, mestrandas(os) com 5%, graduadas(os) com 5%, especialistas com 3%, graduandas(os) com 2% e não informado com 1%. Vale destacar que os 5% de graduandos expostos na análise são autoras e autores que realizaram o mesmo artigo com a coautoria de dois professores universitários que eram mestres e doutores, na época em que o artigo foi produzido. Em relação ao índice “não informado” há três autores dos quais não há informações em seus Currículos Lattes de sua qualificação ou elas ou eles não têm contas ativas na Plataforma Lattes do CNPQ.

É interessante perceber a relação que a variável formação acadêmica enseja para a questão da publicação de artigos científicos nas revistas mais bem avaliadas no Qualis-Periódicos. No cotidiano desses profissionais compreende-se a necessidade de publicação de *papers* em revistas nomeadas nacionalmente e internacionalmente, como um requisito da avaliação docente do pesquisador e também por isso de sua competência profissional, através da produção e divulgação científica. Em relação a esse fato constatou-se através dos 99 artigos analisados neste trabalho que essa necessidade pode estar ligada diretamente aos números apresentados na Tabela 3. Logicamente, há outras questões que devem ser consideradas nessa análise, principalmente aquelas que dizem respeito ao grau de maturidade intelectual que doutores imprimem em sua relação com o fazer científico e dessa com o pertencimento a cursos de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa, por exemplo. Essas características podem ter relação direta com a publicação científica dessas e desses sujeitos nas revistas científicas nacionais e internacionais.

Outro fator que pode ser analisado diz respeito ao número superior de mestres em relação ao de doutorandos que publicaram artigos. Uma hipótese para esse achado de pesquisa é a necessidade que mestres têm de publicar artigos para entrar nos Programas de Pós-Graduação no nível de doutorado. Assim como problemas relativos à saúde mental dos pesquisadores, por conta do congelamento nos valores das bolsas de pesquisa e

---

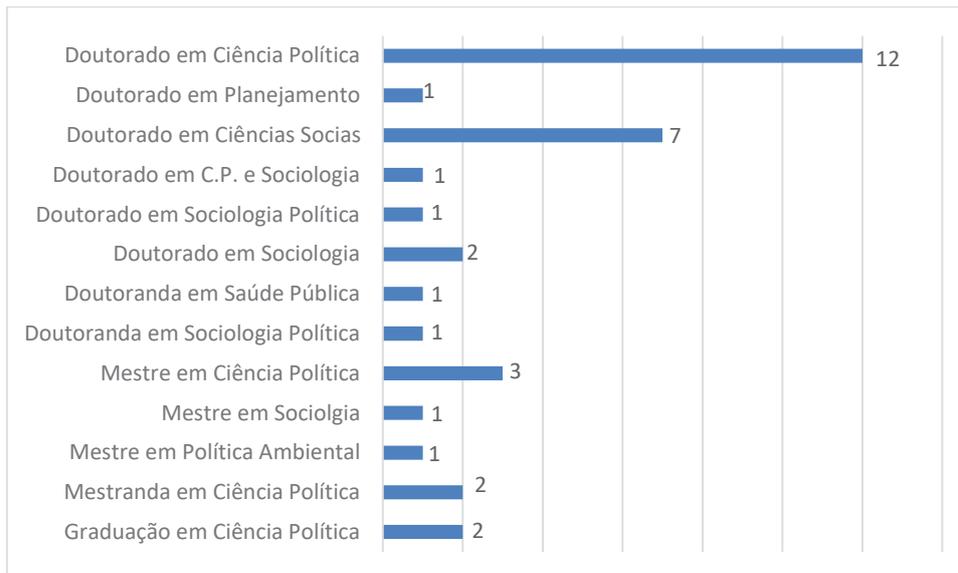
<sup>33</sup> O pós-doutorado é um estágio de estudos e pesquisas realizado por uma e um pesquisador que tenha o título de doutor(a), visando o aprimoramento das habilidades de pesquisa desse sujeito e também em muitos casos, preparando-o para a carreira acadêmica.

também da maior propensão que esses pesquisadores têm em desenvolverem problemas de ansiedade e depressão (Barrecheguren, 2018). Segundo uma pesquisa publicada na Nature Biotechnology “os doutorandos são seis vezes mais propensos a desenvolverem ansiedade e depressão em comparação com a população geral. [Para o] pesquisador Nathan Vanderford, da Universidade de Kentucky (EUA), isto significa que 39% dos candidatos a doutor sofrem de depressão moderada ou severa, frente a 6% da população geral” (Barrecheguren, 2018).

De acordo com outra pesquisa elaborada por Katia Levecque, da Universidade de Gent, os sintomas referentes a questões de saúde mental são verificados em doutorandas (os) de várias áreas de pesquisa e a probabilidade dos sintomas aparecerem em doutorandas mulheres é 27% maior que a probabilidade do aparecimento de doenças como a ansiedade e depressão em doutorandos homens (Barrecheguren, 2018). Dessa forma considera-se a necessidade de rever posturas, a exemplo da necessidade de um número alto de publicações de alto nível, competição entre as(os) pesquisadoras(es), entre outros fatores, dentro dos Programas de Pós-Graduação que auxiliem na futura extinção desses fenômenos, cujos dados mostram uma questão de gênero latente e uma necessidade latente de se freiar a “tese do teto de vidro”, já apresentada nessa análise, nas instituições acadêmicas.

No intuito de apresentar e discutir a variável formação acadêmica das (os) autoras (es), classificaram-se as principais áreas da Tabela 5 – Área de Ciência Política e Área de Saúde em gráficos específicos de cada área do conhecimento, com o intuito de melhorar a distribuição dessa informação no texto. Essa variável também foi construída, a partir dos dados relativos à formação acadêmica dos sujeitos, de acordo com o nível acadêmico da época em que os artigos analisados foram publicados nas respectivas revistas. Para a elaboração da variável através da análise do Currículo Lattes pesquisou-se a área de abrangência dos pesquisadores indicada por cada um deles em seu perfil pessoal e, caso essa informação não constasse no documento, lia-se o texto de apresentação indicado pelas e pelos pesquisadores, na mesma plataforma. Optou-se por apresentar primeiramente as informações referentes à Área da Ciência Política por mera convenção, pois se entende a importância das outras áreas e, fortemente da saúde, para a construção teórica analisada. Em relação à Área 1 – Ciência Política, a representação gráfica é a que segue:

GRÁFICO 4 – FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA



FONTE: Autoria própria

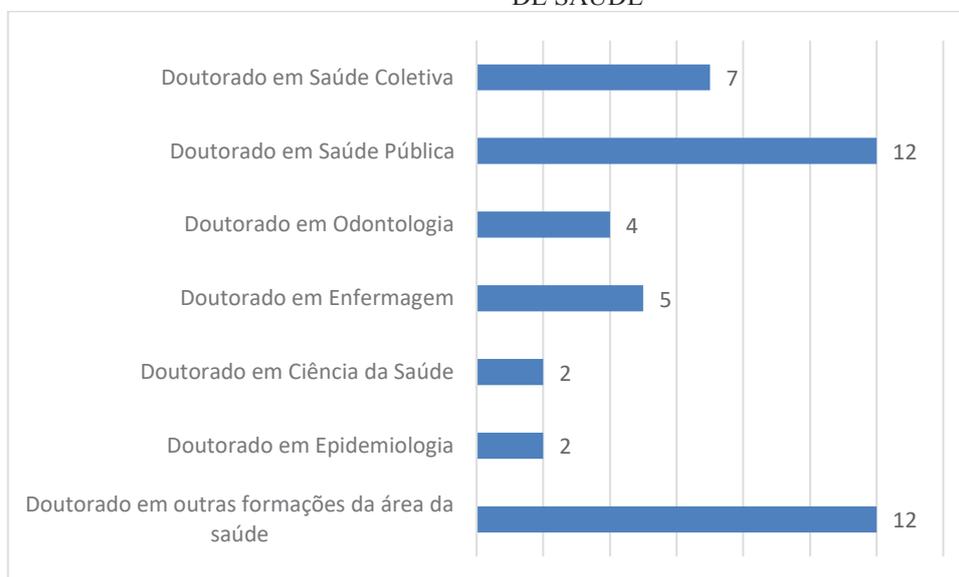
Ao analisar o Gráfico 4 percebe-se uma frequência dessa variável em relação à variável anterior, lembra-se que, de acordo com a amostra, 35 autoras e autores da área de Ciência Política se dedicaram a escrever artigos sobre Conselhos de Políticas Públicas. A frequência referida diz respeito à quantidade de pesquisadoras e pesquisadores doutoras e doutores que tiveram seus textos publicados nas revistas científicas analisadas. Na amostra eles representam 71% do total de indivíduos desse segmento, o que mostra a importância do nível de formação dos pesquisadores e da experiência acadêmica acumulada desses sujeitos para que textos acadêmicos sejam contemplados e incorporados às revistas científicas classificadas no ranking mais alto da Qualificação Qualis-CAPES na área estudada.

Quanto à formação particular dos autores vê-se que 34% da amostra é composta por indivíduos formados na área da ciência política, exclusivamente doutores. Ao reunir outros acadêmicos da área (mestras, mestres, entre outras e outros) obtém-se o total de 52% de autores da amostra com essa formação exclusiva. Na outra margem estão cientistas políticos com formação *stricto sensu* em outras áreas do conhecimento, indivíduos que representam outros 48% da amostra relativa aos autores da área de ciência política analisada neste trabalho. Não se pode aferir apenas com esses dados a relação interdisciplinar presente na própria formação das e dos cientistas políticos que escrevem

sobre Conselhos de Políticas Públicas, porém vê-se que uma parte desses pesquisadores procurou outras áreas de conhecimento para realizarem seus estudos de complementação curricular. O que de certa forma auxilia na explicação de que esse assunto em específico, quando analisado pela área da ciência política, pode ter um caráter eminentemente interdisciplinar, mesmo que os autores procurem contemplar a sua formação em áreas das ciências sociais.

As (os) pesquisadoras (es) da Área da Saúde (de acordo com a Tabela 5) são as (os) principais pesquisadoras (es) do corpus dos textos analisados neste trabalho. Os Conselhos de Políticas Públicas de Saúde (Nacionais, Estaduais e Municipais) já foram apontados por Almeida, Cayres e Tatagiba (2015) como as principais instituições participativas desse tipo em particular estudadas pelas e pelos pesquisadores. Nesse trabalho constata-se, de certa maneira, esse fato e mais uma vez as (os) doutoras (es) dominam nessa Área as publicações nas revistas científicas, dado que compreende 45% das (dos) pesquisadoras (es), conforme o Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - FORMAÇÃO ACADÊMICA EM DOUTORADO DAS (OS) AUTORAS (ES) DA ÁREA DE SAÚDE



FONTE: Autoria própria

Como existem 94 indivíduos que compõem a Área de Saúde (de acordo com a Tabela 5) seria inviável transformar as informações da variável formação acadêmica em um gráfico, optou-se assim por apresentar as informações relativas aos doutores no

Gráfico 5. Em relação aos demais pesquisadores da Área, 17 são mestres, doutorandos, cinco mestrandos, quatro especialistas, cinco graduados e seis graduandos das mais variadas subáreas da saúde, como enfermagem, odontologia, saúde coletiva, saúde pública, entre outras.

A subárea da Saúde Pública tem peso considerável na análise, uma vez que indica a formação da maioria dos pesquisadores da Área da Saúde. Como um adendo à discussão da formação acadêmica, vale mencionar as principais diferenças da subárea da Saúde Pública em relação à subárea da Saúde Coletiva, que congrega também uma porcentagem grande de autores da Área de Saúde. De acordo com Terris, pode-se compreender a Saúde Pública como:

a arte e a ciência de prevenir a doença e a incapacidade, prolongar a vida e promover a saúde física e mental mediante os esforços organizados da comunidade para o saneamento do meio, o controle de doenças (infecciosas e não infecciosas) e os acidentes, a educação do indivíduo nos princípios de higiene pessoal, a organização dos serviços para o diagnóstico, tratamento e reabilitação, e o desenvolvimento do 'maquinário social' que assegure a cada indivíduo na comunidade um nível de vida adequado para a manutenção da saúde (apud PAIM, 2006, p. 127).

Já nesse contexto de sistematização das ideias, que cabem a essa análise, a Saúde Coletiva será entendida através da seguinte passagem:

A Saúde Coletiva latino-americana foi composta a partir da crítica à Medicina Preventiva, à Medicina Comunitária, à Medicina da Família, além de ser fertilizada pela Medicina Social do século XIX e pela saúde pública institucionalizada, seja nos serviços de saúde, seja na academia. Envolve um conjunto articulado de práticas técnicas, ideológicas, políticas e econômicas desenvolvidas no âmbito acadêmico, nas organizações de saúde e em instituições de pesquisa vinculadas a diferentes correntes do pensamento resultantes de projetos de reforma em saúde (...). Este de caráter mais amplo inclui além de atores institucionais, sindicatos, entidades de saúde, organizações populares, grupos religiosos, partidos políticos etc. A Saúde Coletiva, enquanto movimento, tem tido no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e na Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) seus principais sujeitos coletivos (apud PAIM, 2006, p. 128).

É como se na primeira rama, a Saúde Pública, os pesquisadores dessem conta de estudar e aprofundar-se em estudos de políticas públicas voltadas à questão da prevenção

em relação à saúde/doença de uma forma institucionalizada na figura do Estado. Já na segunda subárea, a Saúde Coletiva, os pesquisadores teriam interesse em pesquisar a saúde de forma ampliada perpassando a relação do Estado com outros atores.

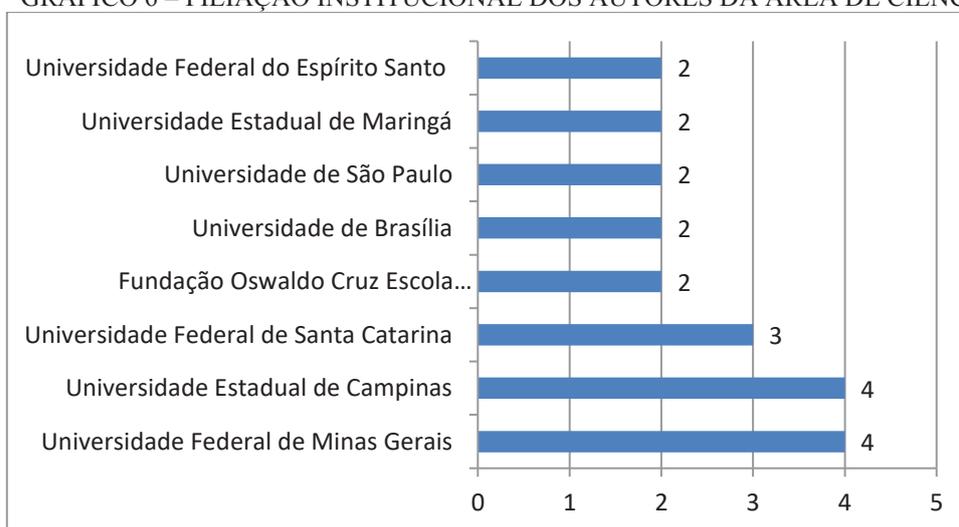
É fundamental esclarecer que ambas são complementares e não opostas, elas auxiliam no debate em relação à saúde enquanto direito básico de cidadania e primordial aos princípios democráticos. É salutar para os resultados desta análise compreender, mesmo que minimamente, essas questões, pois assim fica mais clara a relação do porquê pesquisadoras e pesquisadores de ambas as subáreas da Saúde, são as e os principais sujeitos dentro da Área de Saúde que mais se debruçam a estudar os Conselhos de Políticas Públicas. Nesses espaços a dinâmica interna dos processos decisórios é construída através de atores estatais e de atores da sociedade civil, entre outros, na tentativa de formular, gerir e fiscalizar as políticas públicas. Com essas explicações mínimas, porém atinentes ao debate, entende-se a necessidade da discussão desse objeto frente à natureza de ambas as competências e formações acadêmicas, distintas, porém complementares, segundo a compreensão do texto em análise.

Seguindo a lógica de apresentar os dados relativos à formação acadêmica das (os) pesquisadoras (es), na Área de Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais dos 16 indivíduos, 14 são doutoras ou doutores e desses cinco são pós-doutoras ou pós-doutores e 2 mestradas ou mestrandos. Já na Área de Educação dos 14 indivíduos todas e todos são doutores, sendo que quatro são pós-doutoras ou pós-doutores. Da área de Ciências Sociais Aplicadas 3 pesquisadoras e pesquisadores são pós-doutores, sete são doutoras ou doutores, uma doutoranda, um mestre e três graduadas e graduadas. Por último, os pesquisadores da Área de Ciências, Desenvolvimento Sustentável, meio ambiente e geografia, 4 são pós-doutoras ou pós-doutores, oito doutoras ou doutores, uma doutoranda, cinco mestres, uma especialista e um bacharel. Esses dados corroboram a constatação de que os artigos nas revistas mais bem colocadas no ranqueamento da CAPES Periódicos são escritos por pesquisadores do mais alto nível de qualificação acadêmica. Compreende-se que é esse o principal fator da apresentação desse dado específico.

Com a finalidade de analisar sistematicamente as próximas três variáveis – “Filiação Institucional das (os) Autores”, “Coautoria” e “Número de Autoras (es)” – fazendo o fechamento da Categoria Atributo Autorais, decidiu-se por apresentá-las conjuntamente, proporcionando às e aos leitores as devidas ressalvas pertinentes no andamento da escrita do texto. Como nas primeiras variáveis se analisa a variável Filiação

Institucional da Área de Ciência Política, desse modo os dados referentes a essa variável específica mostraram que todas as autoras e autores (35 que compõem a amostra) pertencem, na época que escreveram os artigos, à instituições de ensino. Nessa base de dados não há autoras ou autores de instituições não acadêmicas, como se observa em outras Áreas. O Gráfico 6 mostra as instituições em que se agrupam os maiores quantitativos de autores que escreveram sobre Conselhos de Políticas Públicas, tendo como referências os artigos analisados no trabalho. As informações apresentadas por essa variável são descritivas e mostram principalmente a questão de pertencimento dos sujeitos, somente no quesito da filiação institucional, que têm publicados artigos sobre as temáticas nas revistas selecionadas pelo recorte.

GRÁFICO 6 – FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS AUTORES DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA



FONTE: Autoria própria

Outras Universidades congregaram pesquisadoras e pesquisadores da Área de Ciência Política são: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Alfenas, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e duas Universidades internacionais, Universidade Johns Hopkins (Estados Unidos) e Universidade de Coimbra (Portugal).

No intuito de apresentar alguns autores através de sua filiação institucional, descrevem-se 3 instituições de ensino, considerando como recorte o fato de congregarem 4 e 3 autoras ou autores da temática dos Conselhos de Políticas Públicas. A primeira delas

é a Universidade Federal de Minas Gerais. Os estudiosos que pertenciam institucionalmente como pesquisadores na época da escrita de seus textos a essa universidade são Uriella Coelho Ribeiro, Cornelis Johannes Van Stralen, Eduardo Moreira da Silva e Mario Fuks. Outra universidade que congrega o mesmo número de pesquisadores é a Universidade Estadual de Campinas a qual pertenciam as pesquisadoras Graziella Castello, Karin Blikstad, Luciana Tatagiba e Maria da Glória Gohn. Na Universidade Federal de Santa Catarina temos as pesquisadoras Domitila Costa Cayres e Lígia Helena Hahn Lüchmann e o pesquisador André Selayaran Nicoletti.

Os dados gerados pela Tabela 5 são representativos no que diz respeito à dispersão que o assunto específico dos Conselhos de Políticas Públicas pode ter nos estudos específicos da área da Ciência Política e também de outras áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, com os achados desta pesquisa compreende-se que o estudo científico dessa temática pode ser construído por centros de pesquisa das mais diversas matrizes. Não é possível apenas com os dados coletados na pesquisa determinar os principais polos de pesquisa na área, porém é interessante perceber a influência de nomes como Luciana Tatagiba, Maria da Glória Gohn, Domitila Costa Cayres, Lígia Helena Hahn Lüchmann, Eduardo Moreira da Silva e Mario Fuks e suas respectivas instituições, ao menos numérica em relação a filiação deles mesmos e de outros pesquisadores nos estudos sobre Conselhos de Políticas Públicas.

Na tentativa inicial de compreender como essa variável está determinada na Área da Saúde, delimitaram-se alguns aspectos no intuito de compreender essa variável. Como o número de pesquisadores da área é relativamente maior do que de outras analisadas no trabalho, optou-se por estipular a formação específica de doutores na contabilização dos dados. Como a área da Saúde é composta por vários pesquisadores de instituições diferentes, optou-se por apresentá-los, levando-se em consideração o aparecimento de mais de um pesquisador nas universidades, ou institutos de pesquisa. É interessante perceber tanto na leitura dos artigos, quanto na leitura dos dados levantados com a pesquisa a influência dos pesquisadores da FIOCRUZ para a discussão sobre Conselhos de Políticas Públicas na área da saúde. Nesse órgão estão lotados tanto pesquisadores da área da saúde propriamente, quanto de áreas das ciências sociais, incluindo a ciência política, que estão constantemente analisando a temática. A Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal de Santa

Catarina, também se destacam quando o assunto é a filiação institucional dos autores na área da saúde.

Considera-se que a próxima variável analisada faz uma ponte, é um fator que liga, entre os dados apresentados e analisados até aqui – Atributos Autorias – em relação a próxima categoria de análise – os Atributos da Produção, mais especificamente. A coautoria é uma variável interessante de ser analisada e categorizada dentro de uma pesquisa bibliométrica para que se possa analisar pontos, entre eles testar hipóteses, que estejam ligadas a questão da colaboração intra e interinstitucional dos autores, em relação à temática que a pesquisa está se dispondo a fazer. Esse aspecto pode ser agregado nessa e em pesquisas futuras na área da cientometria aplicada à ciência política para mostrar como os pesquisadores e seus grupos podem se organizar para pesquisar um determinado assunto.

No intuito de discutir outro aspecto ligado à hierarquia institucional e também à variável coautoria, analisou-se como estão dispostas as relações entre as instituições de ensino de filiação dos autores dos artigos. Para atingir esse objetivo, pensou-se na visualização de uma rede que ligasse as instituições. Desse modo o grafo abaixo, Figura 1, representa a rede de colaboração interinstitucional, isso é de instituições nas quais os autores fazem parte e que acabaram aparecendo nessa imagem por conta da coautoria dos artigos. Para obtê-lo, foi feita uma conversão da rede bimodal de artigos e instituições dos autores em uma rede unimodal, de instituições ligadas diretamente entre si. Vale destacar que os grafos apresentados nessa pesquisa servem para a realização de uma análise clássica de estatística descritiva dos dados analisados durante a escrita da tese.



instituições. Quando se observa o Gráfico 6, nota-se que são justamente as instituições que congregaram maior número de autores da área de ciência política, podendo existir uma relação entre esses dois dados.

Uma das hipóteses para compreender porque isso acontece está ligada ao fato da existência de mais de 27 mil conselhos municipais no Brasil, segundo o Perfil dos Estados Brasileiros elaborado pelo IBGE em 2012, considerando-se todos os tipos de instituições participativas desse tipo, inclusive aquelas não contempladas na análise. A título de ilustração, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente estavam presentes na época da pesquisa em 97,9% dos municípios do país (IBGE, 2012). Há, então, grandes chances de existir uma dispersão em relação a essa variável específica (a colaboração interinstitucional) por ela estar ligada à institucionalização desse canal de participação e representação e os centros de pesquisas realizarem pesquisas de fóruns participativos da sua região, sejam relativos a municípios ou estados, sem a devida comparação com outros Conselhos de Políticas Públicas, através de estudos de caso, na maioria das vezes isolados. Por isso, entende-se a importância da construção de análises que congreguem os Conselhos de Políticas Públicas e outras modalidades de Conselhos em pesquisas com enfoque comparativo, por exemplo, como uma ferramenta de integração dos possíveis polos de análise dessa temática, como as apresentadas na Figura 1. Essa questão será contemplada a seguir. A partir desse estudo observa-se que a apresentação de atributos autorais em análises cientométricas auxiliam a compreensão da distribuição dos autores em relação às variáveis apresentadas na análise. Essas apresentação e sistematização servem para mostrar a distribuição das informações relativas à comunicação científica, aproximando autores às temáticas.

#### 4.2 ESTUDO QUANTI-QUALITATIVO DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ATRIBUTOS DE PRODUÇÃO

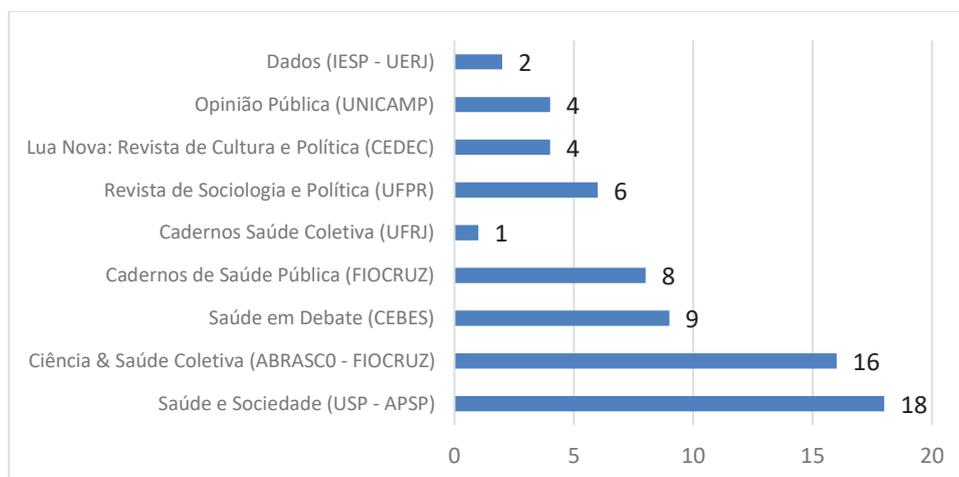
Nesse quesito serão apresentadas questões relativas a produção sobre Conselhos de Políticas Públicas de acordo com o recorte da pesquisa. Assim, as informações dizem respeito a uma série de variáveis que explicam como essa temática em específico está distribuída na comunicação científica e quais são alguns conceitos, autores, entre outros

fatores próprios da produção estão suscetíveis ao aparecimento na discussão dessa temática.

O Identificador de Objeto Digital – DOI auxiliou na construção da tabela de Excel, que serviu de base para a construção do banco de dados do trabalho. O DOI especificamente serviu como variável de controle, para que se pudesse distribuir as informações e construir o banco. Aborda-se essas informações na análise, pois entende-se que construir a base tendo como parâmetro essa variável, é fundamental metodologicamente, pois como trata-se de um código único, que acaba por diminuir erros em relação ao restante das variáveis que compõe o banco de dados. O número de artigos desse banco de dados é mediano, porém em pesquisas com um número significativamente maior de artigos, contar com o DOI como uma variável controle é necessário para não haver erros na distribuição das informações.

A primeira variável a apresentar o Atributo de Produção são os Periódicos da Publicação dos artigos. No intuito de apresentar de maneira sistemática essa variável foram elaborados dois gráficos, uma vez que os artigos foram encontrados em 23 revistas diferentes ranqueadas como A1, A2 e B1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Desse modo, a primeira representação gráfica relativa a essa variável traz os artigos das duas áreas que são mais centrais nesse estudo específico, que são as áreas de Saúde de Ciência Política.

GRÁFICO 7 –PERIÓDICOS DE PUBLICAÇÃO DAS ÁREAS CIÊNCIA POLÍTICA E SAÚDE

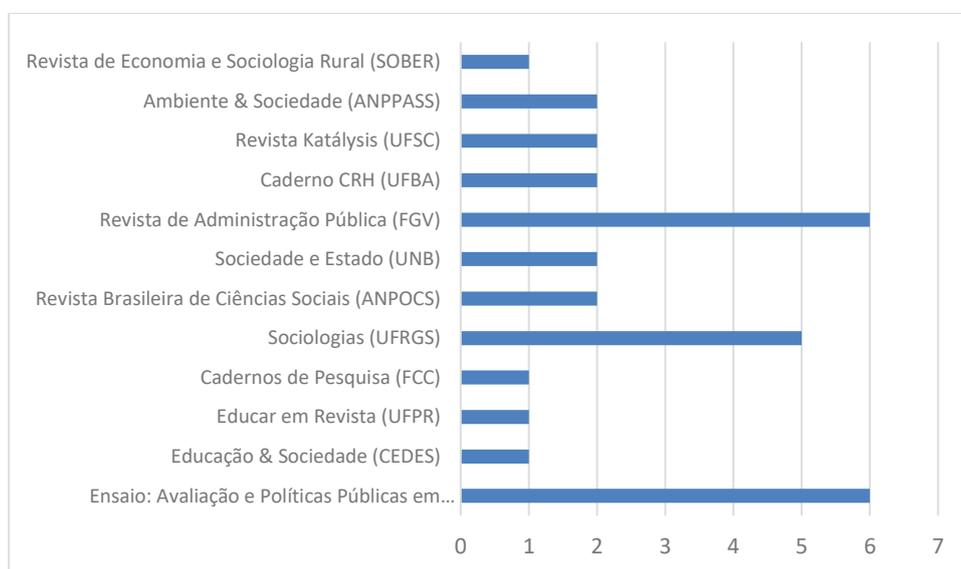


FONTE: Autoria própria

No Gráfico 7 estão dispostos tanto os nomes das Revistas, quanto as siglas das instituições responsáveis pela equipe de editoração delas. Na área de Ciência Política a Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná - UFPR se destaca das demais revistas com seis publicações sobre a temática, em segundo lugar estão as revistas Lua Nova: Revista de Cultura e Política do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDECE a Revista Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, ambas com quatro publicações cada. Já na área da Saúde têm-se as revistas Saúde e Sociedade da Universidade de São Paulo – USP em conjunto com a Associação Paulista de Saúde Pública – APSP com 18 publicações e a Revista Ciência & Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO junto com a Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, com 16 publicações no total.

As demais áreas temáticas referentes a esse estudo estão dispostas no Gráfico 8. Vale lembrar que se escolheu essa disposição unicamente para apresentar as revistas de uma maneira didática.

GRÁFICO 8 - PERIÓDICOS DE PUBLICAÇÃO DAS OUTRAS ÁREAS ANALISADAS NO QUADRO 5



FONTE: Autoria própria

A revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas – FGV, com seis publicações, e a revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação da Fundação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Fundação

CESGRANRIO), também com seis publicações, são as revistas escolhidas pela maioria dos autores tanto da área de Educação quanto da área de Ciências Sociais Aplicadas para a publicação dos artigos do corpus analisado nessa tese. Como era de se esperar, ao conjugar as informações dos Gráficos 7 e 8 continua-se a ver a questão da dispersão relativa à temática dos Conselhos de Políticas Públicas nas revistas da área da Ciência Política, porém com uma forte concentração dos estudos na área da Saúde. De acordo com os dados se percebe a relação dessa variável com a primeira variável da pesquisa, isto é, a distribuição dos autores de acordo com as áreas.

Por conta da dispersão típica da temática estudada não é possível dimensionar até que ponto um estudo será contemplado pelas revistas, porém há uma tendência das revistas na área de ciência política a aceitarem artigos teóricos de cientistas políticos que discutem “representação”, “associativismo”, “sociedade civil” e “participação”<sup>34</sup>. Um artigo do corpus da análise representativo dessa discussão é o artigo “Associações, participação e representação: combinações e tensões” de Lígia Helena Hahn Lüchmann, publicado pela Lua Nova: Revista de Cultura e Política em 2011, classificada como A2 no ranqueamento da CAPES na área da Ciência Política e Relações Internacionais. No texto a autora discute a questão da representação como um novo repertório da ação política das associações (2011, p. 146-150), dimensionando-a através da relação entre a representação conselhistas como um tipo de representação democrática (2011, p.150-159) e discutindo as compatibilidades e tensões entre a participação e a representação (2011, p. 159-169).

Pensando nos mesmos quesitos apresentados no parágrafo anterior, porém que considera um artigo escrito para uma revista da Área de Ciências Sociais Aplicadas, um texto que se destaca é o de Rebecca Neaara Abers e Margaret E. Keck, escrito em 2008 para o Caderno CRH, classificado como A2 no ranqueamento da CAPES na área da Ciência Política e Relações Internacionais. O texto discute dois tipos de representantes nos Conselhos, os indivíduos apontados por associações e aqueles indicados pelo estado, fazendo uma análise das contribuições potenciais das associações para a democracia além de refletir sobre o papel do estado nessa discussão (2008, p. 105-108). As autoras também

---

<sup>34</sup>No item metodológico da análise deixa-se clara a intenção de fazer uma análise de escopo da literatura no item quatro da Tese. Nesta análise trabalhou-se a partir da leitura e de alguns artigos que se considera “chave” para explicar alguns fatores importantes em relação a comunicação científica de trabalhos sobre Conselhos de Políticas Públicas, principalmente em relação a área da Ciência Política.

trazem como um dos objetivos do artigo repensar como o processo de tomada de decisão nos conselhos pode contribuir para a política democrática, buscando um conceito “dinâmico e criativo” de representação (2008, p. 108-110).

Já em relação à metodologia de estudo há uma forte tendência das revistas da área de ciência política a aceitar artigos empíricos de cientistas políticos que trabalhem conjuntos de Conselhos de Políticas Públicas por áreas específicas. Como exemplo traz-se o caso do artigo “Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil” de Carla Cecília Rodrigues de Almeida, Euzeneia Carlos do Nascimento e Rafael da Silva, escrito em 2016 para a Revista Opinião Pública, classificada no ranqueamento da CAPES como A1 na área da Ciência Política. Nesse estudo os autores avaliam a efetividade dos Conselhos Municipais de Assistência Social de todos os municípios brasileiros através do Índice de Efetividade de Participação – IEP do ano de 2012 (2016, P. 250-285). Também trabalhos que cotejam Conselhos de Políticas Públicas das áreas distintas de políticas públicas, como o artigo “Cultura político e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba” de Mario Fuks, Renato Monseff Perissionotto e Ednaldo Aparecido Ribeiro, escrito em 2003, para a Revista Sociologia e Política, ranqueada como A1 na área de Ciência Política. Nesse artigo específico os autores estudam os atores políticos, os conselheiros, através da cultura política (2003, p. 125-145).

Esses dois artigos são clássicos para a área de ciência política quando o assunto são os Conselhos de Políticas Públicas, compreende-se que as e os autores que tiverem interesse em pesquisar esse assunto estudem esses trabalhos, assim como a literatura que indicada pelas referências. São dois artigos do corpus da análise muito bem elaborados e que dinamizam o estudo sobre esse objeto, pois trazem análises conjunturais bem elaboradas sobre a temática.

Nas outras áreas do conhecimento tratadas no Quadro 5, além da discussão metodológica parecida com a elaborada pelos cientistas políticos e que muitas das vezes traz discussões organizadas por teóricos da área, os Conselhos de Políticas Públicas são na maioria das vezes tratados nas revistas através de estudos de caso isolados. Isto é, os pesquisadores escolhem, por critérios geográficos, um Conselho de Política Pública e analisam questões relacionadas à participação dos atores, à representação da sociedade civil ou ao funcionamento das instituições participativas (como no caso dos textos de GRISSOTTI, PATRÍCIO e SILVA, 2010; VASCONCELOS, ALMEIDA e PEIXOTO,

2017; NUNES, PHILIPHI JR e FERNANDES, 2012, entre outros artigos do corpus compilado)<sup>35</sup>.

Uma das variáveis que se analisa neste capítulo é “artigo empírico”. Com o estudo dessa variável quer-se descobrir e quantificar os 99 artigos de acordo com o tipo de pesquisa que foram capazes de desenvolver. Ao se analisar os resumos dos artigos e fazendo sua leitura, tinha-se o intuito de demonstrar quantos artigos poderiam ser considerados eminentemente teóricos, isto é, quantos apresentam algum tipo de revisão de literatura e discussão dessa literatura, fazendo sua discussão através de debates de ideias, conceitos e referências a outros trabalhos. E quantos dos artigos podem ser considerados empíricos, ou seja, fazem análise de algum Conselho, ou o compara com outras instâncias.

Constatou-se que do total de 99 artigos analisados, 70 artigos são empíricos e trazem a discussão sobre algum Conselho de Política Pública e 29 foram considerados pela autora como não empíricos. Do número total de artigos, também se analisou que 58 artigos trabalham casos isolados, ou fazem algum tipo de revisão de literatura e 41 comparam dois ou mais Conselhos de Políticas Públicas. Compreende-se desse dado a materialidade teórico-metodológica utilizada para a análise do objeto nas pesquisas como os autores constroem esses caminhos no intuito compreender o fenômeno ao longo do tempo. É possível identificar também a necessidade de utilizar o arsenal metodológico qualitativo, como a análise de conteúdo – de atas, legislação e entrevistas com conselheiros – aparecendo como a principal ferramenta de análise sobre Conselhos de Políticas Públicas, assim como a utilização de entrevistas com os Conselheiros, a observação participante das reuniões, ao longo das análises e também de sua comunicação científica, através das revistas e trabalhos analisados nesse trabalho.

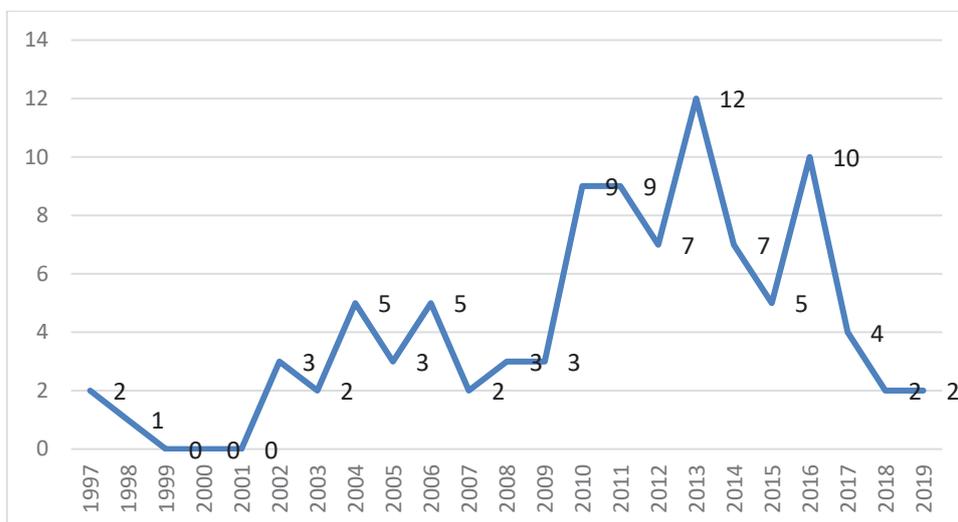
Outra variável que se considera foi o ano de publicação dos artigos científicos, com intuito de trazer uma gama conveniente de dados cientométricos para a análise em relação aos Atributos da Produção de Conselhos de Políticas Públicas. Essa variável que auxilia a caracterização da comunicação científica de uma temática específica está

---

<sup>35</sup> Outros quesitos em relação ao conteúdo dos textos serão retomados no decorrer da análise.

disposta durante os anos de sua discussão teórica e empírica. Para melhor visualização da variável se dispôs as informações no Gráfico 9.

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO POR ANOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NAS PRINCIPAIS REVISTAS DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA (1997-2019)



FONTE: autoria própria

Na introdução desse trabalho afirmou-se que os Conselhos de Políticas Públicas são instituições recentes no arcabouço político institucional brasileiro. Desse modo, ao pesquisar na base de dados da SciELO Brasil, os dois primeiros artigos a apresentarem essa temática foram escritos em 1997. O primeiro deles, cujo título é “A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no Estado do Piauí, Brasil”, foi escrito por José Ivo dos Santos Pedrosa, professor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí para os Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Nesse texto o autor aborda experiências de intervenção pedagógica do Projeto de Incentivo ao Controle Social e à Participação na Construção do SUS – uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Coordenação de Informação, Educação e Comunicação do Projeto Nordeste, a Universidade de Brasília e as Universidades do Nordeste – junto a conselheiros de saúde do Piauí (1997, p. 748-741).

O segundo texto “Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS)” escrito por José Mendes Ribeiro, professor do Departamento de Ciências Sociais da Fundação Oswaldo Cruz, também para o os

Cadernos de Saúde Pública da Fundação. A preocupação do pesquisador nesse texto foi debater teoricamente a questão do que chamou de “vocalização política” acerca de possibilidades concretas de consolidação dos Conselhos de Saúde no plano dessa política setorial. Ele traz o debate recorrente nos artigos científicos analisados que diz respeito ao “neocorporativismo” dessa estrutura decisória (1997, p. 81-92).

Há certo simbolismo em confirmar que os dois primeiros trabalhos do corpus de análise são de pesquisas sobre Conselhos de Políticas Públicas da área da Saúde, uma vez que nesse estudo, assim como no de Almeida, Cayres e Ttagiba (2015), essas instituições integram o rol das mais estudadas pelos pesquisadores no âmbito da comunicação científica nessa área temática, aqui tendo como pano de fundo as revistas da área de Ciência Política. O Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentado pela Lei 8.080/1990, é considerado um dos mais complexos sistemas de saúde pública do mundo ocidental, então, as pesquisas que envolvam a construção de seus processos gestores representam uma parcela significativa dos esforços de pesquisadores na área das políticas públicas.

Outro fator impactante desses dados reside no fato relativo ao pico da produção sobre Conselhos de Políticas Públicas, que se dá entre os anos de 2010 – penúltimo ano do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – a 2016, ano do golpe parlamentar que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores<sup>36</sup>. Compreende-se em princípio, pois outras pesquisas são necessárias no sentido de analisar as respostas em relação a esse pico de produção, a partir dos dados, que os autores que analisaram essa temática o fizeram a partir dos resultados dos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores em esfera nacional. Desse modo, um fator que pode ter influência indireta nesse pico de produção está relacionado ao maior investimento do governo federal em políticas de incentivo à pesquisa, como o aumento de programas e de bolsas de pós-graduação *scrito senso* nesse período, conforme os estudos de Carvalho (2014).

Vale frisar aqui que o declínio encontrado na produção referente aos anos de 2017, 2018 e 2019 pode estar ligado ao fato de que muitas revistas estejam em processo

---

<sup>36</sup>A conceituação de golpe de estado utilizada nesse trabalho pode ser lida nos artigos do “Livro Porque Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise Política no Brasil” organizado por Jinkings e Cleto.

de editoração dos artigos, principalmente se levamos em consideração o ano de 2019. Outros artigos que tratam a temática relativa aos Conselhos de Políticas Públicas podem fazer parte das revistas na área pesquisada ainda este ano é necessário levar esse fato em consideração nesta análise. Uma questão histórico-conjuntural que contribui para esse declínio é a própria situação da educação superior nas instituições federais no Brasil. No ano de 2016, durante o governo de Michel Temer, foi aprovada uma Proposta de Emenda Constitucional (a PEC 241/2016) que congelou o financiamento e as despesas do Governo Federal na área da educação, entre outras políticas públicas, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos.

A PEC 241/2016 começou a afetar essa política pública em 2017, justamente no ano em que houve o declive do número de artigos publicados, variável essa que pode ter afetado a produção e a disseminação dos artigos nas revistas científicas em todo o território nacional. Trazer a luz essa discussão é necessário para a reflexão do próprio futuro das pesquisas sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas e de como essa política de governo afetará negativamente as pesquisas, tanto nas publicações em revistas científicas quanto na própria discussão em Grupos de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação, uma vez que há fortes indícios em relação a um congelamento das pesquisas científicas se o orçamento das universidades e instituições de pesquisa no país diminuir ao longo do tempo. O impacto da PEC 241/2016 nas pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento devem ser medidas e exploradas pela academia, de forma a auxiliar a sociedade nessa discussão. A visualização desses dados no Gráfico 9 ajuda a expor um acentuado declive nos artigos científicos sobre os Conselhos de Políticas Públicas, sendo um indicador inicial da necessidade da observação dessa evolução e de seus impactos para a comunicação científica relativa a esse objeto, diga-se até, sobre os mesmos impactos na comunicação científica como um todo.

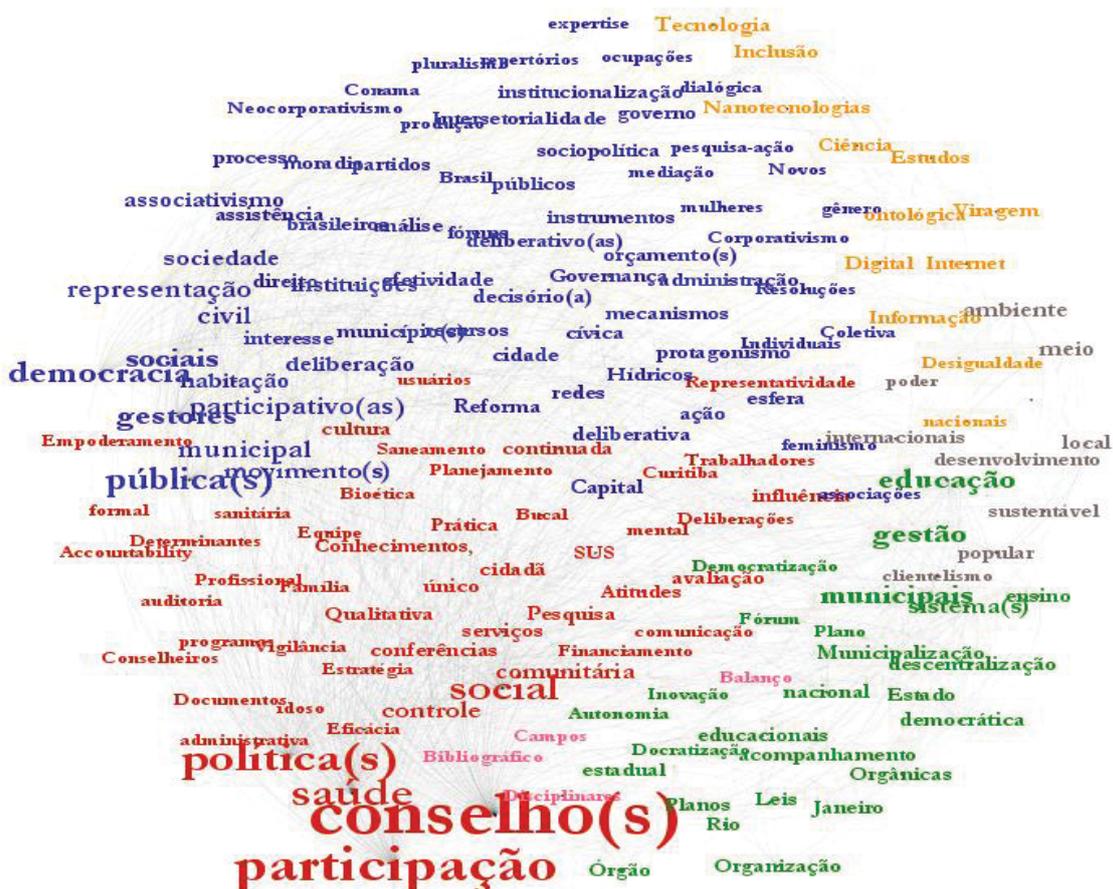
A partir dessa variável entende-se que a Cientometria é uma metodologia aliada da ciência, pois a partir dela é possível indicar lacunas na própria política de determinado governo em relação à importância que ele atribui às pesquisas científicas. Esse fato é relevante para a construções relativas a análise da ciência política, uma vez que auxiliam os pares e a sociedade, através de dados científicos, a perceberem mesmo que preliminarmente os impactos negativos das ações da PEC 241/2016 na ciência política e na ciência como um todo.

A próxima variável a ser analisada são as palavras-chave. Aqui se convencionou estudar até a quinta palavra-chave dos artigos do corpus da análise, caso o artigo tivesse mais termos. Dessa variável espera-se encontrar as principais temáticas elencadas pelos autores em relação aos Conselhos de Políticas Públicas, assim como de representação recuperação da informação. Os autores Borba, Van der Laan e Ros Chini da área de ciência da informação, apontam que:

a palavra-chave tem a característica de ser livremente atribuída pelo autor de um texto, visando, assim, a representação do conteúdo informacional presente no documento por ele elaborado. A atividade de atribuir palavras-chave, segundo Fujita (2004b), necessita conhecimento do assunto do texto, de modo que ninguém melhor que o autor para executar tal tarefa(...). A palavra-chave, sob o ponto de vista dos sistemas de recuperação de informação (SRI), deve ter sua importância reconhecida, na medida em que pode ser empregada pelos usuários como expressão de busca, uma vez que é rótulo de conceitos expressos pelos autores. A relação que se estabelece entre SRI e o usuário é de comunicação. (...) as palavras-chave são elementos de representação de informações e podem ser empregadas como estratégias de buscas dessas informações (2012, p.26-36).

Com essa citação se compreende a importância dessa variável em estudos cientométricos em relação aos Atributos de Produção. No intuito de apresentar essa variável, de acordo com a análise que realizada, foi gerada a Figura 2.

FIGURA 2 – GRAFO DE REDE BIMODAL CONVERTIDA – PALAVRAS-CHAVE MAIS CITADAS



FONTE: Autoria própria

A Figura 2 é a rede bimodal invertida das palavras-chave dos 99 artigos analisados nesse esquema analítico. Os rótulos estão dimensionados pelo grau, que no caso representa a frequência com que os termos aparecem na rede. As cores representam comunidades, ou seja, conjuntos de palavras próximas, que estão relativamente mais perto umas das outras.

Com o objetivo de transformar as informações da Figura 2 em porcentagens do número de artigos que referenciam as palavras-chave fez-se a Tabela 1. Essa Tabela mostra as palavras-chave citadas por pelo menos cinco artigos, optou-se por mostrar essa informação de dois jeitos diferentes, grafo e tabela no intuito de compreender a dispersão

relativa à rede de palavras-chave e também às porcentagens, que estão diretamente ligadas a essa variável.

TABELA 1 – AS CITAÇÕES DAS PALAVRAS-CHAVE NA PORCENTAGEM DOS ARTIGOS ANALISADOS

<b>Palavra</b>	<b>Citações</b>	<b>% dos artigos</b>
Participação	77	77,8
saúde	52	52,5
política(s)	40	40,4
social(is)	46	46,5
democracia	22	22,2
pública(s)	18	18,2
gestores	17	17,2
representação	13	13,1
controle	12	12,1
municipais	12	12,1
gestão	11	11,1
educação	10	10,1
sistema(s)	10	10,1
municipal	9	9,1
comunitária	9	9,1
civil	7	7,1
movimento(s)	5	5,1
sociedade	5	5,1

FONTE: Autoria própria

A palavra-chave Conselho (s) aparece em 100% dos artigos analisados. Ela foi mantida na apresentação do grafo na rede, pois esse termo auxilia a dar coerência as comunidades formadas através de estatística descritiva proveniente da leitura dos dados pelo Gephi. Na tentativa de retirar eessa palavra-chave do grafo da rede acabou-se perdendo seu sentido explicativo, portanto, optou-se metodologicamente por mantê-la. A primeira comunidade é a representada pela cor vermelha e, de acordo com a análise, diz respeito às palavras-chave que ligam o campo da teoria participacionista em relação à temática dos Conselhos de Políticas Públicas na área da Saúde. Nessa comunidade está contida a palavra “Participação”, como nó principal, e ela traz próximas de si as palavras-chave “Conselho(s)”, “Política”, “Saúde”, representando uma forte ligação com esse último termo. Considera-se, a priori, que a teoria participacionista aparece com maior

robustez nos Artigos dessa comunidade, porém o termo “Deliberações” também aparece na comunidade próximo às palavras da comunidade verde.

Ainda sobre a comunidade vermelha, nela estão presentes como termos de ligação as palavras (nós), “Social”, “Controle” e “Comunitária”, inferindo-se que a relação da temática do Controle Social e das relações comunitárias, da temática em relação à esfera dos municípios, municipal, se destaca na discussão. Os termos “SUS”, “Qualitativa”, “Pesquisa”, “Conhecimento”, “Práticas”, também são nós dessa rede que se destacam no grafo. Nesse ponto considera-se a importância de pesquisas qualitativas na área da saúde como uma das principais características das pesquisas de Conselhos de Políticas Públicas. Estudos que têm por objetivo conhecer, pesquisar, avaliar as práticas relativas a esse modelo de instituição participativa. Nesse ponto também se destacam os termos “avaliação”, do lado direito da comunidade e “Documentos” do lado oposto.

A palavra “democracia” e “pública(s)” são os principais nós da comunidade azul, seguidas de “gestores” e “sociais”, “municipal”, “representação” e “civil”. Analisando essas nomenclaturas, principalmente o termo “democracia”, considera-se que essa comunidade pode estar ligada aos artigos mais teóricos da análise, assim como trazer os artigos dos cientistas políticos e também fazer as devidas ligações com a vertente deliberativa da discussão sobre Conselhos de Políticas Públicas. Nessa comunidade além de “representação” e “civil”, ainda estão contidos, através de uma relação forte com os outros termos da comunidade, as palavras-chave “Governança”, “Associativismo”, “Instituições” e “Deliberação”, o que corrobora a ideia de tratar-se dos artigos mais teóricos e que ligam os cientistas políticos. Pensando nessa análise, ainda se destaca do lado esquerdo o termo “Corporativismo” e do lado direito o termo “Neocorporativismo”, havendo uma tendência dessa discussão temática ter sido elaborada para discutir a relação da participação estatal em alguns artigos teóricos da área da Ciência Política, conforme a leitura dos trabalhos. Pode-se destacar também a discussão sobre “assistência”, analisada brevemente nesse estudo, de um lado e “gênero” do outro, assim como outras palavras-chave que conferem um caráter mais teórico para essa comunidade, como é o caso de “expertise”, “capital”, “administração”, entre outras.

Já na comunidade verde as palavras-chave “educação”, “gestão” e “municipais”, seguidas de “sistema(s)” são os nós destacados. De acordo com essa informação, esses são nós relativos aos artigos que trazem os Conselhos de Políticas Públicas da área da Educação como formadores dessa comunidade específica. As palavras “municipalização”, “descentralização” e “democratização” também são termos fortes

nessa comunidade específica. A comunidade cinza abriga as palavras-chave dos artigos que trazem os Conselhos de Meio Ambiente como temática, isso porque os termos “ambiente” e “meio”, são as principais palavras-chave, seguidas de “desenvolvimento” e “sustentável”, porém há palavras-chave dessa área na comunidade azul que são “CONAMA” e “Hídricos”. Da leitura do grafo entende-se que comunidade laranja traz termos acessórios à discussões teóricas, sem estabelecer forte relação com as demais, sendo utilizadas pelos respectivos autores para explicar questões de pesquisas próprias de suas análises.

Para Vaz (2011, p. 91-108) houve uma passagem, ou melhor, como ele mesmo aponta, uma “mudança de fase” nas pesquisas sobre as instituições participativas no Brasil. A primeira dessas fases (Fase 1) trata de “estudos com proposições de fundo categórico”, já a segunda fase (Fase 2) elabora trabalhos ou “estudos com proposições de caráter qualificador” (VAZ, 2011, p. 92). Ao escrever e estudar a literatura ele apresenta aos leitores a seguinte pergunta: como identificar a passagem da Fase 1 para a Fase 2 na literatura especializada em Conselhos de Políticas Públicas? Ele aponta que os estudos sobre esse objeto começam a ser desenvolvidos no início da década de 1990, quando houve justamente a criação ou o advento e a crescente diversificação dos Conselhos e também dos Orçamentos Participativos, como instrumentos para novos desenhos institucionais da democracia brasileira.

Um fator importante para identificar essa passagem é encontrado na questão da “participação”. Para Vaz “a participação deixou de ser tratada em termos de ‘ter’ ou ‘não ter’ e em que quantidade (Fase 1), para ser tratada em termos de qualidade do seu processo, isto é, o que a faz melhor ou pior (Fase 2)” (2011, p. 92). Assim, o que importa para quem se aventura na compreensão da literatura sobre Conselhos de Políticas Públicas é justamente identificar essa mutação de fases e ter como norte que a compreensão dessa passagem tem a ver com a maneira como a qualidade do processo de participação, ou seja, “o que a faz melhor ou pior”, está tratada nos textos.

Os atributos propostos por ambas as fases auxiliam os pesquisadores a identificar as principais variações entre elas, como aponta Vaz “a participação [ao longo dos estudos sobre a temática] deixou de ser tratada em termos de ‘ter’ ou ‘não ter’ [Fase 1] e em que quantidade, para ser tratada em termos de qualidade do seu processo [Fase2], isso é, ‘o que a faz melhor ou pior’” (2011, p 92).

Na Fase 1 (*Participacionista*) o objetivo dos trabalhos é “traçar uma relação entre um dado aumento, a ampliação das possibilidades de participação política dos

indivíduos e um hipotético e consequente aprofundamento da democracia” (VAZ, 2011, p.93). O que importa aqui é a noção de que, a partir da participação política nos Conselhos de Políticas Públicas, o cidadão passaria a desenvolver aptidões, através do aprendizado político, que o levariam a estabelecer com o Estado novas formas de controle social. Os autores da Fase 1 discutem que a participação direta dos cidadãos comuns em processos decisórios estatais a partir dessas instituições participativas é a variável independente mais importante no estudo dos Conselhos de Políticas Públicas. Assim, “a participação direta levaria ao aprendizado democrático, o qual, por seu turno, levaria ao aprofundamento democrático”.

Já na Fase 2 (*Deliberativa*) não há uma clara aproximação entre a participação como fator determinante para o aprofundamento da democracia. Para essa vertente a qualidade dos processos institucionais importa e os pesquisadores devem levar isso em conta no estudo de Conselhos de Políticas Públicas. As instituições (os desenhos de funcionamento) passam a ter uma função determinante nas explicações da temática, assim como a macropolítica nacional, a influência de atores políticos (como os partidos) nessas arenas, assim como o perfil associativista da sociedade civil, entre outros fatores. A participação direta dos indivíduos dá lugar a representação, que se torna essencial para o funcionamento dessas instituições participativas.

Para Vaz, há uma passagem, ao longo dos anos de pesquisa sobre a temática, clara de uma vertente teórica para outra. E ele assume em seus estudos a necessidade de enfatizar a Fase 2, uma vez que através de sua leitura sobre ambas as vertentes a teoria deliberativa traz mais subsídios para a análise científica dos Conselhos de Políticas Públicas. Já na Fase 1 a normatividade envolvida na tradição teórica da vertente participativa aparece com mais ênfase. É por isso que ele agregou o nome de “Presença Qualificadora” à Fase 2 e para compreender como se dá essa importância na qualidade do processo democrático elencou suas variáveis independentes.

De acordo com a pesquisa de Vaz, considera-se que nos artigos analisados houve essa passagem, principalmente quando se compreendem as ligações entre a vertente participacionista e as/os autoras/es da área da Saúde e a vertente deliberacionista e as/os autora/es da área da Ciência Política. Diferenciando-se um pouco da leitura do autor, nessa Tese não há uma passagem de cunho qualificador e complexificador, porém de uso das tradições teóricas pelos pesquisadores. Dessa forma a perspectiva elaborada por Vaz,

no que diz respeito às características das abordagens, deve ser levada em conta nesta análise, porém é cedo para apontar se de fato há necessidade de ênfase na Fase 2, isto é, das pesquisas da vertente deliberativa. Isso porque no padrão encontrado nesse estudo há uma forte ligação dos autores da área da Saúde com a temática, dessa forma compreende-se é necessária a ampliação das pesquisas sobre a temática dos Conselhos de Políticas Públicas pelos cientistas políticos brasileiros em revistas da área.

A última variável do quadro Atributos da Produção a ser estudada neste subitem é a intitulada “referências”. Aqui se deseja compreender quais são os principais autores utilizados pelos pesquisadores em suas análises relativas aos Conselhos de Políticas Públicas. Para isso, elaborou-se o Quadro 6 em que estão distribuídos os autores referenciados ao menos cinco vezes nas obras do corpus de produção bibliográfica.

QUADRO 6 – REFERÊNCIAS CITADAS NOS ARTIGOS (MÍN. 5 CITAÇÕES)

Autor(a)	Citações	Autor(a)	Citações	Autor(a)	Citações
GOHN MG	43	WESTPHAL MF	9	SCHMITTER P	6
AVRITZER L	40	ALMEIDA C	8	SCHUMPETER JA	6
CÔRTEZ SMV	40	BORBA J	8	SERAFIM L	6
TATAGIBA LA	34	CAPONI S	8	SILVA G	6
LABRA ME	30	DAHL RA	8	TARROW S	6
GERSCHMAN S	27	FIGUEIREDO JSA	8	TEIXEIRA CF	6
GURZA-LAVALLE A	22	FLEURY S	8	VASCONCELOS MCC	6
ABERS RN	20	MIGUEL LF	8	VERBA S	6
SANTOS BS	20	MINAYO MCS	8	WRIGHT EO	6
DAGNINO E	19	OLIVEIRA VC	8	ADORNO RCF	5
LÜCHMANN LHH	18	RIBEIRO LCQ	8	ALMEIDA DR	5
MOREIRA MR	18	SILVA MK	8	ARENDT H	5
PINHEIRO R	18	SKOCPOL T	8	BAQUERO M	5
CASTELLO G	17	SOUZA DB	8	BENEVIDES MVM	5
SCOREL S	17	YOUNG IM	8	BRAVO MIS	5
HOUTZAGER P	17	ARATO A	7	CARVALHO A	5
WENDHAUSEN A	17	BISPO-JR JP	7	CARVALHO GI	5
FUKS M	16	CAZAL MM	7	COSTA S	5
CARVALHO AI	15	CUNHA ESM	7	DIANI M	5
JACOBI P	14	DALLARI SG	7	DOIMO AM	5
GUIZARDI FL	13	DEMO P	7	EVANS P	5
SANTOS-JR AO	13	DRYZEK JS	7	FEDOZZI LJ	5
BOBBIO N	12	FOUCAULT M	7	GONÇALVES AO	5
COELHO VSP	12	GRAMSCI A	7	GRISOTTI M	5
COHN A	12	HEIMANN LS	7	ISUNZA-VERA E	5
PERISSINOTTO RM	12	MELUCCI A	7	KLEBA ME	5
TEIXEIRA ACC	12	WENDHAUSEN ALP	7	MACPHERSON CB	5
COTTA RMM	11	ARRETICHE M	6	MANIN B	5

HABERMAS J	11	BOHMAN J	6	NASCIMENTO PR	5
KECK M	11	CHAUÍ M	6	NOBRE M	5
PATEMAN C	11	FARIA CF	6	OLIVEIRA F	5
SOUZA C	11	LANDERDHAL MC	6	OLVERA A	5
VAN-STRALEN CJ	11	LIMA AMD	6	OLVERA AJ	5
CORREA MVC	10	MOISÉS JÁ	6	PAIM JS	5
FUNG A	10	PEDROSA JIS	6	PESSOTO UC	5
MARTINS PC	10	PINTO CRJ	6	PRESOTO LH	5
URBINATI N	10	PRZEWORSKI A	6	TELLES VS	5
AZEVEDO S	9	PUTNAM R	6	TILLY C	5
BARDIN L	9	RAICHELIS R	6	TOURAINÉ A	5
COHEN J	9	RIBEIRO E	6	VALLA VV	5
PANFICHI A	9	RIBEIRO JM	6	WALT G	5
PITKIN HF	9	SAWARD M	6	WARREN M	5
BARDIN L	9				

FONTE: Autoria Própria

Nota-se que a produção analisada é tributária dos cânones nacionais das vertentes teóricas utilizadas para seleção dos artigos – a democracia participativa e a democracia deliberativa – com destaque para autores brasileiros ou que atuam no Brasil, tais como Maria da Glória Gohn, Leonardo Avritzer, Soraia Côrtes, Luciana Tatagiba, Maria Eliana Labra, Silvia Gershman, Adrian Gruza Lavalle e Rebeca Abers. Quase todos esses autores, além de serem citados pelos colegas pesquisadores, desenvolveram artigos que compõem o corpus bibliográfico dessa análise. O único autor citado que não está contabilizado é Leonardo Avritzer. Se continuarmos a lista das referências do Quadro 6 há outras autoras e autores nesse mesmo patamar de produção sobre Conselhos de Políticas Públicas.

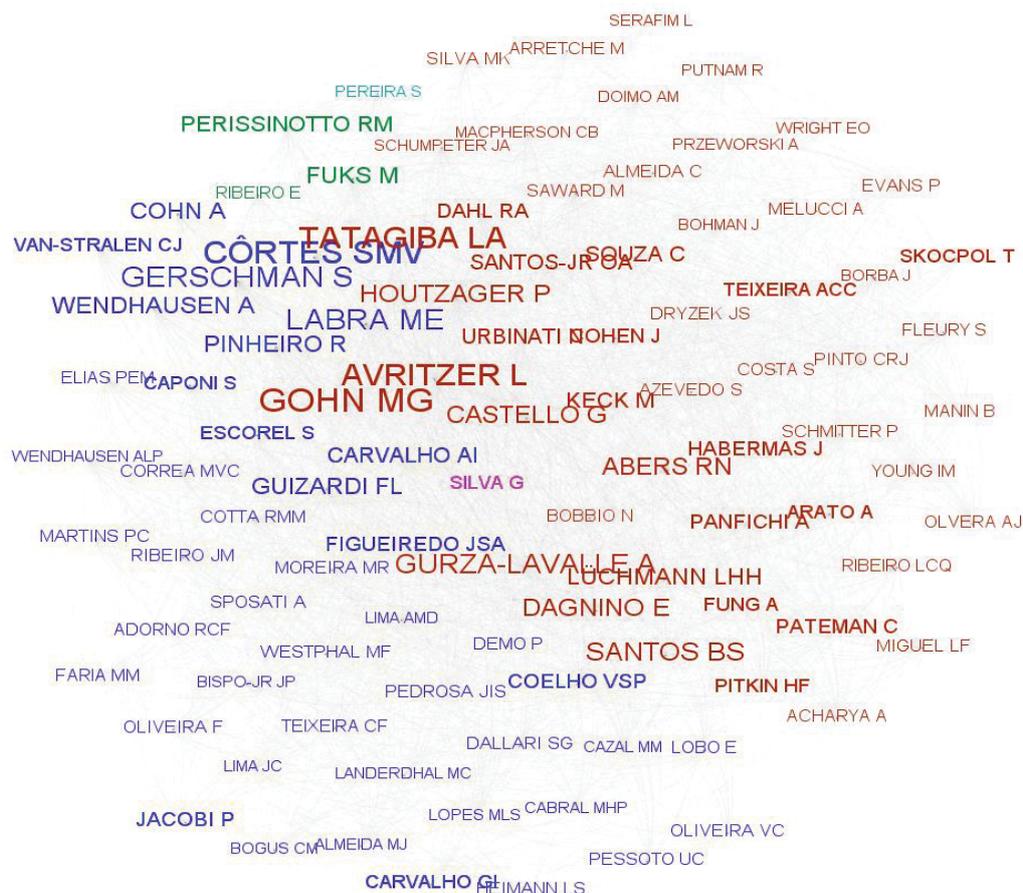
É interessante contabilizar esses dados, pois eles auxiliam na explicação de que, ao discutir instituições participativas brasileiras, notadamente os Conselhos de Políticas Públicas e se pode dizer as Conferências de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos, há a tendência de utilizarem-se autores brasileiros que trabalham em instituições de pesquisa também brasileiras nos estudos temáticos. Uma das hipóteses que se congrega a essa análise está ligada ao fato de serem modelos gestores de políticas públicas, que ao longo da abertura democrática se tornaram fundamentais para o desenho institucional no país e que de certa forma se desenvolvem em território nacional, inspirando outros países ao longo do tempo histórico, fazendo-se a justa observação de que o último ponto deve ser checado em análises futuras. A relação dessa temática de estudo, através das referências citadas pelos autores dos textos analisados, está

diretamente ligada à construção de um conhecimento muito próprio da dinâmica dessas instituições na cientificidade brasileira, o que de fato já foi previsto no início deste trabalho.

Entre os 20 autores mais citados há apenas um estrangeiro, o autor português Boaventura de Souza Santos que, juntamente com Leonardo Avritzer, organizou uma das principais obras sobre os Conselhos de Políticas Públicas, cujo título é “Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia deliberativa”, que se considera nessa análise uma leitura clássica para entender essas instituições participativas e o modelo de democracia participativa desenvolvido pelos autores. Entre os autores estrangeiros mais citados, também há referências bastante destacadas no debate conceitual do campo analisado, tais como Jürgen Habermas, Margareth Keck (autora de um dos artigos que compõe o corpus bibliográfico), Carole Pateman, Archon Fung e Nadia Urbinati, Jean Cohen, Hannah Pitkin entre outros. É interessante destacar a presença de Lawrence Bardin, talvez a principal referência em análise de conteúdo e que se destaca nas análises elaboradas pelos pesquisadores.

No intuito de mostrar de uma maneira didática como está desenhando o fluxo relativo às referências dos artigos, é que se apresenta o grafo da Figura 3. Trata-se da representação da rede unimodal de autores, obtida pela supressão dos nós referentes aos artigos. Cada cor representa uma comunidade, de modo que é possível verificar quais são os autores que se aproximam ou separam entre si, a partir das citações que os artigos deles tiveram nas obras analisadas. É interessante trazer essa informação específica através de uma rede, pois assim compreende-se o fluxo das informações.

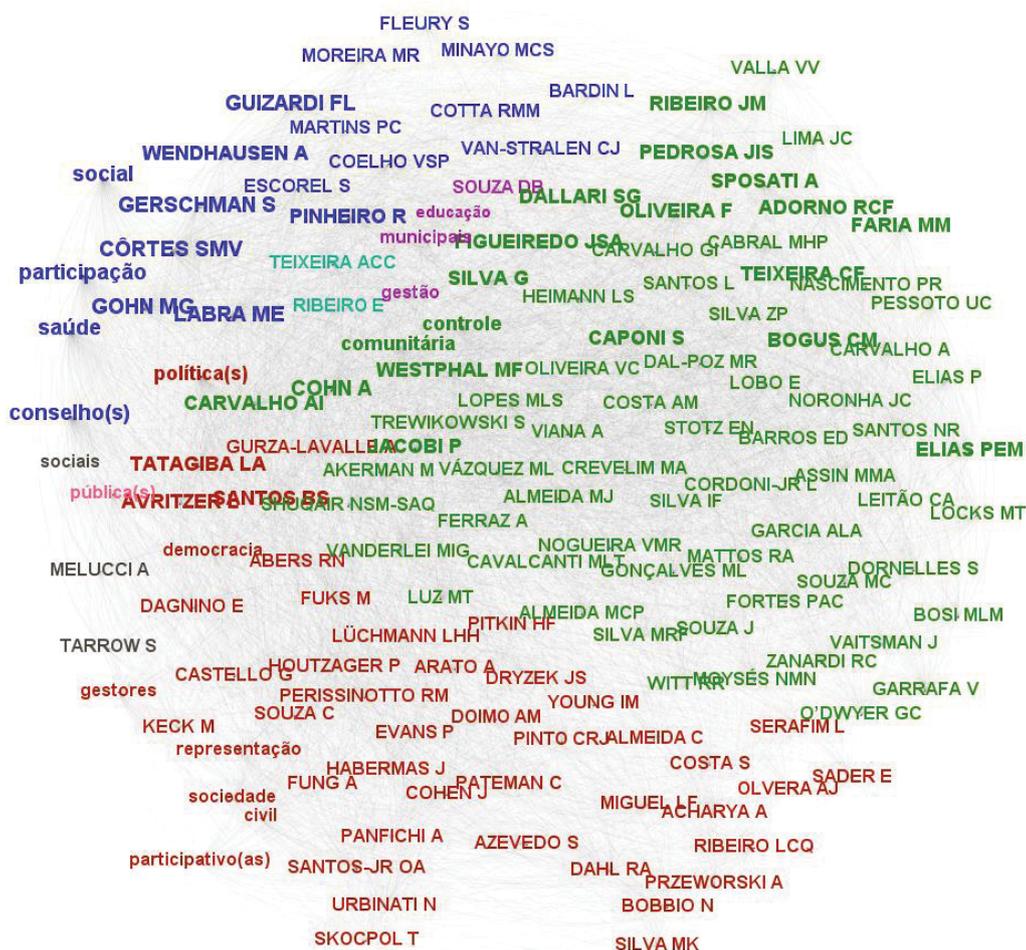
FIGURA 3 – REDE UNIMODAL DE AUTORES CENTRAIS CITADOS NOS ARTIGOS



FONTE: Autoria própria

A identificação das principais referências e mesmo sua proximidade dizem pouco por si mesmas, permite apenas reconhecer os autores centrais de um determinado campo de produção do conhecimento. Em busca do sentido teórico que esses autores dão ao debate sobre conselhos, sob as óticas participacionista e deliberacionista, a execução de uma rede unimodal cruzada de referências e palavras-chave permite, a partir do cálculo de modularidade, localizar como os artigos aproximam referências de temas. O grafo da Figura 4 traz o resultado deste procedimento, realizado com as 150 referências e palavras-chave de maior centralidade, medida pelo número de citações nos artigos.

FIGURA 4 – REDE UNIMODAL DE PALAVRAS CHAVE E AUTORES CENTRAIS CITADOS NOS ARTIGOS



FONTE: A autoria própria

Duas comunidades se destacam nesta rede por reunir claramente autores e temas. A comunidade azul reúne autoras como Maria da Glória Gohn, Soraya Maria Cortes, Maria Eliane Labra, Silvia Gershman, Águeda Wendhausen, Francini Lube Guizardi, Roseni Pinheiro, Sônia Fleury, Maria Cecília Minayo e também Laurence Bardin. Esta comunidade constitui-se em torno dos termos “conselho”, “participação”, “social” e “saúde”.

A comunidade em questão abriga autoras que influenciam os pesquisadores nos estudos sobre Conselhos de Políticas Públicas na área da Saúde, aparecem nela

influências na área da ciência política, entre outras áreas das ciências sociais, pesquisadoras da FIOCRUZ (são os casos de Labra, Gershman, Guizardi e Fleury). Nessa comunidade ainda destacam-se Pinheiro, doutora em Saúde Coletiva e professora da Universidade do Estado Rio de Janeiro - UERJ e Wendhausen, doutora em enfermagem e professora da Universidade do Vale do Itajaí. Além delas, também se sobressaem as professoras Cortes, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma das referências na área das análises teóricas sobre Conselhos de Políticas Públicas na área da Saúde e Gohn, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, forte influência na discussão dos Conselhos de Políticas Públicas como instituições participativas.

O aparecimento dos nomes de Minayo e Bardin com destaque na comunidade azul deve estar ligado à forte influência de seus escritos na área de metodologia científica, principalmente em estudos qualitativos, como os estudos de caso, uma das principais ferramentas utilizadas pelos autores em estudos sobre Conselhos de Políticas Públicas.

A comunidade em sépia traz nomes conhecidos da Ciência Política, como Leonardo Avritzer, Luciana Tatagiba, Ana Maria Doimo, Luiz Felipe Miguel, Renato Monseff Perissinotto, Lígia Helena Lüchmann, Celina Souza entre outros, além de clássicos estrangeiros como Boaventura de Souza Santos, Jürgen Habermas, Jean Cohen, Carole Pateman, Robert Dahl, Norberto Bobbio, Adam Przeworski, Nadia Urbinati, Archon Fung, Theda Skocpol. Os termos principais desta comunidade são “democracia”, “representação”, “sociedade”, “civil”, “gestores”, “participativo(s)”. Considera-se que a influência desses autores nessa comunidade específica está ligada ao fato de serem os principais pesquisadores teóricos e empíricos (como Perissinotto e Lüchmann) referenciados na área da Ciência Política no trato da temática. Porém entende-se que autores de outras áreas analisadas também utilizam em seus estudos as discussões trazidas pelos pesquisadores da comunidade sépia, mostrando que esses pesquisadores são influenciados por autores clássicos da ciência política – tanto da teoria deliberativa, como Habermas, quanto da teoria participativa, como Pateman e Santos, entre outros na escrita de suas obras. A construção teórica dos cientistas políticos e sociais influencia os autores das áreas já descritas no trabalho em suas análises sobre Conselhos de Políticas Públicas e há uma forte evidência desse fato, ao se analisar a comunidade sépia da Figura 4.

Na comunidade verde, a maior de todas as comunidades, as palavras que se destacam são “controle” e “comunitária”, nela também há vários autores da área da saúde, como é o caso de Cláudia Maria Bógus, Carmen Fontes Teixeira, José Ivo dos Santos Pedrosa, José Mendes Ribeiro, Rubens C. F. Adorno, Sueli Gandolfi Dallari, a socióloga Sandra Noemi Cucurullo de Caponi e a assistente social Aldaíza Sposati. O aparecimento do nome de Jorge St. Aubyn de Figueiredo, embaixador de Cabo Verde em Angola e um dos pesquisados na análise por ter escrito junto com Maria Eliana Labra o artigo “Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde”, faz parecer que essa comunidade é a de artigos utilizados pelos pesquisadores em suas próprias obras. Na tentativa de conferência da tabela de Excel que gerou as duas últimas figuras, leram-se as referências bibliográficas utilizadas pelos autores dos 99 artigos e percebeu-se que muitas delas, em sua maioria, eram de artigos que já tinham abordado a temática de pesquisa. Desse modo pode-se dizer que há uma um peso significativo da utilização de artigos científicos, no lugar de livros quando se pauta a temática dos Conselhos de Políticas. As próprias obras desse tipo acabam influenciando os autores na escrita de seus trabalhos.

É interessante perceber o quanto aparecem em todas as comunidades autores referenciados, que também são autores das próprias obras analisadas, auxiliando na conclusão de que a discussão sobre Conselhos de Políticas Públicas é eminentemente nacional. Essa temática traz em seu bojo tal constatação, aparecendo nas revistas de maior reputação na área da Ciência Política e Relações Internacionais analisadas muitas evidências nesse sentido. Outro aspecto que deve ser explicitado é a importância que os autores das outras áreas analisadas dão para a teoria elaborada pelos autores da ciência política, autores esses que discutem teórica ou empiricamente as instituições participativas e mais explicitamente os Conselhos de Políticas Públicas.

Em uma análise preliminar, pode-se afirmar que essas três comunidades apresentam os três grandes núcleos de produção sobre conselhos no Brasil, com seus respectivos autores mobilizados: um primeiro e muito forte sobre os conselhos na área da saúde, com trabalhos publicados em periódicos da área por autores ligados a áreas como sociologia, saúde e gestão. Um segundo núcleo, igualmente forte, mais próximo à Ciência Política e que abriga o debate sobre a qualidade das instituições participativas em sua relação com o aprofundamento da democracia e da participação da sociedade civil. E um

terceiro núcleo formado por trabalhos dedicados ao controle social das políticas públicas pelas comunidades com importante presença de autores na área da saúde.

## **5. CONCLUSÃO: O QUE SE APRENDE COM OS ACHADOS DA PESQUISA?**

Chegou-se à conclusão de que a temática específica dos Conselhos de Políticas Públicas importa para a análise da produção qualificada na Ciência Política, respondendo-se à pergunta feita na introdução desse trabalho. Trata-se, porém, de uma temática pouco explorada por pesquisadores dessa área, uma vez que a tese demonstra haver um padrão de produção no qual as pesquisadoras da área da saúde são as que mais publicam nas principais revistas da área de Ciência Política e Relações Internacionais, quando o assunto são os Conselhos de Políticas Públicas. De acordo com esse achado da pesquisa entende-se a necessidade de ampliação das pesquisas desse objeto pelos pesquisadores da área da Ciência Política, principalmente da publicação do assunto nas principais revistas da área – ranqueadas como A1, A2 e B1 pela CAPES.

É necessário apontar que não há problemas na utilização das vertentes teóricas democráticas, que explicam o objeto de análise, pelas/os pesquisadoras/as da área de Saúde. Pelo contrário, entende-se que há uma necessidade desses em recorrer aos pesquisadores da área da ciência política para explicarem os Conselhos de Saúde. Uma questão interessante que pode ser levantada nessas considerações finais diz respeito à classificação das revistas na área de ciência política, classificação que elege ao menos cinco revistas da área da Saúde (Cadernos de Saúde Coletiva – UFRJ; Cadernos de Saúde Pública – FIOCRUZ; Saúde em Debate – CEBES; Ciência e Saúde Coletiva – ABRASCO-FIOCRUZ; Saúde e Sociedade – USP-APSP) como bem ranqueadas em sua área de conhecimento, estando entre as principais revistas de publicação da área de ciência política e relações internacionais no Brasil. Esse dado representa a interdisciplinaridade descrita no Documento de Área da CAPES analisado neste trabalho.

Confirma-se a hipótese levantada na introdução deste trabalho de que a grande maioria dos trabalhos sobre Conselhos de Políticas Públicas, pelo menos dos principais artigos da área da Ciência Política e Relações Internacionais, está filiada teoricamente às vertentes da democracia participativa ou deliberativa. Elas são as principais correntes explicativas e analisam as instituições participativas como um todo. Por mais que se multipliquem os artigos que tratam dessa temática, elas são pouco exploradas pelos cientistas políticos brasileiros. Esse fato pode estar ligado à abertura que a ciência política

brasileira deu aos estudos neo-institucionalistas (PERES, 200, 53-71), nos quais o empirismo e o positivismo são retomados nas pesquisas e os estudos sobre as instituições têm papel central na organização da disciplina, tendo como objeto “os efeitos dos desenhos institucionais sobre o comportamento dos atores e sobre os resultados políticos” (PERES, 200, 71).

As vertentes teóricas deliberativas e participativas estabelecem-se através de normatizações e idealizações do “fazer político”, diferenciando-se das premissas neo-institucionalistas do estudo da política. Essas características podem ter relação e explicar o porquê do padrão encontrado nesta pesquisa. Talvez não haja um interesse maior das e dos pesquisadores da área da ciência política, justamente por conta da hegemonia dos trabalhos na vertente neo-institucionalista, desenvolvida teoricamente pelos pensadores da Escola de Chicago e incorporados, pela ciência política brasileira. Essa conclusão fica aberta a maiores esclarecimentos em outras pesquisas na área da comunicação científica e epistemologia na ciência política e relações internacionais.

Essa conclusão pode explicar outra característica que abre essa pesquisa e que diz respeito à hipótese de Almeida, Cayres e Tatagiba em relação a um percentual pouco expressivo de artigos científicos sobre os Conselhos de Políticas Públicas. Como as autoras argumentam a produção brasileira sobre os Conselhos de Políticas Públicas é pequena em relação à quantidade de Teses e Dissertações escritas sobre esse objeto. Na ciência política isso pode estar ligado ao fato de haver uma mudança de interesse dos autores por conta do fator apresentado no parágrafo anterior. Outras pesquisas sobre comunicação científica devem ser elaboradas para compreender essa característica.

Já a hipótese de que o principal problema para a cientificidade das pesquisas está no uso teórico e metodológico que as embasam, pode estar ligado ao fato de que a grande maioria dos artigos científicos elaborados sobre essa temática não são escritos por cientistas políticos. O interesse dos pesquisadores da área ainda é mediano, mesmo se consideradas as próprias revistas dessa área científica. Só com a mudança desse padrão, através da constatação apresentada pelas autoras, poderá haver mudança nessa hipótese apresentada pelas autoras. Como já mencionado, o estudo dos Conselhos de Políticas Públicas por outras áreas do conhecimento não é um problema, ao contrário disso, porém é preciso adensar a discussão na área da ciência política para reduzir as lacunas de cunho teórico-metodológico.

A utilização de técnicas cientométricas e da análise de escopo da literatura, baseada em princípios da análise sistemática de literatura, com a utilização da análise de conteúdo, é uma das principais características salientadas nas aproximações realizadas ao longo do texto e nesse fechamento do processo do trabalho científico. Considera-se que o passo a passo metodológico e do desenho de pesquisa pode de fato auxiliar os pesquisadores da ciência política a utilizarem essas técnicas em suas pesquisas quando o objetivo forem análises do campo científico. Foi um achado metodológico de pesquisa descobrir ao longo da leitura de autores clássicos, brasileiros e estrangeiros, essas ferramentas utilizadas principalmente pela área da ciência da informação. Inclusive, esse foi um dos maiores desafios enfrentados durante o planejamento da pesquisa: decifrar os conceitos por trás das análises dessa natureza. Esse trabalho é fruto da tentativa de trazer essa bagagem conceitual e metodológica para uma análise na área da ciência política. Espera-se com isso que os pares utilizem este trabalho como um dos guias iniciais para o melhoramento contínuo da ferramenta explorada aqui através dos Atributos Autorais e de Produção.

Parte significativa da construção teórica realizada nas revistas da área de ciência política analisadas ao longo dos anos. Porém, considerando essas variáveis e a interdisciplinaridade, nota-se a importância e grande influência de várias e vários cientistas políticos que auxiliam os autores das áreas do conhecimento apontadas durante a análise na elaboração de seus artigos. Assim como a importância dos 35 autores da área que se dispuseram a elaborar artigos que analisavam esse objeto.

Os Conselhos de Políticas Públicas como temática de pesquisa científica são difundidos na comunidade científica brasileira desde meados da década de 1990, mais especificamente 1997, sendo uma temática quase exclusiva de autores e pesquisadores brasileiros, a maioria do gênero feminino, evidências constatadas a partir do corpus textual utilizado. Esses achados de pesquisa são interessantes e ao mesmo tempo, a partir de uma indagação pessoal elaborada pela autora da tese, já havia apontamentos para essas características referentes à comunicação científica sobre os Conselhos de Políticas Públicas.

A partir do padrão analisado, considera-se que o desenvolvimento dessa análise diz respeito ao fato dos Conselhos de Políticas Públicas serem instituições criadas e normatizadas a partir da Constituição Federal de 1988, sendo seus múltiplos desenhos institucionais fruto da dinâmica da política brasileira na época. Outro quesito que chama

a atenção é a predominância do gênero feminino nos artigos analisados. Esta evidência pode estar ligada à criação de vínculos das pesquisadoras com as temáticas, principalmente pelo fato de que essas instâncias de participação gerenciam as políticas públicas e sociais, como é o caso do Conselhos de Saúde, Assistência Social, Educação e, como anunciado, serem essas temáticas muito vinculadas a “profissões femininas”. Porém, fora das análises elaboradas sobre esse objeto individualmente ou utilizando-se de comparações entre os Conselhos de Políticas Públicas, as mulheres também se destacam na elaboração teórica dos artigos e das referências. O que de fato amadurece o raciocínio relativo à questão da participação e deliberação, enquanto vertentes teóricas da análise sobre a democracia, é o fato de influenciarem na discussão relativa ao gênero e à predominância de pesquisadoras escrevendo e pensando as instituições discutidas nos artigos.

Conselhos de Políticas Públicas são órgãos da arena pública que se explicam conceitualmente através das vertentes democráticas participativa e deliberativa, segundo as análises feitas tendo como objeto o Portfólio Bibliográfico utilizado aqui. Assim como é possível considerar o peso que essas instituições participativas na área da Saúde trazem para esse debate específico. Vislumbra-se como agenda de pesquisa na área o aprimoramento das ferramentas para análises de cunho comparativo, principalmente com a utilização de ferramentas quantitativas, como fazem Buvinich (2014) em seu artigo, “O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros” e Almeida, Nascimento e Silva (2016) no texto “Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil”. Tal aprofundamento é importante para a temática ganhar cada vez mais robustez na tentativa de explicar fatores macroestruturais que estão por trás desses processos de gestão da máquina pública, principalmente dos fundos de aspecto econômico, que propiciam o financiamento dos Planos, Programas e Projetos das políticas públicas e sociais, atinentes aos Conselhos de Políticas Públicas.

A descontinuação desses processos democráticos é uma realidade, uma vez que foi levado a cabo com a assinatura do Decreto 9.759/2019 pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que extinguiu várias instituições participativas. O Decreto 9.759/2019 estabelece diretrizes, regras e limitações, para colegiados da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, isto é, além de conselhos, foram fechados comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer

outra denominação dada a colegiados não criados por lei. A partir desse documento garante-se a continuidade dos Conselhos de Políticas Públicas previstos em lei, como é o caso dos Conselhos de Saúde, Assistência Social, Educação, Meio Ambiente, Habitação, entre outros.

É fundamental que pesquisas continuem tratando das instituições participativas, suas características fundamentais e os aspectos da qualidade democrática que elas exprimem ou podem exprimir, entre tantas outras temáticas apontadas nas palavras-chave dessa análise para o processo político brasileiro. Essa política de governo pode inclusive fazer com que se aumente o interesse dos pesquisadores da área da ciência política por esse objeto, pelo menos é o que essa pesquisadora vislumbra para as pesquisas do tema. A passagem de estudos de caso, que também têm a sua relevância científica, para estudos cada vez mais comparativos sobre os Conselhos de Políticas Públicas pode auxiliar à sociedade no dimensionamento desses canais participativos e deliberativos, fomentando a discussão acadêmica, também na esfera pública.

Por último, salienta-se nessas conclusões a importância de veículos como a “Plataforma Scielo-Brasil”, “Plataforma Lattes”, “Sucupira” e “Qualis-Periódicos” para a disseminação de informações relevantes para a comunicação científica nacional. Todo o arsenal analítico desenvolvido neste trabalho só foi possível graças às informações colhidas através das variáveis nesses canais disponíveis a toda população e aos pesquisadores pela internet. Essa disseminação é o “divisor de águas” nas pesquisas cientométricas e de escopo da literatura.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. “**Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática**”. In: ABRANCHES, S., SANTOS, W.G., COMIMBRA, M. *Política Social e a Questão da Pobreza*, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

ALMEIDA, C.; CAYRES, D.; TATAGIBA, L. *Balanço dos Estudos Sobre Conselhos de Políticas Públicas*. **Lua Nova**, São Paulo, 94, 255-294, 2015.

ALMEIDA, D.; AVRITZER, L. *Participação e (Re)distribuição nas políticas públicas em Minas Gerais. Relatório de Pesquisa*. 2009. [http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/participacao\\_e\\_redistribuicao\\_nas\\_politicas\\_publicas\\_em\\_minas\\_gerais\\_-\\_fapemig.pdf](http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/participacao_e_redistribuicao_nas_politicas_publicas_em_minas_gerais_-_fapemig.pdf). Acesso em 01 de agosto de 2016.

AVRITZER, L. **A participação em São Paulo**. Unesp, 2004.

—————A Qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação: Mapeando o Debate. In. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011.

—————A Dinâmica da Participação Local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARRECHEGUREN, P. O doutorado é prejudicial à saúde mental, 2018. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964\\_993420.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html) >. Acesso em: 15 de outubro de 2019

BAUER, W; AARTS, B. **A Construção do Corpus: Um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos**. In. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENHABIB, S. **Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics**. New York: Routledge, 1992.

————— Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BISPO JR. J; GERSCHMAN, S. Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 18(1):7-16, 2013. ISSN14138123.

BORBA, D.; VAN DER LAAN, R.; CHINI, B. Palavras-chave: convergências e diferenciações entre a linguagem natural e a terminologia. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 17, n. 2, p. 26-36, Junho 2012.

BRASIL. DECRETO nº 9759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm) >.

BRASIL. DECRETO nº 10.003 de 04 de setembro de 2019. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10003-4-setembro-2019-789071-publicacaooriginal-158997-pe.html> >.

CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, UFPR, vol. 7, n. 1, 2016.

CARVALHO, C. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo , n. 58, p. 209-244, Junho 2014.

CARVALHO, R. 2012. **Harold Lasswell e o Campo da Comunicação**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

CLEMENTE, A. **O Conceito de Cidadania nas Ciências Sociais Brasileira: uma análise a partir da SCIELO (1989-2013)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

COELHO, V.; NOBRE, M. Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: E. 34, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE. 6ª Conferência Indígena está cancelada. Disponível em: < <https://cnts.org.br/noticias/6a-conferencia-nacional-de-saude-indigena-esta-cancelada/> >.

CONFORTO, C.; AMARAL, D.; SILVA, S. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: **8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. Anais do 8º CBGDP**. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS. Nota Pública em Defesa da manutenção do processo democrático quanto à composição e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA): ilegalidades e inconstitucionalidades do Decreto Federal nº 10.003, de 4 de setembro de 2019. Disponível em: < <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/notas-publicas/nota-publica-conjunta-pfdc-e-cnpg-gndh-copeij> >.

COSTA, A.; SARDENBERG, C. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

CORDEIRO, A. M., et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, p. 428-431, nov./dez., 2007. Disponível em: . Acesso em: 12 junho 2012.

CUNHA, E. A efetividade deliberativa dos Conselhos Municipais de Saúde e de Criança e Adolescente no Nordeste. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2007p. 135-161.

DACOMBE, R. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? **Political Studies Review**, 16(2), 148-157.

ENSSLIN, S.; ENSSLIN, L.; YAMAKAWA, E.; et al. Processo Estruturado de Revisão da Literatura e Análise Bibliométrica sobre avaliação de desempenho de processos de implementação de eficiência energética. **Revista Brasileira de Energia**, Vol. 20, Nº. 1, 1º Sem., pp. 21-50, 2014.

FADIGAS, I.; et. al.. Análise de redes semânticas baseada em títulos de artigos de periódicos científicos: o caso dos periódicos de divulgação em educação matemática. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 167-193, 2009.

FARIA, C.; RIBEIRO, U. Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas. In. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 57-92, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, D.; et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205-228, 2014.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge (MA): MIT, 1992

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R.& SOUZA, N. (orgs.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2004.

GOUGH D., ELBOURNE, D. **Systematic Research Synthesis to Inform Policy, Practice and Democratic Debate**. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2002.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, 1995, p. 39-53.

—————**O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

—————Sobre a legitimação pelos direitos fundamentais. In: MERLE, Jean-Crhistophe, MOREIRA, Luiz (Org.). **Direito e legitimidade**: escritos em homenagem ao Prof. Dr. Joaquim Carlos Salgado por ocasião de seu decanato como professor titular de teoria geral e filosofia da faculdade de Direito da UFMG. São Paulo: Landy, 2003a.

—————**Direito e democracia: entre factividade e validade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. b v. I. Trad. Flávio Siebeneichler.

HOROCHOVSKI, R. e CLEMENTE, A. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2012, vol.20, n.43, pp.127-157.

IBGE. **Perfil dos Estados Brasileiros 2013:** Perfil de Informações Básicas Estaduais. 2014

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; ACHARYA, A. Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. **Nobre & Coelho, Participação e deliberação, Ed,** v. 34, p. 343-367, 2004.

LIMA, B. S.; COSTA, M. C. da. Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. **Cad. Pagu,** Campinas, n. 48, e 164805, 2016.

LITTELL, J. Conceptual and Practical classification of research reviews and other evidence synthesis products. Oslo, Noruega: **The Campbell Collaboration.** 2018.

MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal:** origens e Evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARCONI, E.; LAKATOS, E. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIGUEL, L. F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,** Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº59, 2005. p. 5-42, São Paulo: HUCITEC

—————Promessas e limites da democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,** Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº46, vol. 16, 2001. p.175-177, São Paulo: HUCITEC

—————Resgatar a Participação: Democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova** [online]. 2017, n.100, pp.83-118.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

MOUFFE, C. Por um modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia Política**. Universidade Federal do Paraná, n° 25, 2006, p. 165-175, Curitiba: UFPR

MORAES, R. 1999. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 732.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no século XXI**, Salvador: EDUFBA, 2006.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução de: ROUANET, L. P. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics. *Journal of documentation*, 25(4), 348-349, 1969.

QIU, J., ZHAO, R., YANG, S., & DONG, K. *Informetrics: Theory, Methods and Applications*. Springer Singapore, 2017.

OLIVEIRA, D. C. 2008. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76.

OLIVEIRA, T. Análise de Redes Sociais nos Artigos Científicos Brasileiros (2005-2015): O que a Plataforma SCIELO-Brasil pode mostrar a Ciência Política? **Anais do VII Seminário de Sociologia e Política**. UFPR: 2016 [http://e-democracia.com.br/sociologia/anais\\_2016/pdf/GT05-18.pdf](http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2016/pdf/GT05-18.pdf) Acessado em: 02 de agosto de 2016

RAICHELIS, R. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**. [http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu\\_93.pdf](http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_93.pdf) Acessado em: 20/06/2018

RAMOS, M. Epistemologia e ensino de ciências: compreensões e perspectivas. **Construtivismo e o Ensino de Ciências: reflexões epistemológicas e metodológicas**, v. 2, p. 13-35, 2000.

REZENDE, F. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. **Revista Política Hoje** - 2a Edição - Volume 24, 2015. p. 13-45.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. *et AL.* **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

—————; MENDES, J. M. *et AL.* **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades possibilidades democráticas. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

————— Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SCIELO. Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. <[http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios\\_SciELO\\_Brasil.pdf](http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf)> Acesso em 18 de agosto de 2019.

SOARES, G. A. D.; SOUZA, C. P. R.; MOURA, T. W. Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras. **Soc. estado.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 525-538, Dec. 2010

SOUZA, C. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra**, p. 47-103, 2002.

TARGINO, M.; TORRES, N. **Comunicação Científica além da Ciência**. In. Criação Intelectual na Comunicação Científica: reflexões e orientações. Mossoró: Edufersa, 2016.

UNESP. Tipos de Revisão de Literatura. <  
<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>> Acesso em  
17 de agosto de 2019.

YOUNG, I. M. Comunicação e o Outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática**. Brasília: UNB. 2001.

ZAMPIER, E. **Modelagem Intergovernamental de Políticas Públicas: Espreadimento de Políticas Públicas em Sistemas Federais ou Unitários**. Texto de Qualificação de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. 2019.

## ANEXO A - PESQUISA NA PÁGINA SCIELO BRASIL PELO “ÍNDICE DE ASSUNTO” NA BASE DE DADOS “ARTIGOS”

SciELO - Scientific Electronic Libr x +

Não seguro | www.scielo.br/?lng=pt

**SciELO 20 Anos**  
Reunião da Rede SciELO - 24-25 set 2018  
Conferência Internacional - 26-28 set 2018  
Scientific Electronic Library Online

<a href="#">SciELO.org</a> avaliação de periódicos	<b>periódicos</b> <a href="#">lista alfabética</a> <a href="#">lista por assunto</a> <a href="#">pesquisa de títulos</a>	<b>artigos</b> <a href="#">índice de autores</a> <a href="#">índice de assuntos</a> <a href="#">pesquisa de artigos</a>	<b>relatórios</b> <a href="#">uso do site</a> <a href="#">Estatísticas de publicação</a> <a href="#">citações de revistas</a> <a href="#">co-autoria</a>
---	---	--	--

[Ajuda sobre este site](#)  
[equipe SciELO](#)

**SciELO** A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica

www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p

Windows taskbar: 21:11, 07/06/2019

FONTE: Print screen da Tela Principal do Computador da Pesquisadora / Autoria Própria

## ANEXO B - PROCURA PELA PALAVRA “CONSELHO” NO “ÍNDICE ASSUNTO”

The screenshot shows a web browser window with the SciELO search interface. The browser's address bar displays the URL: `www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IisScript=iah/iah.xis&base...`. The page features the SciELO logo and navigation options for 'periódicos' and 'artigos'. Below these are search filters: 'alfa assunto pesquisa' and 'autor assunto pesquisa'. The main heading is 'Coleção da biblioteca'. A navigation bar indicates the current database is 'Base de dados : article' and the search type is 'Índice Assunto'. The search input field contains the word 'Conselho', and a 'mostra índice' button is visible. Below the search field, there is a prompt 'ou selecione a letra inicial' followed by a grid of letters from A to Z, with '012...' at the beginning of the first row.

012... A B C D E F G H I J K L M N O P Q R  
S T U V W X Y Z

FONTE: Print screen da Tela Principal do Computador da Pesquisadora / Autoria Própria

## ANEXO C - NO ÍNDICE “ASSUNTO” DA BASE DE DADOS SELECIONADO O TERMO “CONSELHO”

Base de dados : **article** Índice Assunto

Selecione um ou mais termos da lista abaixo :

- CONSELHO
- CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA – CADE
- CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA
- CONSELHO DA CIDADE
- CONSELHO DA CIDADE DE CURITIBA
- CONSELHO DE ADMINISTRACAO
- CONSELHO DE ALIMENTACAO ESCOLAR
- CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUARIA (CAP)
- CONSELHO DE CLASSE
- CONSELHO DE COMUNICACAO SOCIAL

**próximo** **adicionar** **pesquisa**

**Nova pesquisa no índice**

Digite palavra ou início da palavra:

**mostra índice**

ou selecione a letra inicial

012...	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
S	T	U	V	W	X	Y	Z											

PT 21:13 07/06/2019

FONTE: Print screen da Tela Principal do Computador da Pesquisadora / Autoria Própria

## ANEXO D – ALÉM DA PESQUISA “CONSELHO” NO CAMPO “ASSUNTO”, PESQUISA “OU CONSELHOS” TAMBÉM NO CAMPO “ASSUNTO”

períódicos artigos

alfa assunto pesquisa autor assunto pesquisa

### Coleção da biblioteca

Base de dados : **article** Formulário **avançado**

Pesquisar por : Formulário livre Formulário básico

	Pesquisar	no campo	
1	CONSELHO	Assunto	índice
2 or	CONSELHOS	Assunto	índice
3 and		Todos os índices	índice

**config** **limpa** **pesquisa**

Search engine: **iAH** powered by **WWWISIS**

BIREME/OPAS/OMS - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

PT 21:16 07/06/2019

FONTE: Print screen da Tela Principal do Computador da Pesquisadora / Autoria Própria

## ANEXO E - RESULTADO DA PESQUISA EM 7 DE JUNHO DE 2019

The screenshot displays the SciELO search interface in a web browser. The browser's address bar shows the URL [www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/](http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/). The SciELO logo is visible in the top left. Navigation buttons include 'sua seleção', 'enviar resultado', 'nova pesquisa', 'config', and 'fim da página'. The search results are for the query 'CONSELHO [Assunto] or CONSELHOS [Assunto]', showing 275 references found. The first result is by Braga, Andréa Luiza Currealino and Pessali, Huáscar Fialho, titled 'Política urbana e participação: Presença e voz no Conselho da Cidade de Curitiba', published in *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, Dez 2018, vol.20, no.3, p.522-537. The second result is by Lobo, Judá Leão, titled 'Estudo sobre "O oráculo de delfos: o conselho de estado no Brasil-Império", de José Reinaldo de Lima Lopes', published in *Rev. Direito Práx.*, Set 2018, vol.9, no.3, p.1363-1400. The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date 07/06/2019 and time 21:18.

períódicos artigos  
alfa assunto pesquisa autor assunto pesquisa

### Coleção da biblioteca

sua seleção enviar resultado nova pesquisa config fim da página

Base de dados : article  
Pesquisa : CONSELHO [Assunto] or CONSELHOS [Assunto]  
Referências encontradas : 275 [refinar]  
Mostrando: 1 .. 10 no formato [ISO 690]

página 1 de 28 ir para página 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ▶ ▶

1 / 275  
 seleciona  
 para imprimir

Braga, Andréa Luiza Currealino and Pessali, Huáscar Fialho  
**Política urbana e participação: Presença e voz no Conselho da Cidade de Curitiba.** *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, Dez 2018, vol.20, no.3, p.522-537. ISSN 2317-1529  
• resumo em português | inglês • texto em português

2 / 275  
 seleciona  
 para imprimir

Lobo, Judá Leão. **Estudo sobre "O oráculo de delfos: o conselho de estado no Brasil-Império", de José Reinaldo de Lima Lopes.** *Rev. Direito Práx.*, Set 2018, vol.9, no.3, p.1363-1400. ISSN 2179-8966

FONTE: Print screen da Tela Principal do Computador da Pesquisadora / Autoria Própria

## ANEXO F –SELEÇÃO DE TEXTOS DA BUSCA CONFORME A PESQUISA UTILIZANDO-SE CÓDIGOS ATRAVÉS DE CORES

1 / 275

seleciona

 para imprimir

Braga, Andréa Luiza Currallinho; Pessali, Huáscar Fialho Política urbana e participação: Presença e voz no Conselho da Cidade de Curitiba. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*. v.20 n.3, Dez. 2018. ISSN 2317-1529

resumo em português | inglês  texto em português

---

2 / 275

seleciona

 para imprimir

Lobo, Judá Leão. Estudo sobre “O oráculo de delfos: o conselho de estado no Brasil- Império”, de José Reinaldo de Lima Lopes. *Rev. Direito Práx.*. v.9 n.3, Set. 2018. ISSN 2179-8966

resumo em português | inglês  texto em português

---

3 / 275

seleciona

 para imprimir

Cabral, Rafael Lamera Giesta. Da resistência ao ajuste: o trabalhador na década de 1930. *Rev. Direito Práx.*. v.8 n.4, Dez. 2017. ISSN 2179-8966

resumo em português | inglês  texto em português

---

4 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Edilson dos Santos; Santos, Josete Florêncio dos; Almeida, Moisés Araújo Conselho de Administração: uma análise da influência nos níveis de endividamento. *Rev. bras. gest. neg.*. v.13 n.41, Dez. 2011. ISSN 1806-4892

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

5 / 275

seleciona

 para imprimir

Barbero, Edson Ricardo; Marchiano, Marcello Stakeholders ou Shareholders? Valores individuais de conselheiros e identidade empresarial. *Rev. bras. gest. neg.*. v.18 n.61, Set. 2016. ISSN 1806-4892

resumo em português | inglês  texto em português

---

6 / 275

seleciona

 para imprimir

Ridenti, Marcelo. JORGE AMADO E SEUS CAMARADAS NO CÍRCULO COMUNISTA INTERNACIONAL. *Sociol. Antropol.*. v.1 n.2, Nov. 2011. ISSN 2238-3875

resumo em português | inglês  texto em português

---

7 / 275

seleciona

 para imprimir

Fernandes, Renata Silva. "Confiados na justiça da sua causa, sabedoria, e incansável zelo a prol da Província": o Conselho Geral de Minas Gerais como espaço de participação dos cidadãos (1828-1834). *Almanack*. n.18, Abr. 2018. ISSN 2236-46  resumo em português | inglês  texto em português

---

8 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). *Almanack*. n.9, Abr. 2015. ISSN 2236-  resumo em português | inglês  texto em português

---

9 / 275

seleciona

 para imprimir

Machado, André Roberto de A. General Council of the Province of Pará and the Definition of the Indigenist Politics in the Empire of Brazil (1829-31). *Almanack*. n.10, Aug. 2015. ISSN 2236-4633

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

10 / 275

seleciona

 para imprimir

Martins, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi (Rio J.)*. v.7 n.12, Jun. 2006. ISSN 2237-101X

resumo em português | inglês  texto em português

---

11 / 275

seleciona

 para imprimir

Pinto, José Reginaldo et al. (Dis) connections between health councils and audit: advancements and challenges in the democratization of public health management. *Cad. saúde colet.*. v.27 n.1, Mar. 2019. ISSN 1414-462X

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

12 / 275

seleciona

 para imprimir

Bertoncini, Mateus. Crise da Jurisdição e a Resolução n. 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público: é possível o ajustamento de conduta em matéria de improbidade administrativa?. *Sequência (Florianópolis)*. n.79, Ago. 2018. ISSN 2177-7055

resumo em português | inglês  texto em português

---

13 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Sales, Lilia Maia de Moraes; Chaves, Emmanuela Carvalho Cipriano **Mediação e conciliação judicial - a importância da capacitação e de seus desafios.** *Sequência (Florianópolis)*. n.69, Dez. 2014. ISSN 2177-7055

resumo em português | inglês  texto em português

---

14 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Oliveira, Rafael Santos de; Raminelli, Francieli Puntel **O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do conselho nacional de justiça no facebook.** *Sequência (Florianópolis)*. n.69, Dez. 2014. ISSN 2177-7055

resumo em português | inglês  texto em português

---

15 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Lima, Dartel Ferrari de; Lima, Lohran Anguera **O controle social no Sistema Único de Saúde: um olhar crítico à Resolução nº 453/2012.** *Saúde debate*. v.41 n.115, Dez. 2017. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

16 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Ouverney, Assis Mafort; Moreira, Marcelo Rasga; Ribeiro, José Mendes **Democratização e educação permanente: percepção de egressos do QualiConselhos sobre contribuições aos conselhos de saúde.** *Saúde debate*. v.40 n.spe, Dez. 2016. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

17 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Escorel, Sarah; Arouca, Luna **Escorel Democracia e participação: para além das dicotomias.** *Saúde debate*. v.40 n.spe, Dez. 2016. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

18 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Moreira, Marcelo Rasga. **Reflexões sobre democracia deliberativa: contribuições para os conselhos de saúde num contexto de crise política.** *Saúde debate*. v.40 n.spe, Dez. 2016. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

19 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Rocha, Elisama Nascimento et al. **O papel do conselheiro municipal de saúde na fiscalização do orçamento público.** *Saúde debate*. v.37 n.96, Mar. 2013. ISSN 0103-1104

---

20 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Tarcio de Almeida; Teixeira, Carmen Fontes Participação das instâncias de controle social na Política de Saúde Mental da Bahia, 2001-2013. *Saúde debate*. v.39 n.spe, Dez. 2015. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

21 / 275

seleciona

 para imprimir

Bispo Júnior, José Patrício; Martins, Poliana Cardoso Participação social na Estratégia de Saúde da Família: análise da percepção de conselheiros de saúde. *Saúde debate*. v.38 n.102, Set. 2014. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

22 / 275

seleciona

 para imprimir

Sipioni, Marcelo Eliseu; Silva, Marta Zorzal e Democracia e saúde: a prestação de contas como legitimadora da representação no Conselho Municipal de Saúde de Vitória (ES). *Saúde debate*. v.39 n.104, Mar. 2015. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

23 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Ana Paula Leal Loureiro da; Nóbrega, Otávio Toledo; Côrte, Beltrina O olhar dos conselheiros de saúde da Região Metropolitana de São Paulo sobre serviços de saúde para idosos: 'Quem cuidará de nós em 2030?'. *Saúde debate*. v.39 n.105, Jun. 2015. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

24 / 275

seleciona

 para imprimir

Martins, Camila Sartori et al. **Conhecimento dos usuários, trabalhadores da saúde e gestores sobre conselheiros e Conselhos de Saúde**. *Saúde debate*. v.37 n.98, Set. 2013. ISSN 0103-1104

resumo em português | inglês  texto em português

---

25 / 275

seleciona

 para imprimir

Azevedo, Marco Antônio de; Marteleto, Regina Maria **Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário**. *Transinformação*. v.20 n.3, Dez. 2008. ISSN 0103-3786

resumo em português | inglês  texto em português

---

26 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Oliveira, Rosimar de Fátima; Souza, Donaldo Bello de; Câmara, Adriane Peixoto  
Conselhos Estaduais de Educação nos Novos Planos Estaduais de Educação. *Educ.  
Real.*, v.43 n.2, Jun. 2018. ISSN 2175-6236

resumo em português | inglês  texto em português

---

27 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Ditterich, Rafael Gomes; Ditterich, Adrieli Cliciane Rocha; Baldani, Márcia Helena  
A política de saúde bucal em pauta no Conselho Municipal de Saúde no Município  
de Nova Friburgo - RJ. *Rev. Odontol. UNESP.* v.44 n.3, Jun. 2015. ISSN 1807-2577

resumo em português | inglês  texto em português

---

28 / 275

Seleciona  
 para  
imprimir

Rossoni, Luciano; Guarido Filho, Edson Ronaldo O que faz um nome? Status,  
conselho de administração e características organizacionais como antecedentes da  
reputação corporativa. *Rev. Adm. (São Paulo)*. v.50 n.3, Set. 2015. ISSN 0080-2107

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

29 / 275

Seleciona  
 para  
imprimir

Magalhães, Fernanda Gabriela Gandra Pimenta; Xavier, Wesley Silva PROCESSO  
PARTICIPATIVO NO CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA (MG). *REAd. Rev.  
eletrôn. adm. (Porto Alegre)*. v.25 n.1, Abr. 2019. ISSN 1413-2311

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

30 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Silva, Edson Arlindo; Passador, Cláudia Souza GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA  
EM MINAS GERAIS SOB A ÓTICA DOS CONSELHOS GESTORES  
MUNICIPAIS. *REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)*. v.24 n.2, Ago. 2018. ISSN  
1413-2311

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

31 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Mascarenhas, Maíra; Muello, Thomas; Fry, Peter Classifications and moral values in  
student evaluation boards. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, v.12 n.2, Dec. 2015. ISSN  
1809-4341

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

32 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Rios, Roger Raupp et al. Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: Dinâmica  
Institucional e Profissional em Perspectiva Jurídica. *Psicol. cienc. prof.*, v.37 n.1, Jan.  
2017. ISSN 1414-9893

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

33 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Julianin Araujo et al. **Organização sociopolítica de Psicólogos(os) na Bahia: formação das suas entidades de classe.** *Psicol. cienc. prof.*, v.33 n.2, 2013. ISSN 1414-9893

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

34 / 275

seleciona

 para imprimir

Frizzo, Katia Regina; Sarriera, Jorge Castellá **Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares.** *Psicol. cienc. prof.*, v.26 n.2, Jun. 2006. ISSN 1414-9893

resumo em português | inglês  texto em português

---

35 / 275

seleciona

 para imprimir

Milani, Rute Grossi; Loureiro, Sonia Regina **Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar.** *Psicol. cienc. prof.*, v.28 n.1, 2008. ISSN 1414-9893

resumo em português | inglês  texto em português

---

36 / 275

seleciona

 para imprimir

Castro, Norida Teotônio de; Toledo, Ana Helena Fernandes; Andery, Ana Maria Nunes **Tramas do cotidiano: a Psicodinâmica do trabalho em um Conselho Tutelar.** *Psicol. cienc. prof.*, v.30 n.3, Set. 2010. ISSN 1414-9893

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

37 / 275

seleciona

 para imprimir

Lisboa, Edgar Andrade et al. **Conselhos locais de saúde: caminhos e (des)caminhos da participação social.** *Trab. educ. saúde.*, v.14 n.3, Dez. 2016. ISSN 1981-7746

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

38 / 275

seleciona

 para imprimir

Machado, Felipe Rangel de Souza. **O direito à saúde na interface entre sociedade civil e Estado.** *Trab. educ. saúde.*, v.7 n.2, Out. 2009. ISSN 1981-7746

resumo em português | inglês  texto em português

---

39 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Matos, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serv. Soc. Soc.* n.124, Dez. 2015. ISSN 0101-6628

resumo em português | inglês  texto em português

---

40 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cristo, Solange Conceição Albuquerque de. **Controle social em saúde: o caso do Pará.** *Serv. Soc. Soc.* n.109, Mar. 2012. ISSN 0101-6628

resumo em português | inglês  texto em português

---

41 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Almeida, Carla; Tataçiba, Luciana **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** *Serv. Soc. Soc.* n.109, Mar. 2012. ISSN 0101-6628

resumo em português | inglês  texto em português

---

42 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Ribeiro, Natalina; Raichelis, Raquel **Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas.** *Serv. Soc. Soc.* n.109, Mar. 2012. ISSN 0101-6628

resumo em português | inglês  texto em português

---

43 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Moura, Luciana Melo de; Shimizu, Helena Eri Representações sociais de conselheiros de saúde acerca do direito à saúde e da cidadania. *Rev. Gaúcha Enferm.* v.37 n.spe, 2016. ISSN 1983-1447

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

44 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Andrade, Ana Maria Ribeiro de; Santos, Tatiane Lopes dos **A dinâmica política da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1956-1960.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* v.8 n.1, Abr. 2013. ISSN 1981-8122

resumo em português | inglês  texto em português

---

45 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Peixoto, Rodrigo. **Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* v.1 n.3, Dez. 2006. ISSN 1981-8122

resumo em português | inglês  texto em português

---

46 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

SANTOS, RUAN C. DOS et al. BOARD OF DIRECTORS: THE PERSPECTIVE OF INDEPENDENTS IN THE PERFORMANCE OF PRIVATE ORGANIZATIONS? EVIDENCES IN BRAZIL. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*. v.19 n.4, 2018. ISSN 1678-6971

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

47 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

ALMEIDA, CLEUSIMAR CARDOSO ALVES; CARVALHO, VIRGÍNIA DONIZETE HUMAN VALUES AND SOCIAL ASSISTANCE: A STUDY OF MUNICIPAL COUNCIL REPRESENTATIVES. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*. v.18 n.2, Apr. 2017. ISSN 1678-6971

resumo em inglês | português | espanhol  texto em inglês

---

48 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

ARANHA, CEZAR EDUARDO; ROSSONI, LUCIANO; MENDES-DA-SILVA, WESLEY CAPITAL SOCIAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DESEMPENHO DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*. v.17 n.1, Fev. 2016. ISSN 1678-6971

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

49 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Andrade, Lélis Pedro de et al. **Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas Brasileiras.** *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)*. v.10 n.4, Ago. 2009. ISSN 1678-6971

resumo em português | inglês  texto em português

---

50 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Bochenek, Antonio César; Dalazoana, Vinicius; Rissetti, Vinicius Rafael **Good governance e o Conselho Nacional de Justiça.** *Rev. direito GV*. v.9 n.2, Dez. 2013. ISSN 1808-2432

resumo em português | inglês  texto em português

---

51 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Franco, Ivan Candido da Silva de; Cunha, Luciana Gross **O CNJ e os discursos do Direito e Desenvolvimento.** *Rev. direito GV*. v.9 n.2, Dez. 2013. ISSN 1808-2432

resumo em português | inglês  texto em português

---

52 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Silva, Rosane Leal da; Hoch, Patrícia Adriani; Righi, Lucas Martins **Transparência pública e a atuação normativa do CNJ. *Rev. direito GV*. v.9 n.2, Dez. 2013. ISSN 1808-2432**

resumo em português | inglês  texto em português

---

53 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Dantas, Marcus Eduardo de Carvalho. **Função social na tutela possessória em conflitos fundiários. *Rev. direito GV*. v.9 n.2, Dez. 2013. ISSN 1808-2432**

resumo em português | inglês  texto em português

---

54 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Pereira Neto, Caio Mário da Silva; Prado Filho, José Inacio Ferraz de Almeida Espaços e interfaces entre regulação e defesa da concorrência: a posição do CADE. *Rev. direito GV*. v.12 n.1, Abr. 2016. ISSN 1808-2432

resumo em português | inglês  texto em português

---

55 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Dau, Arthur Gomes; Palassi, Márcia Prezotti; Silva, Marta Zorzal e Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória - ES. *Cad. EBAPE.BR*. v.17 n.1, Mar. 2019. ISSN 1679-3951

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

56 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Villela, Lamounier Erthal et al. A conferência nacional das cidades como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento territorial: a percepção dos conselheiros nos processos participativos e deliberativos. *Cad. EBAPE.BR*. v.14 n.spe, Jul. 2016. ISSN 1679-3951

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

57 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Gomes, Eduardo Granha Magalhães. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. *Cad. EBAPE.BR*. v.13 n.4, Dez. 2015. ISSN 1679-3951

resumo em português | inglês  texto em português

58 / 275

seleciona

 para imprimir

Allebrandt, Sérgio Luis et al. **Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010.** *Cad. EBAPE.BR.* v.9 n.3, Set. 2011. ISSN 1679-3951

resumo em português | inglês  texto em português

---

59 / 275

seleciona

 para imprimir

Fernandes, Antonio Sergio Araújo. **Conselhos municipais: participação, efetividade e institucionalização - a influência do contexto político na dinâmica dos conselhos – os casos de Porto Alegre e Salvador.** *Cad. EBAPE.BR.* v.8 n.3, Set. 2010. ISSN 1679-3951

resumo em português | português  texto em português

---

60 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva e Oliveira, Virgílio Cézar da; Pereira, José Roberto; Oliveira, Vânia A. R. de **Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil.** *Cad. EBAPE.BR.* v.8 n.3, Set. 2010. ISSN 1679-3951

resumo em português | inglês  texto em português

---

61 / 275

seleciona

 para imprimir

Nisiyama, Edelcio Koitiro; Nakamura, Wilson Toshiro **DIVERSIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E A ESTRUTURA DE CAPITAL.** *Rev. adm. empres.* v.58 n.6, Nov. 2018. ISSN 0034-7590

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

62 / 275

seleciona

 para imprimir

NEVES, ARTUR CARLOS DAS et al. **DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS DOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO.** *Rev. adm. empres.* v.57 n.5, Set. 2017. ISSN 0034-7590

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

63 / 275

seleciona

 para imprimir

Carmona, Pedro; Fuentes, Cristina de; Ruiz, Carmen **RISK DISCLOSURE ANALYSIS IN THE CORPORATE GOVERNANCE ANNUAL REPORT USING FUZZY-SET QUALITATIVE COMPARATIVE ANALYSIS.** *Rev. adm. empres.* v.56 n.3, June. 2016. ISSN 0034-7590

resumo em inglês | português | espanhol  texto em inglês

---

64 / 275

seleciona

 para imprimir

Martins, Henrique Cordeiro; Rodrigues, Suzana Braga **Atributos e papéis dos conselhos de administração das empresas brasileiras.** *Rev. adm. empres.*, v.45 n.spe, Dez. 2005. ISSN 0034-7590

resumo em português | inglês  texto em português

---

65 / 275

seleciona

 para imprimir

Morck, Randall; Shleifer, Andrei; Vishny, Robert W. **Participação acionária da administração e valoração no mercado: uma análise empírica.** *Rev. adm. empres.*, v.48 n.2, Jun. 2008. ISSN 0034-7590

resumo em português | inglês  texto em português

---

66 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Gesner; Mattos, César **Defesa da concorrência nos portos.** *Rev. adm. empres.*, v.38 n.3, Set. 1998. ISSN 0034-7590

resumo em português | inglês  texto em português

---

67 / 275

seleciona

 para imprimir

Silveira, Alexandre Di Miceli da; Barros, Lucas Ayres B. de C.; Famá, Rubens **Estrutura de governança e valor das companhias abertas brasileiras.** *Rev. adm. empres.*, v.43 n.3, Set. 2003. ISSN 0034-7590

resumo em português | inglês  texto em português

---

68 / 275

seleciona

 para imprimir

Fernandes, Priscila Valverde; Aragão, Elizabeth Maria Andrade **Peculiaridades entre conselho tutelar e crianças encaminhadas pela escola.** *Fractal, Rev. Psicol.*, v.23 n.1, Abr. 2011. ISSN 1984-0292

resumo em português | inglês  texto em português

---

69 / 275

seleciona

 para imprimir

Abers, Rebecca Neaera; Keck, Margaret E. **Representando a diversidade: estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores.** *Cad. CRH.* v.21 n.52, Abr. 2008. ISSN 0103-4979

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

70 / 275

seleciona

 para imprimir

Lüchmann, Lígia Helena Hahn. **Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo.** *Cad. CRH.* v.21 n.52, Abr. 2008. ISSN 0103-4979

resumo em português | inglês | francês  texto em português

71 / 275

seleciona

 para imprimir

Short, Katherine. **Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?**. *Sur, Rev. int. direitos human.*. v.5 n.9, Dez. 2008. ISSN 1806-6445

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

72 / 275

seleciona

 para imprimir

Pinheiro, Paulo Sérgio. **Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições**. *Sur, Rev. int. direitos human.*. v.5 n.9, Dez. 2008. ISSN 1806-6445

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

73 / 275

seleciona

 para imprimir

Villan Duran, Carlos. **Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**. *Sur, Rev. int. direitos human.*. v.3 n.5, Dez. 2006. ISSN 1806-6445

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

74 / 275

seleciona

 para imprimir

Nader, Lucia. **O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU**. *Sur, Rev. int. direitos human.*. v.4 n.7, 2007. ISSN 1806-6445

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

75 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Fabiano Vilaça dos. **Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790)**. *Varia hist.*. v.26 n.44, Dez. 2010. ISSN 0104-8775

resumo em português | inglês  texto em português

---

76 / 275

seleciona

 para imprimir

Busana, Juliano de Amorim; Heidemann, Ivonete Teresinha Schuler Buss; Wendhausen, Águeda Lenita Pereira. **Popular participation in a local health council: limits and potentials**. *Texto contexto - enferm.*. v.24 n.2, June. 2015. ISSN 0104-0707

resumo em inglês | espanhol | português  texto em inglês

---

77 / 275

seleciona

 para imprimir

Arantes, Cássia Irene Spinelli et al. **O controle social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica.** *Texto contexto - enferm.*. v.16 n.3, Set. 2007. ISSN 0104-0707

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

78 / 275

seleciona

 para imprimir

Cohn, Amélia; Bujdoso, Yasmin Lilla **Participação social e gestão pública no Sistema Único de Saúde.** *Tempo soc.*. v.27 n.1, Jun. 2015. ISSN 0103-2070

resumo em português | inglês  texto em português

---

79 / 275

seleciona

 para imprimir

Sartore, Marina de Souza. **A sociologia dos índices de sustentabilidade.** *Tempo soc.*. v.24 n.2, Nov. 2012. ISSN 0103-2070

resumo em português | inglês  texto em português

---

80 / 275

seleciona

 para imprimir

Torreggiani, Valerio. **Governar a modernidade: A representação corporativo-empresarial no projeto dos conselhos industriais ingleses de entreguerras.** *Tempo.* v.25 n.1, Abr. 2019. ISSN 1413-7704

resumo em português | inglês  texto em português

---

81 / 275

seleciona

 para imprimir

Nunes, João Arriscado et al. **A emergência do sujeito participativo: interseções entre ciência, política e ontologia.** *Sociologias.* v.20 n.48, Ago. 2018. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

82 / 275

seleciona

 para imprimir

Costa, Hermes Augusto. **Conselhos de Empresa Europeus militantes? Obstáculos, acordos e boas práticas à luz da experiência portuguesa na VW.** *Sociologias.* v.19 n.45, Ago. 2017. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

83 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Bueno, Samira; Lima, Renato Sérgio de; Teixeira, Marco Antonio Carvalho Sujeito ou demandante? Reflexões sobre o caráter da participação nos conselhos comunitários de segurança de São Paulo.. *Sociologias*. v.18 n.42, Ago. 2016. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

84 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Alencar, Joana et al. **Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais**. *Sociologias*. v.15 n.32, Abr. 2013. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

85 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cortes, Soraya Vargas; Gugliano, Alfredo **Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil**. *Sociologias*. v.12 n.24, Ago. 2010. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

86 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Fritz, Jan Marie. **Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais**. *Sociologias*. n.23, Abr. 2010. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

87 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Vianna, Maria Lucia Teixeira Werneck; Cavalcanti, Maria de Lourdes; Cabral, Marta de Pina **Participação em saúde: do que estamos falando?**. *Sociologias*. n.21, Jun. 2009. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

88 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cortes, Soraya Maria Vargas. **Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde**. *Sociologias*. n.7, Jun. 2002. ISSN 1517-4522

resumo em português | inglês  texto em português

---

89 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Rafaela Reis Azevedo de; Teixeira, Beatriz de Basto Judicialização da educação: regime de colaboração e rede de proteção social da criança e do adolescente. *Soc. estado.*, v.34 n.1, Jan. 2019. ISSN 0102-6992

resumo em português | inglês  texto em português

---

90 / 275

seleciona

 para imprimir

Gohn, Maria da Glória. **Pluralidade da representação na América Latina.** *Soc. estado.*, v.29 n.1, Abr. 2014. ISSN 0102-6992

resumo em português | inglês  texto em português

---

91 / 275

seleciona

 para imprimir

Soares, Marcia Maria Arenhart et al. Percepção de conselheiros de saúde acerca do tema agrotóxicos: o papel da participação social em uma sociedade que adoece. *Saude soc.*, v.28 n.1, Mar. 2019. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

92 / 275

seleciona

 para imprimir

Jerome, Jessica Scott. Participatory governance in the context of local health councils: interviews with six local health council presidents in Northeastern Brazil. *Saude soc.*, v.27 n.3, Sept. 2018. ISSN 0104-1290

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

93 / 275

seleciona

 para imprimir

Durán, Paulo Renato Flores; Gerschman, Silvia Desafios da participação social nos conselhos de saúde. *Saude soc.*, v.23 n.3, Set. 2014. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

94 / 275

seleciona

 para imprimir

Miwa, Marcela Jussara; Serapioni, Mauro; Ventura, Carla Aparecida Arena A presença invisível dos conselhos locais de saúde. *Saude soc.*, v.26 n.2, Jun. 2017. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

95 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Fernandes, Violeta Campolina; Spagnuolo, Regina Stella; Nascimento, Edinalva  
Neves Percepção de conselheiros de saúde sobre acesso às informações e inclusão  
digital. *Saude soc.* v.26 n.1, Mar. 2017. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

96 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Kezh, Nilce Helena de Paula; Bógus, Cláudia Maria; Martins, Cleide Lavieri  
Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho  
municipal de saúde. *Saude soc.* v.25 n.4, Dez. 2016. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

97 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Santos, Sílvia França; Vargas, Andréa Maria Duarte; Lucas, Simone  
Dutra **Conselheiros usuários do conselho municipal de saúde de Belo  
Horizonte: características sociais e representatividade.** *Saude soc.* v.20 n.2, Jun.  
2011. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

98 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Siqueira, Renata Lopes de et al. **Conselho de segurança alimentar e  
nutricional: análise do controle social sobre a política estadual de segurança  
alimentar e nutricional no Estado do Espírito Santo.** *Saude soc.* v.20 n.2, Jun.  
2011. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

99 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Shimizu, Helena Eri; Moura, Luciana Melo de As representações sociais do controle  
social em saúde: os avanços e entraves da participação social  
institucionalizada. *Saude soc.* v.24 n.4, Dez. 2015. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

100 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Kleba, Maria Elisabeth; Zampirom, Keila; Comerlato, Dunia Processo decisório e  
impacto na gestão de políticas públicas: desafios de um Conselho Municipal de  
Saúde. *Saude soc.* v.24 n.2, Jun. 2015. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

101 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cruz, Pedro José Santos Carneiro et al. **Desafios para a participação popular em saúde: reflexões a partir da educação popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa, PB.** *Saude soc.* v.21 n.4, Dez. 2012. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

102 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Piterman, Ana; Heller, Léo; Rezende, Sonaly Cristina (A falta de) **Controle social das políticas municipais de saneamento: um estudo em quatro municípios de Minas Gerais.** *Saude soc.* v.22 n.4, Dez. 2013. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

103 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Gonçalves, Rodrigo de Souza et al. **Conselhos de saúde e controle social: um estudo comparativo dos relatórios de prestação de contas das Secretarias Estaduais de Saúde.** *Saude soc.* v.22 n.4, Dez. 2013. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

104 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Ramos, Michelle de Fátima et al. **Conselhos setoriais: perfil dos conselheiros e sua influência na tomada de decisão.** *Saude soc.* v.21 s.3, Dez. 2012. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

105 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Nunes, Marcela Riccomi; Philippi Jr, Arlindo; Fernandes, Valdir A **Atuação de conselhos do meio ambiente na gestão ambiental local.** *Saude soc.* v.21 s.3, Dez. 2012. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

106 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Ponte, Hermínia Maria Sousa da et al. **"O caminho se faz ao caminhar": processo de reativação de conselhos locais de saúde em Sobral, a partir do protagonismo cidadão.** *Saude soc.* v.21 s.1, Maio. 2012. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

107 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Lucilane Maria Sales da et al. **Análise da organização e funcionamento dos conselhos de saúde e a gestão participativa em Fortaleza, CE.** *Saude soc.* v.21 n.1, Maio. 2012. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

108 / 275

seleciona

 para imprimir

Gonçalves, Andréa de Oliveira; Gonçalves, Rodrigo de Souza; Tavares, Adilson de Lima **O olhar dos conselheiros de saúde sobre os relatórios de prestação de contas no município de Natal (Rio Grande do Norte), Brasil.** *Saude soc.* v.20 n.3, Set. 2011. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

109 / 275

seleciona

 para imprimir

Batagello, Rodrigo; Benevides, Luciana; Portillo, Jorge Alberto Cordón **Conselhos de saúde: controle social e moralidade.** *Saude soc.* v.20 n.3, Set. 2011. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

110 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Ana Maria Caldeira; Dallari, Sueli Gandolfi **Vigilância sanitária, participação social e cidadania.** *Saude soc.* v.20 n.3, Set. 2011. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

111 / 275

seleciona

 para imprimir

Oliveira, Milca Lopes de; Almeida, Eurivaldo Sampaio de **Controle social e gestão participativa em saúde pública em unidades de saúde do município de Campo Grande, MS, 1994-2002.** *Saude soc.* v.18 n.1, Mar. 2009. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

112 / 275

seleciona

 para imprimir

Batista, Adriana Aparecida et al. **A contribuição da pesquisa avaliação para o processo de implementação do controle social no SUS.** *Saude soc.* v.19 n.4, Dez. 2010. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

113 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Bógus, Cláudia Maria et al. **Programa de Capacitação Permanente de Conselheiros Populares de Saúde na cidade de São Paulo**. *Saude soc.*, v.12 n.2, Dez. 2003. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

114 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Presoto, Lucia Helena; Westphal, Márcia Faria **A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga - SP**. *Saude soc.*, v.14 n.1, Abr. 2005. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português,

---

115 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Oliveira, Valdir de Castro. **Comunicação, informação e participação popular nos Conselhos de Saúde**. *Saude soc.*, v.13 n.2, Ago. 2004. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

116 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Gohn, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saude soc.*, v.13 n.2, Ago. 2004. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

117 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Wendhausen, Águeda L. P.; Barbosa, Tatiane Muniz; Borba, Maria Clara de **Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores**. *Saude soc.*, v.15 n.3, Dez. 2006. ISSN 0104-1290

resumo em português | inglês  texto em português

---

118 / 275 – 47

seleciona  
 para  
imprimir

Lubambo, Cátia W.; Coutinho, Henrique G. **Conselhos gestores e o processo de descentralização**. *São Paulo Perspec.*, v.18 n.4, Dez. 2004. ISSN 0102-8839

resumo em português | inglês  texto em português

---

119 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Borges, André. **Lições de reformas da gestão educacional: Brasil, EUA e Grã-Bretanha.** *São Paulo Perspec.*, v.18 n.3, Set. 2004. ISSN 0102-8839  
 resumo em português | inglês  texto em português

---

120 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Bellaguarda, Maria Lígia dos Reis et al. **Prescriptive Authority and Nursing: a comparative analysis of Brazil and Canada.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* v.23 n.6, Dec. 2015. ISSN 0104-1169  
 resumo em inglês | português | espanhol  texto em inglês

---

121 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Marques, Giselda Quintana; Lima, Maria Alice Dias da Silva **User's demands to an emergency service and their welcoming in the health system.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* v.15 n.1, Feb. 2007. ISSN 0104-1169  
 resumo em inglês | espanhol | português  texto em inglês

---

122 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Neves, Angela Vieira; Santos, Cláudia de Oliveira Vicente; Silva, Suellem Henriques da **Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social.** *Rev. katálysis.* v.15 n.2, Dez. 2012. ISSN 1414-4980  
 resumo em português | inglês  texto em português

---

123 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Lüchmann, Lígia Helena Hahn; Almeida, Carla Cecília Rodrigues **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** *Rev. katálysis.* v.13 n.1, Jun. 2010. ISSN 1414-4980  
 resumo em português | inglês  texto em português

---

124 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Carlos, Euzeneia; Silva, Rafael da; Almeida, Carla **Participação e política pública: efetividade dos conselhos de assistência social na gestão da política.** *Rev. Sociol. Polit.* v.26 n.67, Set. 2018. ISSN 0104-4478  
 resumo em português | inglês  texto em português

---

125 / 275

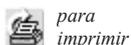
seleciona  
 para  
imprimir

Santos, Priscilla Ribeiro dos; Gugliano, Alfredo Alejandro **Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.** *Rev. Sociol. Polit.* v.23 n.56, Dez. 2015. ISSN 0104-4478

---

126 / 275

seleciona



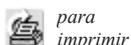
Sipioni, Marcelo Eliseu; Silva, Marta Zorzal e **Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas**. *Rev. Sociol. Polit.*. v.21 n.46, Jun. 2013. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês  texto em português

---

127 / 275

seleciona



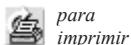
Serbena, Cesar Antonio. **Interfaces atuais entre a E-Justiça e a Q-Justiça no Brasil**. *Rev. Sociol. Polit.*. v.21 n.45, Mar. 2013. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês  texto em português

---

128 / 275

seleciona



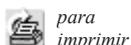
Fonseca, Igor Ferraz da; Bursztyn, Marcel; Moura, Adriana Maria Magalhães de **Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)**. *Rev. Sociol. Polit.*. v.20 n.42, Jun. 2012. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

129 / 275

seleciona



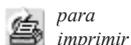
Dombrowski, Osmir. **Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior**. *Rev. Sociol. Polit.*. v.16 n.30, Jun. 2008. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

130 / 275

seleciona



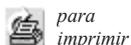
Fuks, Mário. **Participação e influência política no conselho municipal de saúde de Curitiba**. *Rev. Sociol. Polit.*. n.25, Nov. 2005. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

131 / 275

seleciona



Fuks, Mario; Perissinotto, Renato Monseff; Ribeiro, Ednaldo Aparecido **Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba**. *Rev. Sociol. Polit.*. n.21, Nov. 2003. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

132 / 275

seleciona

 para imprimir

Jáuregui, Aníbal Pablo. **La regulación económica y la representación corporativa en la Argentina y el Brasil.** *Rev. Sociol. Polit.*, n.14, Jun. 2000. ISSN 0104-4478

resumo em português | inglês | francês  texto em espanhol

---

133 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Francisco Assis da Silva et al. **Política de práticas integrativas em Recife: análise da participação dos atores.** *Rev. Saúde Pública.* v.45 n.6, Dez. 2011. ISSN 0034-8910

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

134 / 275

elegiona

 para imprimir

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de et al. The 80-year history of the professional associations of nutritionists in Brazil: A historical-documentary analysis. *Rev. Nutr.*, v.32, 2019. ISSN 1415-5273

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

135 / 275

seleciona

 para imprimir

Bandeira, Lutzete Moraes et al. **Análise dos pareceres conclusivos dos Conselhos de Alimentação Escolar sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** *Rev. Nutr.*, v.26 n.3, Jun. 2013. ISSN 1415-5273

resumo em português | inglês  texto em português

---

136 / 275

seleciona

 para imprimir

Rocha, Nayara Côrtes et al. **Organização e dinâmica do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo: implicações para a sua atuação na construção da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.** *Rev. Nutr.*, v.25 n.1, Fev. 2012. ISSN 1415-5273

resumo em português | inglês  texto em português

---

137 / 275

seleciona

 para imprimir

Pipitone, Maria Angélica Penatti et al. **Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar.** *Rev. Nutr.*, v.16 n.2, Jun. 2003. ISSN 1415-5273

---

138 / 275

seleciona

 para imprimir

MATTOS, ENLINSON; GARCEZ, LUCAS Desmembramento de municípios: impactos sobre as eleições legislativas municipais. *Brazil. J. Polit. Econ.*, v.37 n.4, Dez. 2017. ISSN 0101-3157

resumo em português | inglês  texto em português

---

139 / 275

seleciona

 para imprimir

Olival, Alexandre de Azevedo; Spexoto, Andreza Alves; Rodrigues, José Alesando **Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v.45 n.4, Dez. 2007. ISSN 0103-2003

resumo em português | inglês  texto em português

---

140 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Priscilla Ribeiro dos. Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos. *Rev. Adm. Pública*, v.50 n.3, Jun. 2016. ISSN 0034-7612

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

141 / 275

seleciona

 para imprimir

Mucci, Carla Beatriz Marques Rocha e; Mafra, Rennan Lanna Martins Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Rev. Adm. Pública*, v.50 n.1, Fev. 2016. ISSN 0034-7612

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

142 / 275

seleciona

 para imprimir

Kleba, Maria Elisabeth; Comerlatto, Dunia; Frozza, Kenia Munaretti Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, v.49 n.4, Ago. 2015. ISSN 0034-7612

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

143 / 275

seleciona

 para imprimir

Lima, Adriana Nogueira Vieira. **O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia**. *Rev. Adm. Pública*, v.48 n.6, Dez. 2014. ISSN 0034-7612

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

144 / 275

seleciona

 para imprimir

Rojas Buvnich, Danitza Passamai. **O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros.** *Rev. Adm. Pública.* v.48 n.1, Fev. 2014. ISSN 0034-7612

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

145 / 275

seleciona

 para imprimir

Gurgel, Claudio; Justen, Agatha **Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores.** *Rev. Adm. Pública.* v.47 n.2, Abr. 2013. ISSN 0034-7612

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

146 / 275

seleciona

 para imprimir

Saliba, Nemre Adas et al. **Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde.** *Rev. Adm. Pública.* v.43 n.6, Dez. 2009. ISSN 0034-7612

resumo em português | inglês  texto em português

---

147 / 275

seleciona

 para imprimir

Freitas Neto, Raimundo Marciano de; Mol, Anderson Luiz Rezende **Determinantes dos Papéis dos Conselhos de Administração de Empresas Brasileiras.** *Rev. adm. contemp.* v.21 n.spe, Abr. 2017. ISSN 1415-6555

resumo em português | inglês  texto em português

---

148 / 275

seleciona

 para imprimir

Camilo, Sílvio Parodi Oliveira; Marcon, Rosilene; Bandeira-de-Mello, Rodrigo **Conexões políticas e desempenho: um estudo das firmas listadas na BM&FBovespa.** *Rev. adm. contemp.* v.16 n.6, Dez. 2012. ISSN 1415-6555

resumo em português | inglês  texto em português

---

149 / 275

seleciona

 para imprimir

Almeida, Luciene Nascimento de; Ribas, José Roberto; Leandro, Adilson dos Santos **Os formadores de opinião na alimentação infantil.** *Rev. adm. contemp.* v.14 n.4, Ago. 2010. ISSN 1415-6555

resumo em português | inglês  texto em português

---

150 / 275

seleciona

 para imprimir

Dutra, Marcos Galileu Lorena; Saito, Richard **Conselhos de administração: análise de sua composição em um conjunto de companhias abertas brasileiras.** *Rev. adm. contemp.*, v.6 n.2, Ago. 2002. ISSN 1415-6555

resumo em português | inglês  texto em português

---

151 / 275

seleciona

 para imprimir

Zambon, Vera Dib; Ogata, Márcia Niituma **Configurações dos Conselhos Municipais de Saúde de uma região no Estado de São Paulo.** *Rev. esc. enferm. USP.*, v.45 n.4, Ago. 2011. ISSN 0080-6234

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

152 / 275

seleciona

 para imprimir

Brandão, Isac de Freitas et al. **Composition of the board of directors and pay-performance sensitivity.** *Rev. contab. finanç.*, v.30 n.79, Mar. 2019. ISSN 1519-7077

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

153 / 275

seleciona

 para imprimir

Cunha, Paulo Roberto da; Piccoli, Marcio Roberto **Influence of board interlocking on earnings management.** *Rev. contab. finanç.*, v.28 n.74, Aug. 2017. ISSN 1519-7077

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

154 / 275

seleciona

 para imprimir

Baioco, Vitor Gomes; Almeida, José Elias Feres de **Effects of the audit committee and the fiscal council on earnings quality in Brazil.** *Rev. contab. finanç.*, v.28 n.74, Aug. 2017. ISSN 1519-7077

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

155 / 275

seleciona

 para imprimir

Holtz, Luciana; Sarlo Neto, Alfredo **Effects of Board of Directors' Characteristics on the Quality of Accounting Information in Brazil.** *Rev. contab. finanç.*, v.25 n.66, Dec. 2014. ISSN 1519-7077

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

156 / 275

seleciona

 para imprimir

Furuta, Fernanda; Santos, Ariovaldo dos **Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs**. *Rev. contab. finanç.*, v.21 n.53, Ago. 2010. ISSN 1519-7077

resumo em português | inglês  texto em português

---

157 / 275

seleciona

 para imprimir

Kitagawa, Carlos Henrique; Ribeiro, Máisa de Souza **Governança corporativa na América Latina: a relevância dos princípios da OCDE na integridade dos conselhos e autonomia dos conselheiros**. *Rev. contab. finanç.*, v.20 n.51, Dez. 2009. ISSN 1519-7077

resumo em português | inglês  texto em português

---

158 / 275

seleciona

 para imprimir

Costa, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz; Baccharini, Mariana UN Security Council decision-making: testing the bribery hypothesis. *Rev. bras. polít. int.*, v.57 n.2, Dec. 2014. ISSN 0034-7329

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

159 / 275

seleciona

 para imprimir

Saint-Pierre, Héctor Luis; Palacios Junior, Alberto Montoya Correa As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012). *Rev. bras. polít. int.*, v.57 n.1, 2014. ISSN 0034-7329

resumo em português | inglês  texto em português

---

160 / 275

seleciona

 para imprimir

Carvalho Pinto, Vânia. Exploring the interplay between Framing and Securitization theory: the case of the Arab Spring protests in Bahrain. *Rev. bras. polít. int.*, v.57 n.1, 2014. ISSN 0034-7329

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

161 / 275

seleciona

 para imprimir

Garcia, Eugênio V. **De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945**. *Rev. bras. polít. int.*, v.54 n.1, 2011. ISSN 0034-7329

resumo em português | inglês  texto em português

---

162 / 275

seleciona

 para imprimir

Villa, Rafael Antonio Duarte; Viana, Manuela Trindade **Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach.** *Rev. bras. polit. int.* v.53 n.spe, Dec. 2010. ISSN 0034-7329

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

163 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Alexandra de Mello e. **Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU.** *Rev. bras. polit. int.* v.41 n.2, Dez. 1998. ISSN 0034-7329

resumo em português | inglês  texto em português

---

164 / 275

seleciona

 para imprimir

Martins, Ana Canas Delgado. **A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios à sua história.** *Rev. Bras. Hist.* v.38 n.78, Ago. 2018. ISSN 0102-0188

resumo em português | inglês  texto em português

---

165 / 275

Seleciona

 para imprimir

Ponte, Hermínia Maria Sousa da et al. **Being a nurse, being a counselor: awakening to social control and public health.** *Rev. Bras. Enferm.* v.72 n.1, Feb. 2019. ISSN 0034-7167

resumo em inglês | espanhol | português  texto em inglês

---

166 / 275

Seleciona

 para imprimir

Gomes, Angela Maria et al. **Reflections and collective production about being a municipal health counselor.** *Rev. Bras. Enferm.* v.71 s.1, 2018. ISSN 0034-7167

resumo em inglês | espanhol | português  texto em inglês

---

167 / 275

seleciona

 para imprimir

Zambon, Vera Dib; Ogata, Márcia Niituma **Controle social do Sistema Único de Saúde: o que pensam os conselheiros municipais de saúde.** *Rev. bras. enferm.* v.66 n.6, Dez. 2013. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

168 / 275

seleciona

 para imprimir

Marino, Selma Regina de Andrade; Ortiga, Ângela Maria Blatt **Enfermagem e instâncias colegiadas de decisão: um estudo da representação da enfermagem nos Conselhos Municipais de Saúde.** *Rev. bras. enferm.*, v.47 n.2, Jun. 1994. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês  texto em português

---

169 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Marysia Alves da; Lana, Francisco Carlos Felix **Como os enfermeiros percebem a sua atuação nos conselhos de saúde?** *Rev. bras. enferm.*, v.57 n.1, Fev. 2004. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

170 / 275

seleciona

 para imprimir

Padilha, Débora Zmuda; Witt, Regina Rigatto **Competências da enfermeira para a triagem clínica de doadores de sangue.** *Rev. bras. enferm.*, v.64 n.2, Abr. 2011. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

171 / 275

Seleciona

 para imprimir

Nóbrega, Maria Miriam Lima da; Garcia, Telma Ribeiro **Perspectivas de incorporação da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE<sup>®</sup>) no Brasil.** *Rev. bras. enferm.*, v.58 n.2, Abr. 2005. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

172 / 275

seleciona

 para imprimir

Wendhausen, Âgueda; Cardoso, Sandra de Mello **Processo decisório e Conselhos Gestores de Saúde: aproximações teóricas.** *Rev. bras. enferm.*, v.60 n.5, Out. 2007. ISSN 0034-7167

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

173 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Claudio Valdivino e; Silva, Diego Ferreira Lima; Souza, Elza Maria de A **participação da sociedade civil na democratização do setor de saúde no Brasil.** *Rev. bras. educ. med.*, v.37 n.2, Jun. 2013. ISSN 0100-5502

resumo em português | inglês  texto em português

---

174 / 275

seleciona

 para imprimir

Morita, Ione; Almeida, Margareth Aparecida Santini de **O estudante de medicina no Conselho Municipal de Saúde: construindo a responsabilidade social.** *Rev. bras. educ. med.*. v.32 n.4, Dez. 2008. ISSN 0100-5502

resumo em português | inglês  texto em português

---

175 / 275

seleciona

 para imprimir

Simis, Anita. **Conselho de comunicação social: uma válvula para o diálogo ou para o silêncio?** *Rev. bras. Ci. Soc.*. v.25 n.72, Fev. 2010. ISSN 0102-6909

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

176 / 275

seleciona

 para imprimir

Lavalle, Adrián Gurza; Houtzager, Peter P.; Castello, Graziela **Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade.** *Rev. bras. Ci. Soc.*. v.21 n.60, Fev. 2006. ISSN 0102-6909

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

177 / 275

seleciona

 para imprimir

Fuks, Mario; Perissinotto, Renato **Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba.** *Rev. bras. Ci. Soc.*. v.21 n.60, Fev. 2006. ISSN 0102-6909

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

178 / 275

seleciona

 para imprimir

Benelli, Silvío José; Costa-Rosa, Abílio da **Conselhos municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo.** *Psicol. estud.*. v.17 n.4, Dez. 2012. ISSN 1413-7372

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

179 / 275

seleciona

 para imprimir

Sequeira, Vânia Conselheiro; Monti, Manuela; Braconnot, Fernando Marques Oliveira **Conselhos tutelares e psicologia: políticas públicas e promoção de saúde.** *Psicol. estud.*. v.15 n.4, Dez. 2010. ISSN 1413-7372

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

180 / 275

seleciona

 para imprimir

Lemos, Flávia Cristina Silveira; Scheinvar, Estela; Nascimento, Maria Livia do **Uma análise do acontecimento "crianças e jovens em risco"**. *Psicol. Soc.*, v.26 n.1, Abr. 2014. ISSN 0102-7182

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

181 / 275

seleciona

 para imprimir

Scheinvar, Estela. **Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano**. *Psicol. Soc.*, v.24 n.spe, 2012. ISSN 0102-7182

resumo em português | inglês  texto em português

---

182 / 275

seleciona

 para imprimir

Moura, Luciana Melo de; Shimizu, Helena Eri Representações sociais de saúde-doença de conselheiros municipais de saúde. *Physis*. v.27 n.1, Jan. 2017. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

183 / 275

seleciona

 para imprimir

Bispo Júnior, José Patrício; Martins, Poliana Cardoso **Envolvimento comunitário na Estratégia de Saúde da Família: dilemas entre institucionalização e efetiva participação**. *Physis*. v.22 n.4, 2012. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

184 / 275

seleciona

 para imprimir

Pereira Neto, André de Faria. **A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde: uma contribuição para o debate**. *Physis*. v.22 n.2, Jun. 2012. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

185 / 275

seleciona

 para imprimir

Cotta, Rosângela Minardi Mitre et al. **O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de Saúde**. *Physis*. v.21 n.3, 2011. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

186 / 275

seleciona

 para imprimir

Cotta, Rosângela Minardi Mitre et al. **Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde.** *Physis*. v.20 n.3, 2010. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

187 / 275

seleciona

 para imprimir

Cotta, Rosângela Minardi Mitre; Cazal, Mariana de Melo; Rodrigues, Jôsi Fernandes de Castro **Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde.** *Physis*. v.19 n.2, 2009. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

188 / 275

seleciona

 para imprimir

Martins, Poliana Cardoso et al. **Conselhos de saúde e a participação social no Brasil: matizes da utopia.** *Physis*. v.18 n.1, 2008. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

189 / 275

seleciona

 para imprimir

Pestana, Carlos Luiz da Silva; Vargas, Liliana Angel; Cunha, Fátima Teresinha Scarparo **Contradições surgidas no Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde da Família de Vargem Grande, Município de Teresópolis-RJ.** *Physis*. v.17 n.3, 2007. ISSN 0103-7331

resumo em português | inglês  texto em português

---

190 / 275

seleciona

 para imprimir

Corrêa, Elisa Cristina Delfini; Silva, Franciéle Carneiro Garcês da Presença digital dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia do Brasil no Facebook. *Perspect. ciênc. inf.*. v.22 n.3, Set. 2017. ISSN 1413-9936

resumo em português | inglês  texto em português

---

191 / 275

seleciona

 para imprimir

Pinto, José Marcelino de Rezende. **A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar.** *Paidéia (Ribeirão Preto)*. n.8-9, Ago. 1995. ISSN 0103-863X

resumo em português | inglês  texto em português

---

192 / 275



Lüchmann, Lígia Helena Hahn; Schaefer, Márcia Inês; Nicoletti, André Selayaran Associativismo e repertórios de ação político-institucional. *Opin. Publica.* v.23 n.2, Ago. 2017. ISSN 0104-6276

resumo em português | inglês | espanhol | francês  texto em português

193 / 275



Tatagiba, Luciana; Paterniani, Stella Zagatto; Trindade, Thiago Aparecido **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo.** *Opin. Publica.* v.18 n.2, Nov. 2012. ISSN 0104-6276

resumo em português | inglês  texto em português

194 / 275



Almeida, Carla; Carlos, Euzeneia; Silva, Rafael da Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. *Opin. Publica.* v.22 n.2, Ago. 2016. ISSN 0104-6276

resumo em português | inglês | espanhol | francês  texto em português

195 / 275



Silva, Eduardo Moreira da; Ribeiro, Antonio Carlos Andrade Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. *Opin. Publica.* v.22 n.1, Abr. 2016. ISSN 0104-6276

resumo em português | inglês | espanhol | francês  texto em português

196 / 275



Coelho, Vera Schattan P. et al. **Mobilização e participação: um jogo de soma zero?: um estudo sobre as dinâmicas de conselhos de saúde da cidade de São Paulo.** *Novos estud. - CEBRAP.* n.86, Mar. 2010. ISSN 0101-3300

resumo em português | inglês  texto em português

197 / 275



Coelho, Vera Schattan P. **A democratização dos Conselhos de Saúde: o paradoxo de atrair não aliados.** *Novos estud. - CEBRAP.* n.78, Jul. 2007. ISSN 0101-3300

resumo em português | inglês  texto em português

---

198 / 275

seleciona

 para imprimir

Almeida, Carla; Cayres, Domitila Costa; Tatagiba, Luciana Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. *Lua Nova*. n.94, Abr. 2015. ISSN 0102-6445

resumo em português | inglês  texto em português

---

199 / 275

seleciona

 para imprimir

Mattl, Siegfried. **O caso da Viena Vermelha**. *Lua Nova*. n.89, 2013. ISSN 0102-6445

resumo em português | inglês  texto em português

---

200 / 275

seleciona

 para imprimir

Tatagiba, Luciana; Blikstad, Karin "Como se fosse uma eleição para vereador": **dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo**. *Lua Nova*. n.84, 2011. ISSN 0102-6445

resumo em português | inglês  texto em português

---

201 / 275

seleciona

 para imprimir

Lüchmann, Lígia Helena Hahn. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. *Lua Nova*. n.84, 2011. ISSN 0102-6445

resumo em português | inglês  texto em português

---

202 / 275

seleciona

 para imprimir

Lüchmann, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. *Lua Nova*. n.70, 2007. ISSN 0102-6445

resumo em português | inglês  texto em português

---

203 / 275

seleciona

 para imprimir

Ventura, Carla Aparecida Arena et al. Cultura participativa: um processo de construção de cidadania no Brasil. *Interface (Botucatu)*. v.21 n.63, Dez. 2017. ISSN 1414-3283

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

204 / 275

seleciona

 para imprimir

Miranda, Alcides Silva de et al. Discursos práticos sobre ocorrências, processos decisórios e decorrências de Conferências Municipais de Saúde. *Interface (Botucatu)*. v.20 n.58, Set. 2016. ISSN 1414-3283

---

205 / 275

seleciona

 para imprimir

Lazarini, Welington Serra; Sodré, Francis; Dalbello-Araujo, Maristela O debate sobre educação em saúde no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Vitória, ES, Brasil. *Interface*. v.18 s.2, Dez. 2014. ISSN 1414-3283

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

206 / 275

seleciona

 para imprimir

Bronstein, Michelle Muniz; Fontes Filho, Joaquim Rubens; Pimenta, Gabriel Alves Organização dos Conselhos Municipais: governança e participação da sociedade civil. *Interações (Campo Grande)*. v.18 n.1, Mar. 2017. ISSN 1518-7012

resumo em português | inglês | francês | espanhol  texto em português

---

207 / 275

seleciona

 para imprimir

Lopes, Bruno de Jesus; Silva, Edson Arlindo; Martins, Simone Conselho Municipal de Saúde sob a ótica de seus conselheiros: estudo realizado em uma capital brasileira. *Interações (Campo Grande)*. v.17 n.2, Jun. 2016. ISSN 1518-7012

resumo em português | inglês | francês | espanhol  texto em português

---

208 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Luiz A. de Castro. A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da enfermagem em escala mundial. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. v.15 n.1, Mar. 2008. ISSN 0104-5970

resumo em português | inglês  texto em português

---

209 / 275

seleciona

 para imprimir

Sardenberg, Ronaldo Mota. Brasil, política multilateral e Nações Unidas. *Estud. av.*. v.19 n.53, Abr. 2005. ISSN 0103-4014

resumo em português | inglês  texto em português

---

210 / 275

seleciona  
 para imprimir

Flach, Simone de Fátima. A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* n.ahead, 2019. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

211 / 275

seleciona  
 para imprimir

Vasconcelos, Maria Celi Chaves; Almeida, Nival Nunes; Peixoto, Leonardo Ferreira Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro: heranças, marcos legais e limites políticos de um órgão do Estado. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* v.25 n.96, Set. 2017. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

212 / 275

seleciona  
 para imprimir

Novicki, Victor; Souza, Donaldo Bello de **Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* v.18 n.69, Dez. 2010. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

213 / 275

seleciona  
 para imprimir

Batista, Neusa Chaves. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* v.23 n.86, Fev. 2015. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

214 / 275

seleciona  
 para imprimir

Pereira, Sueli Menezes; Oliveira, Oséias Santos de **Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* v.19 n.72, Set. 2011. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

215 / 275

seleciona  
 para imprimir

Souza, Donaldo Bello de; Vasconcelos, Maria Celi Chaves **Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002).** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* v.14 n.50, Mar. 2006. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

216 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Gohn, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, v.14 n.50, Mar. 2006. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

217 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Souza, Donaldo Bello de; Faria, Lia Ciomar Macedo de **Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96.** *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, v.12 n.45, Dez. 2004. ISSN 0104-4036

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

218 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Mello, Maira Crivellari Cardoso, Rezende, Sonaly O Conselho Municipal de Saneamento de Belo Horizonte: desafios e possibilidades. *Eng. Sanit. Ambient.*, v.19 n.4, Dez. 2014. ISSN 1413-4152

resumo em português | inglês  texto em português

---

219 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Côrtes, Soraya M. Vargas. **Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas.** *Educ. rev.*, n.25, Jun. 2005. ISSN 0104-4060

resumo em português | inglês  texto em português

---

220 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Andrade, Edson Francisco. **Instâncias de participação na gestão do sistema municipal de ensino: possibilidades e perplexidades no processo de democratização.** *Educ. rev.*, n.37, Maio. 2010. ISSN 0104-4060

resumo em português | inglês  texto em português

---

221 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Aguiar, Márcia Angela da S. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares.** *Educ. rev.*, n.31, 2008. ISSN 0104-4060

resumo em português | inglês  texto em português

---

222 / 275

seleciona

 para imprimir

Duarte, Marisa Ribeiro Teixeira; Oliveira, Rosimar de Fátima **Sistemas municipais de ensino em Minas Gerais: o papel dos conselhos municipais de educação.** *Educ. Soc.*, v.28 n.4, Dez. 2012. ISSN 0102-4698

resumo em português | inglês  texto em português

---

223 / 275

seleciona

 para imprimir

Mattos, Carmen Lúcia Guimarães de. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar.** *Educ. Pesqui.*, v.31 n.2, Ago. 2005. ISSN 1517-9702

resumo em português | inglês  texto em português

---

224 / 275

seleciona

 para imprimir

Aguiar, Márcia Ângela da S. **O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do Governo FHC.** *Educ. Soc.*, v.23 n.80, Set. 2002. ISSN 0101-7330

resumo em português | inglês  texto em português

---

225 / 275

seleciona

 para imprimir

Marques, Luciana Rosa. **A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares.** *Educ. Soc.*, v.33 n.121, Dez. 2012. ISSN 0101-7330

resumo em português | inglês | francês  texto em português

---

226 / 275

seleciona

 para imprimir

Saviani, Dermeval. **Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação.** *Educ. Soc.*, v.31 n.112, Set. 2010. ISSN 0101-7330

resumo em português | inglês  texto em português

---

227 / 275

seleciona

 para imprimir

Rothen, José Carlos. **Os bastidores da reforma universitária de 1968.** *Educ. Soc.*, v.29 n.103, Ago. 2008. ISSN 0101-7330

resumo em português | inglês  texto em português

---

228 / 275

seleciona  
 para imprimir

Marques, Luciana Rosa. **O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros.** *Educ. Soc.*, v.24 n.83, Ago. 2003. ISSN 0101-7330

resumo em português | inglês  texto em português

---

229 / 275

seleciona  
 para imprimir

Aguilar Filho, Hélio Afonso de; Silva Filho, Edison Benedito da **A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico.** *Econ. soc.*, v.19 n.2, Ago. 2010. ISSN 0104-0618

resumo em português | inglês  texto em português

---

230 / 275

seleciona  
 para imprimir

Lavalle, Adrian Gurza; Voigt, Jessica; Serafim, Lizandra **O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas.** *Dados*, v.59 n.3, Set. 2016. ISSN 0011-5258

resumo em português | inglês | francês | espanhol  texto em português

---

231 / 275

seleciona  
 para imprimir

Lüchmann, Lígia Helena Hahn; Almeida, Carla; Gimenes, Éder Rodrigo **Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil.** *Dados*, v.59 n.3, Set. 2016. ISSN 0011-5258

resumo em português | inglês | francês | espanhol  texto em português

---

232 / 275

seleciona  
 para imprimir

Baccarini, Mariana Pimenta Oliveira. **Informal Reform of the United Nations Security Council.** *Contexto int.*, v.40 n.1, Apr. 2018. ISSN 0102-8529

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

233 / 275

seleciona  
 para imprimir

Valente, Leonardo; Albuquerque, Marianna Da **Discrição ao Ativismo: O Novo Papel da China no Conselho de Segurança da ONU.** *Contexto int.*, v.37 n.2, Ago. 2015. ISSN 0102-8529

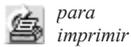
resumo em português | inglês  texto em português

---

234 / 275

seleciona

Mendes, Flávio Pedroso. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança: uma análise realista.** *Contexto int.*, v.37 n.1, Abr. 2015. ISSN 0102-8529

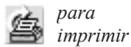
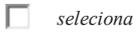


para  
imprimir

resumo em português | inglês  texto em português

---

235 / 275



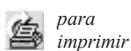
para  
imprimir

Bertazzo, Juliana. **Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU.** *Contexto int.*. v.32 n.1, Jun. 2010. ISSN 0102-8529

resumo em português | inglês  texto em português

---

236 / 275



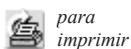
para  
imprimir

Silva, Angélica Baptista; Labra, Eliana **Plenária Virtual Permanente: em busca da interlocução entre os conselhos de saúde.** *Ci. Inf.*. v.36 n.2, Ago. 2007. ISSN 0100-1965

resumo em português | inglês  texto em português

---

237 / 275



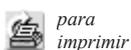
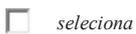
para  
imprimir

Pereira, Ilma de Paiva et al. **O Ministério Público e o controle social no Sistema Único de Saúde: uma revisão sistemática.** *Ciênc. saúde coletiva*. v.24 n.5, Maio. 2019. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

238 / 275



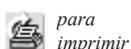
para  
imprimir

Gabriel, Cristine Garcia et al. **Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina: caracterização e perfil de atuação.** *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.4, Abr. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

239 / 275



para  
imprimir

Bispo Júnior, José Patrício; Gerschman, Sílvia **Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde.** *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.1, Jan. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

240 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Rezende, Raphael Batista de; Moreira, Marcelo Rasga Relações entre representação e participação no Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro: segmento dos usuários, 2013-2014. *Ciênc. saúde coletiva*. v.21 n.5, Maio. 2016. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

241 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Farias Filho, Milton Cordeiro; Silva, Andréia Neves da; Mathis, Armin Os limites da ação coletiva nos Conselhos Municipais de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*. v.19 n.6, Jun. 2014. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

242 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Paiva, Fernando Santana de; Stralen, Cornelis Johannes Van; Costa, Pedro Henrique Antunes da Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. *Ciênc. saúde coletiva*. v.19 n.2, Fev. 2014. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

243 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cortes, Soraya Maria Vargas. Conselhos Municipais de Saúde: A Possibilidade dos Usuários Participarem e os Determinantes da Participação. *Ciênc. saúde coletiva*. v.3 n.1, Jun. 1998. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

244 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Oliveira, Lucia Conde de; Pinheiro, Roseni **A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política.** *Ciênc. saúde coletiva*. v.15 n.5, Ago. 2010. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

245 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cotta, Rosângela Minardi Mitre; Cazal, Mariana de Melo; Martins, Poliana Cardoso **Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social.** *Ciênc. saúde coletiva*. v.15 n.5, Ago. 2010. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

246 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Landerdhal, Maria Celeste et al. **Resoluções do Conselho de Saúde: instrumento de controle social ou documento burocrático?**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.15 n.5, Ago. 2010. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

247 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Deslandes, Suely Ferreira; Campos, Daniel de Souza A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *Ciênc. saúde coletiva*. v.20 n.7, Jul. 2015. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

248 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Machado, Janine de Azevedo; Lucas, Simone Dutra **Análise das resoluções do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte no período de 1991 a 2010**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.8, Ago. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

249 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Oliveira, Ana Maria Caldeira; Ianni, Aurea Maria Zöllner; Dallari, Sueli Gandolfi **Controle social no SUS: discurso, ação e reação**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.8, Ago. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

250 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Shimizu, Helena Eri et al. **Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.8, Ago. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

251 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Andrade, Gabriela Rieveres Borges de; Vaitsman, Jeni **A participação da sociedade civil nos conselhos de saúde e de políticas sociais no município de Pirai, RJ (2006)**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.18 n.7, Jul. 2013. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

252 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Cavalcanti, Maria de Lourdes Tavares; Cabral, Marta Henriques de Pina; Antunes, Ludmila Rodrigues **Participação em saúde: uma sistematização de artigos publicados em periódicos brasileiros - 1988/2005**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.17 n.7, Jul. 2012. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

253 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Grisotti, Márcia; Patrício, Zuleica Maria; Silva, Andréia da **A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde: um estudo qualitativo**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.15 n.3, Maio. 2010. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

254 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Silva, Ana Licks Almeida; Machado, Eduardo Paes; Siqueira, Carlos Eduardo **Melhor isso do que nada! Participação e responsabilização na gestão dos riscos do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA)**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.14 n.6, Dez. 2009. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

255 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Costa, Maria Conceição Oliveira et al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.12 n.5, Out. 2007. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

256 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

van Stralen, Cornelis Johannes et al. **Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.11 n.3, Set. 2006. ISSN 1413-8123

resumo em português | inglês  texto em português

---

257 / 275

seleciona  
 para  
imprimir

Labra, Maria Eliana; Figueiredo, Jorge St. Aubyn de **Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde**. *Ciênc. saúde coletiva*. v.7 n.3, 2002. ISSN 1413-8123

resumo em inglês | português  texto em português

---

258 / 275

seleciona

 para imprimir

Silva, Tauana Olivia Gomes; Wolff, Cristina Scheibe O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cad. Pagu.* n.55, 2019. ISSN 0104-8333

resumo em português | inglês  texto em português

---

259 / 275

seleciona

 para imprimir

Santos, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cad. Pagu.* n.27, Dez. 2006. ISSN 0104-8333

resumo em português | inglês  texto em português

---

260 / 275

seleciona

 para imprimir

Bispo Júnior, José Patrício; Gerschman, Silvia Legitimidade da representação em instâncias de participação social: o caso do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública.* v.31 n.1, Jan. 2015. ISSN 0102-311X

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

261 / 275

seleciona

 para imprimir

Vieira, Mauro; Calvo, Maria Cristina Marino Avaliação das condições de atuação de Conselhos Municipais de Saúde no Estado de Santa Catarina, Brasil. *Cad. Saúde Pública.* v.27 n.12, Dez. 2011. ISSN 0102-311X

resumo em português | inglês  texto em português

---

262 / 275

seleciona

 para imprimir

Côrtes, Soraya Vargas. Sistema Único de Saúde: espaços decisórios e a arena política de saúde. *Cad. Saúde Pública.* v.25 n.7, Jul. 2009. ISSN 0102-311X

resumo em português | inglês  texto em português

---

263 / 275

seleciona

 para imprimir

Gerschman, Silvia. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. *Cad. Saúde Pública.* v.20 n.6, Dez. 2004. ISSN 0102-311X

resumo em português | inglês  texto em português

264 / 275

seleciona

 para imprimir

Alves-Souza, Rosani Aparecida; Saliba, Orlando **A saúde bucal em pauta: análise de registros dos Conselhos Municipais de Saúde de municípios pertencentes à 17ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, Brasil.** *Cad. Saúde Pública.* v.19 n.5, Out. 2003. ISSN 0102-311X

resumo em português | inglês  texto em português

---

265 / 275

seleciona

 para imprimir

Wendhausen, Águeda; Caponi, Sandra **O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil.** *Cad. Saúde Pública.* v.18 n.6, Dez. 2002. ISSN 0102-311X

resumo em inglês | português  texto em português

---

266 / 275

seleciona

 para imprimir

Pedrosa, José Ivo dos Santos. **A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no Estado do Piauí, Brasil.** *Cad. Saúde Pública.* v.13 n.4, Out. 1997. ISSN 0102-311X

resumo em inglês | português  texto em português

---

267 / 275

seleciona

 para imprimir

Ribeiro, José Mendes. **Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS).** *Cad. Saúde Pública.* v.13 n.1, Jan. 1997. ISSN 0102-311X

resumo em inglês | português  texto em português

---

268 / 275

seleciona

 para imprimir

Teixeira, Lucia Helena G. **Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino.** *Cad. Pesqui.* v.34 n.123, Dez. 2004. ISSN 0100-1574

resumo em português | inglês  texto em português

---

269 / 275

seleciona

 para imprimir

Sordi, Mara Regina Lemes de; Bertagna, Regiane Helena; Silva, Margarida Montejano da **A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA E OS ESPAÇOS POLÍTICOS DE PARTICIPAÇÃO CONSTRUÍDOS, REINVENTADOS, CONQUISTADOS NA ESCOLA.** *Cad. CEDES.* v.36 n.99, Ago. 2016. ISSN 0101-3262

resumo em português | inglês  texto em português

---

270 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

Azevedo, Cristina Maria do Amaral. A regulamentação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados no Brasil. *Biota Neotrop.* v.5 n.1, 2005. ISSN 1676-0603

resumo em português | inglês  texto em português

---

271 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

Limeira-Soares, Paulo Henrique et al. Appraisal of the retention of the knowledge for ophthalmology specialists of the Brazilian Ophthalmology Council. *Arq. Bras. Oftalmol.* v.69 n.1, Feb. 2006. ISSN 0004-2749

resumo em inglês | português  texto em inglês

---

272 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

Ferreira, Cristina Maria Soares; Fonseca, Alberto Análise da participação popular nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Médio Piracicaba (MG). *Ambient. soc.* v.17 n.3, Set. 2014. ISSN 1414-753X

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

---

273 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

COSTA, ADRIANA LUSTOSA DA; MERTENS, FRÉDÉRIC GOVERNANÇA, REDES E CAPITAL SOCIAL NO PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO BRASIL. *Ambient. soc.* v.18 n.3, Set. 2015. ISSN 1414-753X

resumo em português | espanhol | inglês  texto em português

---

274 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

Mellinger, Larissa; Floriani, Dimas Democratic participation in the management of common natural resources and the native populations in the Southern Coast of Paraná. *Ambient. soc.* v.18 n.2, June. 2015. ISSN 1414-753X

resumo em inglês | espanhol | português  texto em inglês

---

275 / 275

seleciona  
para  
 imprimir

Arantes, Cássia Irene Spinelli et al. Controle social na saúde: discutindo os resultados de uma pesquisa com enfermeiras. *Acta paul. enferm.* v.22 n.4, 2009. ISSN 0103-2100

resumo em português | inglês | espanhol  texto em português

## APÊNDICE A – *CORPUS DE ANÁLISE*

(em ordem cronológica)

1. PEDROSA, José Ivo dos Santos. A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no Estado do Piauí, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 741-748, Oct.1997. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1997000400016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000400016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000400016>.
2. RIBEIRO, José Mendes. Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan. 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1997000100018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000100018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000100018>.
3. CORTES, Soraya Maria Vargas. Conselhos Municipais de Saúde: A Possibilidade dos Usuários Participarem e os Determinantes da Participação. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 5-17, June 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231998000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812319983102412014>.
4. CORTES, Soraya Maria Vargas. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 7, p. 18-49, June 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000100002>.
5. LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. *Ciênc. Saúde coletiva*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232002000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000300011>.
6. WENDHAUSEN, Águeda; CAPONI, Sandra. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1621-1628, Dec. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000600016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000600016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600016>.
7. DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, June 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100016>.
8. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94, June 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000100010>.
9. LIMA, Adriana Nogueira Vieira. O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1431-1450, Dec. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-)

76122014000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121600>.

10. FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 67-81, Feb. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100004>.

11. GRISOTTI, Márcia; PATRICIO, Zuleica Maria; SILVA, Andréia da. A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde: um estudo qualitativo. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 831-840, May 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000300026&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000300026&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000300026>.

12. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; ALMEIDA, Nival Nunes; PEIXOTO, Leonardo Ferreira. Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro: heranças, marcos legais e limites políticos de um órgão do Estado. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 96, p. 701-720, Sept. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362017000300701&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000300701&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. Epub June 26, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002501290>.

13. FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato Monseff; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 21, p. 125-145, Nov. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200009)

&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200009>.

14. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 141-174, 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000300006>.

15. NUNES, Marcela Riccomi; PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. A Atuação de conselhos do meio ambiente na gestão ambiental local. *Saude soc.*, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 48-60, Dec. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000700005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700005)

&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000700005>.

16. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, Apr. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100007>.

17. MARTINS, Camila Sartori et al. Conhecimento dos usuários, trabalhadores da saúde e gestores sobre conselheiros e Conselhos de Saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 437-445, Sept. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300007>.

18. GONCALVES, Andréa de Oliveira; GONCALVES, Rodrigo de Souza; TAVARES, Adilson de Lima. O olhar dos conselheiros de saúde sobre os relatórios de prestação de contas no município de Natal (Rio Grande do Norte), Brasil. *Saude soc.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 659-672, Sept. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000300012>.

19. LANDERDHAL, Maria Celeste et al . Resoluções do Conselho de Saúde: instrumento de controle social ou documento burocrático?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 5, p. 2431-2436, Aug. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500017&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000500017>.
20. KEZH, Nilce Helena de Paula; BOGUS, Cláudia Maria; MARTINS, Cleide Lavieri. Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde. *Saude soc.*, São Paulo , v. 25, n. 4, p. 950-963, Dec. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902016000400950&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000400950&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016166156>.
21. LMEIDA, Carla; CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael da. Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. *Opin. Publica*, Campinas , v. 22, n. 2, p. 250-285, Aug. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000200250&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200250&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222250>.
22. MOREIRA, Marcelo Rasga. Reflexões sobre democracia deliberativa: contribuições para os conselhos de saúde num contexto de crise política. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 40, n. spe, p. 25-38, Dec. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000500025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500025&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042016s03>.
23. OUVERNEY, Assis Mafort; MOREIRA, Marcelo Rasga; RIBEIRO, José Mendes. Democratização e educação permanente: percepção de egressos do QualiConselhos sobre contribuições aos conselhos de saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 40, n. spe, p. 186-200, Dec. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000500186&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500186&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042016s16>.
24. OLIVEIRA, Valdir de Castro. Comunicação, informação e participação popular nos Conselhos de Saúde. *Saude soc.*, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 56-69, Aug. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200006>.
25. SILVA, Lucilane Maria Sales da et al . Análise da organização e funcionamento dos conselhos de saúde e a gestão participativa em Fortaleza, CE. *Saude soc.*, São Paulo , v. 21, supl. 1, p. 117-125, May 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000500010&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000500010>.
26. RAMOS, Michelle de Fátima et al . Conselhos setoriais: perfil dos conselheiros e sua influência na tomada de decisão. **Saude soc.**, São Paulo , v. 21, supl. 3, p. 61-70, Dec. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000700006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700006&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000700006>.
27. TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opin. Publica*, Campinas , v. 18, n. 2, p. 399-426, Nov. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>.
28. REZENDE, Raphael Batista de; MOREIRA, Marcelo Rasga. Relações entre representação e participação no Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro: segmento dos usuários, 2013-2014. **Ciênc.**

**saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 5, p. 1409-1420, May 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000501409&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000501409&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015215.00352016>.

29. GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saude soc.**, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 20-31, Aug. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>.

30. KLEBA, Maria Elisabeth; ZAMPIROM, Keila; COMERLATTO, Dunia. Processo decisório e impacto na gestão de políticas públicas: desafios de um Conselho Municipal de Saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 556-567, June 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902015000200556&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200556&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015000200013>.

31. OLIVEIRA, Lucia Conde de; PINHEIRO, Roseni. A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 5, p. 2455-2464, Aug. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500020&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000500020>.

32. OLIVEIRA, Tarcio de Almeida; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Participação das instâncias de controle social na Política de Saúde Mental da Bahia, 2001-2013. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 39, n. spe, p. 132-144, Dec. 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042015000500132&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000500132&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005467>.

33. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo , n. 70, p. 139-170, 2007 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000100007>.

34. VIEIRA, Mauro; CALVO, Maria Cristina Marino. Avaliação das condições de atuação de Conselhos Municipais de Saúde no Estado de Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 12, p. 2315-2326, Dec. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2011001200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011001200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011001200004>.

35. PITERMAN, Ana; HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly Cristina. (A falta de) Controle social das políticas municipais de saneamento: um estudo em quatro municípios de Minas Gerais. **Saude soc.**, São Paulo , v. 22, n. 4, p. 1180-1192, Dec. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902013000400019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000400019&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000400019>.

36. ROCHA, Elisama Nascimento et al . O papel do conselheiro municipal de saúde na fiscalização do orçamento público. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 96, p. 104-111, Mar. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000100012&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000100012>.

37. COTTA, Rosângela Minardi Mitre; CAZAL, Mariana de Melo; MARTINS, Poliana Cardoso. Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 5, p. 2437-2445, Aug. 2010

. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000500018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500018&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000500018>.

38. FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; SILVA, Andréia Neves da; MATHIS, Armin. Os limites da ação coletiva nos Conselhos Municipais de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1911-1919, June 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000601911&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000601911&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014196.08062013>.

39. OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira; DALLARI, Sueli Gandolfi. Vigilância sanitária, participação social e cidadania. *Saude soc.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 617-624, Sept. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300008&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000300008>.

40. SILVA, Ana Paula Leal Loureiro da; NOBREGA, Otávio Toledo; CORTE, Beltrina. O olhar dos conselheiros de saúde da Região Metropolitana de São Paulo sobre serviços de saúde para idosos: 'Quem cuidará de nós em 2030?'. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 469-479, June 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042015000200469&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000200469&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-110420151050002014>.

41. SALIBA, Nemre Adas et al. Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1369-1378, Dec. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600007&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000600007>.

42. SHIMIZU, Helena Eri et al. Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2275-2284, Aug. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000800011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800011&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000800011>.

43. ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; VAITSMAN, Jeni. A participação da sociedade civil nos conselhos de saúde e de políticas sociais no município de Pirai, RJ (2006). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7, p. 2059-2068, July 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000700021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000700021&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000700021>.

44. OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira; IANNI, Aurea Maria Zöllner; DALLARI, Sueli Gandolfi. Controle social no SUS: discurso, ação e reação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2329-2338, Aug. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000800017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800017&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000800017>.

45. DURAN, Paulo Renato Flores; GERSCHMAN, Silvia. Desafios da participação social nos conselhos de saúde. **Saude soc., São Paulo, v. 23, n. 3, p. 884-896, Sept. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902014000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300012&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000300012>.**

46. FUKS, Mário. Participação e influência política no conselho municipal de saúde de Curitiba. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, p. 47-61, Nov. 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

44782005000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200006>.

47. FERNANDES, Violeta Campolina; SPAGNUOLO, Regina Stella; NASCIMENTO, Edinalva Neves. Percepção de conselheiros de saúde sobre acesso às informações e inclusão digital. **Saude soc.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 218-228, Mar. 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902017000100218&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000100218&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017167411>.

48. GERSCHMAN, Silvia. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 6, p. 1670-1681, dez. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000600026&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600026&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000600026>.

49. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder Rodrigo. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 59, n. 3, p. 789-822, Sept. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582016000300789&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300789&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201692>.

50. CORTES, Soraya Vargas. Sistema Único de Saúde: espaços decisórios e a arena política de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 7, p. 1626-1633, July 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009000700022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700022&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000700022>.

51. WENDHAUSEN, Águeda L. P.; BARBOSA, Tatiane Muniz; BORBA, Maria Clara de. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. **Saude soc.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 131-144, Dec. 2006 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902006000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300011&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300011>.

52. SOUZA, Donald Bello de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002). **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 50, p. 39-56, Mar. 2006 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100004>.

53. EIXEIRA, Lucia Helena G.. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 34, n. 123, p. 691-708, Dec. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300009&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300009>.

54. ROJAS BUVINICH, Danitza Passamai. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 55-82, Feb. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122014000100003>.

55. SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. **Opin. Publica**, Campinas , v. 22, n. 1, p. 167-194, Apr. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000100167&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100167&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016221167>.

56. GONCALVES, Rodrigo de Souza et al . Conselhos de saúde e controle social: um estudo comparativo dos relatórios de prestação de contas das Secretarias Estaduais de Saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 22, n. 4, p. 1001-1013, Dec. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902013000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000400004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000400004>.
57. ALVES-SOUZA, Rosani Aparecida; SALIBA, Orlando. A saúde bucal em pauta: análise de registros dos Conselhos Municipais de Saúde de municípios pertencentes à 17ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 5, p. 1381-1388, Oct. 2003 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000500016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000500016&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000500016>.
58. SIPIONI, Marcelo Eliseu; SILVA, Marta Zorzal e. Democracia e saúde: a prestação de contas como legitimadora da representação no Conselho Municipal de Saúde de Vitória (ES). **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 104, p. 197-209, Mar. 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042015000100197&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000100197&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-110420151040419>.
59. CORTES, Soraya Vargas; GUGLIANO, Alfredo. Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 12, n. 24, p. 44-75, Aug. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000200004>.
60. CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares; CABRAL, Marta Henriques de Pina; ANTUNES, Ludmila Rodrigues. Participação em saúde: uma sistematização de artigos publicados em periódicos brasileiros - 1988/2005. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 7, p. 1813-1823, July 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000700020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700020&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000700020>.
61. GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 47, n. 2, p. 357-378, Apr. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200004>.
62. GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 47, n. 2, p. 357-378, Apr. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200004>.
63. CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael da; ALMEIDA, Carla. Participação e política pública: efetividade dos conselhos de assistência social na gestão da política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 26, n. 67, p. 67-90, Sept. 2018 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782018000300067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000300067&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678987318266704>.
64. NOVICKI, Victor; SOUZA, Donald Bello de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio: aval.pol públ. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 69, p. 711-736, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

40362010000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362010000400004>.

65. ESCOREL, Sarah; AROUCA, Luna Escorel. Democracia e participação: para além das dicotomias. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 40, n. spe, p. 39-48, Dec. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000500039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500039&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042016s04>.

66. PAIVA, Fernando Santana de; STRALEN, Cornelis Johannes Van; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, p. 487-498, Feb. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000200487&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200487&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>.

67. BATISTA, Adriana Aparecida et al . A contribuição da pesquisa avaliação para o processo de implementação do controle social no SUS. **Saude soc.**, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 784-793, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902010000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400006&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400006>.

68. SANTOS, Sílvia França; VARGAS, Andréa Maria Duarte; LUCAS, Simone Dutra. Conselheiros usuários do conselho municipal de saúde de Belo Horizonte: características sociais e representatividade. **Saude soc.**, São Paulo , v. 20, n. 2, p. 483-495, June 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200019&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200019>.

69. BATAGELLO, Rodrigo; BENEVIDES, Luciana; PORTILLO, Jorge Alberto Cordón. Conselhos de saúde: controle social e moralidade. **Saude soc.**, São Paulo , v. 20, n. 3, p. 625-634, Sept. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300009&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000300009>.

70. PINTO, José Reginaldo et al . (Dis) connections between health councils and audit: advancements and challenges in the democratization of public health management. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro , v. 27, n. 1, p. 39-44, Mar. 2019 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-462X2019000100039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2019000100039&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. Epub Mar 21, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201900010296>.

71. LIMA, Dartel Ferrari de; LIMA, Lohran Anguera. O controle social no Sistema Único de Saúde: um olhar crítico à Resolução nº 453/2012. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 115, p. 1168-1176, Dec. 2017 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000401168&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000401168&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711514>.

72. ABERS, Rebecca Neera; KECK, Margaret E.. Representando a diversidade: estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores. *Cad. CRH*, Salvador , v. 21, n. 52, p. 99-112, Apr. 2008 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100008>.

73. NUNES, João Arriscado et al . A emergência do sujeito participativo: interseções entre ciência, política e ontologia. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 20, n. 48, p. 162-187, ago. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222018000200162&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000200162&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004811>.

74. ALENCAR, Joana et al . Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 15, n. 32, p. 112-146, Apr. 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100006&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222013000100006>.
75. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck; CAVALCANTI, Maria de Lourdes; CABRAL, Marta de Pina. Participação em saúde: do que estamos falando?. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 21, p. 218-251, June 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100010>.
76. GOHN, Maria da Glória. Pluralidade da representação na América Latina. *Soc. estado*. [online]. 2014, vol.29, n.1 [cited 2019-08-17], pp.73-90. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100005&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>.
77. PRESOTO, Lucia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioga - SP. **Saude soc.**, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 68-77, abr. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000100008>.
78. NEVES, Angela Vieira; SANTOS, Cláudia de Oliveira Vicente; SILVA, Suellem Henriques da. Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 15, n. 2, p. 173-181, Dec. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802012000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000200003>.
79. SIPIONI, Marcelo Eliseu; SILVA, Marta Zorzal e. Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 46, p. 147-158, June 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200009&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200009>.
80. FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 20, n. 42, p. 183-198, June 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782012000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200013&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200013>.
81. SANTOS, Francisco Assis da Silva et al . Política de práticas integrativas em Recife: análise da participação dos atores. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 45, n. 6, p. 1154-1159, Dec. 2011 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102011000600018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000600018&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000600018>.
82. OLIVAL, Alexandre de Azevedo; SPEXOTO, Andrezza Alves; RODRIGUES, José Alesando. Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 45, n. 4, p. 1013-1035, Dec. 2007 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032007000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000400009&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000400009>.
83. MUCCI, Carla Beatriz Marques Rocha e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 1, p. 107-128, Feb. 2016

. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122016000100107&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000100107&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612136991>.

84. KLEBA, Maria Elisabeth; COMERLATTO, Dunia; FROZZA, Kenia Munaretti. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1059-1079, Aug. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122015000401059&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000401059&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125666>.

85. LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-66, Feb. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100003>.

86. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opin. Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 361-396, ago. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762017000200361&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000200361&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912017232361>.

87. ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 255-294, Apr. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452015000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400009>.

88. TATAGIBA, Luciana; BLIKSTAD, Karin. "Como se fosse uma eleição para vereador": dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 175-217, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000300007>.

89. FLACH, Simone de Fátima. A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362019005002102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019005002102&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. Epub Feb 25, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362019002701338>.

90. PEREIRA, Sueli Menezes; OLIVEIRA, Oséias Santos de. Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 651-678, Sept. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362011000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400010&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362011000400010>.

91. SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, Dec. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362004000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362004000400002&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362004000400002>.

92. CORTES, Soraya M. Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 25, p. 143-174, June 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

40602005000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.371>.

93. SAVIANI, Dermeval. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, Sept. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300007>.

94. LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 609-650, Sept. 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582016000300609&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300609&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201687>.

95. BISPO JUNIOR, José Patrício; GERSCHMAN, Sílvia. Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-16, Jan. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000100002>.

96. MACHADO, Janine de Azevedo; LUCAS, Simone Dutra. Análise das resoluções do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte no período de 1991 a 2010. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2401-2411, Aug. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000800025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800025&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000800025>.

97. VAN STRALEN, Cornelis Johannes et al. Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 621-632, Sept. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232006000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300011&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000300011>.

98. BISPO JUNIOR, José Patrício; GERSCHMAN, Sílvia. Legitimidade da representação em instâncias de participação social: o caso do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 183-193, Jan. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2015000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000100183&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00086214>.

99. FERREIRA, Cristina Maria Soares and FONSECA, Alberto. Análise da participação popular nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Médio Piracicaba (MG). *Ambient. soc.* [online]. 2014, vol.17, n.3 [cited 2019-08-17], pp.239-258. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300014&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1809-4422. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300014>.